UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOLOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA

ANA CLAUDIA DE ATAIDE ALMEIDA MOTA

**Confessar em segredo: edição e estudo de um Livro de Confissões
quinhentista (Inquisição de Lisboa, Liv. 777, Salvador, Bahia, 1591-1592)**

Versão revisada

v.1

SÃO PAULO
2016

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOLOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA

**Confessar em segredo: edição e estudo de um Livro de Confissões
quinhentista (Inquisição de Lisboa, Liv. 777, Salvador, Bahia, 1591-1592)**

Versão revisada

De acordo.

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'A. D.' followed by a flourish and a period.

Tese apresentada à Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas,
como requisito para a obtenção do título
de Doutora em Letras.

Área de concentração: Filologia e Língua
Portuguesa

Orientador: Prof. Dr. Silvio de Almeida
Toledo Neto

v.1

SÃO PAULO
2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

M917c MOTA, Ana Claudia de Ataíde Almeida
Confessar em segredo: edição e estudo de um Livro de Confissões quinhentista (Inquisição de Lisboa, Liv. 777, Salvador, Bahia, 1591-1592) / Ana Claudia de Ataíde Almeida MOTA ; orientador Sílvio de Almeida TOLEDO NETO. - São Paulo, 2016.
1021 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Área de concentração: Filologia e Língua Portuguesa.

1. Filologia. 2. Livro manuscrito. 3. Inquisição. 4. Edição semidiplomática. 5. Século XVI. I. TOLEDO NETO, Sílvio de Almeida , orient. II. Título.

Nome: MOTA, Ana Claudia de Ataíde Almeida

Título: **Confessar em segredo**: edição e estudo de um Livro de Confissões quinhentista (Inquisição de Lisboa, Liv. 777, Salvador, Bahia, 1591-1592)

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, como requisito para a obtenção do título de Doutora em Letras

Aprovado em: 30/09/2016.

Banca Examinadora

Prof. Dr Sílvio de Almeida Toledo Neto - USP – FFLCH - Presidente

Prof^a. Dr^a. Teresa Leal Gonçalves Pereira - UFBa

Prof^a. Dr^a. Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz - UEFS

Prof^a. Dr^a. Vanessa Martins do Monte - FFLCH- USP

Prof. Dr. Marcelo Módolo – FFLCH -USP

Aos meus pais, Joanice Barbosa de Ataíde Almeida
Mota e Humberto Almeida Mota, *in memoriam*, por
tudo que representam em minha vida.

Agradecimentos

Ao Prof. Dr. Sílvio de Almeida Toledo Neto, que nos idos de 2009 aceitou dar continuidade à minha orientação de mestrado, após o falecimento do saudoso Prof. Dr. Heitor Megale. O Prof. Sílvio é mais do que um orientador, pois além de ser um mestre exemplar, é um belo ser humano.

À Prof.^a Dr.^a Teresa Leal Gonçalves Pereira, minha eterna orientadora. Pelo carinho e amizade, muito obrigada.

À Prof.^a Dr.^a Vanessa Martins do Monte, pelas ricas contribuições feitas para esta pesquisa no exame de qualificação. Pela amizade, carinho e trocas cotidianas.

À Prof.^a Dr.^a Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz pelas contribuições ainda na fase de elaboração da tese, bem como durante a defesa.

Ao Prof. Dr. Marcelo Módolo por ter me acompanhado desde o mestrado e pelas ricas contribuições, na ocasião de defesa desta tese.

Aos Profs. Drs. Phablo Marchis Fachin e Manoel Mourivaldo Santiago Almeida, pelas contribuições realizadas no exame de qualificação.

Às companheiras de doutorado, Renata Munhoz e Elizangela Dias.

À Universidade Tiradentes, nas pessoas do Magnífico Reitor Prof. Jouberto Uchôa de Mendonça e da Vice-Reitora, Prof.^a Amélia Maria Cerqueira Uchôa, pelo constante incentivo à capacitação dos seus docentes. Orgulho-me em fazer parte dessa história de amor e trabalho. Agradeço pela bolsa de “Qualificação e Capacitação Docente”, que custeou minhas diversas idas à Universidade de São Paulo, compras de livros e participações em eventos. Aos amigos do NEAD (Núcleo de Ensino a Distância) da Universidade Tiradentes

À família paulista que herdei do meu saudoso pai. À minha tia Zil, primas Alessandra e Andrea, Anderson e Paula Held. À minha querida prima e comadre Adriana Almeida, pela amizade e pela afilhada Bianca Simões. Ao compadre Milton e às primas Isabele e Lívia, que sempre me receberam com um sorriso, nas visitas apressadas.

À minha grande amiga, confidente, irmã de sangue e de vida, Carine de Ataíde Almeida Mota. Obrigada por você existir, uma linda mulher que espalha alegria e colorido por onde passa. Saiba que te amo incondicionalmente e, sempre, estarei ao seu lado. Minha maninha. Ao meu cunhado Henrique Rodrigues Dourado, pela amizade e, além disso, pelo amor e carinho proporcionados à minha irmã. À minha cunhada Geórgia, pela amizade.

À minha mainha Joanice Barbosa de Ataíde Almeida Mota, pela mãe, mulher, avó e, sobretudo, pelo ser humano que ama e respeita o próximo.

Ao meu saudoso pai Humberto Almeida Mota, *in memoriam*, pelo grande esposo, pai, avô, que nos legou um tesouro que não tem preço: viver em harmonia e respeitar o próximo.

Ao meu esposo Raimundo Lopes de Oliveira Filho, pela nossa história.

À minha filha Ana Clara Lopes Mota, meu maior tesouro, que me acompanhou durante todos esses anos, desde a seleção do mestrado, em 2008, para realizar a prova de proficiência em língua estrangeira, com apenas três meses de vida, até o presente momento. Minha princesa, como a chamo, esteve sempre ao meu lado, com um belo sorriso, com um pedido simples e imensurável: “Mamãe, me dá um abraço?”. Minha filha, te amo, além desta vida.

Às Dr.^a Carla Lobo – Técnica de conservação e restauro do ANTT e Dr.^a Anabela Ribeiro – Chefe de Divisão do Gabinete de Conservação e Restauro do ANTT, por terem permitido o acesso ao LRC, quando se procedeu à medida dos dois fólios descritos, bem como à mancha escrita do texto.

RESUMO

MOTA, Ana Claudia de Ataíde Almeida. **Confessar em segredo**: edição e estudo de um Livro de Confissões quinhentista (Inquisição de Lisboa, Liv. 777, Salvador, Bahia, 1591-1592). 2016. 1021 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

A tese em apreço tem como objetivos específicos realizar a edição e o estudo filológico do *Primeiro livro das Reconciliações e Confissões* (LRC), elaborado por ocasião da primeira visita do Tribunal do Santo Ofício ao Brasil, na capitania da Baía de Todos os Santos (1591-1592). A pesquisa parte de uma perspectiva filológica, por meio da qual procura identificar e definir as principais coordenadas sincrônicas e diacrônicas, linguísticas e situacionais¹ que condicionaram a produção do LRC. Procedeu-se à contextualização histórica dos fatores que influenciaram a primeira visita. Identificou-se e descreveu-se o rol de crimes que constam no LRC. Fez-se a análise da escrita do códice, assim como da estrutura formal das confissões. A edição semidiplomática apresenta 173 fólios e é de interesse para historiadores e linguistas, haja vista a escassez de estudos sobre documentação manuscrita no século XVI, sob a luz do rigor filológico. A terminologia utilizada no LRC permitiu esboçar um estudo léxico-semântico dividido em três macrocampos, segundo alguns dos crimes em análise: o judaísmo, a sodomia e a blasfêmia. A elaboração de 121 fichas catalográficas permitiu apresentar as principais informações sobre cada confissão. A descrição paleográfica, diplomática e codicológica obteve-se descrever o códice, sob o viés das ciências afins à Filologia. Esta tese propõe, portanto, uma abordagem multidisciplinar do *corpus*, perspectiva que se entende como característica fundamental do trabalho filológico.

Palavras-chave: filologia; livro manuscrito; inquisição; edição semidiplomática; léxico; século XVI.

¹Cf. definição em Xavier e Mateus, 1990, s.v. *filologia*.

ABSTRACT

MOTA, Ana Claudia de Ataíde Almeida. **To Confess in Secrecy**: edition and study of a Livro de Confissões quinhentista (Book of confessions from the 15th century) (Inquisition of Lisbon). 2016. 1021 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

This thesis has as its specific objectives to perform the edition and philological study of the *Primeiro livro das Reconciliações e Confissões* (LRC), elaborated during the first visit of the Holy Office Court to Brazil in the captaincy of the Baía de Todos os Santos (1591-1592). The research starts from a philological perspective, through which seeks to identify and define the main synchronic and diachronic, linguistic and situational coordinates which conditioned the production of LRC. The work proceeded to the historical context of the factors that influenced the first visitation. It identified and described the list of crimes contained in the LRC. The analysis of the writing of the codex was made, as well as for the formal structure of the confessions. The semi-diplomatic edition features 173 folios and it is of interest to historians and linguists, given the lack of studies on manuscript documentation in the sixteenth century, in the light of philological rigor. Through the terminology used in the LRC it was possible to sketch a lexical-semantic study divided into three macro-fields, according to some of the crimes in question: judaism, sodomy and blasphemy. The preparation of 121 catalog records allowed to present the main information about each confession. The paleographic, diplomatic and codicological description obtained describe the codex, under the bias of the sciences related to Philology. This thesis therefore proposes a multidisciplinary approach of the corpus. And this perspective is understood as a fundamental feature of philological work.

Key words: philology; manuscript book; Inquisition; lexicon; 16th century.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fólio 1v. do LRC, com a apresentação dos procedimentos adotados para efetivar a visitação.....	34
Figura 2 - Fólio 1r. do LRC com a relação dos livros produzidos por ocasião da Primeira Visitação.	45
Figura 3 - INDEX LIVBRORVM PROHIBITORVM (1581).	63
Figura 4 - Primeira edição de <i>Los siete libros de la Diana</i>	64
Figura 5 - Gramatica da lingoagem portuguesa. Figura 6- Gramatica da lingua Portuguesa.....	72
Figura 7 - Localização da rua do Tira-chapéus.	108
Figura 8 - Extensão da rua do Tira-chapéus	108
Figura 9 - Regimento de 1774.....	112
Figura 10 - Denúncia descrita no LRC.	114
Figura 11 - Sentença aplicada a Guiomar Pinheira.....	115
Figura 12 - Auto de fé em Lisboa.	120
Figura 13 - Tortura na polé.....	122
Figura 14 - Tortura aplicada na roldana.	122
Figura 15 - O item “tempo da graça” em destaque.....	135
Figura 16 - Baía de Aratu.	144
Figura 17 - Ruínas da capela do engenho.	145
Figura 18- Sentença descrita à margem esquerda da confissão de Bartolomeu Fragoso.	152
Figura 19 - Confissão do vigário Fruituoso alvarez.....	327
Figura 20 - Confissão com a identificação do grupo	327
Figura 21 - Texto introdutório da confissão realizada fora do tempo da graça...	327
Figura 22 - Protocolo da Confissão n.º 41.....	327
Figura 23 - Juramento do depoente.	329
Figura 24 - Informações sobre o depoente.....	329
Figura 25 - Repreensão e admoestação do inquisidor a Paula de Siqueira.....	330
Figura 26 - O visitador apresenta a gravidade do crime cometido pela depoente.....	330
Figura 27 - Nome do padre ao qual a depoente deve se confessar.....	331
Figura 28 - Juramento de segredo por parte do depoente.	331
Figura 29 - O depoente conclui a confissão com assinatura.....	332
Figura 30 - Depoente que assina por sinal.....	332
Figura 31 - O notário assina pelo depoente.	333
Figura 32 - Assinatura do padre e intérprete Francisco de Lemos.....	333
Figura 33 - Trecho de confissão em castelhano.....	334

Figura 34 - Trecho explicando o credo em latim.	335
Figura 35 - Capa do LRC.	342
Figura 36 - Manchas. Figura 37 - Manchas.....	345
Figura 38 - Corrosão por papirófagos.	345
Figura 39 - Corrosão por papirófagos.....	345
Figura 40 - A tinta do verso no retro.	345
Figura 41 - Manual de Giovanni Francesco Cresci.	346

MAPA

Mapa 1 - Baía de Todos os Santos - 1574.....	37
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Espécies documentais apresentadas no LCD.....	44
Tabela 2 - Sequência processual dos livros da 1ª visitação do Santo Ofício (1591 - 1592).....	49
Tabela 3 - Práticas descritas nas confissões do LRC.	145
Tabela 4 – Relação das blasfêmias confessadas por homens.....	159
Tabela 5 – Relação das blasfêmias praticadas por mulheres.	164
Tabela 6 - Nacionalidade do depoente X Nacionalidade do navio luterano.	191
Tabela 7 - Caracteres empregados pelo not�rio Manoel Francisco.....	349

LISTA DE INFOGRÁFICOS

Infográfico 1- Capas dos sete livros da Primeira Visitação do Santo Ofício.....	47
Infográfico 2 - Relação de outras funções exercidas pelos comissários do Santo Ofício.	110

LISTA DE ORGANOGRAMAS

Organograma 1 – Árvore genalógica da família Rodrigues Lopes	127
Organograma 2 – Árvore genealógica da família Rodrigues Antunes.....	132

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Quantitativo de depoentes por época.	117
Gráfico 2 – Percentual de depoentes do crime de judaísmo.	139
Gráfico 3 - Registro do crime de blasfêmia conforme o sexo do declarante.	148
Gráfico 4 - Número de ocorrências dos tipos de sodomia descritos no LRC.	166
Gráfico 5 - Relação entre grupo étnico dos indivíduos que confessaram as práticas de gentilismo.	184
Gráfico 6 - Relação das etnias dos indivíduos que confessaram as práticas de gentilismo.	185

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANTT	Arquivo Nacional da Torre do Tombo
LD1	Livro 1 de Denúncias
s.p	sem número de página
s.d.	sem data
subst.	substantivo
verb.	verbo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA: A VISITAÇÃO DO SANTO OFÍCIO O PRIMEIRO LIVRO DAS RECONCILIAÇÕES E CONFISSÕES.....	23
1.1 Notícias sobre a Santa Inquisição e o Tribunal do Santo Ofício	23
1.2 A Primeira Visitação do Santo Ofício ao Brasil	29
1.3 Procedimentos para apresentação do Tribunal do Santo Ofício.....	45
1.4 Ordem sequencial dos livros produzidos	48
2 O PRIMEIRO LIVRO DAS RECONCILIAÇÕES E CONFISSÕES COMO FONTE DOCUMENTAL	51
2.1 Análise do LRC sob o viés histórico.....	53
2.1.1 O registro do índio no LRC	55
2.1.2 O registro do mameluco no LRC	57
2.1.3 Aspectos da vida privada	60
2.1.4 Rol de livros proibidos pelo Tribunal do Santo Ofício: episódios descritos no LRC	61
2.2 As edições do LRC	68
2.3 O estudo linguístico do LRC	75
2.3.1 Subsídios para a delimitação do campo lexical de alguns dos crimes perseguidos pelo Tribunal do Santo Ofício.....	78
2.4 Macrocampo: Judaísmo.....	79
2.5 Macrocampo: Sodomia	85
2.6 Macrocampo: Blasfêmia	89
3 O CÓDICE: O <i>PRIMEIRO LIVRO DE RECONCILIAÇÕES E CONFISSÕES</i> ..	98
3.1 Apontamentos sobre a biografia dos inquisidores: Heitor Furtado de Mendonça, Manoel Francisco e Francisco Gouveia	99
3.2 A localização do LRC: registro e legitimação.....	111
3.3 Categorização temática do Primeiro livro das Reconciliações e Confissões	117
3.3.1 Judaísmo	125
3.3.2 Blasfêmia.....	147
3.3.3 Sodomia	164
3.3.3.1 Sodomia feminina	175
3.3.4 Gentilismo.....	180
3.3.5 Luteranismo.....	185
3.3.6 Livro proibido	191
3.3.7 Bigamia	193
3.3.8 Feitiçaria.....	196
3.3.9 Solicitação	200
3.3.10 Fornicação.....	201
3.4 Fichas catalográficas	203

4	O CÓDICE: materialidade e escrita	326
4.1	Autores intelectuais e materiais	326
4.2	Análise diplomática	336
4.3	Estrutura formal das confissões.....	337
4.4	Descrição material do código.....	341
4.5	Punhos que escrevem o texto	346
4.5.1	Abreviaturas do LRC	349
4.6	Principais alógrafos na escrita do notário	353
4.7	As letras ramistas no LRC	354
5	EDIÇÃO	356
5.1	Normas para edição.....	356
5.2	Edição semidiplomática acompanhada de fac-símile	359
	CONCLUSÕES	1006
	REFERÊNCIAS	1009

INTRODUÇÃO

Esta tese tem como objetivos específicos realizar a edição e o estudo filológico do *Primeiro livro das Reconciliações e Confissões (1591 e 1592)*, elaborado por ocasião da primeira visitação do Tribunal do Santo Ofício no Brasil. Para atingir o seu objetivo a contento, esta pesquisa trata dos seguintes pontos: a) a contextualização histórica sobre a elaboração do códice; b) o detalhamento do códice como fonte documental; c) a identificação biográfica das principais partes envolvidas na elaboração do texto, como escriba, interrogador e a categorização temática do códice; d) o exame paleográfico, codicológico e a análise diplomática; e) o levantamento do léxico pertencente à terminologia inquisitorial, referente à descrição das acusações de judaísmo, sodomia e blasfêmia; f) a busca da acepção coeva de alguns dos principais termos que podem compor uma *terminologia inquisitorial*; g) a transcrição semidiplomática do *corpus*.

No cerne desta pesquisa, estão a análise e o estudo do *Primeiro livro das Reconciliações e Confissões* (LRC), cuja escolha como objeto é reproduzi-lo, identificando e definindo as suas coordenadas sincrônicas e diacrônicas, linguísticas e situacionais. Para a realização do estudo filológico da documentação inquisitorial, é preciso compreender o contexto histórico de produção do códice, o perfil dos envolvidos, além de questionamentos que se inserem em um domínio mais amplo, a saber: a) qual é a estrutura formal de um livro desse gênero?; b) quem são as partes que contribuem com a elaboração do texto transcrito?; c) a quem esse texto é dirigido?; d) quais os “termos técnicos”² empregados nesses textos?

No primeiro capítulo, procura-se contextualizar historicamente o processo que levou à primeira visitação do Santo Ofício. Nessa perspectiva, torna-se fundamental depreender as origens da Santa Inquisição e do Tribunal do Santo Ofício. Novinsky (2012) afirma que datam do século XIV os primeiros movimentos que culminaram com o processo que, no século XVI, resultou “[n]a bula papal de 23 de maio de 1536 [que] autorizou a Inquisição no reino lusitano, e em 1540 se

² A palavra anacrônica.

realizou o primeiro auto de fé em Lisboa”. (NOVINSKY, 2012, p.42). A bula de 1536, segundo Bethencourt (2000, p.25), descreve os crimes perseguidos pela Santa Inquisição, a exemplo do “judaísmo dos cristãos-novos, acrescentando o luteranismo, o islamismo, as proposições heréticas e os sortilégios”. Entre a criação do Tribunal do Santo Ofício, em Portugal, e a visitação ao Brasil, houve um hiato de mais de meio século, quando se efetivou a primeira visita, em 1591.

A visitação ao Brasil esteve subjugada ao Tribunal de Lisboa que elegeu, através do inquisidor geral, Alberto d’Áustria, uma comitiva composta por três funcionários do Santo Ofício: o visitador Heitor Furtado de Mendonça, o notário Manoel Francisco e o meirinho Francisco Gouveia. O séquito de inquisidores chegou à cidade de Salvador, Baía de Todos os Santos, em 9 de junho de 1591 e passou a atuar no propósito pretendido somente em 28 de julho. Em decorrência da longa viagem, o visitador Heitor Furtado de Mendonça chegou ao Brasil convalescente. (ARAÚJO, 1991). Além da Bahia, a comitiva capitaneada por Heitor Furtado de Mendonça também esteve na capitania de Pernambuco, entre 1593-1595, quando retornou para Portugal, sem alcançar todos os objetivos definidos pelo inquisidor geral.

Da legitimação e atuação do Tribunal na Bahia é resultante o conjunto documental de livros que foram redigidos pelo notário Manoel Francisco. No total, foi concebida uma série de 9 livros, sendo que apenas 7 estão catalogados e disponibilizados online no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). Observa-se, na ordem sequencial dos livros, que foram redigidos concomitantemente. Tal afirmativa decorre da cronologia descrita nas confissões, quando se descreve que, em um mesmo dia, o notário redigiu tanto nos livros das Confissões e Reconciliações como no de Denúncias³.

No Capítulo 2, procede-se à análise do LRC como fonte documental. Desse modo, analisou-se o livro sob a perspectiva histórica, na medida em que se busca descrever o contexto de produção, além do registro dos indivíduos que se apresentaram para depor: índio, mameluco, cristãos-novos e cristãos-velhos,

³ Ao longo deste trabalho optou-se pela modernização dos topônimos e antropônimos, descritos no LRC.

aspectos da vida privada dos depoentes e, por fim, o rol de livros proibidos pela Santa Inquisição, descritos no LRC. A terminologia utilizada no LRC permite esboçar um estudo léxico-semântico dividido em três macrocampos, segundo alguns dos crimes em análise: o judaísmo, a sodomia e a blasfêmia.

Na sequência, busca-se analisar o LRC sob duas perspectivas: a da identificação dos inquisidores e a da categorização e descrição dos crimes cometidos. Vale ressaltar que, embora se tenha localizado fontes escassas relacionadas à biografia dos inquisidores, realizou-se uma incursão pormenorizada, com o objetivo de apresentar dados confiáveis. Dois dos três inquisidores eram clérigos: o visitador Heitor Furtado de Mendonça e o notário Manoel Francisco. O meirinho Francisco Gouveia pertencia à justiça secular e, portanto, não era religioso. Ademais, descreve-se a relação de todas as culpas descritas no LRC: judaísmo, blasfêmia, sodomia, gentilismo, luteranismo, livro proibido, bigamia, feitiçaria, solicitação e fornicação. O crime mais perseguido pelo Tribunal do Santo Ofício foi, de modo geral, o judaísmo, atribuído ao cristão-novo. No entanto, o crime mais confessado no LRC foi a blasfêmia, ou “Fazer injuria a Deos, ou aos Santos com palavras impias, & sacrilegas” [...]. (BLUTEAU, 1728, p.130). Atribui-se tal prática aos índios nativos do Brasil. Ainda no Capítulo 3, apresentam-se 121 fichas catalográficas com a descrição detalhada de cada confissão. Por meio da consulta às fichas, depreendem-se as informações mais relevantes sobre os depoentes: data da confissão, nome completo do depoente, idade, local de nascimento, grupo étnico, estado civil, local de residência, culpa cometida, se foi sentenciado ou não e, por fim, descrição da culpa no LRC.

No Capítulo 4, examina-se o códice quanto à descrição e identificação dos autores intelectuais e materiais, descrição codicológica, análise paleográfica, análise diplomática e estrutura formal das confissões. Inicia-se pela apresentação dos autores materiais e intelectuais, com a caracterização do notário Manoel Francisco, como o único redator do códice, e com a caracterização dos autores intelectuais. A descrição codicológica, na qual se relata a composição do LRC, “fornece informações que permitem compreender algumas das razões pelas quais os textos se modificam no processo de sua transmissão”. (CAMBRAIA, 2005, p.26). Na análise paleográfica, apresentam-se os caracteres gráficos do punho que redigiu o LRC, com alfabeto e caracterização de cada grafema, levantamento

das abreviaturas e sinais especiais. Na análise diplomática estuda-se a estrutura formal das confissões. Começa-se por estabelecer-se a diferença entre confissão e depoimento. Bellotto (2002) não elenca “confissão” como uma espécie documental, todavia, identifica o “depoimento”, resultante das confissões como tal. A sua tipologia é a de um documento diplomático. Na sequência, detalha-se a estrutura formal das confissões, a partir dos aspectos estabelecidos pela Diplomática.

O Capítulo 5 traz a edição semidiplomática do LRC, para a qual se adotaram as “Normas para transcrição de documentos manuscritos para a história do português do Brasil” (MEGALE; CAMBRAIA; CUNHA, 2001). O texto da edição é justalinear e apresenta-se a par com o fac-símile do manuscrito que lhe corresponde.

Ao concluir o trabalho, apresentam-se as conclusões, que apontam para um conhecimento mais sistemático e, em certos pontos, mais consistente, do que até agora existia sobre o LRC.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA: A VISITAÇÃO DO SANTO OFÍCIO O PRIMEIRO LIVRO DAS RECONCILIAÇÕES E CONFISSÕES

1.1 Notícias sobre a Santa Inquisição e o Tribunal do Santo Ofício

*A cada canto um grande conselheiro
Que nos quer governar cabana e vinha;
Não sabem governar sua cozinha
E podem governar o mundo inteiro.
Em cada porta um bem freqüente
olheiro
Que a vida do vizinho e da vizinha
Pesquisa, escuta, espreita e
esquadrinha [...].*

Gregório de Matos

A contextualização histórica do processo que culminou com a primeira visita⁴ do Tribunal do Santo Ofício ao Brasil é registrada pelas coordenadas sincrônicas e diacrônicas, linguísticas e situacionais do *Primeiro livro das Reconciliações e Confissões (1591-1592)*, doravante LRC. Tal códice⁵ constitui o

⁴ “A palavra visita cobre um amplo campo semântico nessa época, como testemunham os dicionários dos séculos XVI, XVII e XVIII. A definição que dá Raphael Bluteau, por exemplo, concentra-se, em primeiro lugar, na festa da visitação – evoca sua origem bíblica, isto é, a visita feita pela Virgem a Santa Isabel – em seguida refere as religiosas da Visitação – congregação fundada por São Francisco de Sales – e, finalmente, indica a antiga designação de visitas de Natal, quando os rendeiros e foreiros ofereciam suas dádivas aos senhores. O mesmo dicionário inclui a palavra *visitador*, relativa aos visitantes de bispado e de províncias religiosas, sublinhando o sentido religioso do verbo *visitar* – visitar a diocese. [...]” (BETHENCOURT, 2000, p.186). No Regimento de 1640 não se esclarece o teor da visitação, apenas descreve o modo de proceder do visitador. Conferir Siqueira (1998).

⁵ “Códice primitivamente, era assim chamada a aglutinação de pequenas tabuinhas enceradas prontas para a escrita, presas numa das pontas por um fio que atravessava os orifícios aí existentes. Mais tarde designa o manuscrito em folhas de pergaminho ou papel encadernadas juntas, de modo semelhante ao dos nossos livros. É possível que a sua expansão se deva ao uso que os cristãos lhe deram, pois se serviam dele desde o século II. no sentido literal, um bloco de madeira. um livro, dada a semelhança de um livro encadernado com um bloco de madeira. livro manuscrito organizado em cadernos solidários entre si por costura e encadernação. A alteração de formato do rolo para o códice deve ter-se dado, segundo a maioria dos autores, a partir dos finais do século IV. A passagem do rolo para o códice constituiu num dos maiores progressos da cultura, pois a partir desse momento pode passar-se a escrever em folhas soltas, em vez de longas tiras de pergaminho, além de que se utilizavam as duas faces do suporte, o que redundava numa economia considerável. Não se pode esquecer ainda a facilidade de consulta e de localização dos textos que este novo formato permite, além de um armazenamento mais racional. O mais antigo de que se tem notícia designa-se *De bellis Macedonici* e data do ano 100. O mais antigo códice completo é um livro de salmos, em dialeto copta, com 490 páginas e datado da segunda metade do século IV. O fim da

corpus desta tese, a partir do qual se desenvolverá o estudo filológico, a descrição codicológica, a análise paleográfica e diplomática.

Para entender o processo que desencadeou a Primeira Visitação do Santo Ofício ao Brasil, é preciso compreender o contexto histórico de produção do códice LRC, além de questionamentos que se inserem em um domínio mais amplo, a saber: a) Qual é a origem da Santa Inquisição? b) Por que houve e como se procedeu a primeira visitação do Tribunal do Santo Ofício ao Brasil? c) Quem foram os inquisidores?⁶ d) Por que e para quem foi redigido o *Primeiro livros das Reconciliações e Confissões*?

A origem da Santa Inquisição remonta ao século XIII, consoante assevera Herculano (1982, p.27) “O ano de 1229 é a verdadeira data do estabelecimento da Inquisição. Os albigenses tinham sido esmagados, e a luta fora assaz longa e violenta para deverem contar com o extermínio”. Os albigenses viviam na região do Midi, no sul da França e, devido a conflitos relacionados a dogmas religiosos, “constituíram uma espécie de Igreja contra a Igreja de Roma” (NOVINSKY, 2007, p.22), o que culminou com a criação do Tribunal do Santo Ofício medieval.

O Tribunal do Santo Ofício institucionalizou-se como um tribunal religioso, incumbido de julgar e condenar os indivíduos acusados de praticarem atos avessos aos estabelecidos e aceitáveis pela Igreja Católica. Tais indivíduos, denominados de hereges⁷ passaram a ser o principal alvo desse Tribunal. Cabe ressaltar que as penas aplicadas pelo Tribunal do Santo Ofício eram consumadas pela justiça secular, conforme descritas no Regimento do Santo Ofício da Inquisição dos Reinos de Portugal (1774, p.38)

Sendo nos Delictos Espirituaes, e Ecclesiasticos, da Igreja a declaração do erro da Doutrina, e a imposição das Penas, e Penitencias Espirituaes; e da Jurisdicção Temporal a exterior

produção de códices anuncia-se no século XV com o nascimento do livro xilográfico e termina algum tempo mais tarde com a invenção e a expansão da imprensa. (FARIA & PERICÃO, 2008, p.170).

⁶ Inquisidor = *inquisitor*. A palavra vem de *inquisitio* que é para os canonistas *criminis vel criminosi per judicem legitime facta indagatio*, i.e., indagação feita pelo juiz nos termos do crime ou do criminoso ou de um e outro juntamente”. [...] O inquisidor acumulava as funções de acusador e de juiz ordinário”. (SIQUEIRA, 1996, p.524-25).

⁷ “diz-se de, ou que professa doutrina contrária aos dogmas da Igreja. Do prov. *heretge*, deriv. do lat. *haeretĭcus* e, este, do gr. *hairetikós*” (CUNHA, 2010, p. 335)

fórma dos Processos, a erecção das Cadeias, as prizões dos Réos, e a imposição das Penas assim Corporaes, como Pecuniarias; não podem, nem devem os Réos dos referidos Delictos ser exteriormente Processados por outras Leis, que não sejam as desses mesmos Reis, e Principes Catholicos, que como Protectores, e Defensores da Igreja nos seus Reinos, e Dominios, lhe concedêram, e especialmente delegáram o uso da sua Regia Jurisdição para todo o referido: [...]

A primeira visitação do Santo Ofício ao Brasil é um dos resultados da Santa Inquisição e da criação do Tribunal do Santo Ofício na Espanha e, posteriormente, em Portugal. “O Tribunal da Inquisição na Espanha foi criado com o objetivo de extirpar a heresia judaica e eliminar os conversos suspeitos de a praticarem” (NOVINSKY, 2012, p.36) e, desse modo, o fator religioso com relação ao povo judeu foi o principal motivo para a criação desse Tribunal. O poder de atuação do Tribunal foi ampliado com a união entre as coroas de Leão e Castela, resultante do casamento entre os monarcas Isabel e Fernando, que gerou uma verdadeira luta contra os judeus.

O povo judeu coabitou com católicos e mulçumanos, na região onde atualmente se localizam Portugal e Espanha, durante muitos séculos, sendo que, de acordo com Novinsky (2012, p.26), “As diferenças religiosas não eram então sentidas como um perigo para a nacionalidade”. Os judeus residiam em bairros que eram chamados em Portugal de “judiarias”, e na Espanha de “aljamias”, e que ficavam situados nas mais belas áreas das cidades, diferentes dos insalubres e sórdidos “guetos” da Europa de além Pirineus (NOVINSKY, 2012, p.26).

A burguesia católica do reino espanhol passou a se sentir ameaçada pelo povo judeu em virtude do fato de que “a economia da Península Ibérica girava em torno da riqueza acumulada pelos judeus, tendo no comércio e na indústria de tecido os ramos que mais atraíam a esse povo” (HERCULANO, 1982, p.78). Por esse motivo, a coroa espanhola, com Fernando II de Aragão, exigiu ao rei de Portugal numa “cláusula para o casamento de sua filha [Isabel] com o monarca português que seu reino fosse limpo de ‘infiéis, árabes e judeus’ ”(NOVINSKY, 2015, p.40).

O Édito, emitido em 31 de março de 1492, determinou que os judeus deveriam partir da Espanha em até seis meses a contar daquela data. “Das comunidades judaicas que permaneceram, D. Fernando exigiu pesados impostos.

Os judeus que migraram foram proibidos de levar consigo as riquezas móveis e quaisquer metais preciosos” (NOVINSKY, 2015, p.40).

Aos judeus espanhóis só lhes restaram duas alternativas: manter-se no reino à custa de pesados impostos, ou se exilar. Nesse contexto, o reino de Portugal, que ainda tolerava a presença de judeus, acabou abrigando boa parte deles. Presume-se um quantitativo considerável de judeus que fugiram da Espanha, cujos bens foram trocados por itens básicos de sobrevivência, como tecido, no afã de conseguirem guarida em outras terras. Para Vainfas (2010, p.28), “Estima-se que no mínimo 40 mil judeus ali entraram naquele ano, número imenso para a época”. Silva (2012, p.9) informa que “cerca de cem mil judeus migraram para Portugal”, em consonância com Novinsky (2012), que apresenta os seguintes dados:

Os autores divergem sobre o número de judeus que saíram da Espanha. Alguns falam em 120.000, outros chegam a cifras bem mais elevadas. Abraão Zacuto, astrônomo e cronista da época, e que também abandonou Castela nesse período, nos fornece um número muito alto, 180.000 judeus, dos quais 120.000 entraram em Portugal, pagando um preço estipulado, por cabeça. Alguns autores dão cifras muito menores. Talvez 100.000 esteja mais próximo da realidade. (NOVINSKY, 2012, p.39)

Com a chegada dos judeus de origem espanhola, a população portuguesa cresceu de forma acentuada durante cerca de cinco anos. Todavia, em 1496, “ficou estabelecido, que no prazo de um ano, todos os judeus residentes no reino deveriam abandoná-lo, exceto se aceitassem a conversão ao cristianismo” (VAINFAS, 2010, p.29). Assim, em 1497, os judeus foram obrigados a se batizarem na religião católica e passaram a compor uma nova camada denominada de cristãos-novos⁸.

A Inquisição moderna considera o judaísmo do cristão-novo como a prática do criptojudaísmo que “não implicava em práticas de comportamento, mas somente no fato de admitir que cria na Lei de Moisés” (GORESTEIN, 2005, p. 404 apud NOVINSKY, 1992, 75-107). Desse modo, o bojo da perseguição está na

⁸ Conforme descreve Novinsky (2012, p.29-30) “Para escapar à morte, judeus em massa procuraram voluntariamente o batismo. Esse fenômeno é único na história judaica. Em nenhum outro país e em nenhum outro momento de sua longa peregrinação pela diáspora, os judeus aceitaram o batismo em massa, apesar de sempre ter havidos casos individuais de assimilação”.

questão criptojudáica. O cristão-novo, após a dispersão imposta pelos reis espanhóis, encontra-se em um mundo ao qual não pertence. Esse indivíduo não se aceita católico, ao mesmo tempo em que não se integra ao judaísmo, considera-se judeu pelos cristãos e cristãos pelos judeus, sendo que

Internamente é um homem dividido, rompido que, para se equilibrar, se apoia no mito de honra que herdou da sociedade ibérica e que se reflete na frequência com que repete que “trocaria todas as honras do mundo para deixar de ser cristão-novo”. Exatamente nisso se exprime a essência do que ele é: nem judeu, nem cristão, mas “cristão-novo com a graça de Deus”. (NOVINSKY, 2013, p.162)

A atuação do Tribunal do Santo Ofício é autorizada, em Portugal, somente em 1536, com a publicação da bula *Cum ad nihil magis*⁹. No entanto, a sua criação não se efetivou antes, conforme relata Novinsky (2012), devido às “disputas entre o rei e o papa em torno de quem teria a jurisdição sobre o Tribunal”. Desse modo, as divergências entre a coroa portuguesa e o Papado retardaram o processo de criação do Tribunal no território português. No entanto, as discordâncias foram extintas quando D. João III oferece “ao papa uma enorme fortuna em troca da permissão para agir sem a interferência de Roma” (NOVINSKY, 2012. p.33). A atuação do Tribunal do Santo Ofício encerra-se em 1821.

Até meados do século XVI, o Brasil esteve “relativamente a salvo do furor persecutório inquisitorial da segunda metade do século XVI” (VAINFAS, 1997, p. 6), o que influenciou a vinda de muitas famílias de cristãos-novos, as quais encontraram nas colônias d'além mar, a exemplo do Brasil, um refúgio para recomeçar a vida. A presença dos cristãos-novos em solo brasileiro verifica-se desde o início da colonização, cuja atuação voltou-se, especificamente, à comercialização do pau-brasil. Fernando de Noronha¹⁰ foi um judeu que chegou

⁹ Cf. MEA, Elvira Cunha de Azevedo. O Santo Ofício português – da legislação à práticas. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2866.pdf>>. Acesso em 15 ago. 2015.

¹⁰ “Rico empreendedor, comerciante e armador, natural das Astúrias, Noronha era representante do banqueiro alemão Jakob Fugger na Península Ibérica e juntamente com os outros cristãos-novos, comerciantes portugueses, obteve concessão para explorar os recursos naturais do Brasil por mais de dez anos. O consórcio financiou a expedição de Gonçalo Coelho no mesmo ano de 1503.” (NASCIMENTO, 2010, p.132).

“Fernão de Noronha, apesar de cristão-novo, dificilmente converteu-se à força, posto que já era Cavaleiro da Casa Real em 1494, antes portanto da promulgação do decreto de

ao Brasil no alvorecer do século XVI e liderou um consórcio para atuar na exploração da preciosa madeira vermelha, tornando-se um dos primeiros grandes exploradores de pau-brasil. Holanda (1995), sobre o papel desempenhando por Fernando de Noronha, alude que

[...] com o reino voltado para as índias, D. Manuel procurou valer-se de particulares para a ocupação do Brasil. A primeira tentativa para tanto o arrendamento da terra, de 1502 a 1505, a Fernando de Noronha, associado a mercadores de fortuna, quase todos judeus convertidos, chamados cristão-novos. (HOLANDA, 1995, p.49)

Com exceção dos mercadores que passaram a explorar o pau-brasil, nos primeiros anos que se seguiram ao descobrimento, Portugal não conferiu tanto interesse à nova possessão. Na época os olhares estavam voltados para o comércio das especiarias provenientes da Índia, como o gengibre, cravo, canela, pimenta. Nesse contexto, um fato histórico obrigou a colônia a rever essa posição, considerando que os franceses também se lançaram na exploração do pau-brasil. Conforme descreve Doria, (2012, p.53): “[...] os franceses tinham os tupinambás, de Angra dos Reis, Cabo Frio e Guanabara em boa conta. Os nativos faziam fortunas para os normandos [...]”.

Os franceses fizeram-se presentes e, portanto, uma ameaça à colônia, incitando Portugal a investir mais na defesa e no povoamento das novas terras. O tráfico e a comercialização do pau-brasil tornaram-se motivos de preocupação para a coroa portuguesa, pois “se os franceses conseguissem controlar o território todo, pau-brasil não teria mais” (DORIA, 2012, p.54). Após muitas investidas, os franceses fundaram, em 1555, a França Antártica, na Baía de Guanabara, fator que exerceu grande influência para a metrópole legitimar o processo de colonização.

O pouco interesse de Portugal pela colonização do Brasil refletiu-se diretamente na ausência da atuação inquisitorial, se considerar-se que a autorização da criação do Tribunal do Santo Ofício em Portugal ocorreu em 1536, e a primeira visitação ao Brasil só foi realizada em 1591, conforme constam dos registros do LRC. Nesse intervalo de pouco mais de meio século ocorreram

expulsão dos judeus do reino, tanto que adotou o sobrenome em homenagem ao padrinho, D. Antônio de Noronha, contudo, assinava Loronha, para diferenciá-lo da família Noronha, de cristãos velhos.” (WIZNITZER, 1960, p.7)

alguns fatos isolados concernentes às condenações dos crimes perseguidos por esse Tribunal. Destaque-se que “Em 1573 foi queimado um francez heretico na Bahia. As circunstancias não vieram a nosso conhecimento [sic] Estava nas atribuições episcopaes velar pela pureza da fé, dar combates ás heresias, castigar os herejes” (ABREU, 1922, p.4). O francês ao qual Abreu se refere na obra *Visitação do Santo Officio às partes do Brasil*, é o calvinista¹¹ Jean de Bolés, que foi entregue à justiça secular, representada pelo governador Mem de Sá e o ouvidor geral. Sobre esse fato, em 1585, assim se exprime Anchieta:¹²

Officio de Inquisição não houve até agora, posto que os bispos usam delle quando é necesário por comissão que têm, mas dando apellação para o Santo Officio de Portugal e com isso se queimou já na Bahia um francez herege. Agora tem o bispo D. Antonio Barreiros este officio para com os Indios somente e é nomeado seu coadjutor o padre Luis Grã, da Companhia, que é agora reitor do collegio de Pernambuco. (ANCHIETA apud ABREU, 1922, p.5)

Nesses termos, observa-se que os casos de foro religioso, por ausência de um tribunal à época na Bahia, deveriam ser analisados pelo bispo. De acordo com Frei Vicente do Salvador (1982, p. 202) “Até a vinda do visitador o bispo da Bahia era o comissário do tribunal com apelação para a metrópole”. A responsabilidade atribuída à autoridade episcopal revela que as lentes do Santo Ofício estavam representadas na colônia, mesmo sem a presença oficial de inquisidores. Em contrapartida, o fato de não haver representantes legais permitiu que pairasse certa tranquilidade para os cristãos-novos, que vieram para o Brasil fugidos das perseguições implantadas em Portugal.

1.2 A Primeira Visitação do Santo Ofício ao Brasil

A primeira visitação do Santo Ofício ao Brasil, cujo destino era Salvador, capital da colônia desde 1549, ocorreu em 1591 e foi autorizada pelo vice-rei e

¹¹ Conjunto das ideias e doutrinas de João Calvino (1509-1564), teólogo e reformador cristão, um dos grandes nomes da Reforma protestante”. (HOUAISS, 2009).

¹² José de Anchieta foi um padre jesuíta de origem espanhola, que atuou a partir da segunda metade do século XVI na catequização e evangelização dos índios brasileiros. O jesuíta é um dos responsáveis pela fundação da cidade de São Paulo e é autor de algumas obras, dentre elas “Arte e Gramática da língua mais usada na costa do Brasil”. (MOUTINHO, 2009).

legado de latere,¹³ Alberto d'Áustria,¹⁴ instituído inquisidor geral pelo papa Sixto V, em 28 de janeiro de 1586. Em 2 de março de 1591, Heitor Furtado de Mendonça¹⁵ nomeado pelo inquisidor geral “para visitador dos bispados de Cabo-Verde, São Thomé, Brasil e administração de São Vicente ou Rio de Janeiro, chegou à capital baiana com o governador D. Francisco de Sousa em 9 de junho, domingo da Santíssima Trindade” (ABREU, 1922, p.7). No final do ano de 1595, a visita realizada por Heitor Furtado extrapolou o prazo estipulado, limitando-se apenas ao Brasil. Não foi possível visitar os demais bispados. Quando foi “chamado pelo Conselho, no início do ano seguinte Heitor já estava de volta a Portugal, atuando na Inquisição reinol. Há notícias do primeiro visitador do Brasil pelo menos, na primeira década do século XVII [...]”. (ASSIS, 2005, p.8).

A segunda visitação, também ocorrida na Bahia, foi capitaneada pelo inquisidor Marcos Teixeira, entre 1618 e 1620. A terceira, entre 1763 e 1769, abarcou a capitania do Grão Pará e Maranhão e foi realizada pelo visitador Pires da Veiga. Essas três visitas produziram vasta documentação conservada em parte no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT).¹⁶

A legitimação da primeira visitação é conferida a Heitor Furtado de Mendonça, conforme atesta Abreu (1922, p.17): “o visitador dispunha do monitório¹⁷ de 1536, formulado por D. Diogo da Silva, inquisidor-mor, e do Regimento de 1552,¹⁸ promulgado pelo cardeal infante D. Henrique, inquisidor

¹³ “He o Cardeal, que assistindo aos lados do Pontifice, como hum dos seus conselheiros ordinarios, he mandado à Corte de algum Principe soberano. Legatus à latere”. (BLUTEAU, 1728, p.49).

¹⁴ “Filho do sobrinho e genro de Carlos V Maximiliano II, imperador da Alemanha, o archiduque Alberto d'Austria nascido em 1561, educou-se na Espanha, seguiu a carreira ecclesiastica, logrou o cardinalato em 1573, o arcebispado de Toledo em 1584. Conquistado Portugal, Philippe II, seu tio, nomeou-o vice rei, e no posto se manteve durante dez annos até removelo para os Paizes Baixos a guerrear contra francezes e holandezes.” (ABREU, 1922, p.6).

¹⁵ Doravante será adotada a ortografia modernizada para o nome do visitador Heitor Furtado de Mendonça, a saber Heitor Furtado de Mendonça. Optou-se pela modernização dos nomes próprios e, para tanto, utilizou-se como referência a pesquisa desenvolvida por Vainfas (1997), que vale-se da modernização dos antropônimos e topônimos.

¹⁶ Parte da documentação referente à Inquisição portuguesa encontra-se disponível, em fac-símile, no site do ANTT. Disponível em: < <http://antt.dglab.gov.pt/>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

¹⁷ “O monitório de D. Diogo servia de duplo fim de facilitar o exame de consciencia dos confitentes e de indicar o caminho aos espiões e delatores” (ABREU, 1922, p.17).

¹⁸ Conjunto de normas que serviam para reger a Santa Inquisição, durante o período que perdurou a atuação do Tribunal do Santo Ofício. No total, foram publicados quatro

geral”. A comitiva eleita pelo inquisidor geral compunha-se pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça, capelão d’el Rei, o padre notário, Manoel Francisco, e o meirinho Francisco Gouveia.

A instalação de tribunais concretizou-se apenas em Goa e Portugal, nas demais colônias portuguesas houve apenas visitação, a exemplo do Brasil, cujas penas mais severas eram consumadas em Lisboa. Sobre o modo de atuação do Tribunal do Santo Ofício, Marquilhas (2000) o define de dois modos: o *estável* – ligado às sedes dos tribunais – e o *ambulante* – derivado das visitas dos inquisidores a pontos diversos do território sob sua jurisdição. A atuação no Brasil ocorreu de modo ambulante, sob a influência do Tribunal de Lisboa.

O momento de apresentação da comitiva do Santo Ofício era acompanhado de procissão solene, com muita pompa e festividade. Cabe ressaltar que toda ritualística a ser seguida já estava previamente estabelecida nos Regimentos da Inquisição.¹⁹ Pimentel (2005) descreve que

Estas visitas deveriam ser instaladas de acordo com um cerimonial já previsto no Regimento da Inquisição. De acordo com eles, a hierarquia deveria ser respeitada e ficar muito em evidência. O visitador deveria ser reverenciado pelo poder eclesiástico, pelas “justiças e oficiais da câmara”, que deveriam recebê-lo fora da cidade e acompanhá-lo até o local onde ficaria hospedado. O início da visita se faria com uma procissão solene na qual ele ocuparia lugar de destaque junto às relíquias e culminaria com missa na maior igreja do lugar, após a qual seriam enunciados os Éditos de Fé e da graça. (PIMENTEL, 2005, p.8)

Araújo (1991, p. 24) declara que a comitiva vivenciou momentos de extrema penúria, enfrentando grandes empecilhos durante a viagem para o Brasil, realizada na nau *Nossa Senhora do Ó*. O visitador Heitor Furtado, por exemplo,

Regimentos do Santo Ofício da Inquisição dos reinos de Portugal, respectivamente 1554, 1613, 1640 e 1772. (MEA, 2001).

¹⁹ “7º. Depois disto [procedimento de apresentação à Câmara e aos juizes ordinários], no primeiro dia santo, que houver mandará publicar nas igrejas do lugar, o dia em que se há de fazer a publicação da visita, com o sermão da Fé, que sempre será domingo, ou dia santo; e que portanto encomenda muito ao povo Cristão se ache presente; e mandará por autoridade Apostólica, que nesse dia não haja outra provisão, nem pregação em alguma Igreja; e aos Religiosos, Priores, Curas, e mais Clero da Cidade, vila, ou lugar, acompanhem a procissão, que se há de fazer, nomeando as Igrejas, de que se há de sair, e onde a visita se há de publicar, que serão as que lhe parecer convenientes; e avisará as justiças da Câmara, para que na procissão o acompanhem, e ao saber da terra, ou Alcaide-mor, para que na publicação se achem presentes”. (SANTO OFÍCIO, 1640, p.718)

ficou convalescente durante a viagem, ocasião em que contraiu beribéri.²⁰ Ao desembarcar na Bahia, encontrava-se com a saúde muito debilitada. Frei Vicente do Salvador (1982, p.261), contemporâneo à visitação do Santo Ofício, assim descreve o estado de saúde do visitador Heitor Furtado de Mendonça:

[...] que chegou mui enfermo com toda mais gente da nau, exceto o governador que veio curando e provendo do necessário, mas, depois que desembarcou e foi recebido com as cerimônias costumadas, adoeceu e se foi curar ao colégio dos padres da Companhia, onde havendo chegado ao último da vida, lhe quis Deus fazer mercê dela. E a primeira saída que fez, ainda mal convalescido foi pera assistir em o primeiro ato da fé, ainda mal convalescido estava são, publicava na sé suas patentes e concedia tempo da graça.

Sobre o trajeto realizado pelo visitador após desembarcar da nau para o convento localizado no Colégio dos Jesuítas, na parte alta da cidade de Salvador, Araújo (1991, p.23) assinala que “O doente permaneceu na mesma cadeira de bordo, que a balança ia suspender até o colégio. Mas, para suma desonra do Inquisidor, os nós das cordas se desfizeram e a cadeira com seu ocupante despencou.”

O visitador Heitor Furtado foi acompanhado durante a travessia para o Brasil pelo notário Manoel Francisco, pelo meirinho Francisco Gouvea²¹ e também pelo recém-nomeado governador geral Francisco de Souza (1591-1602) “nomeado com um título a mais, o de governador das minas de ouro de prata, o que era um indicativo da constante preocupação de Espanha com a possibilidade da descoberta de ouro e prata no Brasil” (TAVARES, 2008, p.114). Nesse sentido, a afirmação apresentada por Tavares é legitimada com a de Aguilar (2001), quando descreve que, na história geral das bandeiras paulistas, Francisco de Souza foi “um convicto das riquezas minerais do Brasil e um obstinado na sua pesquisa, que se traçaram diretrizes para o avanço dos paulistas nas regiões de Minas Gerais e Guairas, o que possibilitou a organização de expedições armadas,

²⁰ “Uma enfermidade carencial causada pela falta de tiamina (vitamina B1). Os sintomas incluem dor por neurite, paralisia, perda muscular, constipação crônica, edema progressivo, deterioração mental e finalmente insuficiência cardíaca. (DUNCAN, 1995. p.115)

²¹ Será adotada, a partir de agora, a ortografia modernizada para o sobrenome Gouvea, a saber, Gouveia.

as chamadas Bandeiras” (AGUILAR, 2001, p.133). Assim, observa-se que o governador já estava imbuído da possibilidade de localizar ouro e prata no Brasil, o que culminou com as Bandeiras.²² Não se trata de um único movimento, mas de diversos, que visavam ao mesmo objetivo, a busca incansável por ouro e prata. Salvador (1976) destaca que

As bandeiras paulistas às reduções jesuíticas estão, na verdade, prenhes de finalidades econômicas, porque supriam de braços as carências do planalto, e, de certo modo, as dos engenhos espalhados pela costa até o Nordeste, sobretudo no Rio de Janeiro e Bahia. Muitos dos que tomaram parte nelas faziam-no somente por isso, mas não resta dúvidas que outros conduziram-se por motivos geopolíticos. (SALVADOR, 1976, p.303)

Do fôlio ||1v.|| do LRC constam os procedimentos adotados para efetivar a visitação,²³ conforme se observa a seguir:

²² “Eram expedições feitas pelos colonos, á [sic] cata de índios para escravizar ou, ainda, em busca de metais e pedras preciosas. As entradas foram geralmente promovidas por portugueses, ao passo que as bandeiras foram realizadas espontaneamente pelos paulistas. As primeiras eram oficiais, patrocinadas pelo poder público e dirigiam-se mais para o norte, à procura de minas” (PORCHAT, 1993, p. 54).

²³ No Regimento do Santo Ofício de 1640 consta que o visitador “3º. Procurará quanto for possível, começar a visita nos Bispados, pelas cidades onde o Bispo residir; e, antes de entrar nela, avisará com tempo por carta as justiças, e oficiais da Câmara, do dia da entrada, enviando-lhe as cartas de sua majestade, para que o venham receber, e o possam como comodidade apresentar.” (SANTO OFÍCIO, 1640, p. 717).

Figura 1 - Fólio 1v. do LRC, com a apresentação dos procedimentos adotados para efetivar a visitação.

A partir da leitura do fac-símile, observa-se que o início da atuação do Tribunal do Santo Ofício ocorreu no domingo de pentecostes, dia 28 de julho de 1591. O notário Manoel Francisco relata que o visitador Heitor Furtado de Mendonça foi levado para a Catedral da Sé de Salvador, capital da Bahia e de todo seu recôncavo. Com relação à abrangência de atuação, afirma também que ao redor de uma légua, nos próximos trinta dias da graça,²⁴ todos poderiam confessar-se perante o visitador, e publicou na Sé o édito de ação da graças,²⁵ a transcrição do alvará de sua Majestade, para que, espontaneamente, as pessoas confessassem suas culpas no período estabelecido. Além da publicação, o édito e o alvará foram afixados na porta da Sé.

O texto arrolado em LRC “Daqual publicação se fez auto emque | tudo meudamente sedeclara no Primeyro Liuro | das denunciações desta Visitação no Princi- | pio a folhas sete”, que versa sobre os procedimentos de apresentação do Tribunal do Santo Ofício, é complementando pelas informações descritas no Primeiro livro de Denunciações (LD1), ANTT, Liv. 779.²⁶ O documento conta em detalhe que, em 28 de julho de 1591, instalou-se o ato de publicação dos éditos de fé, na cidade de Salvador, Capitania de Todos os Santos, acompanhado de uma procissão solene, que partiu da Igreja de Nossa Senhora da Ajuda²⁷ até a

²⁴ Refere-se ao prazo de trinta dias, contados a partir da publicação do Édito, para que o depoente se apresente perante o Tribunal do Santo Ofício e possa receber perdão pelos pecados confessados.

²⁵ Documento no qual se publicam todos os crimes perseguidos pelo Tribunal do Santo Ofício. No LRC descreve-se no édito publicado para a região do recôncavo, já em 1592, o rol de “suspeitas de fé” que todos deveriam confessar. Informa-se que todos os vizinhos, residentes, de passagem ou presentes em torno do dito recôncavo, viessem denunciar perante o visitador no período de trintas dias. Deveriam relatar tudo que soubessem ou ouvissem que qualquer pessoa tivesse feito ou cometido contra a Santa fé católica, no que crê e ensina a Santa Madre Igreja. Além disso, consta que as pessoas apresentadas no período da graça, receberiam, conforme alvará demitido pelo Rei, perdão das “fazendas”.

²⁶ LD1 apresenta na sua introdução toda a documentação que norteia a visitação do Santo Ofício na cidade de Salvador. Desse modo, a fim de complementar as informações contidas em LRC, julgou-se relevante acrescentar informações descritas em LD1.

²⁷ “[A Igreja da Ajuda] cuja origem está ligada à primeira igreja mandada erguer pelos jesuítas – em taipa e coberta de palha – em terras da Bahia. Os padres se alojaram ao derredor do tempo “em umas casinhas humildes”. Decorridos três anos [1552] chega à cidade o bispo Pero Fernandes Sardinha, a quem os jesuítas passam a posse e uso da capela, indo viver no Monte Calvário, onde se localiza atualmente a Igreja do Carmo. Com a presença do prelado, aquela que era apenas a Capela da Ajuda, apesar das suas modestas instalações, passa a funcionar como Sé – a *Sé de Palha* o batismo popular” (DÓREA, 2006 p.147).

Catedral da Sé. Aqui se retrata a pompa exigida pela ocasião na qual o visitador “em huma cadejra de ueludo cramesim guarneçjda de ouro de | baixo de hum doçel de damasco cramesin na Capella major a sima | dos degraos junto do altar a parte do euangelho, se disse A missa com | mujta solemnidade”. Ainda concernente à exibição pública do visitador²⁸, Assis (2005, p.1) menciona que Heitor Furtado “vinha vestido de gala, acomodado em ricos ornamentos, cercado por adornos vários: panos bordados em ouro, imagens sacras talhadas com perfeição a glândula, símbolos da Igreja a reluzir o vigor da instituição que esticava seus braços controladores”.

A seguir observa-se no Mapa 1²⁹ a representação da cidade de Salvador, Capitania da Baía de Todos os Santos e seus arredores, a exemplo de Jaguaripe e Ilhéus. Trata-se de uma ilustração produzida em um recorte cronológico, bem próximo ao período da visita. Posteriormente, no capítulo concernente à análise das confissões, observar-se-á a citação dessas vilas como local de residência de alguns depoentes.

²⁸ O Regimento de 1640 trata especificamente sobre o Visitador e as etapas de sua apresentação, consoante o bispado a ser visitado. No Título IV, Capítulo 8º, observa-se a ritualística de apresentação do visitador e demais procedimentos: “No dia assinado para a publicação da visita, se fará procissão solene, com as maiores demonstrações de respeito, e autoridade, que for possível; irá o Visitador, dentre as relíquias, acompanhando de todas as justiças da terra, e oficiais de câmara; e entrando na Sé, junto à porta principal, a virá esperar o cabido, e acompanhará até a Capela mor, onde terá cadeira de espaldas sobre uma alcaifa, e aos pés uma almofada de veludo, em se sentará o visitador de parte do evangelho no andar do altar, e somente na Sé onde o Bispo tiver sua cadeira, ficará o visitador da parte da Epistola; e se convém; irá o Visitador de sua casa com as justiças, e oficiais da Câmara, que o acompanharão até a Igreja, em que se há de fazer a publicação. 9º. Logo se começará a missa com todas as solenidades, com o diácono, e subdiácono, e haverá sermão da Fé, para o qual terá o Visitador escolhido pessoa de limpo sangue, de letras, e de conhecida virtude. O pregador captará benevolência ao Visitador, dizendo, muito ilustre senhor; e se estiver presente o Bispo, a captará primeiro ao Visitador, mas se for de tanta qualidade, e senhorio, que se possa presumir, que ele se sentiria de lha captarem primeiro; o visitador pelo modo que lhe parecer conveniente lhe mandará significar o dia antes, que naquele ato se há de captar primeiro benevolência a ele Visitador; para que sendo assim avisado, tenha tempo para saber o como se há de haver na matéria”. (SANTO OFÍCIO, 1640, p.718).

²⁹ O Mapa 1 pertence ao códice da Biblioteca da Ajuda, de autoria do cartógrafo português Luís Teixeira, autor do **Roteiro de todos os sinais, conhecimentos, fundos, baixos, alturas e derrotas que ha na costa de Santo Agostinho até ao estreito de Fernão de Magalhães**, 1574. Fonte: Site da Biblioteca da Ajuda.

Fé e da Graça, além dos alvarás de Sua Majestade, cujo perdão por trinta dias foi assegurado a todos que se apresentassem durante o tempo da graça.

No LD1 observa-se que o notário Manoel Francisco dá continuidade à descrição da cerimônia:

Eu notario ao mesmo pulpeto com huma sobre= | lix, e com a cabeça descuberta lei; e publiquej a constiucam | e motu proprio do Santo Padre Pio qujnto de boa memorja em fauor| da sancta inquisicam, e contra os que ao fendem e a seus menis= | tros traduzida de latim em limgoagem portugues e emfim lej ma= | is çetos capitulos em que o ditto *senhor* uisitador mandaua e de| declaraua certas cousas saõ que lhe leuasem todos os liuros ou os | rois dos liuros que tinhaõ, e que não se saisse niguem entaõ| da Igreja antes de se acabar o acto, e que conçedia quarenta dias | de indulgencia aos que allj se achauão presentes, e outros| semelhantes capitullos pera bem da uisitação.

A ritualística é prosseguida pela descida do visitador que se encontrava entre duas dignidades, ao meio da capela maior, onde se descreve um altar portátil ornado com uma cruz de prata. O governador geral e os juizes, vereadores e oficiais ajoelharam-se perante o Regimento³¹ conferindo-lhe juramento da fé³².

Cumprе ressaltar que o LD1 norteia e inicia a sequência processual de todos os códigos que compõem a documentação produzida em decorrência da visitaçāo do Tribunal do Santo Ofício. Esta afirmaçāo baseia-se consoante o conteúdo descrito em LD1, visto que as informaçōes arroladas no LD1 antecedem às denunciaçōes, confissōes e reconciliaçōes apresentadas nos demais. A seguir,

³¹ Regimento - Do latim *regimentum* (direção, regime, governamentação), é juridicamente tomado na acepção de ordenação ou conjunto de regras que se dispõem como regime de alguma coisa, notadamente sobre o regimento de cargos ou ofícios. O regimento, assim, insere as normas de conduta ou estabelece a forma de ação e direção, instituídas para a boa ordem ou governos das coisas. Desse modo, o regimento refere-se propriamente à forma ou ao procedimento, dispondo, muitas vezes, sobre a aplicação da própria lei. (SILVA, 1998. p.324)

³² No Regimento do Santo Ofício de 1613, Título II, Capítulo II descreve-se que “Tanto que o Inquisidor chegar ao lugar da Comarca onde de novo há de começar a entender no Ofício da S. Inquisição, depois de ter apresentado seus poderes ao Prelado daquela Diocese, fará juntar as Justiças Seculares e lhes apresentará a Patente da sua majestade, concedida ao Ofício da S. Inquisição, e dar-lhe-á o traslado dela, se cumprir, para que sejam informados do que Sua Majestade manda e depois mandará apregoar e notificar o dia em que se há de publicar o edito da S. Inquisição, que será domingo ou Dia Santo de guarda, e assim em que a Igreja, para que a clerezia e o povo sejam presentes nela a qual Igreja será a que parecer bem mais conveniente para isso. e para ouvir o sermão da FÉ”. (SIQUEIRA, 1996, p.619)

é apresentada uma identificação, de caráter introdutório, de todos os documentos arrolados no LD1. O objetivo é agregar informações para uma melhor compreensão da legislação na qual se baseou o visitador e, assim, aplicar as ações descritas no LRC.

O monitório do Inquisidor Geral é uma cópia do original manuscrito pelo notário Manoel Francisco. No monitório delinea-se a comissão capitaneada pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça, eleita para visitar o bispado de Cabo Verde, São Tomé, Brasil e todas as cidades, vilas e lugares dos ditos bispados e da administração de São Vicente. Ao visitador concede-se “autoridade apostolica poder e faculdade pera que possa inquirir contra todos, e qualquer pessoas assim homens como mulheres, ujuos e defunctos, e ausentes, de qualquer estado [...]” outorgando-lhe plenos poderes para interpelar todos que se julgasse suspeitos ou culpados pelos crimes perseguidos, estivessem vivo ou morto.

Do mesmo monitório constam os procedimentos que deveriam ser adotados em caso de condenação

E pera que possa | prender os dittos <culpados> e sentenciallos em final conforme as mais cousas | que ao ditto carrego, do deputado e uisitador do sancto officio, pertence | rem, e pera todo osobre ditto e suas dependencias lhe comettemos | nossas uezes e damos jnteito poder, e pella mesma auctoridade apresença [...]. (LD1. I. 67 - 72).

Por fim, o inquisidor geral confere ao visitador que

atodas as justiças e pessoas, assi seculares como eclesiasticas a que esta | for mostrada que lhe dem todo fauor e ajuda que por elle e de sua parte | lhe for pedido, e cumpraõ inteiramente seus mandados entudo o | que tocar a a ditta uisitaçaõ e dem ordem, e facaõ comoos culpados serão | presos uendo pera isso seus mandados, e lhe obedeçaõ nas cousas que | pertencem ao santo offcio de modo que por sua <ne>gligencia e descujdo se não | dixerem de fazer como conuem dada em Lixboa a xxuj de Março | de M.D Lxxxxj Matheus Pirayra o fez – O cardeal Antonio de Mendõca – Dioguo d Sousa. (LD1. I. 78 - 87).

Dessa forma, verifica-se que Heitor Furtado de Mendonça recebeu respaldo perante os eclesiásticos e seculares, para que fossem cumpridos “inteiramente seus mandados em tudo” no tocante à visitação. Os culpados pelo crime de heresia deviam ser presos, sem negligência no cumprimento dessas ações, apoiadas pelo Tribunal do Santo Ofício.

A provisão do notário Manoel Francisco, na qual o Cardeal Alberto relata que, em decorrência da boa informação sobre ele, sacerdote de missa, concede-se a confiança para ter segredo e verdade a tudo que for referente à sua função de notário: “Ihe damos per Authoridade apostolica poder e faculdade | pera servir o ditto carrego e escreuer todas as cousas *que* pertencerem | a ditta ujsitação” (LD1, l. 77 - 80). O inquisidor geral concluiu notificando ao visitador que o admitisse como notário e o deixasse servir, somente após solicitar-lhe juramento “de *que* se fara | termo per elle assinado, no princjpio do liuro *que* ouuer de serujr | na ditta uisitação pera entodo tempo constar como o auemos assi| por bem” (LD1, l. 95 - 101). No excerto citado, observa-se, como previsto na provisão, que todas as confissões descritas no LRC são finalizadas com a menção do notário, informando que a redigiu de próprio punho.

O traslado da provisão do meirinho Francisco de Gouveia, no qual o inquisidor geral, em virtude da “boa im | formação *quetemos*, da uida e costumes e mais partes de *francisco* de gouuea e comfiando delle que | fara contodo, segredo uerdade, e diligencia”, solicita-se a todos os bispados visitados e a visitar para que o deixem praticar livremente o seu ofício de meirinho e trazer a sua “sua vara branca³³ alcada e | fazer executar todas as mais diligencias que aelle | pertencerem, e sendo por elle Requeridos per boa | exucução dos negocios” (LD1, l. 107 - 9).

Os juramentos realizados por Manoel Francisco e Francisco Gouuea perante o visitador Heitor Furtado de Mendonça tiveram continuidade. Em 1º de julho de 1591, procede-se ao juramento do meirinho e do notário, na cidade de Salvador, Capitania da Bahia de Todos os Santos, nas casas da morada do senhor visitador: “por ele *senhor* foy mandado amj e a francisco de gouuea que presentes estauamos Ihe apre | sentasemos as prouisois de sua alteza pera podermos servir perante elle *senhor*” (LD1, l. 111 - 12). Ora, aqui se verifica que as provisões citadas são as originais, copiadas no LD1. Após a apresentação, seguiu o juramento do notário Manoel Francisco que, estendendo as mãos sobre o Santo Evangelho, afirmou que servirá à sua Alteza com a função de notário, em

³³ Conforme Marques (1756, p.742), a vara branca mencionada refere-se à “vara da justiça, grande vara branca que os ministros da justiça trazem em Portugal a fim de realizar boa execução dos negócios, além de efetuar prisões”.

todos os bispados, guardando verdade e segredo, sem “peita”,³⁴ ou seja, sem corromper-se, cumprindo inteiramente os regimentos da Santa Inquisição, “o qual juramento fiz perante | o ditto *senhor* ujsitador na mesa do despach o e em fe do | sobre ditto asinej aquj no dito dias com elle *senhor* ujsitador”. Cabe ressaltar que, ao final de cada alvará trasladado, o notário Manoel Francisco informa que o original estava de posse da pessoa em questão. Ademais sobressai-se ao término de todas as provisões que “concordam de uerbo ad uerbum e por uerdade asigna | mos ambos, e assignou tambem o ditto Mejrinho” (LD1, l. 115 - 116).

O meirinho Francisco Gouveia, tal como feito pelo notário Manoel Francisco, com as mãos sobre o Santo Evangelho, jurou servir a cargo da Sua Alteza no bispado do Brasil e nos demais “bem e fielmente quanto | a mjinhas forcas e entendimento for posiuel guar | dando em tudosegredo destas ujsitacois e detu | do o que a ellas tocar e que não reřeberej pejta *nem* dadiua de pesoa alguã” (LD1, l. 132 - 135). O meirinho reforça o mesmo teor do juramento do notário, quando afirma que não será corrompido, nem aceitará favores, seguindo sempre o regimento da Santa Inquisição. Conclui o juramento assinando juntamente com o visitador Heitor Furtado de Mendonça.

A apresentação ao Senhor Bispo³⁵ da comissão de Sua Alteza foi feita ao senhor visitador, em 15 de julho de 1591. Na apresentação da provisão do Cardeal Alberto ao Bispo Antonio Barreiros consente-se especial comissão do visitador Heitor Furtado de Mendonça, para que, em nome de sua alteza, visite o bispado do Brasil. No LD1, registra-se que o Bispo Antonio Barreiros leu a provisão e a beijou, colocando-se à disposição da comissão do Santo Ofício.

³⁴“Qual cousa, que se dá para sobornar o Juiz, e corromper a justiça” (BLUTEAU, 1728, p.569).

³⁵ Sobre as atribuições do Bispo local, consta no Título IV, 4º parágrafo, que “Antes de dar início à visita, irá visitar o Bispo e sua casa, se ele houver visitado, ou tiver tal impedimento, que o não possa visitar, e lhe dará a carta de sua Majestade, e mostrará as provisões, e poderes, que levar, mas se o Bispo, não tendo justo impedimento, o não vier visitar a sua casa mandar-lhe á mostrar as provisões pelo Notário da visita. E sendo forçado começar a visita por lugar onde o Bispo não reside, se estiver em distância de três, ou quatro léguas, lhe mandará a carta de sua Majestade; e em que quanto não tiver resposta sua, parará com a visita; e se o bispo estiver fora de seu Bispado, mandará mostrar as provisões na forma, que fica dito, as pessoas, que em seu nome governarem o Bispado; e em todo o caso ordenará o Visitador o dar consta ao Bispo, ou a quem por ele governar, de modo que por falta da resposta se não retarde a visita.” (SANTO OFÍCIO, 1640, p.718).

A apresentação da comitiva foi realizada na Câmara na cidade de Salvador, localizada no Paço do Conselho e Câmara, em 22 de julho de 1591. O notário Manoel Francisco fez um relato circunstanciado de que estavam presentes pessoas de fórum nobre, como juízes e vereadores e demais oficiais, a saber: Martin Afonso Moreira (juiz mais velho) e Vicente Rangel (seu parceiro); Garcia d'Avila (vereador mais velho) e Fernão Vaz e Bernardo Pimentel de Almeida (também vereadores); Gonçalo Veloso de Barros (procurador da cidade) e Gaspar das Nãos (escrivão da câmara). Manoel Francisco narrou que “Eu Notario lhes | apresentej huma proujsaõ do Cardeal Alberto Archiduque [...] a qual proujsam de cõmisam o ditto juiz mais uelho léo e lida a beijou, e pos na cabeça, e loguo | todos concordes responderaõ que estão aparelhados” (LD1, I. 132 - 37). Concluiu-se que estão todos de acordo com a provisão do Santo Ofício e que os ajudarão a cumpri-la. Todas as autoridades assinaram o documento que legitima a visitação perante a Câmara, com exceção do vereador Bernaldo Pimentel dalmeida e do escrivão Gaspar das Nãos.

A publicação dos Éditos da Fé e da Graça trazem a provisão de Sua Majestade lida no primeiro ato da fé que se celebrou no Brasil, na Sé da cidade de Salvador, capitania da Bahia de Todos os Santos, em 28 de julho de 1591.

Segue o juramento do governador geral Francisco de Sousa “selebrandose o acto da pubricação da Sancta Inqui | siçam perante o *senhor* uisitador heitor furtado De Mendonça se achou presente o *senhor* Dom *francisco* de Sousa do conselho de sua mages | tade gouernador detodo este estado do brasil” (LD1, I. 118 - 21), o qual procedeu a juramento público sobre o Regimento apresentado.

No juramento da Câmara descreve-se que “foraõ presentes| os senhores juizes, e vereadores, e os mais oficiais, da camara” os quais “juraraõ e fizeraõ ojuramento pu | blico da fee Na forma declarada no Regimento” (LD1, I. 132 - 133). Destaque-se que em tal juramento foi acrescida a assinatura do escrivão Gaspar das Naos.

Logo após seguem-se, respectivamente, o juramento do ouvidor da capitania da Bahia, e o juramento dos meirinhos e alcaides da cidade de Salvador. No primeiro, o ouvidor da capitania da Bahia, Cristovão Brandão, prestou juramento, mesmo sem a presença do ouvidor geral. Em seguida, o

juramento dos meirinhos e alcaides da cidade de Salvador, sendo “Jaques Pirez Landim Meirinho da corejã, | e paulo morejra Merjnho da ouujdorja da Capetanja, | e Simaõ borralho alcaide desta Cidade, e Pedro guodinho al | cajde do campo, e antonjo Lobo Merjnho do mar”, os quais validam o juramento com as respectivas assinaturas.

Há também o juramento feito pelo povo, antecedendo ao Édito da graça, em que o notário Manoel Francisco descreve “cheguej abaixo do cruzeiro e em | alta uoz lej apera gente e pouo que estaua presente o | ditto juramento como se tem no Regimento e des | pois de lhe ter lido a forma do ditto juramento perguntej se | o jurauaõ” (LD1, l. 137 - 41). O notário concluiu o juramento narrando que o povo prometeu e respondeu que juravam: “Em nome de todo o pouo asignaraõ aquj, Joam Gonçalves dagujar e Andre Montero, que foram uereadores do Anno pas | sado e geronjmo barbosa quefoj juiz do anno passado” (LD1, l. 145 - 47). Entende-se que a população foi representada por pessoas que já tinham exercido função de autoridade local, sem a presença real da população. Ademais, cabe reforçar que todos os documentos aqui arrolados são assinados pelas pessoas envolvidas, ao final da sua apresentação.

A documentação ora descrita pertence à espécie documental³⁶ de documentos testemunhais, segundo Bellotto (2002, p.29):

são os que acontecem depois do cumprimento de um ato dispositivo ou derivam de sua não-observância ou são relativos a observações sujeitas a relatórios, a termos de visita etc. Podem ser de assentamento os configurados por registros oficialmente escritos sobre fatos ou ocorrências, tais como: ata, termo, apostila, auto de infração etc. Nessa mesma categoria, há

³⁶“Espécie documental é a configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas (CAMARGO & BELLOTTO, 1996). A espécie documental diplomática é aquela que obedece a fórmulas convencionadas, em geral estabelecidas pelo Direito administrativo ou notarial. A vantagem que o conhecimento da espécie documental apresenta para os estudos arquivísticos evidencia-se ao se lembrar que ela é a configuração que um documento assume de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas. Portanto, é a espécie que identifica o veículo que serviu como base jurídica ou consensualmente válida para que o conteúdo do documento, correto em sua estrutura semântica, se tornasse legítimo/fidedigno/ credível. Ciente desses conhecimentos, poderá o arquivista ter um desempenho muito mais eficaz em suas tarefas de organização dos documentos e de disseminação da informação”. (BELLOTTO, 2002, p.27)

também os comprobatórios. São os que derivam dos de assentamento, comprovando-os, tais como os atestados, certidões, traslados e cópias certificadas.

Na Tabela 1, enumeram-se os documentos arrolados no LD1. Na primeira coluna consta a espécie documental e na segunda, o fólio para localização no códice, na ordem apresentada originalmente. Dentre as espécies documentais descritas, há as seguintes:

ALVARÁ - documento diplomático dispositivo de correspondência, descendente. 1. Na administração colonial: modificação, declaração ou reiteração de normas já estabelecidas pela autoridade soberana, em geral, com validade de um ano. (BELLOTTO, 2002, p. 47).

PROVISÃO - documento diplomático dispositivo de correspondência, descendente. Na administração colonial: ato pelo qual o rei confere algum benefício ou cargo a alguém ou emite ordem baseada em dispositivos anteriores. Pode ser emitida também por tribunais superiores. (BELLOTTO, 2002, p. 82).

ÉDITO - documento não-diplomático, de convocação, informativo. Aviso publicado a mando de autoridade competente em órgão de imprensa ou afixado em lugar público. (BELLOTTO, 2002, p. 66).

ESPÉCIE DOCUMENTAL	Nº DO FÓLIO
Alvará	1r a 1v
Provisão	2r
Provisão	2v a 3v
Provisão	4r a 5v
Provisão	6r
Provisão	6r
Édito	7r
Provisão	7r
Provisão	7r a 7v
Provisão	8v
Provisão	9r
Provisão	9r a 10v

Tabela 1 - Espécies documentais apresentadas no LD1.

Assim, o alvará, as provisões e o édito elencados subsidiaram a legitimação da Primeira Visitação do Santo Ofício ao Brasil. Tais documentos registram todas as etapas relacionadas ao processo de visitação.

1.3 Procedimentos para apresentação do Tribunal do Santo Ofício

Os procedimentos que serviram de base para a apresentação e instalação dos trabalhos do Santo Ofício estão incluídos no LRC, fólio ||1r.||. Tais informações estão relacionadas ao conjunto documental dos nove livros redigidos pelo notário Manoel Francisco, com o intuito de registrar as confissões, denúncias e reconciliações, além das ratificações. Na figura 2 está a relação de livros produzidos por ocasião da Primeira Visitação do Santo Ofício.

Figura 2 - Fólio 1r. do LRC com a relação dos livros produzidos por ocasião da Primeira Visitação.

Na sequência processual descrita, o LRC se enquadra como o primeiro livro das confissões, precedido dos quatro livros das denúncias. Conforme apresentado nas transcrições, são quatro os livros de denúncias, três os de confissões e dois os de ratificações. O LRC e os demais livros encontram-se disponíveis no ANTT, em formato digital, com as seguintes cotas: 1- 0777 - Livro 1 das confissões; 2 - 0778 – Livro 3 das Confissões; 3 - 0779 – Livro 1 das Denúncias; 4 – 0780 – Livro 3 das Denúncias; 5 - 0781 – Livro 4 das Denúncias; 6 – 0782 – Livro 2 das Ratificações e 7 – 0984 – Livro de Ratificações³⁷. Do Regimento de 1640 Título VI, Capítulo 6º, consta que, sobre as denúncias e confissões, serão elaborados três livros; o primeiro para os culpados nos crimes de heresia; o segundo dos confessores solicitantes e o último sobre pecado nefando (sodomia). A título de ilustração observa-se Infográfico a seguir a capa dos sete livros que estão disponibilizados online pelo ANTT.

³⁷ A denominação dos livros é a mesma apresentada no site do ANTT. Disponível em: < <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=2318682>>. Acesso em: 10 mar. 2012.

0777
Livro 1 das confissões

0779
Livro 1 das Denúncias

0781
Livro 4 das Denúncias

0984
Livro de Ratificações

0778
Livro 3 das Confissões

0780
Livro 3 das Denúncias

0782
Livro 2 das Ratificações

Infográfico 1- Capas dos sete livros da Primeira Visitação do Santo Ofício.

O conjunto de livros produzidos e identificados, que foram redigidos na Primeira Visitação do Tribunal do Santo Ofício ao Brasil (1591-1595)³⁸, não corresponde aos atualmente disponíveis no site ANTT. Deste acervo documental nota-se a ausência de dois livros, o Livro 2 de Confissões e o Livro 2 de Denúncias. Sobre o acervo referido, ABREU (1922, p.6-7) descreve:

Os livros da visitação eram nove: tres de confissões, quatro de denúncias, dois de ratificações. Estes estão completos: das confissões falta o volume de Pernambuco, que era o segundo; de denúncias restam o primeiro da Bahia e o terceiros, muito desorganizado, sem ordem geographica, sem ordem chronologia, incluindo Bahia e Pernambuco, a julgar pelos summarios de Antonio Baião. É possível que ainda apareçam os tres que faltam. Na Torre do Tombo os processos do Santo Officio andam por dezenas de milhares.

Em 1922, Abreu informa que faltavam 3 livros. Contudo, com a catalogação do Livro 4 das Denúncias, resta a localização dos exemplares do Livro 2 de Confissões e do Livro 2 de Denúncias, conforme descreve Farinha (1990, p.204).

1.4 Ordem sequencial dos livros produzidos

Para identificação da ordem de produção dos livros, procedeu-se à sua análise cronológica de composição. Na tabela 2, apresentam-se informações relacionadas ao título do livro, data inicial, data inicial das arguições, data final, término das arguições e local. Cabe ressaltar que, conforme descrito na cronologia dessas produções, o LRC foi o primeiro a ser redigido, seguido pelo Livro 1 de Denúncias (LD1), Livro 3 de Denúncias (LD3) e Livro 1 de Ratificações (LR1), que juntamente com os demais foram iniciados e concluídos em Salvador, exceto o LD3 que foi concluído na cidade de Olinda - Pernambuco.

Os livros produzidos por ocasião da visitação em Pernambuco passaram a ser redigidos a partir de 1593 com o Livro 4 de Denúncias (LD4), sucedido pelo Livro 2 de Ratificações (LR2), todos iniciados e concluídos em Olinda.

³⁸ Englobam-se as capitanias da Bahia e Pernambuco.

LIVRO	Data inicial	Data final	Local	
Livro 1 de Denúncias	30/07/1591	21/08/1593	Salvador	
Livro 3 de Denúncias	25/08/1591	27/08/1593	Salvador	Olinda
Livro 4 de Denúncias	21/09/1593	13/09/1595	Olinda	
Livro 1 de Reconciliações e Confissões	29/07/1591	11/02/1592	Salvador	
Livro 3 de Reconciliações e Confissões	06/02/1592	25/07/1593	Salvador	Olinda
Livro 1 das Ratificações	21/09/1591	17/11/1594	Salvador	
Livro 2 das Ratificações	23/11/1594	13/09/1595	Olinda	Olinda

Tabela 2 - Sequência processual dos livros da 1ª visitação do Santo Ofício (1591 - 1595).

A Tabela 2 mostra que o LRC inicia a sequência processual, sendo que esse códice foi produzido em conjunto com LD1, LD3, LRC3, LR1 e LR2, todos iniciados em Salvador. Em continuidade, a redação de LD4 e LR2 começou em Olinda, com a Primeira Visitação do Santo Ofício (1593-1595) realizada à capitania de Pernambuco. Sobre a cronologia concernente à elaboração do LRC e LD1, Abreu (1922), baseando-se em estudos realizados sobre as referidas obras, justifica a simultaneidade no processo de apresentação das confissões e denúncias, destacando-se que

Comparando as confissões agora impressas com as denúncias que o serão depois tem-se às vezes idéia de corrida de aposta: o peccador confessa-se a toda pressa para aproveitar os dias da graça; o zelota vai com o mesmo impeto denunciar para não ser cúmplice, para aparentar devoção e fervor. (ABREU, 1922, p.27)

No tocante à composição de LRC, faz-se necessário esclarecer como se organiza a estrutura das confissões que constam no códice. Entende-se por fórmula fixa as partes do texto que são repetidas de forma recorrente nas confissões. O que difere uma confissão da outra são os pormenores do depoente, a partir dos dados particulares elencados.

O fôlio que se segue ao de abertura descreve e identifica o teor do LRC. Dele consta a informação de que se trata da Primeira Visitação do Santo Ofício ao Brasil, autorizada pela comissão especial do Cardeal Alberto, do Título de Santa Cruz, inquisidor geral do reino de Portugal e possessões. O inquisidor geral

nomeia o licenciado Heitor Furtado de Mendonça, deputado³⁹ do Santo Ofício, primeiro visitador do Brasil, o qual iniciou as confissões na cidade de Salvador, em 28 de julho de 1591, como se descreve na edição semidiplomática do LRC:

||1v.||
Mendoza
PRIMEIRO .LIVRO.
DAS RECONÇILIAÇÕIS .E. CONFISSÕIS.
da Primeira Visitação do Sancto Offício da Inquisição das
Partes do Brazil: a qual fez por special Commissão do
Cardeal Alberto, do titulo de Sancta Crus, em Hierusalem
Archiduque de Austria Legado de Latere, Inquisidor geral
nos Reinos e Senhorios de Portugal, O *Licenciado* Heitor fur=
tado de mendoza do desembargo del Rey nosso *Senhor*, Depu=
tado do Sancto officio, Primeiro Visitador *que*visitou pelo
Sacto Officio as ditas Partes do Brazil.~. 1591.~.
Na.Baÿa.de.todos.os
Santos⁴⁰. (l. 26 - 37).

Os pormenores procedimentais são finalizados, a fim de asseverar a visitação do Santo Ofício, com a publicação dos Éditos da Fé e da Graça e do Alvará de Sua Majestade nas portas da Catedral da Sé. Descreve-se no item seguinte o conteúdo do LRC, acerca do assunto apresentado nas confissões e reconciliações.

Os Regimentos do Santo Ofício da Inquisição dos reinos de Portugal descrevem em seu texto introdutório, detalhadamente, os mesmos rituais que foram seguidos por ocasião da primeira visitação à Bahia. Tais cerimônias são previamente estabelecidas e legitimadas pela legislação quanto ao modo de apresentação do Tribunal do Santo Ofício.

³⁹ Os deputados “Deviam ter grandes procedimentos, conhecidas letras, comumente acompanhadas de nobreza de sangue, que, depois de servirem muitos anos de Promotores, Deputados dos Tribunais e Inquisidores, eram promovidos ao cargo de Deputado do Conselho Geral.” (SIQUEIRA, 1996, p.530).

⁴⁰ Cf. consta na edição semidiplomática deste estudo.

2 O PRIMEIRO LIVRO DAS RECONCILIAÇÕES E CONFISSÕES COMO FONTE DOCUMENTAL

Debruçar-se sobre documentos escritos em tempos remotos é um dos principais pilares do labor filológico, cujo objetivo precípuo é produzir edições fidedignas que sirvam como escopo para trabalhos que poderão ser desenvolvidos no domínio da história, filologia, linguística, etc. Neste estudo, de cunho filológico, elegeu-se analisar um *corpus* que pertence a um período cuja documentação manuscrita remanescente que se refere ao Brasil no séc. XVI não é tão abundante quanto a de outros séculos. Para tanto, o exame atento de pesquisas versadas no âmbito da História, Filologia e Linguística são imprescindíveis. Os estudos desenvolvidos por Salvador (1976); Ariès e Duby (1991); Novais (1997); Spina (1994); Castro (1995); Mattoso (2011); Mattos e Silva (1999, 2006); Megale (2001) e Marquilhas (2000) nortearão as reflexões ora aventadas, sobre o *Primeiro livro das Reconciliações e Confissões* (1591-1592). É de fundamental importância analisar o códice sob a perspectiva histórica, a fim de depreender as relações descritas, cuja temática central é a investigação dos crimes perseguidos pelo Tribunal do Santo Ofício. Ademais, é mister voltar-se para o estudo filológico, sob o viés das “três funções da atividade filológica: substantiva, adjetiva e transcendente” (SPINA, 1994, p.83). E o linguístico, centrando-se nas particularidades do léxico inquisitorial, especificamente os crimes de judaísmo, sodomia e blasfêmia perseguidos pela Santa Inquisição Borba (2003); Isquerdo (2001); Baldinger (1970); Ullmann (1977).

A filologia utiliza-se do texto, seja manuscrito ou impresso, como fonte documental. Nesse sentido Spina (1994) afirma que em sua essência o texto

[...] é o objeto fundamental da investigação histórica, filológica e literária. Se a história dispõe de outros documentos – como a tradição oral, a tradição pictórica e os chamados “restos” (subministrados pela Paleontologia, pela Arqueologia, pela Lingüística, pela Etnologia e pelo Folclore), a literatura e a Filologia só dispõem do texto. Entretanto é preciso distinguir: o *corpus* textual em que se exerce fundamentalmente a História é constituído pelos textos históricos, religiosos, políticos, diplomáticos; os textos literários, que podem muitas vezes fornecer informações de natureza histórica, formam seu *corpus* secundário; ao passo que a Filologia, se tem como *corpus* fundamental o texto literário, e como *corpus* secundário os textos

históricos, jurídicos, religiosos e filosóficos, a Literatura escrita tem no texto literário o seu único objeto. (SPINA, 1994, p.80-1)

A visão de Spina endossa o estudo ora desenvolvido, no qual se utiliza o LRC como fonte documental que possui aspectos de texto religioso e histórico, conforme se observa na subseção 1.2 desta tese, nas qual se descreve a edição conservadora, que servirá como aporte para o estudo linguístico. Mattos e Silva (2006, p. 44) descreve os tipos de edições filologicamente respaldadas, bem como caracteriza os objetivos de cada uma. De acordo com a autora, para edições que almejam realizar estudos voltados para grafia, fonética e fonologia, uma edição crítica⁴¹ não seria a mais adequada “mesmo que o editor, nos seus critérios editoriais, indique em que ponto interferiu nas características do texto que publica”. No tocante aos estudos linguísticos, as edições indicadas e confiáveis são “aquelas edições críticas realizadas por filólogos de formação linguística, que vejam e deixem claro que o texto sobre que trabalham está editado com o objetivo também de poder utilizar como base para estudos da língua naquele período”. O estudo em apreço visa em sua essência produzir uma edição confiável, que sirva para estudos diversos, sobretudo de natureza linguística.

Nesse sentido, MATTOS E SILVA, 1999, p.135 esclarece a importância de se estudar um *corpus* como o LRC sob a perspectiva filológica, linguística e histórica, cujo “testemunho encerra pré-requisitos essenciais: sabe-se por quem foi escrito; sabe-se onde e quando foi escrito. É, portanto, um documento identificado, datado, localizado”. Consoante o que sustenta a autora, todas as informações elencadas estão apresentadas no códice, visto que o LRC foi redigido integralmente pelo notário Manoel Francisco, sob a supervisão intelectual do visitador Heitor Furtado de Mendonça e dos depoentes. Ademais, descrevem-se a data tópica e cronológica, bem como a localização na relação de livros que foram produzidos após a Primeira Visitação do Santo Ofício.

⁴¹ Mattos e Silva (2006, p.44) define edições críticas como aquelas “que já trazem maior intervenção do editor crítico – também explícita nos critérios editoriais – como as anteriores, ao serem selecionadas, precisam ser avaliadas, para se ter certeza de até que ponto o discernimento, ou falta de discernimento do editor interferiu nas características linguísticas do documento que edita”.

2.1 Análise do LRC sob o viés histórico

O LRC é um livro de relevância histórica, visto que documenta as confissões e reconciliações realizadas por ocasião da primeira visitaço do Santo Ofcio capitania da Baa de Todos os Santos. O contedo de tal cdice reproduz dados relevantes voltados para a realidade de indivduos que viviam no sculo XVI, permeados pelo controle social estabelecido pela Igreja Catlica. Carvalho (2011, p.32) esclarece que tal controle no se voltava apenas para as prticas privadas, visto que a “A Igreja possua em exclusivo a tecnologia bsica de controle de quem era quem, e, nesse sentido, geria a identidade civil das pessoas, entendendo aqui por identidade civil o conjunto de informaes que distingue um membro da sociedade de outro”. Desse modo, notria a importncia de se investigar o LRC sob o vis histrico, em consonncia com os estudos lingusticos. Mattos e Silva (2006, p.136), em pesquisas desenvolvidas sobre a Carta de Pero Vaz de Caminha, afirma que

Para quem trabalha com a histria passada de uma lngua e que ter de ter como *corpus* potencial a documentao escrita pretrita, um documento como a Carta de Caminha uma joia preciosa: documento autgrafo, de cujo autor se conhecem dados biogrficos minuciosos: portuges culto do Portugal nortenho, que adquiriu sua lngua materna nos meados do sculo XV e que morreu nos albores do novo sculo e que localizou e datou o que escreveu. Tem-se assim um incontestvel representante na Carta do portuges culto dos fins do perodo medieval e do incio da poca moderna” (MATTOS E SILVA, 1999, p.136)

O LRC inclui o registro de confisses realizadas por mamelucos, resultado do casamento entre uma ndia e um homem branco, sem nenhuma ocorrncia do caso inverso. Nessa perspectiva, “Anchieta, escrevendo a 16 de abril de 1553, declara que os ndios consideravam uma grande honra terem filhas casadas com portugueses” (SALVADOR, 1976, p.6). Ainda de acordo com o referido autor, as mulheres brancas eram poucas na incipiente colnia e “s tardiamente [a mulher] passou ao Brasil, sendo precrio sempre o seu nmero. Tal era a falta, que o padre Nbrega, 1549, recomendou enviassem do Reino at as ‘erradas’, pois achariam bons casamentos”. Rodrigues (2006, p. 148) refora o que j se apresentou em Salvador (1976) de que “A maioria dos colonos portugueses eram homens no acompanhados por mulheres europeias e as sociedades tup-guarani

favoreceram a incorporação de estranhos na qualidade de genros e cunhados”. Ademais, descreve-se no LRC a confissão de apenas um índio, pois os demais confitentes são brancos – portugueses, brasileiros, um grego e três franceses. No rol de etnias⁴² descritas no LRC, observa-se a presença do branco, do mameluco e do índio. Apresentam-se cerca de oito indivíduos mamelucos, os quais confessaram os delitos de gentilismo⁴³, blasfêmia e sodomia; um índio confessa o crime de blasfêmia e os demais confitentes brancos confessaram crimes diversos.

Priore (2016, p.30) assevera que o índio “Deixou de ser membro de uma sociedade onde o comunitarismo era regra e se tornou parte de uma sociedade denominada pela produção mercantil”. Os índios saíram de uma realidade baseada na produção diária de itens necessários à sobrevivência, tal como se desenvolveu com a extração do pau-brasil, para a cultura da produção em grande escala. A autora informa que o padre jesuíta Jerônimo Rodrigues, em expedição a Santa Catarina, testemunhou: “A um moço, vindo aonde estávamos, perguntamos-lhes quem dera a camisa que vestia e ele respondeu que dera por ela, e alguma ferramenta, um irmão seu” (PRIORE, 2016, p.30). Ora, alude-se que o índio permeado pela nova realidade na qual estava inserido até entregava um ente familiar como moeda de troca. Para Novais (1997, p.35), “O empenho da Igreja se concentra na ‘conquista’ do gentio para o seio da cristandade e na manutenção dos colonos na mais estrita ortodoxia. Missionação e Inquisição, em suma, cifram o processo de colonização das almas; (...)”.

⁴² Para Houaiss (2009) o conceito de etnia representa uma “coletividade de indivíduos que se diferencia por sua especificidade sociocultural, refletida principalmente na língua, religião e maneiras de agir; grupo étnico [Para alguns autores, a *etnia* pressupõe uma base biológica, podendo ser definida por uma raça, uma cultura ou ambas; o termo é evitado por parte da antropologia atual, por não haver recebido conceituação precisa, mas é comumente empregado na linguagem não terminológica.]”.

⁴³ O gentilismo é descrito no LRC como práticas específicas dos gentios, ou seja, da cultura peculiar aos índios. Citam-se no LRC exemplos de pintar os corpos, participar de ritos dançantes, cultuar deuses indígenas, etc. No Aulete Digital corrobora-se o que se observa no LRC, visto que no referido dicionário o verbete **gentilismo** é definido como: s. m. || religião, doutrina da gentilidade; paganismo. || Povos gentios:... habitação... que no meio daquele deserto atestava a existência de uma civilização rudimentar no lugar onde havia caído, sem tentativa de proveito para a sociedade que o sucedera, o gentilismo guarani digno de melhor sorte. (Franclim Távora, *Cabeleira*, c. 15, p. 210, ed. 1973.) || Feiticismo; idolatria. F. lat. *Gentilis+ismo*.

Assim, na década de 30 do século XVI, começa o tráfico de negros africanos para o Brasil, a fim de atuarem como escravos na lavoura da cana-de-açúcar. Foram concentrados, sobretudo, no nordeste brasileiro, nas capitanias da Bahia e de Pernambuco. Em Novais (1997, p.23) registra-se uma reflexão sobre a diversidade populacional que se processou no Brasil, na medida em que se uniu aos índios um contingente de escravos africanos provenientes de culturas diversas, “se nos lembrarmos de que tanto ameríndios como africanos tinham também grande diversidade interna, começaremos a entender a complexidade do *melting-pot* colonial”.

Dos grupos étnicos citados, indígena, africano, mameluco e branco, não se observa no LRC a apresentação da confissão de africanos, apenas de um índio. Os escravos africanos são citados no LRC como reprodutores de costumes típicos dos cristãos-novos, como no caso de esvaziar os potes de água contidos dentro de casa, por ocasião da morte de algum morador. Nesse caso, os escravos são descritos partícipes dessa ação, visto que em muitas confissões são relatadas situações nas quais mulheres cristãs-novas esvaziavam os potes de água, por ocasião da morte de um escravo. A título de ilustração, observa-se na Confissão n.º 83⁴⁴, feita por D. Custódia, a citação da morte de um escravo em sua propriedade. Nesse dia, veio sua mãe, Beatriz Antunes, e ensinou-lhe que era preciso lançar fora a água que havia em casa, porque era bom para o parente do morto que ficara vivo”. Todos os casos relacionados a escravos e descritos no LRC remetem apenas ao fato de esvaziar os potes de água da casa. Relata-se o fato em sete confissões.

2.1.1 O registro do índio no LRC

O índio Fernão Ribeiro coloca-se perante o visitador, acompanhado de um intérprete, o padre Francisco de Lemos. À época, era comum índios ou africanos se apresentarem com o auxílio de intérpretes. Para tanto, os missionários tinham de aprender a língua de quem representavam. Villalta (1997, p.334) descreve que “no alvorecer do século XVI, supõe-se que havia 340 línguas indígenas no Brasil.

⁴⁴ A numeração das confissões é uma proposta deste estudo, conforme se detalha na subseção 3.4.

(...) Os indígenas que ocupavam a costa brasileira eram bastante homogêneos em termos culturais e linguísticos, pertencendo ao tronco Tupí”. À figura do índio se acrescenta a sua influência linguística, visto que conforme afirma Rodrigues (2006, p.145) “o desenvolvimento de duas línguas de origem indígena que sobrepujaram a língua europeia dos colonizadores, uma durante perto de 250 anos, a outra por mais de 300 anos”, favoreceu a comunicação dos portugueses com os índios e, por sua vez, os filhos advindos desses casamentos também utilizaram o tupí e o tupinambá. O tupí era falado no litoral paulista e o tupinambá da costa do Rio de Janeiro até o rio Amazonas. Rodrigues (2006, p.145) afirma que “em seus primeiros momentos, a colonização portuguesa se fez essencialmente com varões, os quais passaram a procriar com mulheres falantes ou de tupí ou de tupinambá”, de modo que Fernão Ribeiro é um exímio representante do que descreve Rodrigues (2006).

Do registro da confissão de Fernão Ribeiro não consta a identificação da tribo à qual pertencia, tampouco de sua língua materna, o que se pode asseverar é que Fernão, provavelmente, era um falante do tupi. O que se declara sobre o índio é que tinha cinquenta anos e tornou-se cristão havia seis ou sete anos. Conclui-se, portanto, que Fernão tinha pouco mais de quarenta anos quando foi batizado. Sobre a origem familiar do depoente, sabe-se apenas que era filho de gentios pagãos, sem a identificação da filiação. Sobre os índios, Villalta (1997, p. 332) descreve a reflexão atribuída a Pero de Magalhães Gandavo quando

[...] escreveu que os índios do litoral brasileiro não tinham as letras “F, nem L, nem R”, não possuindo “Fé, nem Lei, nem Rei” e vivendo desordenadamente. Essa suposição de uma ausência linguística e de “ordem” revela, um tanto *avant la lettre*, o ideal de colonização trazido pelas autoridades civis e eclesiástica portuguesas: superar a “desordem”, fazendo obedecer a um Rei, difundindo uma Fé e fixando uma Lei.⁴⁵

A fé mencionada por Villalta está diretamente relacionada a uma lei – atuação do Tribunal do Santo Ofício – que, por sua vez, atrelava-se a um rei. O

⁴⁵ “A lingoa de que vsam, toda pela costa he hũa: ainda q’ em certos vocábulos difere nalgũas partes: mas não de maneira q’ se deixem hũs aos outros de entender: & outros q’ naum vsam se de tomar. Alghũs vocábulos ha nella de q’ nam vsam senam as femeas: & outros q’ nam seruem senam pera os machos. Carece de três letras, conuem a saber, nam se acha nella, F, nem, L, nẽ, R, cousa digna despanto, porq’ assi nam tem Fé, nem Ley, nem Rey: & desta maneira viuem desordenadamente sem terẽ além disto conta, nẽ peso, nem medido”. (GÂNDAMO, 1576, p.33).

índio Fernão Rodrigues apresentou-se ao visitador Heitor Furtado de Mendonça em obediência a uma fé que lhe foi ensinada pelos religiosos da Companhia de Jesus, ampliada pelo batismo e pela catequização. O motivo que levou Fernão a confessar culminou com o dito crime de blasfêmia. Na confissão consta que, havia pouco mais de dois anos, Fernão estava com outro gentio, Simão, o qual recebia caridade – esmolas e favores – dos cristãos que tinham o hábito de comungar. Na ocasião, enquanto dialogavam, o gentio Simão afirmava que os homens que comungam são mais virtuosos. Assim, alude-se que Simão também já tinha conhecimento sobre a importância do sacramento da Eucaristia. Em contrapartida, Fernão blasfema ao dizer a Simão que no sacramento da Comunhão estava a morte, e quem comungava recebia a morte.

O intérprete, padre Francisco Lemos, informa ao visitador que o padre superior da aldeia onde residia Fernão, João Álvares, da Companhia de Jesus, soube do ocorrido. O padre ocupava-se na aldeia da doutrinação e instrução da fé e, por ser uma autoridade, prendeu e penitenciou Fernão, a fim de que ele pedisse perdão e fosse castigado. Ora, observa-se na confissão do depoente que ele já vivia sob a égide da Igreja Católica, sem em momento algum tratar de aspectos concernentes à sua origem cultural.

2.1.2 O registro do mameluco no LRC

Os mamelucos, com uma representatividade maior do que o índio, também participam das confissões descritas no LRC. A partir da confissão de um único mameluco, será possível identificar elementos da vida privada desse grupo étnico, como casamento e relações de trabalho estabelecidas com personagens importantes da época, segundo descreve Vainfas (1997, p.232)

[...] nos papéis da Primeira Visitação do Santo Ofício ao Brasil, mamelucos bilíngues que, estando no sertão, andavam nus, guerreavam à moda nativa e até praticavam o canibalismo mas, passando ao litoral, vestiam-se como portugueses e os auxiliavam na empresa colonizadora. Nas aldeias tinham várias mulheres indígenas, já que possuíam a destreza dos guerreiros necessária para a aquisição de esposas entre os Tupinambá; nas vilas coloniais, possuíam, por vezes, esposa à moda cristã, casados na forma da Igreja e não raro com mamelucas como eles.

Domingos Fernandes Nobre, de alcunha Tomacaúna, é um mameluco proveniente da capitania de Pernambuco e é um exemplo prototípico do que descreve Vainfas. Com quarenta e seis anos, era filho de Miguel Fernandes, provavelmente branco, e de “loana negra do gentio deste Brasil” l. 8019. Sobre a atuação profissional, observa-se na confissão que se tratava de um homem astuto, no que diz respeito ao aprisionamento de índios. Declara residir em Salvador, casado com Isabel Beliaga, mulher branca, cristã-velha. Sobre as uniões entre índia e branco, Salvador (1976, p.6) afirma que “através de ligações fortuitas ou de uniões duradouras, sem a sanção ou com benção da Igreja, surgiram os mamelucos, futuros troncos das mais antigas famílias. A mulher branca só tardiamente passou ao Brasil [...]”.

O Tomacaúna revela diversos episódios vividos entre os gentios. Durante a descrição de um deles foi-lhe perguntado pelo visitador há quantos anos era casado com Isabel Beliaga. A resposta: vinte e três anos, pouco mais ou menos. Sobre o sacramento do Matrimônio, estabelecido pela Igreja Católica, Domingos Fernandes informa que o contraiu apenas com Isabel; com as gentias que recebia como mulheres comportava-se do modo gentio. Algranti (1997, p.87) descreve o sacramento do Matrimônio no Brasil colônia e complementa que

É certo que não se pode negar a importância do casamento no projeto colonizador do Estado e da Igreja, embora na prática ele tenha sido uma instituição primordialmente da elite. O casamento sacramento conferia status e segurança aos colonos, tornando-o desejável tanto pelos homens como pelas mulheres, o que não significa que o simples fato de um indivíduo pertencer às camadas mais baixas implicasse necessariamente uniões consensuais. Pessoas de origem humilde, inclusive escravos uniram-se em matrimônio perante a Igreja, conforme indicam vários estudos. A prática de oferecer dotes a moças órfãs e desprotegidas institucionalizou-se na Colônia mediante doações, reveladora de que o casamento dignificava a pessoa.

Domingos Fernandes apresenta na confissão, a penúltima do LRC, um processo de transição entre os preceitos exigidos pela religião católica e as relações extramatrimoniais vividas pelos índios, visto que contraiu matrimônio com Isabel Beliaga. Durante o período em que conviveu entre os gentios, recebeu algumas mulheres como esposa. Informa que nas idas ao sertão, tomou duas filhas dos gentios por mulheres, como qualquer gentio; em Pernambuco recebeu mais seis gentias como mulheres; em Ilhéus recebeu mais sete. Ademais, cita

que, já casado, dormiu com duas afilhadas, das quais foi padrinho quando elas eram gentias. Priore (1997, p.136) afirma que em estudos recentes “vêm à tona os adultérios e concubinatos frequentes e o grande número de filhos ilegítimos, que os registros paroquiais e notariais comprovam à luz das novas técnicas da demografia histórica”.

Na confissão de Domingos são citados três governadores gerais, os quais regeram o Brasil por aproximadamente quinze anos. O primeiro é o governador Luís de Brito,⁴⁶ que quando ausente fora representado pelo filho, João Brito d’Almeida, o qual incumbiu Tomacaúna, como capitão, para ir ao sertão do Arabó “fazer descer gentios”, no sentido de aprisionar índios. Depois, por mandato do próprio governador Luís de Brito, voltou ao sertão do Arabó, também em busca de índios. Domingos Fernandes foi “fazer descer gentios”, por mais duas vezes, a pedido dos governadores Lourenço da Veiga⁴⁷ e Manoel Teles Barreto.⁴⁸ Além de atuar no aprisionamento de índios, Domingos também cita que em Pernambuco, no rio São Francisco, deu uma espada, rodela, adagas e facas grandes da Alemanha como presente aos gentios que eram inimigos dos cristãos.

Domingos Fernandes é uma figura de destaque no que diz respeito ao processo de aprisionamento de índios, bem como de atuação na busca de metais preciosos. O depoente declara que acompanhou Antônio Dias Adorno,⁴⁹ importante bandeirante, ao sertão de Porto Seguro na conquista do ouro. A confissão de Domingos Fernandes Nobre perfaz oito fólios, o que justifica a riqueza de detalhes e a diversidade de informações apresentadas pelo depoente. Trata-se de um mameluco participante do processo que posteriormente deu início ao movimento conhecido por “Entradas e Bandeiras” e que “está limitado ao movimento de ida para o sertão em busca de ouro”, cuja documentação produzida serviu de base para a criação do Projeto Filologia Bandeirante (MEGALE, 2000, p.34).

⁴⁶ Governador geral do Brasil entre 1572 e 1576.

⁴⁷ Governador geral do Brasil entre 1578 e 1581.

⁴⁸ Governador geral do Brasil entre 1582 e 1587.

⁴⁹ Filho de Paulo Adorno e Neto de Caramuru, casado com a filha de Diogo Zorilla, o curador dos índios, e também sogro de Fernão Ribeiro de Souza, um dos mais ricos senhores de engenho de Salvador. Antônio Dias ocupava-se de prear índios, auxiliado pelos parentes da mulher. (CALDEIRA, 1999, p.50- 51).

2.1.3 Aspectos da vida privada

A vida privada dos depoentes é descrita no LRC pelos conteúdos apresentados nas confissões. Nesse sentido, escolheu-se tratar neste estudo as confissões de alguns dos familiares do engenho de Matoim, aduzidos na seção 3.3.1, os quais apresentaram nos depoimentos a proximidade da convivência entre eles, com detalhes relacionados à esfera do privado. Algranti (1997), esclarece que a privacidade das famílias girava em torno de relações domésticas que não eram interrompidas após o matrimônio. As filhas e netas da família em questão relatam que continuavam vivendo no engenho de Matoim, só não se pode afirmar se cada uma em sua residência ou se todas em um mesmo ambiente. Nesse sentido Algranti (1997) relata que:

Baseados no monitorio publicado pelos inquisidores, os colonos contavam ao visitador o que sabiam ou ouviam sobre as práticas domésticas de suas vizinhas, tais como mandar jogar fora a água dos cântaros e enchê-los de água limpa nova quando morria alguém na casa, trocar de roupa aos sábados ou não trabalhar nesses dias, isto é, não coser, não fiar, ou até denúncias sobre a forma de amortilhar o corpo de um ente querido. Muitas vezes essas mulheres eram de origem cristã-nova e casadas com cristãos-velhos, mas mantinham certas práticas tidas como judaicas sem se preocuparem com os olhares estranhos, dos escravos e até mesmo dos maridos. (ALGRANTI, 1997, p.120)

Os elementos descritos por Algranti corroboram os fatos vivenciados pela família de cristãos-novos do engenho de Matoim, na qual se observa uma trama de relações, visto que a neta - Ana Alcoforado - relata os ritos aprendidos pela mãe, tia, avó, comadre da avó etc. O marido de Ana, por sua vez, também a delata, por entender que lançar água após a morte de alguém refere-se a cerimônia judaica, ademais, são notados hábitos privados que vão desde a alimentação, particularidades no uso de roupa limpa, até dias permitidos para o trabalho: jejuar carne por oito dias por ocasião da morte de um familiar; jejuar em dias determinados; vestir roupa limpa aos sábados; trabalhar aos domingos. Todos esses ritos, muito peculiares à esfera da vida privada, pela proximidade física entre esses familiares, tornou-se um assunto que saltava aos olhos de todos.

Algranti (1997, p.89) salienta que “a distinção clássica entre público e privado não se aplica à vida colonial antes do final do século XVIII e início do XIX

e, ainda assim, só de forma muito tênue, pois o privado assume conotações distintas daquelas adequadas à nossa sociedade atual”. A meio cristã-nova Clara Fernandes relata em sua confissão fatos relacionados à esfera do privado, provenientes de acusações realizadas por Isabel Rodrigues, conhecida como “boca torta”. Tal como se processou com os familiares do engenho de Matoim, Clara afirma perante o visitador que Isabel Rodrigues levantou-lhe falsos testemunhos, acusando-lhe de ser judia por: juntar as panelas utilizadas durante a semana e quebrá-las aos sábados, e por ter um crucifixo e o utilizá-lo inadequadamente. Outro fato de destaque é que entre as quarenta mulheres que se apresentaram para se confessar perante o visitador Heitor Furtado de Mendonça, apenas Clara Fernandes declarou possuir um ofício, o de estalajadeira, diz-se daquela que “dá de comer em sua casa”. E é por conta desse ofício que a depoente justifica o fato de vestir roupa limpa aos sábados e também durante a semana. Bluteau (1728, p. 305) define o ofício de estalajadeira como “mulher que tem estalagem⁵⁰. A mulher que dá pousada por dinheiro”. A depoente declarou que tinha quarenta anos, nasceu em Castelo Branco – Portugal e era viúva de Manoel Fernandes.

2.1.4 Rol de livros proibidos pelo Tribunal do Santo Ofício: episódios descritos no LRC

A prática da leitura de livros proibidos foi um dos crimes perseguidos pelo Tribunal do Santo Ofício. Segundo Carneiro (2002), tal interdição não surgiu em seus primórdios sob a alçada do Santo Ofício, mas antes, precisamente desde o século XV, ocasião em que Portugal tornou-se pioneiro na censura de livros literários em defesa da fé e dos bons costumes. Nesse sentido alude-se que

Antes mesmo da instituição da Inquisição em Portugal (1536), observamos por parte do Estado a preocupação em cercear ideias consideradas como perigosas ao regime. Em meados do século XV foi instituída a censura real através de um alvará de Afonso V, de 18 de agosto de 1451, que mandava “queimar livros falsos e heréticos”. Orientado pelo Conselho, ordenava que os livros de Johannes Wickef, Johannes Hus, Frei Gaudio e de outros fossem queimados e “non fossem mais achados em os nossos reinos”. (CARNEIRO, 2002, p.37)

⁵⁰ “pousada para viajantes; albergue, hospedaria”. (HOUAISS, 2009).

Após a criação do Tribunal do Santo Ofício, em 1536, documentos reais e papais foram exarados com o objetivo de elencar o rol de livros proibidos. Em 1547, D. Henrique mandou publicar uma lista com a relação geral dos autores censurados. Dentre os interditados constava Gil Vicente e, posteriormente, numa nova edição, em 1551, “indicando aqueles que não podiam ser lidos ou impressos sem o exame e a autorização da Inquisição” (CARNEIRO, 2002, p.38). Em 1559, publicou-se em Coimbra o *Index Auctorum Librorum* (Index de autores proibidos), sob a alçada do Papa Paulo IV “que classificava os autores em “condenados”, “com apenas alguns títulos condenados” e “anônimos ou hereges incertos”. Dessa lista constatou inclusive “várias edições da Bíblia e de 62 impressores cujas edições deveriam ser tidas como suspeitas de heresia” (CARNEIRO, 2002, p.38). O *Index Tridentino* foi promulgado no ano seguinte após o término do Concílio Tridentino (1545-1563) e serviu para legitimar todos que haviam sido publicados anteriormente, ampliando mais ainda a lista de livros proibidos pela Santa Inquisição. Cabe destacar que a lista de livros proibidos foi utilizada até 14 de junho de 1966, quando a Igreja Católica a aboliu. Além dos primeiros *Indexes* citados, outros foram publicados, a exemplo do *Librorum Prohibitorum* (Livros Proibidos) publicado em 1581, cujo fac-símile da capa é ilustrado na figura 3:

Figura 3 - INDEX LIVBRORVM PROHIBITORVM (1581)⁵¹.

Durante o século XVI, na recente colônia portuguesa, o uso dos livros e a veiculação estavam sob a égide dos religiosos católicos. Ora, tal situação é esclarecida por Villalta (1997) quando trata d' "As bibliotecas privadas na colônia: das obrigações devocionais à ilustração", o qual destaca:

O quinhentos foi pobre em livros, bastante escassos na América portuguesa. Os primeiros chegaram provavelmente com os jesuítas vindos com Tomé de Sousa. Os jesuítas copiavam a mão os livros existentes, para que seus alunos e discípulos pudessem estudar, e fizeram pedidos de remessa de obras da Colônia. Manuel da Nóbrega solicitou livros para solucionar dúvidas, enquanto o irmão Pero Correia mostrou interesse por aqueles que o instruissem no latim e o auxiliassem em sua ação missionária: manuais de confissão, catecismos, uma suma da doutrina cristã e *Flos sanctorum*, obra sobre vida de santos das mais procuradas até o século XVIII. (VILLALTA, 1997, p.360)

Os livros que circulavam legalmente no Brasil, no seu primeiro século de colonização, versavam sobre a temática religiosa e eram utilizados na

⁵¹ Fonte: Biblioteca Luso-brasileira. Disponível em: <<http://bdlb.bn.br/acervo/handle/12345678.9/3787>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

catequização e doutrinação dos índios e dos demais religiosos. Livros relacionados a outras esferas, a exemplo de *Diana* de Jorge de Montemor, citados no LRC por Bartolomeu Fragoso (Lisboeta), Nuno Fernandes (Baiano) e Domingos Pimentel (Baiano) constavam do rol de livros proibidos pelo Tribunal do Santo Ofício. O livro *Diana* “Los siete libros de la Diana, publicado en Valencia, talvez em 1559, afora uma edição de 1565 em Lisboa, só foi reaparecer em edição portuguesa em 1623” (NEPOMUCENO, 2012, p.7), publicado pelo romancista e poeta Jorge de Montemor. Trata-se de um autor de origem portuguesa que “nascera em Montemor-o-Velho, entre 1520-1524, nas proximidades de Coimbra, muito possivelmente de família de judeus convertidos” (NEPOMUCENO, 2012, p.36). Jorge de Montemor exilou-se em Castela e foi perseguido pelo poder eclesiástico, com várias obras censuradas, tendo *Diana*, um “romance pastoril carregado de paixão amorosa” (VAINFAS, 1997, p.99), como a mais célebre. A figura 4 é um fac-símile da obra publicada em castelhano, no ano de 1570.

Figura 4 - Primeira edição de *Los siete libros de la Diana*.

Os três depoentes que se confessaram ao visitador e assumiram ler *Diana* eram homens com idade entre 25 e 30 anos, os quais assinaram as respectivas confissões. O primeiro a confessar-se foi o lisboeta Bartolomeu Fragoso que

declarou-se cristão-velho, solteiro e licenciado em artes. Presume-se que Bartolomeu, em função de sua formação, estabeleceu uma relação estreita com o universo da leitura. E, por se tratar de um licenciado em artes, Carvalho (1950, p.10) descreve que “Se o estudante pretendia matricular-se em Artes tinha previamente de ser examinado e aprovado por ‘duas pessoas dotas em latinidade’, as quais verificavam se ele sabia ‘o que basta para falar latim e compor’” A erudição de Bartolomeu é atestada no excerto da confissão quando o depoente declara que teve discussões acaloradas com o seu mestre, acerca de cálculo sobre a circunferência e o diâmetro da terra. Ora, essa discussão incide sobre Bartolomeu mais um pecado: a blasfêmia. Ao discordar que sua conta estava errada, Bartolomeu, convicto dos seus cálculos, blasfemou ao dizer que, mesmo se Cristo viesse até ele, não mudaria de ideia.

Sobre a leitura de *Diana*, o depoente relata que “lhe disseram que aquele livro era proibido”, mas afirmou que só tomou conhecimento após ter lido a obra por completo. Presume-se que Bartolomeu Fragoso tenha realizado a leitura de modo individual, em ambiente privado⁵².

Domingos Pimentel também relata ter lido o livro *Diana*. Nascido no Brasil, declara-se solteiro e cristão-velho, residente em Passé⁵³. Segundo Villalta (1997, p.360), “No nordeste, a Diana, de Jorge Montemor, obra proibida, então de grande sucesso, era possuída e lida por várias pessoas”.

Nuno Fernandes tinha 30 anos, era cristão-novo, solteiro e foi o próximo depoente a confessar que leu livros proibidos. Residente no engenho de Matoim, era filho de Ana Rodrigues e Heitor Antunes, ambos cristãos-novos. Sua mãe fora condenada por ocasião da Primeira Visitação do Santo Ofício à Bahia e faleceu nos cárceres da Inquisição de Lisboa, antes de ser julgada. Nuno, confessando-se em duas ocasiões diferentes, relata ter cometido dois crimes: judaísmo e leitura de livros proibidos. Mesmo sabendo que era defeso, leu por muitas vezes,

⁵² Nesse sentido, Chartier (2001, p.117) esclarece que “A leitura no privado é uma das principais evoluções culturais da modernidade. A partir do século XV a leitura individual passa a ser uma prática mais presente, sobretudo para leitores mais familiarizados. Para aqueles que o livro continua sendo um objeto incomum - de raro manuseio - a leitura continua sendo praticada em voz alta. O que perdurará até o século XIX”.

⁵³ “Passé” atualmente é a cidade de São Sebastião do Passé localizada na região metropolitana de Salvador, que “originou-se da existência de uma Capela em homenagem ao Santo, erguida por uma família abastarda”. Fonte: IBGE. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=292950&search=bahia|sa-o-sebastiao-do-passe|infograficos:-historico>>. Acesso em: 02 nov. 2016.

mas “sem conseguir delimitar quantas”. Também leu *Metamaforgis* [sic] em linguagem, um poema narrativo *Metamorfose* de Ovídio (43 a.C. - 18 d. C.), sem saber que era proibido. A comédia *Eufrosina*, de Jorge Ferreira de Vasconcelos, publicada em 1555 e depois proibida pela Inquisição, foi a próxima obra lida por Nuno Fernandes. Tal como sucedeu com *Diana*, o depoente informa que tinha conhecimento que era proibida a leitura de *Eufrosina*.

O rol de livros vedados pela Inquisição ampliou-se a partir do advento da imprensa com caracteres móveis, criada, por volta de 1455, por Johannes Gutenberg. Tal modelo de reprodução em série permitiu gerar um maior número de exemplares e, conseqüentemente, a ampliação do número de leitores. Para Chartier (2001, p.125), “A difusão da capacidade de ler e escrever, a multiplicação dos objetos impressos afligem os clérigos, eclesiásticos ou seculares, que pretendem monopolizar a produção ou a discussão do conhecimento”.

As confissões expostas no LRC que versaram sobre o crime concernente à leitura de livros proibidos foram realizadas apenas por depoentes do sexo masculino. Em *Confissões da Bahia*, Vainfas (1997, p.104) esclarece que Paula de Siqueira foi “Processada sobretudo por ler Diana, de Monte Mayor. Condenada a sair em público, vela acesa na mão, para ouvir missa de pé, na Sé, a penitências espirituais, foi açoitada publicamente e pagamento de cinquenta cruzados para o Santo Ofício” (proc. 3307, IL, ANTT)⁵⁴. Cabe destacar que essa informação trazida por Vainfas não se alude nas confissões arroladas no LRC, embora tenha sido atestada nos processos da Inquisição de Lisboa.

A respeito de Paula Siqueira, observa-se em sua confissão a caracterização dos crimes de sodomia e blasfêmia, além do fato de o visitador aventar que a confitente também escrevia, mas, na confissão, Paula só declara ter lido cartas. No tocante ao acesso à leitura e à escrita pelas mulheres, Chartier (2001, p.117) ressalta que “nas sociedades antigas a educação das meninas inclui a aprendizagem da leitura, mas não a da escrita, inútil e perigosa para o sexo feminino”. Todavia a cristã-velha que nasceu em Lisboa, declarou que leu “cartas de tocar”, bem como as recebeu de Isabel, a boca torta. Ademais cita as cartas de amor e requebro provenientes de Felipa de Souza. A relação estabelecida entre Paula e as cartas recebidas levou o visitador a indagá-la “se

⁵⁴ Os processos citados a partir de então foram consultados por Vainfas (1997).

ainda tem lido e escrito as ditas”, mas a depoente afirma que já queimou os referidos papéis. Nota-se que Paula Siqueira pertencia a uma camada de mulheres que - além de ler, sabia escrever, diferentemente do padrão estabelecido na época, destacado por Chartier (2001).

Felipa de Souza escreveu “cartas de amor e requebro” para Paula Siqueira, por cerca de dois anos, mas não se confessou no LRC. No entanto, acusada pelo pecado de sodomia: “Felipa de Souza, muito acusada sem confessar na graça, foi processada e gravemente condenada. Além de penitências espirituais, foi açoitada publicamente pelas ruas da cidade e degredada perpetuamente para fora da Bahia”. ANTT, IL, proc. 1267 (VAINFAS, 1997, p.104).

Outra confitente do LRC que tinha acesso à escrita e leitura de cartas era Antônia Fogaça, cristã-velha, nascida em Salvador. A depoente apresentou-se perante a mesa para confessar os crimes de fornicção e blasfêmia e, no teor das revelações, informou que trocava cartas com o cunhado Fernão Ribeiro de Souza. Assim como Paula de Siqueira, Antônia Fogaça assina a confissão. Sobre a aptidão de assinar e a relação com a competência de leitura escrita, Marquilhas (2000) alude a um *corpus* coetâneo ao LRC aludindo que

Quanto à exacta correspondência entre a capacidade para assinar e nível de competência de leitura e escrita, Shofield aceitava a opinião de um inspector de ensino do século XIX, J. Fletcher, que encontrava na assinatura alfabética um indicador de leitura fluente: desde o século XVI, e até ao início de Oitocentos, dada a sucessão das fases de ensino das primeiras letras, quem apenas soletrava não saberia ainda assinar, mas quem lia fluentemente já saberia pelo menos escrever o nome. (MARQUILHAS, 2000, p.85)

Com relação à leitura *versus* escrita e assinatura Chartier (2001) atesta que nas sociedades do Antigo Regime nem todos que assinavam o nome sabiam ler, e nem todos que sabiam ler assinavam o nome. Desse modo esclarece que “nas sociedades antigas a assinatura identifica uma população que com certeza sabe ler, pois uma parte destes (também impossível de calcular) nunca soube assinar” (CHARTIER, 2001, p.114). O que se sucede nos casos relatados por Paula Siqueira e Antônia Fogaça é que ambas sabiam ler e escrever. A primeira se refere às cartas de tocar recebidas de Isabel, a boca torta; a segunda às cartas recebidas do cunhado Fernão Ribeiro de Souza. Em ambos os casos as depoentes não declaram objetivamente que redigiram cartas, somente que as

leram. No caso de Paula Siqueira o visitador a admoesta e perguntando-lhe se ainda lê e se ainda tem as cartas de tocar. Quanto a Antônia, conforme relatado, o bispo André Barreiros proibiu-a de mandar e receber cartas do cunhado.

2.2As edições do LRC

A elaboração de uma edição de base filológica do LRC preenche uma lacuna existente, ao mesmo tempo em que é um incentivo para que sejam produzidas edições confiáveis dos demais livros redigidos por ocasião da Primeira visitação do Santo Ofício às capitanias da Bahia e de Pernambuco. Mattos e Silva (2006, p.23) esclarece que ainda falta uma investigação sistemática “da documentação remanescente do português arcaico, em confronto com o século XVI, para que, com maior rigor e precisão, nos permita dizer não apenas que o período arcaico termina nos fins do século XV ou na primeira metade do século XVI”. Até o presente momento não se publicou uma edição filológica do código em estudo, somente duas edições modernizadas⁵⁵. A primeira foi publicada por Capistrano de Abreu em 1922

com pequena e precária tiragem. É o caso das Confissões da Bahia, publicadas pela primeira vez em 1922, com tiragem modesta de 250 exemplares, na série de “Eduardo Prado”, e reeditadas pela Sociedade Capistrano de Abreu em 1935: mil exemplares em papel comum e 150 em papel especial, sob a responsabilidade de F. Briquet e Co. Editores. Trata-se, pois, de livro esgotado e raríssimo, cuja reedição há muito se aguarda. (VAINFAS, 1997, p.12)

Na elaboração da edição, Capistrano de Abreu descreve que recebeu auxílio de António Baião, então diretor da Torre do Tombo e de Lúcio de Azevedo, historiador luso-brasileiro. Ademais, esclarece que foram realizadas intervenções, pois nas

confissões faltam as phrases tabellioas com que começava e acabavam: a de Frutuoso Alves vai completa para se ver que o que foi cortado não fez falta. A graphia reproduz a do copista, excepto num ponto: não havia e, i, u com til e não se pensou em fundilos a tempo. Muitas notas seriam necessárias ao

⁵⁵ Cambraia (2005, p.97) define edição modernizada como aquela que além da uniformização gráfica também se uniformizam as variantes fonológicas, morfológicas, sintáticas e lexicais.

esclarecimento do texto: ficam reservadas para o volume das Denúncias. (ABREU, 1922, p.38)

Desse modo, Abreu publicou uma edição que carece de informações relevantes para o âmbito dos estudos linguísticos e filológicos, pois apresenta supressão de frases tabeliãs⁵⁶, intervenção em sinal de pontuação, a exemplo do til e muito embora o autor não cite, também suprimiu as assinaturas dos confitentes. Antes de apresentar a edição, Abreu traça um estudo sobre o processo de criação da Santa Inquisição e os fatos vivenciados na Bahia. Delineia o perfil dos principais envolvidos no processo que culminou com a Primeira Visitação, com a descrição do inquisidor Geral, Alberto, e do modo como ele procedeu para escolher o visitador, notário e meirinho. Estabelece uma cronologia sobre as outras visitas que foram efetuadas, com a relação dos nomes dos envolvidos. A partir da página 17 da edição, Abreu tece comentários sobre os confitentes que se apresentaram ao visitador Heitor Furtado de Mendonça. Em seguida, Abreu (1922, p.39) reproduz a edição da lista de documentos que constam do LD1 e que serviram para legitimar a visita do Santo Ofício.

De modo análogo, Vainfas (1997) que publicou uma edição modernizada do LRC, esclarece que organizou a obra *Santo Ofício da Inquisição de Lisboa: confissões da Bahia* em decorrência da escassez de exemplares da edição publicada por Abreu, em 1922⁵⁷ e 1935. Na edição publicada por Vainfas, informa ao leitor que realizou intervenções no texto, como: modernização da ortografia e introdução de pontuação, supressão das fórmulas tabeliãs e também das assinaturas. Sobre a interferência nas edições ora apresentadas, Lobo e Oliveira (2013) destacam a necessidade de uma edição de cunho filológico, pois

⁵⁶ Abreu (1922) descreve que a partir da Confissão 2 foram suprimidas as frases tabeliãs. Procedeu-se à comparação entre a edição de Abreu (1922) e esta do LRC e verificaram-se a supressão de dois trechos com frases tabeliãs. O primeiro localiza-se no início das confissões, conforme se reproduz a seguir: “Aos uinte Enoue dias domes de julho de mil quinhentos e no | uenta e hum annos em esta cidade dosaluador nas casas | da morada do *Senhor* uisitador heitor furtado de mendõca | perante elle pareço sem ser chamado, Nicolao faleiro de | uasco goncellos, e por dizer que tem *que* confessar nesta mesa | lhe foi dado juramento dos santos euangelhos em *que* pos sua | mão direita, sob cargo do qual prometeo dizer em tudo uer | <tempo>dade e confessandose”. O segundo no final da confissão: “tambem eu Manoel *francisco* notario do | Sancto officio que o escreuj | Niculao faleiro de uascogoncellos | Heitor furtado de mendoça”.

⁵⁷ A edição de 1922 está disponível online no *Internet Archive*, em: <<https://archive.org/stream/primeiravisita00sociuoft#page/n5/mode/2up>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

Ajuizar que o que se “corta” de um texto não fará falta é sempre algo passível de discussão no âmbito da Filologia, em função do público-alvo a que se destina uma edição. Não tirando o mérito de Capistrano de Abreu e igualmente o de António Baião, o fato é que, para trabalhos de natureza linguística *lato sensu*, bem como para os da natureza do que aqui se realiza, “o que foi cortado fez falta sim”, a ponto de inutilizar a referida edição como base para a extração de dados, uma vez que se retiraram do texto editado as assinaturas dos confitentes, dando a entender ser uma fonte lacunosa sobre a mensuração de níveis de alfabetismo. (OLIVEIRA; LOBO, 2012, p.306)

A edição semidiplomática que ora se publica nesta tese baseia-se em critérios claramente definidos e descritos nas *Normas para Transcrição de Documentos Manuscritos para a História do Português do Brasil*, de Megale e Toledo Neto (2005). Visa a fornecer uma fonte fidedigna para estudos linguísticos e filológicos. O *corpus* desta pesquisa é, portanto, essencial para estudos sobre o século XVI no Brasil.

Desse modo, no cerne do estudo filológico⁵⁸ deste trabalho está a elaboração da edição semidiplomática do LRC, que busca reproduzir o modelo em uma edição confiável, que preserva as características gráficas e linguísticas do período⁵⁹.

Consoante assevera Castro (1995), a Filologia é uma ciência que visa abarcar o estudo do texto em sua totalidade, pois parte de uma atuação voltada para os tipos de materiais utilizados na redação de um texto; o estudo sobre a

⁵⁸ Sobre o vocábulo “Filologia”, Bassetto (2005, p.17) alude que historicamente o termo filólogo foi “encontrado inicialmente em Platão em Aristóteles, mas o termo é sem dúvida anterior. Significando etimologicamente ‘amigo da palavra’, encaixa-se na filosofia dos estoicos”. Castro (1995, p.604) define a filologia como ciência que tem “um objecto comum, que também é complexo: o texto e a sua escrita”.

⁵⁹ Castro prossegue sobre o estudo da filologia, com a descrição das atividades desenvolvidas por tal ciência sob um prisma mais amplo, pois “Só ele [termo Filologia] recobre ao mesmo tempo preocupações tão variadas como o estudo das técnicas e dos materiais que serviram à produção escrita de um texto, quer se trate de um autógrafo quer das suas cópias; o estudo das condições históricas (sociais, económicas, biográficas) que rodearam e influenciaram a produção do texto e o estudo dos seus itinerários e lugares de pouso (colecções particulares, arquivos, biblioteca); o estudo da sua conservação, mutilações e restauros; o estudo, no caso das cópias, do número, condições e protagonistas dos actos reprodutórios. Além de tudo isto, que tem a ver com o texto como objecto físico, e de um inevitável interesse pelas componentes gráficas, gramaticais, lexicais e discursivas do texto (ainda que se possa argumentar que elas pertencem a outras disciplinas), é também preocupação da F., e possivelmente a mais visível de todas, estudar as técnicas de publicação moderna do texto e preparar as respectivas edições”. (CASTRO, 1995, p.604)

originalidade da obra, se se trata de um autógrafo ou idiógrafo⁶⁰. Nesse aspecto, Spina (1994, p.82) define a função substantiva da filologia, cuja atuação está voltada para a “explicação do texto, a sua restituição à forma original através dos princípios da crítica textual”. Ademais os aspectos das cópias derivadas do original “que não estão no texto, mas deduzem-se dele: a sua autoria, a sua datação e a sua importância (valorização) perante os textos da mesma natureza. Esta seria a função adjetiva da Filologia”, (SPINA, 1994, p.82). A análise do texto com ênfase nos aspectos históricos e sociológicos é designada por Spina (1994, p.83) como a função transcendente da Filologia “em que o texto deixa de ser um fim em si mesmo da tarefa filológica para se transformar num instrumento que permite ao filólogo reconstruir a vida espiritual de um povo ou de uma comunidade em determinada época”.

O LRC pode servir de base para um estudo filológico, com ênfase nas afirmações de Spina (1994) e Castro (2005). A partir da edição semidiplomática publicada nesta tese o pesquisador da linguística histórica, por exemplo, terá acesso a uma fonte confiável de pesquisa, visto que em tal edição se reproduz um texto fiel às características da ortografia vigente à época. Nesse sentido, Mattos e Silva (2006, p.17) discute sobre a caracterização da ortografia no século XVI, ao destacar que a “documentação escrita dessa época [é caracterizada] pela variação. Não apenas variação na grafia – as primeiras propostas de ortografia para o português se iniciam nos meados do século XVI – mas também a variação na morfologia e na sintaxe”.

A presente edição do LRC reproduz todas as características gráficas, morfológicas, sintáticas e semânticas do notário Manoel Francisco, que deveria ter entre 40-50 anos, na ocasião da primeira visitação. Pressupõe-se tal idade porque o Tribunal do Santo Ofício priorizava contar com a colaboração de pessoas nessa faixa etária. O notário Manoel Francisco nasceu em período coevo à criação das primeiras gramáticas em língua portuguesa. A primeira gramática, de 1536, cujo autor é Fernão de Oliveira e, a segunda, de 1540, foi elaborada por João de Barros. Tais gramáticas darão conformação explícita ao futuro “dialeto” que se tornará a base para o ensino, assim “Desde então o português [passa a

⁶⁰ Para Faria e Pericão (2008, p.385) trata-se de um “manuscrito não-autógrafo que contém um texto não diretamente revisto pelo autor”.

ser] a língua da escola ao lado do latim, língua exclusiva da escola em toda a Idade Média românica” (MATTOS e SILVA, 2006, p.23). A seguir reproduzem respectivamente os fac-símiles, nas figuras 5 e 6 da “Grammatica da linguagem portuguesa (1536)” e a “Grammatica da lingua Portuguesa (1540)”.

Figura 5 - Gramatica da linguagem portuguesa. Figura 6- Gramatica da lingua Portuguesa.

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal.

Mattos e Silva (2006, p.25) destaca que, a partir do século XVI, o português já é chamado de moderno ou clássico por alguns autores. Leite de Vasconcelos e Silva Neto definem como português moderno, enquanto Pilar V. Cuesta e Lindley Cintra designam como português clássico, apud Mattos e Silva (2006). Para a referida autora, a publicação de *Os Lusíadas*, em 1572, é um fato que demarca o início do período moderno da língua portuguesa. Carneira (2006, p.69) esclarece que o ano de 1536 representa um marco na história da cultura portuguesa, pois “representa-se o último auto de Gil Vicente. No mesmo ano, publica-se a Gramática de Fernão de Oliveira. E é também por essa altura que se funda o Santo Ofício da Inquisição”. Carneira (2006) afirma que no século XVI tem-se a passagem do português médio ao português clássico, quando “a língua é encarada já não apenas como um meio de transmitir uma mensagem, mas como

um objeto em si. E se a língua pode ser trabalhada com intuitos estéticos, pode, também, ser analisada, estudada, descrita”. Ora, conforme aludem Mattos e Silva (2006) e Carneira (2006) o LRC é um códice que pertence ao período do português clássico, cuja divisão cronológica se inicia a partir de 1550 e perdura até o final do século XVIII.

O estudo filológico do LRC pode ser analisado a partir de perspectivas diversas. Um primeiro ponto refere-se à função adjetiva da filologia (SPINA, 1994), a partir da qual se busca inferir as informações do próprio códice, a saber, datação tópica e cronológica, a autoria, bem como quem são os personagens envolvidos. A partir dessas informações é possível estimar quem redigiu o texto; onde viviam; como viviam e como se desenvolviam as relações sociais entre os depoentes que se apresentaram perante o visitador. Do códice consta que o LRC começou a ser redigido em 28 de julho de 1591, em Salvador, capitania da Baía de Todos os Santos.

A função transcendente da filologia seria outra abordagem de análise, visto que visa a reconstituir a realidade vivenciada pelos depoentes do LRC. Tornou-se possível extrair do texto aspectos sobre o modo de funcionamento da sociedade baiana à época, com a descrição das práticas vivenciadas pelos depoentes ao se apresentarem à mesa do Santo Ofício. Ao confessar-se, cada depoente buscava descrever fielmente as culpas pertencentes ao rol de crimes descrito no édito da graça. É a partir desse documento que os confitentes, por um exame de consciência, e em busca de confessar os crimes perseguidos pelo Tribunal do Santo Ofício, apresentam-se perante o visitador para confessar os seus pecados, bem como denunciar outrem. Mas, até que ponto esses textos expressam o que foi dito e o que foi elaborado pelo escriba? De certo, os textos não são a expressão direta dos depoentes, mas sim um texto filtrado pela mão e pela cultura do escriba.

As culpas descritas no LRC descrevem ricamente o que a comitiva inquisitorial almejava, visto que no bojo do projeto da Santa Inquisição contava a delação por meio da denúncia. Carvalho (2011, p.18) descreve o modo de organização de denúncias, apresentado pela Igreja em Portugal

Nas cabeças ressoavam ameaças de expiação colectivas “O seu sangue caia sobre nós e sobre nossos filhos”. (Bíblia, Mat., 25); para além de que, sobretudo em épocas de grande crise pública (fomes, infortúnios militares), ganhava força a ideia de que estas

provações colectivas se relacionavam com a prática generalizada de “pecados públicos”. São pecados públicos os que se cometem em público e que, por isso, podem ser objecto de um inquérito público, mesmo a cargo das autoridades temporais, bem como de correcção pública, pois, aqui, trata-se não apenas de admoestar o pecador, para que não peque mais, mas ainda de dissuadir os outros, perante quem tais pecados são cometidos.

A ideia de vigilância coletiva levava as pessoas a se auto delatarem e também denunciarem outras pessoas. Tal movimento é descrito no LRC, sobretudo com relação às práticas judaicas. Atos como usar roupas limpas aos sábados e fazer a higiene da casa nesse mesmo dia; jogar fora a água contida dentro das casas após a morte de alguém que residisse próximo, fosse familiar ou não; amortilhar o defunto com pano sem costura, etc. Todos esses costumes fazem parte de ações voltadas para uma vivência em coletividade, possíveis de serem notadas por aqueles que estavam no entorno. Em contrapartida, muitos crimes de foro íntimo foram descritos, a exemplo das práticas de sodomia, leitura de livros proibidos, etc. os quais estabelecem relação estreita com a função transcendente da Filologia, aquela que Castro (1995) designa como “estudo das condições históricas e biográficas do envolvidos”, por meio da qual é possível depreender aspectos sociais e históricos da época. Nota-se, no LRC, que os depoentes tinham plena consciência do dever de se apresentar para confessar seus pecados, ademais de reconciliar-se pelas práticas efetuadas. A observância aos preceitos da Santa Inquisição é notável quando, sobretudo entre as mulheres, revelam os pormenores vivenciados no leito familiar e, a fim de eximir-se das culpas, delata a todos, inclusive mãe e pai, a exemplo de como procedeu Antonia d’Oliveira. Na subseção 3.3.1 descreve-se uma teia de delações, a qual foi reconstruída com base no estudo do LRC, dados como grau de parentesco no interior das duas famílias citadas (Ana Rodrigues – Heitor Antunes e Branca Rodrigues e Fernão Lopes), além dos crimes praticados por cada uma.

A verificação de LRC sob uma perspectiva filológica contribuirá com respostas às seguintes perguntas: a) em que contexto histórico foi elaborado o códice? b) qual sua função? c) quais os papéis que compõem o códice? e d) qual o modelo de escrita do códice? Acrescenta-se a esse conjunto uma perspectiva diplomática, com a análise da estrutura formal dos textos que o compõem e a explicitação dessa estrutura de forma esquemática do LRC. Para tanto, considera-se o conceito de documentos diplomáticos como aqueles que

produzem efeito jurídico e administrativo, característico de documentos que apresentam fórmula fixa e uniforme. Diferentemente dos documentos diplomáticos, os documentos não diplomáticos são informativos, não produzem efeito jurídico e não apresentam fórmulas fixas.

2.3 O estudo linguístico do LRC

O *Primeiro livro de Reconciliações e Confissões da Visitação do Santo Ofício à Bahia*, composto de registros entre 1591 e 1592, apresenta como temática central os relatos de confissões, denúncias e reconciliações dos habitantes da cidade de Salvador, então capital do Brasil, e também do recôncavo baiano. Embora o título apresentado no livro remeta especificamente aos vocábulos “reconciliação” e “confissão”, observa-se nos relatos escritos pelo notário Manoel Francisco que o depoente declara os seus pecados, pelos quais pede perdão. Posteriormente, cita fatos ou pessoas que julgava ter envolvimento com as práticas heréticas confessadas, a fim de delatar esses indivíduos. Nesse sentido, aventa-se a hipótese de que a confissão se tornava um pretexto para não somente condenar a si próprio, como também a outrem.

A perspectiva linguística deste estudo se baseará na recolha lexical e semântica das culpas descritas no âmbito do judaísmo, sodomia e blasfêmia. Justifica-se a seleção do judaísmo porque foi o crime mais perseguido pelo Tribunal do Santo Ofício, a sodomia em decorrência das particularidades empregadas no vocabulário específico do LRC e blasfêmia por ter sido o crime mais confessado. Para Isquierdo (2001, p.91) “investigar uma língua é investigar também a cultura, considerando-se que o sistema linguístico, nomeadamente o nível lexical, armazena e acumula as aquisições culturais representativas de uma sociedade”. Portanto, à medida que se propõe descrever três campos lexicais do âmbito inquisitorial, busca-se entender a perspectiva linguística e cultural dos depoentes que confessaram tais práticas. A recolha do referido léxico basear-se-á nos métodos de estudos de recolha e definição estabelecidos por Pottier (1967); Biderman (1978); Cunha (2010); Houaiss (2009); Borba (2003); Basílio (2004); Isquierdo (1998; 2001), Vilela (1994), Queiroz (2009) e Abbade (2011).

A atenção do estudo lexical está voltada para a temática descrita no código e para as particularidades do vocabulário empregado para cada tipo de prática

herética. Ao referir-se ao pecado da sodomia, por exemplo, o depoente utiliza-se de uma terminologia específica, ao descrever a maneira como se procediam aos atos sexuais, seja entre pessoas do mesmo sexo ou do sexo oposto. Para tanto, vale-se de uma linguagem metafórica, ao referir-se às partes íntimas do corpo humano, como *vaso natural*, correspondente à vagina e *vaso posterior*, equivalente a ânus.

Em Bluteau (1728), a acepção para o vocábulo ‘vaso’ mais próxima a essa empregada no código designa “vasos uterinos; correção de abusos”, acepções estas que não estabelecem relação direta com as apresentadas na documentação em questão. Já Houaiss (2009), registra o vocábulo ‘vaso’ com sentido equivalente à vagina, sendo esse uso relacionado à aplicação informal do vocábulo. Em Moraes (1789), dentre as diversas acepções apresentadas, consta a que estabelece relação direta com o sentido aplicado no código: “O vaso da mulher, a natura, o órgão da geração”. Pinto (1832) apresentada a mesma definição de Moraes (1789).

Considerando os estudos no domínio da semântica, pode-se aferir, conforme apresenta Ullmann que

A acepção vulgar das palavras, na relação com as coisas, mudou como os homens julgaram conveniente. A audácia temerária veio a ser considerada como corajosa lealdade a um partido, a hesitação prudente com uma refinada covardia, a moderação como um disfarce para a fraqueza feminina, e ser sábio em todas as coisas como não fazer nada em coisa alguma. (ULLMANN, 1977, p.9)

O que Ullmann traz com essa discussão é que o homem altera o emprego de um determinando vocábulo, dependendo do seu interesse, passando do uso de uma terminologia vulgar, ou seja, de conhecimento amplo, para a utilização de vocábulos de compreensão mais limitada.

Com base na teoria desenvolvida por Kurt Baldinger (1970, p. 243) realiza-se um estudo semasiológico - fundamentado nas definições localizadas nos dicionários - além de um estudo onomasiológico, pelos quais será possível classificar, respectivamente, os campos semânticos e conceituais.

Baldinger ressalta que os estudos centrados no domínio da linguística, entre os séculos XIX e XX, caracterizaram-se por duas tendências essenciais. Inicialmente, a atenção se deslocou do som para a palavra, sendo que o estudo da fonética histórica não foi suplantado pela lexicologia histórica. A segunda

tendência é que, a partir dali, a atenção dos estudos linguísticos passou a se basear no campo estrutural. Dessa forma, as pesquisas relativas à etimologia fonética, fantasiosas em alguns casos, passaram a levar em consideração o campo lexical de cunho sócio histórico.

A semasiologia estuda o campo das significações, considerando a palavra no desenvolvimento de suas acepções. Assim, o vocábulo não é analisado isoladamente, e sim de acordo com a estrutura semasiológica, ou seja, as significações podem ser apresentadas em um determinado campo semântico. Isso implica um campo semântico que une as diversas significações que uma dada palavra poderá apresentar. Baldinger afirma que

[...] Nossas considerações prévias evidenciam os aspectos essenciais da semasiologia tanto quanto suas tarefas mais urgentes. Primeiramente, a semasiologia não tem um caráter linear individual; ela trata de uma estrutura, da estrutura semasiológica precisamente, que, conforme o caso, pode ser muito complicada ou muito simples. Ela confirma inteiramente a teoria que, desde Saussure, ganha mais autoridade, deve-se aprofundar as relações estruturais da língua. A semasiologia ao mesmo tempo incorpora-se no sistema do eixo sincrônico-diacrônico de Saussure: o ponto de partida é sempre o aprofundamento da estrutura sincrônica, ou, mais precisamente, das estruturas sincrônicas que diferem segundo as épocas e os lugares. (BALDINGER, 1970, p.18)

Os estudos voltados para o campo da semasiologia se detêm tanto no plano sincrônico, ao se analisar a acepção individual de um determinado vocábulo, como no plano diacrônico, a fim de verificar as mudanças de significação que uma palavra sofreu por conta de fatores históricos e culturais.

A onomasiologia estuda o campo das designações de um conceito particular, ou seja, de uma multiplicidade de expressões que formam um conjunto estruturado. Esses estudos tomam como base um determinado conceito e, a partir dele, observam-se os vocábulos que apresentam significado similar, com a ressalva de que não se trata aqui de sinônimos, considerando que não existem sinônimos perfeitos, mas vocábulos que apresentam significações aproximadas.

Baldinger demonstra que existe uma interdependência entre as duas perspectivas, a semasiologia é focalizada na polissemia, já a onomasiologia na sinonímia. Os estudos semasiológicos são considerados sob o ângulo de quem ouve, sendo o interlocutor responsável em determinar a significação da palavra

que ele entende dentre todas as significações. A onomasiologia é vista pelo ângulo de quem fala, daquele que deve escolher entre diferentes meios de expressão (BALDINGER, 1970, p.30).

A partir da análise desses conceitos tem-se a estrutura de um dicionário padrão, o qual representa no campo semasiológico o dicionário tradicional, representado em ordem alfabética. Enquanto no campo onomasiológico, se partiria do conceito para as designações, constituindo um dicionário ideológico.

A subseção descrita na sequência apresenta subsídios para a delimitação do campo lexical do judaísmo, sodomia e blasfêmia.

2.3.1 Subsídios para a delimitação do campo lexical de alguns dos crimes perseguidos pelo Tribunal do Santo Ofício

A leitura de diversos documentos referentes à Inquisição, feita durante a elaboração desta tese, levou-nos a levantar a hipótese de que deve ter existido uma terminologia específica para a definição de cada um dos delitos e de seus diferentes aspectos.

Embora não se tenha encontrado uma lista organizada alfabeticamente ou algo parecido, quem lê os documentos depara com uma série de termos, a permearem os textos das confissões.

Tomando como ponto de partida a hipótese de localizar e definir alguns dos termos mais recorrentes, procedeu-se a uma listagem de alguns dos que foi possível identificar relativamente a três dos delitos: o judaísmo, a sodomia e a blasfêmia.

O que se busca mais especificamente neste estudo é apresentar um levantamento *exemplificativo* dos itens lexicais ou expressões utilizadas pelos depoentes, conforme as culpas previstas no Monitório de 1536 e também no Regimento do Santo Ofício de 1640.

A listagem dos itens lexicais e expressões podem contribuir, a partir de um estudo mais aprofundado, com a caracterização dessa terminologia, que certamente resulta da “filtragem” textual que fazia o escriba e não da reprodução literal do que era dito pelos depoentes. Os termos utilizados pelos depoentes só excepcionalmente constarão no texto inquisitorial.

A vertente onomasiológica conforme se apresentou na seção 2.3 servirá de aporte à identificação do campo das significações. Visto que se busca analisar cada item lexical de acordo com o seu “campo de designações”, pois “Cada uno de los elementos de la lengua no está uno junto al outro desprovido de mútua relación, sino que forman una red de conexiones, de manera que el cambio de um elemento puede llevar consigo el cambio de otro elemento⁶¹”. (BALDINGER, 1970, p. 24).

Em seguida, proceder-se-á à descrição semântica dos sintagmas e itens lexicais relacionados aos três macrocampos elencados. O sintagma ou item lexical de cada macrocampo será descrito em negrito e caixa alta, o qual pode ser representado por uma lexia simples “formada por uma única palavra livre” [água, vaso] ou lexias complexas “as que combinam mais de uma forma livre” [pote de água, vaso posterior] (BORBA, 2003 p. 22). Posteriormente, identifica-se a classe de palavra, se substantivo masculino ou feminino, verbo, locução nominal ou verbal, definição e contexto de ocorrência, com o vocábulo da lexia em negrito, em seguida a linha de identificação que consta na edição semidiplomática do LRC. Servirão como aporte à identificação dos itens lexicais, o Monitório (1536 apud Abreu, 1922, p.40); o Regimento do Santo Ofício (1640); Bluteau (1728); Moraes e Silva (1789); Houaiss (2009); Cunha (2010), Machado Filho (2013).

2.4 Macrocampo: Judaísmo

DERRAMAMENTO DE ÁGUA AOS CÂNTAROS, POTES - loc. nom. “[...] derramando e mandando derramar agoa dos cântaros, e potes, quando algum, ou alguma morre, dizendo, qua as almas dos defuntos se vem ahy banhar, ou que o Anjo percutiente, lavou a espada na agoa”. (ABREU, 1922, p.41)⁶². Tal lexia descreve a prática judaica de esvaziar os potes de água contidos no interior da

⁶¹ “Cada um dos elementos da língua não está um junto ao outro desprovido de mútua relação, mas que podem formar uma rede de conexões, de maneira que a mudança de um elemento pode levar consigo a mudança do outro elemento”. Tradução livre da autora.

⁶² Abreu (1922) apresenta um estudo histórico que antecede a edição do LRC, nesse aspecto, o referido autor descreve todo processo que culminou com a 1ª visitação, enumera e descreve os crimes perseguidos pelo Tribunal do Santo Ofício.

casa por ocasião da morte de alguém, consoante se observa nas confissões do LRC.

Segue uma listagem exemplificativa de ocorrências no *corpus*:

[...] **derramamento da agua dos can | taros** poreu que elle não em tendeo ser isto cerimonia|dos judeus *nem* oconsentio com essa tencaõ [...] l. 212 – 14.

[...] lhe morreo em casa hum escrauo seu e nesse dia uejo fez aj sua maj breatiz antunez e lhe ensinou | que **lançasse a agoa fora** que auja em casa | orque | ra bom pera os parentes do morto que ficauaõ uj | uos [...] l. 6067 – 70.

[...] sua auoo [d]ella confessante lhe insinara tambem isto | a qual sendo moca aprendera isto no rejno de huma <culpa.>cristã uelha e que ella confessante lançou aquella | uez e mandou **lancar fora toda agoa de casa** sim | plexmente sem emtemder que era ceremenja deju | deus e sem ma tencaõ [...] l. 6072 – 76.

[...] per nome antaõ, e depois que morreo lancou, e maõ | dou **lancar agoa fora dos potes agoa** que estaua | en casa [...] l.6343 – 45.

[...] era bom **botar a agoa fora** quando algum | morrja por que lauauam aespada do sangue nella[...] l. 6672 – 73.

[...] acon | <culpas>teçeo mujtas uezes, lancar e **mandar lancar fora** | de casa toda aque dos potes e uasos que auja em casa | das portas a dentro quando *alguem* lhe morrja como | filho ou filha u escrauos[...]. l.6474 – 77.

[...] morrendo lhe escrauos em sua casa elle <culpas>uazou e maõdou **uazar fora toda agoa dos po | tes** que auja em casa e que isto fez tres ou quatro uezes nas mortes de tres ou quatro escrauos semsaber que era cerjmonja judajca [...] l. 7475 – 79.

[...] maõ dou entornar e **lancar fora a agoa** que <culpa> auja en casae dallj por diante lhe aconçeço | morrerem lhe em diuersos tempos sete ou ojto | escrauos e quando lhe morrjam mandou a | lancar fora sempre e derramar agoa que | em casa auja [...] l. 8218 – 23.

BEBER ÁGUA DE CASA POR OCASIÃO DA MORTE DE ALGUÉM – loc. verb.

“interdição de beber água armazenada em potes no interior da casa, por ocasião da morte de alguém”.

[...] sua maj anna rodrigues lhe disera que não era bom | **beber a agoa que auja em casa quando morrja** | *alguem*, que era bom lanc<a>la fora [...]. l. 8006 – 08.

DEGOLAR GALINHA – loc. verb.

“se degollão a carne, que hão de comer, á forma e modo Judaico, atravessando-lhe a garganta, provando, e tentado primeiro o cutelo na unha do dedo da mão, e cobrindo o sangue, com terra por cerimonia judaica”. (ABREU, 1922, p. 40). Consoante se observa em Abreu (1922 ap. Monitório de 1536) é interdito aos judeus degolarem a galinha e também comerem do sangue.

[...] matar alguma gallinha pera rechiar, oupera | mandar de presente a **mandaua degolar** e degolada pendurar | *aescorer osangue* por ficar mais fermosa e emxuta do sangue [...]. l.593 – 595.

[...] escraua **degolou** | **huma sua galljinha** defronte dasua porta e que ella | lhe mandou lancar em cjma dosangue que estaua | derramado no chaõ hum pouco de poo de sara | dura de madejra que se auja serrado[...]. l.7454 – 58.

RETIRAR A GLÂNDULA DE PORCO E CARNEIRO – loc. verb.

“procedimento que consiste em retirar a camada de gordura que se encontra sobre o pescoço do carneiro ou do porco”. Topel (2003, p. 207) enumera alimentos proibidos pelo judaísmo e cita que “A lei de Moisés proíbe o uso do quarto traseiro, inclusive dos animais puros (Gen. XXXII:33), com a ressalva de que as partes proibidas e os vasos sanguíneos tenham sido devidamente removidos. A maioria dos açougueiros sabe como limpar os quartos dianteiros, mas não os traseiros. Consequentemente, usamos somente a carne dianteiros e nos abstermos de usar a do traseiro”.

[...] sempre quando en sua casa se cozinha digo se asa quarto tra | zeiro de carneiro ou porco lhe manda **tirar a landoa** por que se asa| melhor e fica mais tenro, e não se lhe ajunta na landoa osangue em | crudido [...]. l. 596 – 99.

[...] todas as uezes que| em sua casa ate guora se a sauaõ quartos trazeiros| da res Meuda lhe mã daua **tirar a landoa** [...]. l. 1027 – 29.

[...] alguãs uezes asandose em sua casa quartos de carneiro| lhetirou **a landoa** pera se asar melhor [...]. l. 6172 – 6173.

[...]huma sua filha e estando em | <culpas>nojo por ella, não comeo ojto duas carnem | **tirar as landoas** aos quatis trazeiros das reses meudas | todas as uezes que em sua casa se as asuaõ quartos se | melhantes [...]. l. 6165 – 70.

GUARDAR OS SÁBADOS – loc. verb. “guardarão, ou guardão os sábados em modo, e forma Judaica, não fazendo, nem trabalhando em eles cousa alguma, vestindo-se, e ataviando-se de vestidos, roupas e joyas de festa, e adereçando-se, e alimpandos-e ás sesta-feiras ante suas casas [...]. (ABREU, 1922, p. 40.). “O Shabat (sábado), como dia de descanso, santificado a Deus, é uma das características básicas e fundamentais do judaísmo” (SIQUEIRA, 2009, p. 632). Novinsky (2015, p.45) afirma que o “O Shabat foi a primeira lei trabalhista da história, cinco mil anos antes de o mundo civilizado reconhecer o direito ao descanso de cada ser vivo”.

[...] comfesandose dentro neste tempo da graça dise que ella| **ueste alguñs sabados camisa lauada** quando tem a do| corpo cuja por respeito do çeruiço de esta lajadeira e assi| aueste laua da todos os mais dias da somana em que se lhe ofere| çe tella, por limpeza do ditto officio [...]. l. 875 – 80.

[...] **quatro ou cinco sabados uestio camisa lauada**, e beatos| lauados epos na canbeça toalhas lauadas pera ir a Igre| ja ouuir misapor por quanto o ditto uigairo não dezia| missa se não de quinze em quinze dias aos sábados [...]. l. 1023 – 27.

[...] costu | mado a **uestir todos os sabados camissa lauada** po | rem que a ueste tambem todos os mais dias dasomana | e domingos, de maneira que cada dia a ueste por limpeza [...]. l. 7145 – 51.

COMER CARNE DE COELHO E PEIXES COM ESCAMAS – loc. ver. “que não comem toucinho, nem lebre, nem coelho, ne aves afogadas, nem inguia, polvo nem congro, nem arraya, nem pescado, que não teha escama, nem outras couss prohibidas aos judeus na ley velha” (ABREU, 1922, p. 40.). Conforme se descreve

no Monitório de 1536 é interdito aos judeus nutrir-se dos alimentos ora elencados.

[...] **naõ come | lamprea** e mandando lhe do Rejno duas outras ue | zes lampreas, em comserua ella as naõ comeo, naõ | por outra causa nenhuma, senaõ porque lhe tomou nojo | mas come os maispejxes sem escama, e naõ come | [[come]] peixe de ag digo saluo os dagoa doce e **naõ co | me | coelho** e que todas as dittas cousas [...]. l. 6174 – 81.

[.] naõ | começaõ fresco, por que lhe faz mal ao estomago | mas que come salgado [..]. l.6322 – 24.

JEJUAR – verb. “se sabem, virão, ou ouvirão, que jejuarão, ou jejuão, o jejum mayor dos Judeos, que cae no mes de Setembro, não comendo em todo o dia até noyte, que sayão as estrelas, e estando aquelle dia do jejum mayor, descalços, e comendo aquella noite carne, e tigeladas, pedindo perdão hus aos outros [...]”.(ABREU, 1922, p. 41.). Vainfas (2010, p. 105) descreve que os éditos de fé do Santo Ofício não apresentam em detalhes o significado para os judeus de guardar os sábados, no entanto, o referido autor afirma que “o Grande Dia era celebrado pelos judaizantes em setembro (e por vezes indicava a data de 10 de setembro)”.

[...] jeiou ho | ditto **jejum, naõ comendo, nem bebendo, nem re | zando, nem dormindo** ate sair aestrella a noite e | despois das estrellas jaydas, ceou e comei o que | achou em casa, e este jejum fez duas uezes so | mente [...]. l. 2995 – 99.

JEJUM E LUTO MORTE DE FAMILIAR – loc. nom. “se por morte dalguns, ou dalgumas, comerão ou comem em mesas baxas, comendo pescado, ovos, e azeitonas, por amargura, e que estão detrás da porta, por dó, quando algum, ou alguma morre”. (ABREU, 1922, p. 41.).

[...] maj breatiz antunez **naõ | quis comer nada da carne** aquelle dia ao jantar | *nem* quis comer nada senaõ somente quando que | rja por se osol a fizeraõ comer e comeo [...] l. 6154 – 59.

[...] quando lhe morrja | parente, ou parenta, como filho, ou filha, Irmaõ, ou Irmaã | ou paj, **por nojo, nos primejros ojto dias naõ comja car | ne** [...]. l. 6155 – 57.

[...] sua irmã ujolante | antunez morreo e que no dia que ella morreo elle | *com* nojo **naõ comeo nada todo o dia**, e sendo do | mingo o ditto dia naõ quis comer carne e so | mente a nojte comeo pejxe [...]. 6544 – 49.

[..] auera qujnze | annos pouco mais ou menos que morreo o ditto seu | marjdp hejtor antunez e que no tempo do nojo da | sua morte ella **esteue asentada detras da porta**, | tambem por desastre po[r] acontecer ficar a lim | assim a gejto seu assento [...]. l.6643 – 49.

[..] estaua | en casa fora epor nojo de sua morte esteue os prjm | eros ojto dias sem comer carne[...]. l.6338 – 40.

AMORTALHAR OS MORTOS – loc. verb. [...] quando algum, ou alguma morre, e lhes lanção calções de lenço, amortalhandoos com camisa comprida, pondo-lhe em cima hua mortalha dobrada, á maneira de cappa, [...]. (ABREU, 1922, p.41).

[...] quãdo | manda **amortalhar os mortos** de [...] sua casa, os manda amor | talhar em lancol jnteiro sem lhetirar Ramo *nem* pedaço | algum por grande que o lancol seja e a talos | amortalhados | somente *com* ataduras, mandando que os naõ cosam com | agulha [...]. l. 6161 – 66.

[..] fora do lancol en que **amortalhauaõ**, mas que auja de see | *com* o lancol inteiro, e que naõ era bom das agulha pera o coserem na | mortalha *nem* era bom tirar ramo *nem* pe | daço [...]. l. 6434- 6441.

MODO DE ABENÇOAR – loc. verb. “se os pays deitão a benção aos filhos, pōdolhe as mãos sobre a cabeça, abaxandolhe a mão posso rosto abaxo, sem fazer o sinal da Crus, á forma, e modo Judaico”. (ABREU, 1922, p.42).

[..] Lanca a **benção a seus netos** dizendo a ben | ção de deus e mjnha te cubra lhes poem a maõ estem | dida sobre a cabeça despois que lhe acaba de lancar a benção [...]. l.6327 – 30.

JURAR EM NOME DOS MORTOS – loc. verb. “refere-se à prática de jurar pelo nome de defuntos”.

[...] ella *confessante* | quando quer afirmar alguã cousa tinha por cos | tome ordjnarjo **jurar pello mundo que tem aal | ma de seu paj** e desta jura usaua pella ouujr ju | rar a sua maj anna rodrigues [...]. l. 5598 – 5604.

[...] lembra mais que usa mujtas uezes deste juramento, | pello **mundo que tem a alma de meupaj**, e o dito jura | mento jurou mujtas, sem nunca saber nem entender | que era juramento judajco [...]. l. 7132 – 37.

2.5 Macrocampo: Sodomia

MEMBRO DESONESTO – loc. adj. ‘membro’, ‘pênis’, ‘Desonesto’.

Impudico. *Obscenus, impudicus*”. (BLUTEAU, 1728, p. 48).

[...] teue congresso pordiante aju| ntando os **membros des honestos** hum com outro semauer| pulucaõ[...] l. 112 – 14.

[...] metendo seu **menbro | desonesto** pello uaso trazeiro do clerigo como hum | homem faz com huma molher pello uaso natural por diante| e este peccado consumou tendo puluçaõ cocom o ditto [...] l. 979 – 82.

[...] **membro des | honesto** pello uaso trazeiro delle confessante com | prindo nesse, e *conssuando com* elle por detras co | haz hum homem com huma molher por diante penetrou com seu membro deshonesto pello uaso do ditto mulato e não se affirma, antes se afirma | bem que nem dentro nem fora do uasso não te | ue poluçaõ [...]. l. 5215 – 22.

[...] **membro deshonesto** por baixo pello | seu uaso trazejro della *confessante* e dorme daquella maneijra com ella efetuando e consumando o pec | cado nefando da sodomja [...]. l. 6240 – 44.

[...] dormir com elle carnalmente Metendo seu **mem | bro deshonesto** pello uaso trazejro delle com fessante e | *comprjndo nelle* assim como se ofizera com molher por | diante e *conssumou* o peccado desodomja [...]. l. 5215 – 5221.

[...] cometeo com seu **mem | bro deshonesto** ao dito marcos no seu uaso | trazeiro tendo nelle os dittos accesos e cog | natos, nefandos e torpes, e de todos estas | uezes nunca elle confessante teue poluçaõ [...]. l. 2621 – 26.

MEMBRO VIRIL – loc. adj. “Membro viril ou genital: a parte que distingue o sexo do homem, e serve para gerar” (MORAES e SILVA, 1789, p. 286). “‘Órgão genital masculino’. ‘Órgão copulador masculino’. ‘Pênis’”. (QUEIROZ, 2009, p. 10).

[...] ajuntamento | contra natura sodomjico penetran | do com seu **membro ueril** [...]. I.4422 – 23.

[...] teue accessos nefandos, a elle *con* | fessante com **seu membro ueril** deshonesto o uaso trazeiro delle *confessante*, tendo nelle | cognatos pera penetrar sem penetrar mais que huma soo uez que cõmeçou já *com* e | feito | feito [pe]netrar epor elle *confessante* o não | consentir não proçedeo apenetracão, e | elle *confessante* tambem outras tres uezes | pouco mais, ou menos [...]. I.2612 – 21.

POLUÇÃO – subs. fem. “ejaculação involuntária”. (HOUAISS, 2009).

[...] não se a firma dessi proprio se | tambem elle *confessante* tinha **polução** [...]. I.5965-66.

[...] penetrandoo lnda que | ão perfeitamente e tendo no dito seu | uaso trazeiro **polução** de semente por detras | como se fora *homem com* mulher por diante [...]. I.2563 – 67.

[...] e tendo nelle **polução** de semente [...]. I.2672.

[...] penetrou *com* seu membro deshonesto pello uaso do ditto mulato e não se affirma, antes se afirma | bem que nem dentro nem fora do uasso não te | ue **polução** [...]. .2686 – 90.

VASO TRASEIRO – loc. adj. ‘ânus’ “abertura exterior do tubo digestivo, na extremidade do reto, pela qual se expelem os excrementos”. (HOUAIS, 2009).

[...] seu membro deshonesto pelo seu **uasso traseiro** dormindo [...]. I.2662.

[...] dormir *com* elle carnalmente Metendo seu mem | bro deshonesto pello **uaso trazejro** delle confessante e | comprjndo nelle assim como se ofizera *com* molher por | diante e *conssumou* o peccado desodomja [...]. l.5215 – 18.

[...] metendo seu membro desonesto pello **uaso | trazeiro** do ditto domjngos, e comprjndo com elle | por detras, como faz hum *homem* com *huma* molher por di | ante, *conssumando* o peccado da sodomja [...]. l.5277 – 80.

[...] **uaso tra | zejro** delle confessante lançandose | elle confessante *com* a barrjga pera | baixo [...]. l. 4433-26.

[...] membro des | honesto pello **uaso trazeiro** delle confessante *con* | prindo nesse, e *conssuando com* elle por detras co | haz hum *homem* com *huma* molher por diante [...]. l.5955 – 58.

[...] cometeo pello seu **trazejro** do ditto mulato | e assim esteue elle *com* fessante breue espaco *com* a <culpa>cudelejaçõ de penetrar [...]. l.6022 – 25.

[...] membro deshonesto por baixo pello | seu **uaso trazejro** della confessante e dorme daquella maneja com ella efetuando e *consumando* o pec | cado nefando da sodomja [...]. l.6240 – 43.

[...] pello seu **uaso trazej | ro**, como se fizera pello diantejro natura [...]. l. 6243 – 44.

[...] querendo elle por diante naturalmente | ter copula *com* adita sua molher, resualando seu mem | bro por baixo a penetrou pello **uaso trazejro** e nelle | <culpa>comprio, e *conssumou* o peccado nefando [...]. l.7201 – 04.

VASO NATURAL – nas fêmeas dos mamíferos, conduto musculomembranoso que vai do útero ao orifício externo do canal genital. (HOUAISS, 2009).

[...] dorme pordiante com *huma* | molher pello **uaso natural** [...]. l.165 – 66.

[...] com| rompia a ditto moça pello **uaso natural** [...]. l.1339.

[...] com rompia pello **uaso naural** apene| trou tambem, pello trazeio e sentindo isto se afastou| logo sem puluçaõ e tambem estaua ceado e cheo de ui| nho [...]. l. 1348 – 51.

[...] ajuntamento | carnal huma com a outra por diante ajuntando | seus **uasos naturais** hum com o outro tendo de/ leitacaõ e consumando com effeito o comprimento natural de ambas as partes como | se propria mente forã *homem* com *molher* [...]. l.1400 – 05.

[...]conffe | sando dixe que despois que casou *com* o ditto seu | marjdo com o qual he moradora na barra de peragasu | nunca ategora o ditto seu marjdo dormjo *com* ella pel | lo seu **uaso natural** e *com* a maõ a corrompeo e a | deflorou *com* maõ, e mujtas uezes *com* a maõ lhe anda por dentro do ditto uaso natural [...]. l.6232 – 35.

[...] a regacando assi | as suas fraldas se pos em cima a della confessan | te e | juntando seu uaso natural, com o **uaso | natural** della confessante [...]. l.3982 – 85.

VASO DIANTEIRO – nas fêmeas dos mamíferos, conduto musculomembranoso que vai do útero ao orifício externo do canal genital. (HOUAISS, 2009).

[...] se lancou em cima | della de bruços e alleuantadas as fraldas | ambas ajuntaraõ seus **uasos dianteiros** de | leitandose huma com outra como se fora *homem com* | *molher* ate que aditta fellipa de sousa *comprio* | e que estas duas uezes dez o dito peccado nefando | com a ditta fellipa de sousa [...]. l. 2851 – 55.

[...] pello seu uaso trazej | ro, como se fizera pello **diantejro natura** [...]. l. 6243 – 44.

[...] ambas ajuntaraõ seus **uasos dianteiros** de | leitandose huma com outra como se fora *homem com* | *molher* [...]. l. 2853 – 55.

INSTRUMENTO EXTERIOR PENETRANTE – loc. adj. ‘corresponde ao falo masculino, que poderia ser utilizado nas relações sodomíticas entre mulheres’. Vainfas (2014, p.233) descreve que o instrumento penetrante similar ao órgão genital masculino poderia ser um simulacro de veludo ou de madeira, tal qual se estabeleceu alcunha a Isabel Antonia “‘a do veludo’, alusiva ao falo aveludado que usava em suas relações”.

[...] *homem com* *molher* *porem* *naõ* *ouue* *nem* *hum* **instro** | **mento exterior penetrante** *entre ellas mais* | *que somente seus uasos naturais dianteiros* [...]. l.2828 – 30.

[...] *lembra o numero,* *porem nunca causaraõ de nenhum* | **instromento penetrante** *mais que somente com seus cor* | *pos* [...]. l.7588 – 90.

[...] *sem auer entre ellas* **ins** | **trumento penetrante** *mais que seus corpos* [...]. l. 7659 – 60.

CONFESSANTE PACIENTE – loc. adj. “refere-se ao que foi paciente durante ato sexual”. Tal lexia foi descrita nas relações sodomíticas entre indivíduos do sexo masculino.

[...] *pec* | *cado da sodomja e isto tres ou quatro* | *uezes em nojtes dferentes sendo sem-* | *pre elle* **confessante pacjente** [...]. l.4429 – 32.

[...] *ambos* | *fizeraõ o ditto peccado sendo humas uezes agentes, e* | *outras* **pacjente** [...]. l. 5962 – 63.

CONFESSANTE INCUBO AGENTE – loc. adj. “refere-se ao que atuou como agente durante o ato sexual”. Tal lexia foi descrita nas relações sodomíticas entre indivíduos do sexo masculino. ‘Incubo’ “que está em posição cobrindo alguma coisa; que se coloca por cima de alguma coisa” (HOUAISS, 2009).

[...] *consumando* | *nelle opeccado de sodomja tres ou qua* | *tro uezes em djuersas nojtes sendo elle confessante sempre* **Jncubo agente** | *e djsse* [...]. l. 4429 – 32.

[...] *ambos* | *fizeraõ o ditto peccado sendo humas uezes* **agentes**, *e* | *outras* **pacjentes**[...]. l. 5962 – 63.

[...] *sendo elle comfessante sempre o a* | **gente** [...]. l.5275-76.

2.6 Macrocampo: Blasfêmia

ARRENEGAR – verb. Bluteau (1728, p.558) define como “Tomado absolutamente entre Cristhãos val o mesmo que Apostatar da fé de Christo. Das penas dos que

arrenegão de Deos, de Nosso Senhor; de Nossa Senhora, ou de sua fé, ou dos seus Santos ”. Moraes e Silva (1789, p. 191) define tal vocábulo como “Apostatar da Fé, negar-se de Sectario de alguma Religião. Blasfemr, amaldiçoar. Aborrecer, detestar”.

[...] dixe que **a renegaua** | de deos e esta blasfemea dixe duas ueçes naquela | mesma ora e tempo [...]. l.1955 – 57.

[...]com muita| collera que **a renegaua** de deos da qual blasfe| mea logo se arrependeo e foi confessar ao co| lejo de jesu e comprio a penitencia que lhe foi dada [...]. l.1261 – 65.

[...] querendo dizer nome | de lesu em quem creo, dixe e pronuncjou com | <culpa>a boca lesu de **arenego**, porem dixe | a dicta blasfemea subita e des atinada | mente sen ser sua tenção [...]. l.4854 – 58.

[...] por elle lhe dar mujto maujda ella com ira e agasta mento **arenegaua** de d[e]os, dizendo arenego de deus a qual bllasfemea lhe parece que dixe algumas qua renta uezes pouco mais ou menos, e pellos camjnhos de alentejo, | eandaLuzia por onde naquelle tempo andauaõ mujtas uezes blasfemando ella a dicta blasfemea era reprendida [...]. l.5883 – 89.

[...] estando agastado pellejando com sua molher blas <culpa>femou dizendo **arenego** de Jesu crispto a esta blasfemea [...]. l.7820 – 21.

BENZER – verb. “invocar, traçando o sinal da cruz no ar, a graça divina sobre” (HOUAISS, 2009).

[...] e por elle confessante cudar que aquella | era auerdade usou do ditto modo de **benzer** ca | ssim se benzeo [...]. Neste contexto o depoente blasfemou por ter se benzido de modo contrário ao que se estabelecia a Igreja Católica.

COMER – verb. para Machado Filho (2013, p. 112) tal vocábulo advém do “(<lat. comēdere) ‘ingerir alimento’; ‘tomar por alimento’”. A acepção ora apresenta é complementada com o que se descreve em Houaiss (2009) “Ingerir (alimento sólido). Nas ocorrências descritas a seguir descrevem-se os crimes de blasfêmia relacionados ao fato do indivíduo ora ter comido carne em dias defesos ora ter ingerido alimentos antes de comungar.

[...] ir para algreja tinha **comido**, huma talhada de anannas, e ella| uemdo tambem as cascas no chaõ lhe lembrou emtam que| tinha comido huma talha de ananas antes de ir Comungar| emtaõ teue grande arenpedimento e se tornou a comfesar| a hum padre da companhia[...]. l.784 – 78.

[...] teue laa huma quares | ma e em mujtos dias della e em ouros mai sem | <culpa>que algreja d[e]fende carne elle a **comeo** estando | sam e sem Licença do ordjnario e sem necessida | de podendo mujto bem escusar de comer porque | tinha outros mantimentos con que nos djttos dias | se podja manter [...]. l.4094 – 4100.

[...] uezes em diuersos dias | de quaresma e sesta feyras esabados elle e acom | <culpa>panhia |omjam cerne podendo escusar de a **co | mer** por terem fauos e outra cousas con que se podiam manter sem comer carne e as pessoas [...]. l.4496 – 4501.

[...] dias prohebidos **comeo** carne ssem neçessidade naõ | se confessou na quaresma passada que esteue no ditto sertoõ [...]. l.4777 – 79.

[...] elle confessante matou | <Culpa> huma gallinha e a assou e elles a almocaraõ e | juntamente *com* elles **comeraõ** della tambem elle | confessante e mais domingos de rebello ma | maluco seu cunhado morador na mesma fazen | da delle confessante, e outro ssim confesou que as ne | gras de sua casa cristaãs margarjda e antonia bra | ssillas alguñs domjngos e dias sanctos trabalhaõ | fiando e fazendo [...]. l.5330 – 38.

[...] almoçar dixe o ditto seu cunhado que lhes matarja huma galj | nha e elles dixeraõ que ssim querjam, entaõ | se assuou, huma gallinha e todos **comeraõ** della | saõ Pero tejxeira defunto, e Luis doliuejra, e elle | confessante, e seu cunhado [...]. l.5375 – 5380.

[...] dia que era sesta feira acharaõ huñs gentios | a montarja os quais lhes deraõ hum pedaço de | carne de porco asada e elles todos quatro a | **comeraõ** na dista sesta feira podendo escusar de | a comer [...]. l.

[...] sextas feyras e dias que naõ eraõ de carne elle | confessante **comeo** ssempre carne [...]. l.5649 – 51.

[...] nas quaresmas | como nos mais dias que a igreja defende carne | elle **comeo** sempre carne podendo escusar de a | comer [...]. l.6809 – 11.

[...] dous outros saba | <culpa> dos comeo figado de uaqua e assim o **comeo** seu paj | e isto sem | necessidade e sem licença [...]. l.7044 – 76.

[...] ana alueloa | mulher do ditto gaspar nunez todas amigas | <culpa>moradoras, euezinhas, em taparjça sendo saba | do a dicta ana dalueloa mandou uir a merenda | hum tatu que he caça de mato de carne cozido eto | das ellas quatro **comeraõ** a dicta carne no ditto | sabado a merenda sabendo ser sabado [...]. l.7526 – 32.

[...] maõ | dou ujr pera merendar a dicta anna alueloa hum tatu | que he huma caça do mato asado de moque sendo sabado ou | <culpa>sesta feira e todas quatro o **comeraõ** sem terem neçe | sidade de comer carne saluo a dicta anna alueloa que | estaua parjda esangrada, e ouujo dizer que a dicta ue | uua marja nunez estaua prenhe secretamente [...]. l. 7620 – 26.

[...] elle *com com* fessante pello mato em | busca de huñs negros que fugiraõ a seupaj tambem | <culpa>sendo dia que a igreja defende carne, **comeo** car | ne de uaqua asada tambem podendo escusala | sem desculpa por que tinha farjnha pera poder pa | sar aquelle dia [...]. l. 7738 – 43.

[...] elle **comeo** carne per mujtas uezes *em* | todo o tempo que ellas duraraõ que a prjmeira da *companhia* do | adorno durou noue meses e a outra durou tres meses | e sem terem necessidade epodendo escusar carne [...]. l. 7885 – 88.

[...] **almoçado a dicta farjnha** | e disto pedio misirjcordia [...]. l. 4986 – 4900.

CRER EM ALGO CONTRÁRIO AO EVANGELHO – verb. “Christaãmente falando, he ter certo, & infalível o que a igreja nos propõem de Fè, & por mais certo do que se o virmos *com* os olhos, & tocarmos com as mãos. *Credere*” (BLUTEAU, 1728, p. 607). Nesse sentido Moraes e Silva (1789, p. 128) designa tal vocábulo como “Ter por certo, por verdadeiro. Julgar, ter para si, entender. Fiar-se de alguém”. Os contextos ora elencados quando se referem a tal vocábulo descrevem situações nas quais os depoentes apresentaram despreço em relação ao Evangelho de São João e às palavras de Jesus Cristo.

[...] responde o elle confessante que tanto **cria elle| no que deziã aquelles negros como no euangelho de saõ| joam** [...]. l.1069 – 71.

[...] **inda que Saõ Joam Euangelista lhe disese o contrairo|** do que se continha no ditto caderno lho não creria[...]. l.1107 – 08.

DAR CRÉDITO EM ALGO CONTRA A PALAVRA DE CRISTO

[...] dise, estas palauras, **tam certo estou nestas contas que da| do caso que quauiese cristo** e me disese não ser assi cuido lhe| não daria credito [...]. l. 1220 – 22.

[...] dixe que **cria tanto a sua negra | como o euangelho de saõ joam** [...]. l. 7094 – 95.

AGASTAR – verb. “provocar irritação em ou deixar-se irritar; aborrecer(-se), zangar(-se)” (HOUAISS, 2009). Para Bluteau (1728, p. 165) designa “Provocar a ira. Agastar a alguém”. Os depoentes descreveram as blasfêmias elencadas a seguir conforme as designações ora descritas.

[...] **agastandosse** elle e tomando | collera dixe, que tanto lhe fariam que di- | ria que deos não era deos, das quais palla | uras não lhe lembra se alguém o reprehem | deo [...]. l.2540 – 42.

[...] **agas | tada** com collera e agastamento tomou os re <culpa> llicajros e com furja os arremessou per huma ca dejra abajxo, onde os relicajros saltando | pello chaõ hum delles quebrou na ujdraça | e pedio perdaõ neste tempo da graca [...]. l.5011 – 16.

[...] estando ella doente dos olhos por ter fej | <culpa>to mujtas deuacois a Sancta Luzia, e não melho | rar, nos olhos dixe **agastada** sem considerar o que dizia que nunca mais auja derezar a Sancta Luzia | pois não saraua, e que era Sancta Luzia de tram | pa [...]. l. 5733 – 38.

[...]com **agastamento** sobre certa coussa que huma | sua negra lhe ueo mandando a com hum | recado aoseu mestre do emgenho sem ella conside |

<culpa>rar o que dezia dixe que cria tanto a sua negra | como o euangelho de saõ joam [...]. l. 7091 – 95.

[...] com colera e **agastamento** se pos a falar soo *com* deos dizendo, que assim como | Saõ thome não creio senaõ uendo as chagas que a | sim ella se não uisse uingança do ditto seu marjdo serja como Saõ thome, e não crerja en deus | e que esta blasfemia, dixe mujtas uezes [...]. l.7312 – 17.

[...] estando **agastado** pellejando *com* sua molher blas <culpa>femou dizendo arenego de Jesu crispto a esta blasfemea [...]. l. 7820 – 21.

CÓLERA – subs. fem. “Hum dos quatro humores do corpo humano. He a porção mais tênue do sangue. A sua natureza he ígnea, & por isso he quente, & secca, ainda que húmida como os mais humores, mas tem virtude defecativa, como a agoa do mar. A côr tira amarelo, o sabor he alguma cousa amargoso. O seu officio he nutrir as partes, com que sympathiza, os bófes, v.g. que para receberem mais facilmente o ar, tem substancia tênue, & esponjóza. As pessoas, em que este humor predomina, são prontas, espertas, maculentas, & coléricas; o receptáculo da *cólera* he a bexiga do fél ” (BLUTEAU, 1728, p.368-69). Para Houaiss (2009) define-se como “sentimento de violenta oposição contra o que molesta ou prejudica; ira”. Nas ocorrências ora descritas os depoentes descreveram sentimento de revolta.

[...] elle em sua casa com **collera** epai | xaõ de não ter que dar de comer aseus filhos | que lhe pediam de comer dixe que se daua | a os diabos [...]. l.2250 – 53.

[...] com **colera** e agastamento se pos a falar soo *com* deos dizendo, que assim como | Saõ thome não creio senaõ uendo as chagas que a | sim ella se não uisse uingança do ditto seu marjdo serja como Saõ thome, e não crerja en deus | e que esta blasfemia, dixe mujtas uezes [...]. l. 7312 – 17.

JURAR – verb. “Jurar, pelo sagrado nome de Deos.” (BLUTEAU, 1728, p. 230); “declarar ou prometer sob juramento” (HOUAISS, 2009).

[...] **Jurou** esta Jura, por estas ba<r>bas, e pellas barbas de Cristo [...]. l. 3424 - 25.

CONFESSAR – verb.”Dizer a verdade de alguma cousa, que se sabe” (BLUTEAU, 1728, p. 453); “(lat. *confessare*, formado sobre *confessus*, part. de *confitēri*) ‘revelar; ‘dar a conhecer’” (MACHADO FILHO, 2013, p.177) e “entre os católicos, contar (pecados) [a um padre], buscando absolvição” (HOUAISS, 2009).

[...] ujnido elle confessante estas cousas dixe que a gente soo a deos se auja de **confessar**, e não aos homeñs [...]. l. 5417 – 19.

O Monitório de 1536 descreve a maioria das práticas judaicas elencadas no LRC, por esse motivo utilizou-se tal documento na descrição das práticas de judaísmo. Como se observou em relação às demais heresias descritas, nem os Regimentos de 1640, nem os que o sucederam ou procederam, detalham conceitualmente tais crimes, embora os nomeie. O macrocampo dos crimes de judaísmo demonstrou-se representativo, com a ocorrência de onze lexias que descrevem os costumes e ritos judaicos, as quais permitem compreender as relações estabelecidas entre os cristãos-novos na Bahia do século XVI e a reprodução de práticas judaicas, através da descrição de elementos linguísticos e extralinguísticos.

A prática de sodomia não está descrita no Monitório de 1536, mas já consta nas Ordenações Filipinas sancionada em 1595 e também em todos os quatro Regimentos. No Regimento do Santo Ofício de 1640, Título XXV “Dos que cometem o nefando crime de sodomia” são elencados treze tópicos relacionados ao modo de se proceder diante daqueles que cometem o pecado nefando, sem o detalhamento dos tipos de práticas que pudessem ser cometidas, como se sucedeu no LRC. No tópico de número “11” elencam-se as penas monetárias dos sodomitas “e seus bens serão confiscados; salvo se for menor de vinte anos” (SIQUEIRA, 1996, p.873). Nos doze itens não se especifica o gênero do sodomita, se masculino ou feminino, já no último, de número 13 menciona as mulheres, no qual se arrola que

E em caso, que alguma mulher compreendida no crime de sodomia, haja de ser castigada por ele no S. Ofício, ouvirá sua sentença na sala da Inquisição, pelo grande escândalo, e dano que pode resultar de se levarem a Auto público semelhantes culpas, e será degredada para a Ilha do Príncipe, S. Tomé, ou Angola; e quando se assentar, que por algumas razões

particulares convém, e no degredo que parecer para um dos ditos lugares. (SIQUEIRA, 1996, p.774).

Na subseção 3.3.3.1 descrevem-se as práticas de sodomia bem como as penas conferidas às mulheres que efetuaram tal pecado nefando. Observou-se que existem poucos estudos relacionados ao léxico inquisitorial, especificamente em relação à prática da sodomia. Nesta seção indagou-se se a terminologia em questão foi dita como tal pelos depoentes ou se o notário assim o registrou, a fim de amenizar os termos. A hipótese que ora se aventa é a de que o notário valeu-se das lexias “membro viril” e “membro desonesto” para identificar o órgão sexual masculino porque o vocábulo “pênis” remonta ao século XIX “(Anat.) o ‘órgão copulador do macho’ 1858. Do lat. *pēnis-is*” (CUNHA, 2010, p.201). Nessa perspectiva, reproduz-se a mesma situação com as lexias empregadas na descrição dos vocábulos “vagina” e “ânus”. As lexias “vaso natural e vaso dianteiro” foram utilizadas na representação do órgão sexual feminino, a vagina, tal vocábulo cuja raiz etimológica provém do século XIX designa “(Anat.) canal entre o útero e a vulva’ 1818. Do lat. *vāgīna*” (CUNHA, 2010, p. 666). Enfim, a lexia “vaso traseiro” em correspondência ao vocábulo “ânus” também remonta ao século XIX “(Anat.) orifício na extremidade terminal do intestino, pelo qual se expõem os excrementos’ | 1813, *áno* 1813 | Do lat. *anus-i* “,anel” (CUNHA, 2010, p.46)⁶³. Fez-me mister proceder à consulta de dicionários coevos ao LRC e atestou-se que tais lexias não existiam à época. Desse modo, assevera-se que os termos empregados pelo notário Manoel Francisco correspondem às lexias usuais à época. Em virtude da escassez de estudos sobre tal questão, não se localizou o uso de tais lexias como objeto de investigação de outros pesquisadores. O que se atesta é que o notário utilizou a mesma terminologia para os diferentes depoentes que tratam do mesmo tipo de crime, em todos os livros redigidos por ocasião da primeira visitação. Almeja-se realizar um estudo contrastivo com documentos inquisitoriais, a fim de verificar se a mesma terminologia utilizada no LRC é observada nos demais depoimentos dos documentos remanescentes sobre o Tribunal do Santo Ofício, em Portugal.

⁶³ As três lexias descritas não constam em MACHADO FILHO (2013) nem em SILVA, (2009).

As lexias relacionadas ao macrocampo da blasfêmia estabelecem relação estreita com os ritos estabelecidos pela Igreja Católica, portanto, com o aporte de dicionários a exemplo de Bluteau e Moraes e Silva foi possível identificar as acepções dos itens elencados. A importância de se pesquisar sobre o léxico de uma dada comunidade conforme afirma Villela (1994, p. 6) reflete que “O léxico é o repositório do saber linguístico e é ainda a janela através da qual um povo vê o mundo. Um saber partilhado que apenas existe na consciência dos falantes duma comunidade”. Nessa perspectiva, investigar sobre o léxico inquisitorial é uma maneira de se aproximar da maneira de pensar e agir dos falantes da época, com a devida ressalva de que os depoimentos elencados no LRC eram filtrados pelo notário Manoel Francisco e, posteriormente, transcritos.

3 O CÓDICE: O *PRIMEIRO LIVRO DE RECONCILIAÇÕES E CONFISSÕES*

*Nelle vereis Nações desconhecidas,
Que em meio dos Sertões a Fé não doma;
E que pudérão ser-vos covertidas
Maior Imperio, que houve em Grecia, ou Roma
Gente vereis, e Terras escondidas,
Onde se hum raio de verdade assoma,
Amansando-as, tereis na turba immensa
Outro Reino maior que a Europa extensa.*

Frei Santa Rita Durão. 1781.

Neste capítulo objetiva-se apresentar um estudo detalhado do conteúdo descrito no código LRC, *corpus* desta tese. Por isso, exigiu-se averiguar a localização do LRC dentro da produção inquisitorial, além do levantamento exaustivo de todos os tipos de crimes pertencentes ao âmbito das heresias e apostasias, ademais a apresentação das fichas catalográficas, a fim de se abarcar o maior número de informações relacionadas a cada confissão. Desse modo, pretende-se responder a questões pontuais, a saber: a) Quem são os inquisidores?; b) Qual era o lugar do LRC dentro da produção livresca da Inquisição?; c) Quais eram os crimes perseguidos pelo Tribunal do Santo Ofício, descritos nos Regimentos da Santa Inquisição e identificados no LRC? d) Como os estudos das fichas catalográficas possibilitarão uma visão pormenorizada do perfil socioprofissional dos protagonistas do código?

3.1 Apontamentos sobre a biografia dos inquisidores: Heitor Furtado de Mendonça, Manoel Francisco e Francisco Gouveia

O visitador apostólico⁶⁴ Heitor Furtado de Mendonça é filho de Amador Colaço e Leonarda Lampreia. O pai de Heitor é filho de Antonio Colaço e Brites Gonçalves. Sua mãe, Leonarda Lampreia de Mendonça, “da família dos Arraes, gente nobre, filha de Heitor Lampreia, que lhe deu dote [Amador Colaço] os ofícios de escrivão de agravos da relação, meirinho dos degredos, solicitador da justiça” (ASSIS, 2005, p.2). Abreu (1922) alude que não existe uma data precisa sobre o nascimento de Heitor Furtado. Todavia, informa que é possível ter ocorrido entre o reinado de D. João III (1521-1556) ou, talvez, no reinado de D. Sebastião (1556-1578), na cidade de Lisboa. Alves e Bezerra (2013, p.81) descrevem que os pais de Heitor almejavam um futuro religioso para o inquisidor, assim

Seu pai, Amador Colaço, e sua mãe, Leonarda Lampreia esperavam que o jovem Heitor iria crescer para ser um bispo ou cardeal. O pai de Heitor veio do nada - nem dinheiro, nem prestígio - até que ele casou-se com Leonarda, uma mulher educada e refinada, originária de Lisboa. Ainda muito jovem,

⁶⁴ Siqueira (1996) afirma que Visitadores apostólicos são aqueles que recebiam jurisdição da Santa Sé para inspecionar igrejas, dioceses ou outras regiões, tal como se sucedeu com Heitor Furtado de Mendonça no Brasil. Os visitadores apostólicos poderiam exercer a sua função de forma temporária ou permanente “Levavam consigo um pequeno séquito de oficiais: Notário, Meirinho e Alcaide, dos quais, se exigia nobreza, fidelidade, segredo e bondade” (SIQUEIRA, 1996, p.555). Do Regimento da Santa Inquisição de 1640, considerado o mais completo dentre os demais Regimentos, consta a partir do Título IV as atribuições relacionadas à ação do visitador: “1º. Uma das coisas, que há no *Santo* Ofício mais importante ao serviço de Deus, e proveito dos culpados no crime de heresia, e suspeitos, ou infamados nele, é a visita, que se manda fazer pelos distritos. Portanto, se nos parecer que algum deles, ou outro lugar participar tem necessidade de ser visitado, escolheremos para isso um dos Inquisidores, ou Deputados, de que se deva bem fiar negócio de tamanha importância, pessoas de conhecidas letras, e de tanta autoridade, que com ela possa acrescentar a estimação de seu cargo”. “2º. O visitador além das provisões, e ordens nossas, que há de levar, como se dirá no livro 2, Título 1, §1º levará também cartas de sua Majestade para os Bispos, Julgadores e Oficiais da Câmara de todos os lugares, que houver de visitar, lhe darem todo o favor, e ajuda que pedir para boa execução da visita, e o virem receber fora dos lugares, em que há de entrar, e provisão assinada por sua Majestade, para lhe darem os gasalhados mantimentos, e mais coisas necessárias, assim ele, como as pessoas, que o acompanharem, e as que há de levar consigo, que serão um Notário, um Meirinho com dois homens, e um solicitador” (SANTO OFÍCIO, 1640, p.717).

Heitor foi enviado para um mosteiro, a fim de completar a sua escolaridade entre os sacerdotes⁶⁵.

No período em questão era comum enviar os filhos para estudarem em mosteiros, o que não foi diferente com a educação de Heitor Furtado de Mendonça. O acesso ao ensino formal era limitado a uma parcela ínfima da população; e aqueles cujos familiares tinham condições de custear os estudos seguiam para mosteiros e conventos. Lopes (2003, p.3) trata sobre a educação eclesiástica e destaca que “A incumbência da recolha e selecção da herança antiga de conhecimento conferia à instituição monástica um papel de referência na ordenação do saber medieval, um papel crucial na modulação da própria forma da cultura medieval”.

A educação proporcionada a Heitor Furtado de Mendonça conferiu-lhe o título de licenciado “considerado proficiente nas letras e sã consciência, o suficiente para receber um atestado de aprovação do cardeal Alberto” (BINGEMER; NEUTZLING; DOWELL, 2007, p.230). Tal trajetória propiciou-lhe as bases necessárias para ser eleito como visitador do Santo Ofício, em 1591. O desempenho do visitador influenciou a sua escolha como inquisidor por parte da Igreja, visto que se buscava

[...] um candidato sem experiência política e alguns laços familiares para preencher uma posição de desafio. A igreja divulgou uma lista com todos os nomes daqueles que compõem os gabinetes da Santa Inquisição. Vários meses foram gastos para cavar através de registros de familiares de vários candidatos, e depois de dezesseis verificações de antecedentes distintos, chegou-se ao escolhido. Ele não tinha parentes próximos, apenas alguns amigos íntimos, de modo que não havia risco de que ele fosse deixar um ente querido influenciar a sua opinião. O Grande Inquisidor D. Henrique, como lhe foi conferido pelo Santo Ofício da Inquisição, por unanimidade, dar-lhe [a Heitor Furtado] o poder de investigar o zelo religioso do povo de Portugal. (ALVES; BEZERRA, 2013, p.81)

A atuação de Heitor Furtado junto ao Tribunal do Santo Ofício foi iniciada no reinado de Henrique I (1578-1580), mas para se tornar apto ao cargo, o visitador, além de ser douto, tinha de apresentar “limpeza de sangue”,⁶⁶ e para

⁶⁵ Trecho de tradução da obra de Alves e Bezerra (2013) feito pela autora desta tese.

⁶⁶ Do Regimento de 1640, Livro I, Capítulo 2 consta que “Os ministros e oficiais do S. Ofício serão naturais do Reino, Cristãos velhos de sangue limpo, sem a raça de Mouro,

isso investigavam dezesseis gerações que o antecederam, com o objetivo de averiguar se existia sangue de judeu, mouro, etc. na genealogia do inquisidor. Caracterizado como tendo “sangue puro”, houve uma espécie de legitimação da ascensão de Heitor ao cargo. O reconhecimento como membro do Santo Ofício conferia prestígio social ao passo que “O privilégio dado abria vias de ascensão social – se não para os Inquisidores, recrutados já no Alto Clero – ao menos para a gente da burguesia que lograva com o privilégio um estatuto social diferenciado” (SIQUEIRA, 1996, p.524).

A função de inquisidor tem mais relação com a justiça que com o sacerdócio. Siqueira (1996, p. 526) destaca que “Menos que padres pediam-se juristas. Juristas que fossem padres para uma justiça que a Igreja se prestava a distribuir”. Ora, observa-se que na função exercida por Heitor Furtado de Mendonça exigia-se muito mais dele como executor do poder secular que de fórum religioso. Sobre a atuação dele na aplicação da justiça, Vainfas (1997, p. 27) declara que “[...] Mandou prender suspeitos sem licença, do Conselho Geral do Santo Ofício, órgão máximo da Inquisição portuguesa; processou na colônia réus que deveriam ser julgados na metrópole; enviou a ferros para Lisboa réus com processos mal instruídos [...]”. No Regimento de 1613 atribui-se que é de incumbência do visitador

[...] que fizer a visitação por parte do Santo Ofício, na dita visita somente despachará os casos leves, que não chegarem a mais que de leve suspeita, e sendo em parte tão remota, que se não possam consultar os Inquisidores, sendo tais, que não requeiram, nem pena corporal, ainda que se provem plenariamente – e todo o mais remeterá aos Inquisidores – e não prenderá culpado algum, salvo quando houver temor de fuga. (SIQUEIRA, 1996, p.621).

Com relação à experiência profissional acumulada por Heitor Furtado de Mendonça, consta do LRC que foi capelão de Rei Henrique I, desempenhou o

Judeu ou gente novamente convertida a nossa santa Fé, se sem fama em contrário; que não tenham incorrido em alguma infâmia pública de feito ou de direito, nem forem presos, ou penitenciados pela Inquisição, nem sejam descendentes de pessoas, que tiverem algum dos defeitos sobreditos, serão de boa vida e costumes, capazes para se lhe encarregar qualquer negócio de importância e segredo; e as mesmas qualidades concorrerão na pessoa, que o Ordinário nomear para assistir em seu nome ao despacho dos processos das pessoas de sua jurisdição. Os oficiais leigos, convém a saber, Meirinho, Alcaide, e todos os mais saberão ler e escrever, e, se forem casados, terão a mesma limpeza suas mulheres e os filhos que por qualquer via tiverem”. (SIQUEIRA, 1996, p.635)

cargo de desembargador e foi licenciado.⁶⁷ Abreu (1922) declara que Heitor Furtado de Mendonça teria entre 30 e 40 anos quando chegou ao Brasil, uma novidade para a época, considerando que “em tão verde idade ninguém se lembraria dele para desembargador e deputado do Santo Ofício”. Siqueira (1996) relata que, de acordo com o Regimento de 1640, os inquisidores deveriam ter idade mínima de 30 anos. O inquisidor recebeu provisão do cardeal Alberto, como Deputado do Santo Ofício, com a incumbência de realizar a primeira visitação do Tribunal do Santo Ofício ao Brasil. Sua atuação deveria ser limitada,

[...] cabendo-lhe julgar os casos de bigamia, blasfêmias e culpas menores e apenas instruir os processos contra os demais acusados, remetendo-os presos para Lisboa. Mas Heitor Furtado, que chegou doente na Colônia tardou a iniciar os trabalhos, fez o que lhe pareceu conveniente ou razoável – vício das “autoridades coloniais”: foi tão subjetivo em sua atuação, abandonando por completo as instruções do Conselho Geral, que só faltara mesmo a ereção de cadafalsos e a execução de penas capitais no trópico. Talvez por sua consulta arbitrária aos olhos do Conselho, acabaria recambiado para Lisboa antes de visitar as capitanias do Sul e as ilhas do Atlântico. (VAINFAS, 2014, p.282)

A análise atenta do LRC possibilita aferir que o visitador era um homem com poder de persuasão, tal qual exigido pela função exercida. Destaque-se o fato de que, durante as confissões, Heitor Furtado conduzia “com muita caridade”⁶⁸ o depoente a narrar e aprofundar fatos de interesse para a mesa inquisitorial.

Essa postura pode ser conferida consoante o que se observa na Confissão n.º 83, de Beatriz Antunes, na qual a depoente é alertada pelo visitador para reconhecer que as suas práticas são judaicas, as quais se afastam das leis de Jesus e se aproximam das de Moisés. Por esse motivo, Heitor solicita-lhe que faça confissão “declarando sua tenção judaica”. Ademais, o visitador demonstra-se atento ao grau de formação dos depoentes que se apresentavam perante a sua mesa. Na confissão de Beatriz Antunes salta aos olhos do visitador que ela é “mulher de bom entendimento como no seu falar se mostra”. Por esse motivo, a

⁶⁷ Sobre as qualidades que se desejam para um inquisidor, figura no Regimento de 1640, Título III, Capítulo 1, que este deve ser licenciado em algumas das faculdades, a saber: Teologia, Cânones, ou Leis e que tenham ao menos trinta anos. (SIQUEIRA, 1998, p.655)

⁶⁸ Expressão utilizada nas confissões que constam do LRC, em Bluteau (1728, p.148) “Virtude teologal, com a qual amamos a Deos por amor d'elle, & ao proximo por amor de Deos”.

depoente deveria ter consciência que as práticas confessadas são de judia. No excerto da edição apresentada a seguir confirma-se a postura adotada

pello *senhor* ujsitador com muita caridade *que* todas estas cous[o]as são mostras muito manifestas, de ella e sua maj serem judias e ujuerem afastadas da lej de Jesu *christo* uerdadejro mexias e de terem a lej de mojses e que portanto ella usase de bom conselho e fizese comfissam Inteja e uerdadejra declarando sua tenção judajca porque isso lhe aprouejtaua muito pera alcançar *misericórdia* e perdão de suas culpas pois esta em tempo de graça por *que* he cousa muito de fe cultosa po dersse creer *que* sendo ella cristaã no uo toda Inteja, e fazendo todas as dittas cerimoniaj tam conheçdas dos Judeus as fizesse sem tenção de Judia major mente sendo ella molher de bom entendimento como no seu falar se mostra (LRC, l. 6198 a l. 6211).

Hypolito (1811, p.122) destaca que o poder de persuasão dos inquisidores não se limitava a sua pessoa “se a intenção dos Inquisidores he persuadir ao Reo deveriam consentir, que ele fosse persuadido por toda a gente; entre tanto as poucas pessoas, que podem têm acesso aos carcerej, que são o Alcaide, e os guardas”.

A visitação do Santo Ofício realizada ao Brasil, por não efetuar a instalação de um Tribunal, apresentou uma estrutura mínima, composta apenas de três funcionários. Diferentemente do que ocorreu em locais onde houve a instalação de um tribunal, que além de valer-se de mais funcionários, conforme se apresentará posteriormente, também contaram com a presença de familiares⁶⁹,

⁶⁹ “O termo ‘Familiar’ aparece nas Ordenações Afonsinas para designar antigo oficial executor, meirinho ou alcaide. Na História Eclesiástica, designa comensal em casa religiosa, donato, confrade, pessoa externa mas afiliada aos mosteiros. [...] Na Inquisição Moderna, os cargos de Familiares do Santo Ofício eram peças essenciais ao edifício inquisitorial. Pessoas laicas, que, sem abandonar suas próprias ocupações, auxiliavam o Tribunal, efetuando prisões, participando de inquéritos, policiando as consciências. Em outras palavras, asseguravam a co-participação do laicato na disciplina da vida religiosa. (SIQUEIRA, 1996, p.557). Do Regimento de 1640, Título XXI, do Parágrafo 1º ao 5º, consta que os familiares do Santo Ofício serão pessoas de bom procedimento, confiança e capacidade conhecida. Servirão ao Santo Ofício todas as vezes que lhes forem demandado auxílio. Receberão diária de 550 réis para custear as diligências do S. Ofício. O familiar deve seguir as ordens dos Inquisidores.

Novinsky (2015, p. 48) informa que os “ ‘familiares’ [são] funcionários não assalariados do Santo Ofício que recebiam gratificação pelas diligências realizadas. Comunicavam aos inquisidores atos e discursos contrários a fé e podiam confiscar e prender infratores. Gozavam da garantia de serem ‘limpos de sangue’ e de uma posição social privilegiada. Os “familiares” eram isentos do pagamento de impostos e da obrigação de exercer

conforme os moldes estabelecidos pelo Tribunal do Santo Ofício. A seguir apresentam-se apontamentos sobre o notário Manoel Francisco.

O notário, padre Manoel Francisco, também português, acompanhou a comissão da Primeira Visitação do Santo Ofício ao Brasil, com a anuência do Inquisidor Geral, para ser o redator dos atos públicos⁷⁰. A profissão de notário corresponde nos dias atuais à de tabelião, sendo que os notários eclesiásticos ainda subsistem. Consoante se verifica nos Regimentos da Inquisição de 1774, os Notários do Santo Ofício “serão Clerigos de Ordens Sacras, que saibam bem escrever; de sufficiencia, e capacidade conhecida, para poderem cumprir a obrigação de seu Officio: Podendo-se achar Letrado, terão preferencia; e todas as qualidades”.

O atestado da dita “pureza de sangue”⁷¹ também era um critério exigido para o cumprimento da função de notário, exigindo-se que a família teria de ser composta unicamente por cristãos-velhos. Nesse sentido Carvalho (2011, p.34) destaca que a Igreja Católica manteve, até a segunda metade do século XIX, muitas informações sobre os dados pessoais das populações que estavam sob a sua égide. Carvalho afirma a despeito da investigação genealógica realizada para obtenção do atestado de “pureza de sangue” que, “a distribuição das pessoas no território, saber os níveis de natalidade e mortalidade, ter acesso a informações genealógica (por exemplo para indagar “pureza de sangue” e determinar a existência da relação de parentesco indirecto ”.A possibilidade de apresentar ligação com cristão-novo não poderia existir. A investigação para se chegar a tal atestado era feita no local de nascimento do candidato.

Sobre as atribuições do notário:

cargos municipais, e ainda tinham direito de andar armados. Distribuídos por todo o reino e domínios, os familiares eram um elo entre as regiões distantes e os Tribunais”.

⁷⁰ Pedraza Garcia (2001, p. 83) descreve que “La persona o personas que desean que quede constancia de um hecho acontecido em un lugar concreto o de lo que se ha dicho en un determinado lugar contratan a un profesional que posee la facultad conferida (de iure) por una autoridade y reconocida (de facto) por todos sus conciudadanos para ser fedatario público y para dejar constância escrita de los acontecimientos que ha visto o de los testimonios que se han sido manifestados ante él”.

⁷¹ “A Inquisição não criou os estatutos de pureza de sangue, nem foi a invenção sua a exclusão dos descendentes de judeus de toda participação na sociedade. Desde o concílio de Latrão, em 1215, os judeus deviam ser excluídos de todas as funções públicas. Como afirma Domínguez Ortiz, “o direito canônico sancionava a exclusão dos filhos e netos dos hereges aos cargos, as leis civis da Espanha aceitaram esses critérios e a Inquisição pôs em prática”. (ORTIZ, Domínguez apud NOVINSKY, 2013, p.43)

Escreverão em todas as Causas, em que os Inquisidores sam Juizes, assim nas que pertencerem á Fé, e pureza da Religião, como nas dos Privilegiados, de que conhecem os mesmos Inquisidores por Provisões, e Alvarás Regios: Assistirão a todos os Actos, e sessões, que com os Réos, e mais pessoas se tiverem, a excepção sómente dos casos, em que o contrário se ordenar: Prepararão os Processos, fazendo nelles todos os Termos, e Conclusões: Darão os Mandados, Cartas de Inquirições, Requisitorias, Comissões, e Precatorios, que se houverem de expedir para fóra; e tudo o mais, que lhes for ordenado pelos Inquisidores (REGIMENTO DO SANTO OFÍCIO DA INQUISIÇÃO DOS REINOS DE PORTUGAL, 1774, p.30).

No cerne da função de notário está a confiança depositada nele, visto que as suas prerrogativas demandavam um conhecimento profundo da vida e do funcionamento do Santo Ofício. Ademais, Siqueira (1996, p.535) destaca que “ao notário exigia-se fidelidade na redação dos depoimentos, o que era algo essencial, porque sobre eles que se baseavam as sentenças, e uma distorção poderia ser fatal à justiça dos Inquisidores.” A relação atribuída ao notário Manoel Francisco e ao Santo Ofício baseava-se no princípio mútuo da confiabilidade, pois ao notário competia redigir fielmente todas as confissões, denúncias e reconciliações apresentadas à mesa do Santo Ofício, por ocasião da primeira visita realizada às capitanias da Bahia e Pernambuco.

No Regimento do Santo Ofício da Inquisição dos Reinos de Portugal (1774) também se menciona que o notário teria de participar de todo o processo do depoimento, não se ausentando em momento algum. Ademais, teria de descrever todas as heresias confessadas, além de não poder dialogar com o depoente.

Na transcrição das confissões descritas no LRC, o notário Manoel Francisco refere-se a si em dois momentos. O primeiro, quando o depoente não sabe assinar e o notário informa que a seu “rogo asinej *com* o senhor ujsitador”. Nesse caso o notário assina o seu nome ao final da confissão, juntamente com o visitador e substitui a assinatura do confitente. A segunda situação ocorre quando o notário redige a última linha do texto, da qual consta que nesta “ujsitacão o escreuj”, e conclui com a informação de que é o autor material do conteúdo apresentado. Afora os exemplos apresentados, o notário também faz menção aos casos nos quais o depoente assina “*com* | o senhor ujsitador”.

A formação intelectual acumulada pelo notário é apresentada por Araújo (1991) ao destacar que Manoel Francisco era um homem muito bem preparado

intelectualmente, que acumulara uma vasta biblioteca, além de ter gosto pelas ciências da natureza e pela filosofia de S. Tomás de Aquino. Ora, alude-se que a escolha do notário está pautada nas suas atribuições culturais, devidamente comprovadas e exigidas pela função.

O meirinho Francisco Gouveia completa a comitiva que foi enviada pelo Tribunal do Santo Ofício por ocasião da primeira visitação. Conforme afirma Siqueira (1996, p.537), a função de meirinho representa

[...] uma figura da administração régia nos tempos coloniais, os *mainorini* ou *maiorinos*, *meririnos*, de amplas e mal definidas atribuições, entre as quais judiciais e executivas, provavelmente de contencioso administrativo, magistrados de caráter permanente, aos quais se referiam os foraes, depois instituídos nos distritos.

A função principal do meirinho Francisco Gouveia, na cidade de Salvador, era receber o depoente, e direcioná-lo para a sala na qual se encontrava o visitador e o notário. Ali, os depoentes confessavam-se “à porta da sala [onde] permaneceria o Meirinho, guardando a entrada; quem esperasse ser admitido, ficaria em pé, no corredor” (ARAÚJO, 1991, p.65). À função de meirinho também se exigia a apresentação de atestado de “pureza de sangue”, sem a exigência de que fosse religioso.

O fato de o meirinho representar os braços da justiça secular conferia-lhe as atribuições de efetuar prisões e prender acusados. Siqueira (1996, p. 538) informa que cabia ao meirinho ser “encarregado de diligências em outras comarcas ou cidades diversas da sede do Tribunal. Neste caso, competia-lhe especial vigilância o transporte dos presos que deviam vir apartados e incomunicáveis”. Em Salvador, era de responsabilidade do meirinho garantir a segurança do visitador e do notário, conforme relata Araújo (1991) sobre o local de atuação da comissão do Santo Ofício, pois

conforme determinação do Inquisidor, as audiências deveriam se fazer a portas fechadas, na sala da frente do andar térreo do sobrado da Rua do Tira-Chapéus, que para isto havia sido devidamente disposta: uma mesa, a cuja cabeceira estaria o Inquisidor, ao centro o Notário Manuel Francisco, um genuflexório⁷² para as pessoas a serem ouvidas, à porta da sala

⁷² “Nas capelas e oratórios, móvel para rezar, em forma de cadeira, com estrado baixo para ajoelhar, e encosto alto, sobre o qual se pousam os braços e o livro de orações”. (HOUAISS, 2009).

permaneceria o Meirinho, guardando a entrada; quem esperasse ser admitido, ficaria em pé, no corredor. Na parede do fundo da sala, encarando-a de frente, um grande crucifixo de madeira com o senhor enxague. A cruz só a muito custo aceitou a parede, tendo por duas vezes tombado, firmes que houvessem sido os pregos aplicados por Francisco de Gouveia. (ARAÚJO, 1991, p.65)

Do Regimento de 1640, Título XIII, do 1º ao 13º parágrafos constam detalhadamente as atribuições conferidas ao meirinho. Tal documento apresenta inicialmente que o meirinho “será homem de boa pessoa de suficiência e capacidade”. Cabe a ele estar presente durante as confissões, salvo se receber outra ordem de um superior. Como função principal deve ocupar-se de acompanhar o confitente na entrada e na saída do Tribunal que, em Salvador, localizava-se na Rua do Tira-Chapéus (ARAÚJO, 1991, p.45). Também é de responsabilidade do meirinho zelar pela ordem do local e ele só procedia às prisões com a anuência do visitador e documentação devidamente assinada. No Auto de Fé também estará presente, garantido que o cumprimento das sentenças seja seguido à risca.

A título de ilustração apresentam-se abaixo duas figuras relacionadas à Rua do Tira-Chapéus,⁷³ local atribuído à localização da casa onde se instalou a comissão do Santo Ofício para realização das inquirições. A figura 7 reproduz a sua localização no mapa do centro da cidade de Salvador. A figura 8 traz a fotografia apresentando parte da rua supracitada, onde, ao final encontra-se, à esquerda, a Câmara de Vereadores de Salvador e à direita, com a Praça da Sé.

⁷³ “Situada quase em frente à Ladeira do Pau Bandeira, o batismo desta via registra um curioso costume da época em que o Brasil ainda estava subordinado política e administrativamente a Portugal. Naquele tempo em que os chapéus eram parte integrante da indumentária cotidiana, os homens ao passar por ali descobriam suas cabeças, em sinal de respeito aos governadores, legítimos representantes dos reis de Portugal na primeira capital do Brasil. Analisando a origem desse batismo de forma mais cartesiana, modernamente alguns pesquisadores atribuem o surgimento do topônimo a uma forte corrente de vento que sopraria regularmente naquela área, tirando da cabeça dos que por ali circulavam, aquela hoje pouco usada peça do vestuário masculino e feminino”. (DÓREA, 2006, p.199)

Figura 7 - Localização da rua do Tira-chapéus.⁷⁴

Figura 8 - Extensão da rua do Tira-chapéus.⁷⁵

Na provisão do Inquisidor Geral, cardeal Alberto, descrita no fól. 2v do LDC, foi conferido ao meirinho⁷⁶ Francisco Gouveia

[...] que pella boa Im
 formação que temos, da uida e costumes e mais
 partes de *francisco* de gouuea e comfiando delle que
 fara contodo, segredo uerdade, e diligencia tudo
 o *que* per nos lhe for mandado, e de nossa parte com
 metido, Auemos porbem *que* elle sirua de Merinho do
 sancto officio na ujsitacaõ *que* ora mandamos fazer
 no Bispado do Brasil e na administração [...] e
 lhe damos autho
 ridade apostolica, poder, faculdade, e jurisdicaõ pera
 seruir o ditto carrego emtodas as couas que aelle per

⁷⁴ Fonte: Google maps.

⁷⁵ Fonte: Site da Prefeitura de Salvador. Disponível em: <<http://www.salvador.ba.gov.br/>>. Acesso em: 30 março 2016.

⁷⁶ Sobre a atuação do ofício de meirinho, no sentido em questão, “Suas funções consistiam em permanecer à porta da Inquisição para ver quem entrava, impedindo os embuçados, os doidos, os ruidosos, bem como pessoas estranhas que não tivessem negócio com os oficiais da Inquisição. Cabia-lhes, também, impedir a entrada de armas nos recintos do Tribunal”. (SIQUEIRA, 1996, p.539)

temcerem e lhe forem em comendas pello ditto
 uisitador assi e da maneira *que* fazem os mais me
 rinhos das Inquisicois destes dittos Reynos com
 forme o seu Regimento e pella mesma authorjdade
 apostotolica [...]

O Inquisidor Geral destaca que o meirinho é uma pessoa de sua confiança e que, portanto, deveria exercer o seu ofício conforme autoridade que lhe foi concedida. Cabia a Francisco Gouveia efetuar todas as demandas solicitadas pelo visitador Heitor Furtado de Mendonça: “Prendiam e custodiavam os incursos em culpas graves. Elementos de execução e acompanhantes públicos do Visitador, iluminavam-se com reflexos de seu prestígio” (SIQUEIRA, 1996, p.55).

A estrutura da comissão de trabalho que compôs a visitação ao Brasil difere da que se praticou tradicionalmente em Portugal, pelo fato de ter havido somente visitação e não a instalação de um Tribunal em terras brasileiras. Na visitação do Santo Ofício ao Brasil foram apresentadas apenas as categorias de visitador, notário e meirinho, porém, segundo Siqueira (1996), na publicação intitulada *Os Regimentos da Inquisição*, da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, apresenta outras funções referentes ao séquito de funcionários do Tribunal Inquisitorial e que de praxe foram adotadas na Inquisição Portuguesa, conforme infográfico 2 apresentado a seguir:

Infográfico 2 – Relação de outras funções exercidas pelos comissários do Santo Ofício.

3.2 A localização do LRC: registro e legitimação

O *Primeiro livro de Reconciliações e Confissões* (1591-1592) serve de aporte para o desenvolvimento desta pesquisa, o que lhe confere especial atenção. A partir dos conteúdos descritos nesse código é que as demais questões aventadas serão desenvolvidas. Para tanto, a consulta detalhada aos Regimentos do Santo Ofício da Inquisição dos Reinos de Portugal (1552, 1613,⁷⁷ 1640 e 1774⁷⁸) é uma condição *sine qua non*, assim como a consulta às Ordenações Filipinas de 1585.⁷⁹ A remissão a esses documentos tornou-se necessária e a utilização de um ou outro foi realizada a fim de aclarar o LRC acerca da legislação sobre o tema. Ressalte-se que o Regimento de 1640 vigorou por 134 anos sendo, portanto, o que mais se vigeu ao longo da Santa Inquisição. Lima (1999, p.19) afirma que esse Regimento “é o mais completo, demonstrando a consolidação inquisitorial. O regimento de 1774 foi fruto da intervenção do Marquês de Pombal, que instituiu mudanças radicais, descaracterizando a Inquisição e transformando-a em tribunal régio”. As bases legais do Regimento de 1640 estão asseveradas pelo Conselho Geral do Santo Ofício, com aprovação do Inquisidor-Geral, mas sem confirmação régia (SIQUEIRA, 1996). A seguir fac-símile da capa do Regimento de 1774.

⁷⁷ CASTILHO, Pedro de. **Regimento do Santo Ofício da Inquisição dos Reinos de Portugal**. Lisboa: Pedro Crasbeek, 1613.

⁷⁸ CUNHA, Cardeal da. **Regimento do Santo Ofício da Inquisição dos reinos de Portugal**. Lisboa: Officina de Miguel Manescal da Costa, 1774.

⁷⁹ As Ordenações Filipinas foram sancionadas por Felipe I (1595) e constituem a base do direito português.

REGIMENTO
DO
SANTO OFFICIO
DA
INQUISIÇÃO
DOS REINOS DE PORTUGAL,
ORDENADO COM
O REAL BENEPLACITO,
E REGIO AUXILIO
PELO
EMINENTISSIMO, E REVERENDISSIMO
SENHOR
CARDEAL DA CUNHA,
DOS CONSELHOS DE ESTADO, E GABINETE
DE SUA Magestade,
E INQUISIDOR GERAL
NESTES REINOS,
E EM TODOS OS SEUS DOMINIOS.

IMPRESSO EM LISBOA
 NA OFFICINA DE MIGUEL MANESCAL DA COSTA.
 Anno MDCCLXXIV.

Figura 9 - Regimento de 1774.⁸⁰

Sobre o grau de amadurecimento dos Regimentos do Santo Ofício, Marquilha (2000, p.21) esclarece que

[...] o regimento de 1640 resultou num complexo “monumento jurídico” incluindo “numerosas regras e deveres de conduta para os funcionários, a par de uma definição pormenorizada do processo penal, bem como de uma caracterização da tipologia de casos possíveis e das respectivas penas”. [...] o regimento resulta num verdadeiro catálogo da documentação ótima que cada tribunal deveria ter, referindo-se ao “segredo” como um cartório, estantes, livros, cadernos e fólhos soltos sujeitos a distribuição e indexação a normalizar”.

⁸⁰ Fonte: Capa do Regimento de 1774. Disponível em: < https://books.google.com.br/books/about/Regimento_do_Santo_Officio_da_Inquisi%C3%A7%C3%A3o.html?id=m6VEAAAAcAAJ&hl=pt-BR >. Acesso em: 10 abril 2015.

Na base da estrutura que regeu a atuação do Santo Ofício estão os Regimentos elencados. Neles são descritas as funções dos indivíduos envolvidos nesse processo, como o papel dos reis, inquisidores, deputados do Santo Ofício e demais funcionários; o fluxo documental dos testemunhos produzidos; o modo de funcionamento dos Tribunais Inquisitoriais, além da função e os rituais que deveriam ser obedecidos pelos réus.

A documentação produzida pela Santa Inquisição representa um conjunto coeso de testemunhos que foram previamente planejados com um objetivo específico: registrar a atuação desse Tribunal. Os livros redigidos com essa finalidade, os cadernos dos promotores, são fruto de um recorte histórico que atrai muitos pesquisadores, em virtude da sua riqueza de informações. Conforme descrito na subseção 1.2, cuja temática central versa sobre a primeira Visitação do Santo Ofício, foram nove livros produzidos a fim de se registrar os conteúdos dos crimes perseguidos pela Santa Inquisição no Brasil.

O livro ora descrito encabeça a lista dos três elaborados sobre as confissões e reconciliações. De acordo com Bluteau (1728, p.457) o vocábulo *confissão* designa “confissão de qualquer cousa, que seja. Confissão de pecados a hum sacerdote”, cuja raiz etimológica remete-se a “ato de confessar-se. Século XVI. Do lat. *confessio-ōnis*” (CUNHA, 2010, p.171). No tocante ao vocábulo “reconciliação”, dentre as diversas acepções apresentadas, Bluteau (1728, p.259) esclarece que no âmbito religioso

Reconciliação no Sacramento da Penitencia, he quando huma pessoa depois de confessada, se lembra de algum peccado, & posta aos pés do Confessor, torna a pedir absolvição| também qualquer outra confissão se póde chamar *Reconciliação*, porque por meyo da absolvição se reconcilia a alma com Deos. *Reconciliatio*.

Além das definições aduzidas, no Regimento da Inquisição de 1613, Título 2, Capítulo 7, descreveu-se o objetivo na redação dos livros das confissões e reconciliações, como se representa a seguir:

Vindo alguma pessoa, no tempo da graça, com contrição e arrependimento, pedir verdadeiramente perdão de seus erros e mas [sic] culpas, será recebido benignamente, e examinada sua confissão, assim acerca de suas culpas, como se tem nelas sócias, cúmplices e aderentes; e parecendo que fez boa confissão, se receberá a tal pessoa, com muita misericórdia, a reconciliação, sendo primeiro chamado o Ordinário para isso e

fará abjuração secreta, perante os Inquisidores, Notário e duas testemunhas somente, a que se dará juramento que tenha segredo; e a abjuração se escreverá no processo que com ele se fizer, onde se porá também a sentença da reconciliação. (SIQUEIRA, 1996, p. 621).

As informações subscritas no Regimento de 1613 servem como base para legitimar o uso dos livros manuscritos. O LRC foi produzido com o intuito com o intuito de descrever as confissões dos depoentes que se apresentaram perante o Tribunal do Santo Ofício, com intenção de declarar as suas culpas. À confissão atrela-se a reconciliação “[...] e parecendo que fez boa confissão, se receberá a tal pessoa, com muita misericórdia, a reconciliação [...]”. (SIQUEIRA, 1996, p. 621). Após a publicação do Édito da graça, cujo prazo de duração é de trinta dias, a sociedade baiana cientificou-se de que deveria colocar-se diante da mesa inquisitorial para efetuar as confissões, bem como denúncias. Faz-se mister destacar que no LRC, além de confissões, dependendo do conteúdo confessado, o depoente também aproveita a ocasião para denunciar outrem. Considera-se, portanto, que o LRC não trata exclusivamente de confissões e reconciliações, mas de denúncias, caso o depoente sentisse a necessidade de valer-se dessa prerrogativa. A exemplo da confissão de Clara Fernandes, fólhos 15v e 16r, que denuncia Isabel Rodrigues por dever-lhe dinheiro, levantar falsos testemunhos e também acusar-lhe de ser judia. Segue figura 10 com a apresentação da denúncia registrada no LRC, cujos excertos estão destacados. A transcrição semidiplomática, em todos os casos que representam excerto de confissão, virá em nota de rodapé.

Figura 10 - Denúncia descrita no LRC.⁸¹

⁸¹ “[...] nem guarda dos sabados e dise que Isabel roiz abocatorta | lhe deue mill e oito centos r em, s que lhe Emprestou sobre hum | conbecimento que lhe fez, e ora lhe nega adiuja, e trazem de | manda e he sua Enemiga et lhe alleuanta falsos testemunhos, In fama | ndoa dizendo que ella he huma Judia e que a Junta as panellas[...].”l. 881 – 85.

O LRC foi elaborado com a finalidade de registrar a identificação dos autores, bem como o rol de crimes perseguidos pela Santa Inquisição. Com essa intenção, consta do Regimento de 1640, Livro II, Título I, do Capítulo 1º ao 9º, os procedimentos que deverão ser adotados pelo visitador, face às confissões e denúncias apresentadas. Inicialmente, exige-se do visitador conhecimento do local que será visitado, para tanto, faz-se necessário ambientar-se com a realidade do lugar de atuação. Compete ao visitador sentenciar os crimes de que resulte leve suspeita de fé: blasfêmias heréticas, proposições temerárias, fornicção simples.⁸² Para esses crimes, as sentenças são redigidas ao lado do texto da confissão, conforme se observa no LRC. A título de ilustração, reproduz-se na figura 11 sentença aplicada a Guiomar Pinheira, fólio 96r do LRC, para a qual infligiu penitências espirituais.

Figura 11 - Sentença aplicada a Guiomar Pinheira.⁸³

⁸² Bento Cabral (1986, p. 48) *apud* Mello e Souza define fornicção simples como “dormir carnalmente o solteiro com solteira era somente pecado venial, dizendo que já o pecado de cópula com mulher virgem e com mulher casada era pecado mortal e era mais grave que o da simples fornicção”

⁸³ “confissão de guiomar pinheira mamaluca notempo da graça | Aos dezasete dias do mes de laneiro de mil e quinhentos e | nouenta e dous annos nesta cjdade dosaluador ba | hia de todos os sanctos nas casas da morada dosenh | ujsitador dosanto officio hejtor furtado de mendoça per | ante elle pareceo dentro no tempo da graça do Recon | cauo desta Capitanja gujomar pinhejra e porque | rer confessar suas culpas recêbeo lramento dos | Sanctos [...]”.l. 3958 – 66. Transcrição da informação que consta na margem: “Dei lhe nesta mesa | em segredo peni | tencias espirituais | e da Repreh encaõ e | amoestacaõ neces | saria. E mâdei a | com fessar. [rubrica]”.

No rol de crimes elencados pelo Tribunal do Santo Ofício, os processos de pessoas suspeitas não poderiam ser despachados pelo visitador. Tais crimes são descritos como: blasfêmias heréticas, proposições malsoantes, temerárias, escandalosas, os que renegarem em terras de mouros e culpas de suspeita na fé. Ora, nessas circunstâncias o visitador somente tomará as confissões. As confissões relacionadas a judaísmo deverão ser tomadas no livro e, *a posteriori*, o visitador solicitará exame sobre a genealogia do confitente.

No LRC estão descritas 121 confissões, distribuídas em trezentos e oitenta e cinco fólhos. A análise desse código permite assegurar que se trata de uma obra redigida com o objetivo precípuo de legitimar a atuação do Santo Ofício e descrever os crimes confessados. O ato de confessar-se é uma prática da Igreja Católica desde os seus primórdios. Por meio desse rito o indivíduo tem a possibilidade de dirimir-se de suas culpas e cumprir penitências que sirvam para perdoar os pecados cometidos.

Os confitentes que se apresentaram ao visitador Heitor Furtado de Mendonça informaram, incisivamente, que a exposição efetuada perante a mesa tem relação com o conhecimento que se tomou sobre a afixação na Sé do Édito da graça. Por ocasião do período da graça⁸⁴ concedido a Salvador e uma légua ao seu redor, 40 (quarenta) confissões foram realizadas entre 31 de julho e 28 de agosto de 1591, a fim de se obter perdão, caso a confissão fosse realizada inteira e verdadeiramente, como destaca o visitador. Duas confissões foram realizadas fora do período da graça, na mesma região, uma em 5 de outubro de 1591 e outra em 30 de outubro do mesmo ano. No período da graça concedido à região localizada a uma légua de Salvador, excluídas as localidades abarcadas anteriormente, foram concedidas 79 (setenta e nove) confissões perante o visitador do Santo Ofício. Tais confissões foram realizadas entre 13 de janeiro e 11 de fevereiro de 1592. No gráfico 1 são descritos os dados ora elencados em termos percentuais:

⁸⁴ Referente a um hiato de trinta dias concedidos pelo Tribunal do Santo Ofício para que as pessoas confessassem as suas culpas e pudessem receber a graça de ter os seus pecados perdoados.

Gráfico 1 - Quantitativo de depoentes por época e localidade.

3.3 Categorização temática do Primeiro livro das Reconciliações e Confissões

O cerne dos crimes investigados pela Santa Inquisição está pautado na busca de transgressões relacionadas ao âmbito da heresia e da apostasia, segundo se classifica no Regimento de 1554. Do Livro V das Ordenações Filipinas (1585, p. 1) consta a definição do indivíduo que comete o crime de heresia, como

á pessoa que crê ou sustenta com tenacidade um sentimento declarado por erroneo, contra a Igreja. O herege he synonimo de heterodoxo. De ordinario assim se chama o que faz parte de alguma seita christã, e nega algum ou alguns dogmas da nossa Religião. Diverge do *Schismatico*, que posto reconhece e siga em geral toda a doutrina da Igreja, desconhece a autoridade da Santa Sé, do verdadeiro Pastor. Por exemplo: o *Schisma* Grego. *Schisma* ou *stisma* significa divisão, separação, entre os subditos de algum Bispo ou do Papa, em que se reconhece outro pastor, que não he o canonicamente eleito.

Ainda em consonância com as Ordenações Filipinas, Livro V (1585, p.2), e sobre o crime de apostasia, “Chama-se Apostata o que inteiramente abandona a Fé Christã, e abjurando a Fé Chistã, e abjurando-a, passa a pertencer á Religião Mahoemetana, Judaica ou Pagã”.

As definições aludidas permitem compreender as diferenças que norteiam os crimes de heresia e apostasia. Esta se refere à desvinculação da religião e

preceitos cristãos, a exemplo do que ocorre com o islamismo, luteranismo e judaísmo. A heresia, por sua vez, é atribuída àquele que se diz cristão, mas que nega alguns dogmas, por exemplo, não crê na santidade do papa, nem o reconhece como chefe da Igreja Católica. (BETHENCOURT, 2000). Destarte, na elaboração do LRC, descrevem-se os crimes ora perseguidos. Segundo Bethencourt (2000):

A perseguição das heresias é o traço característico comum a todos os tribunais da Inquisição, traço que justifica sua existência. Contudo, a diversidade dos delitos cobertos é significativa, no tempo e no espaço, o que pressupõe não apenas a adaptação dos tribunais a condições específicas, mas também a capacidade de classificar novos fenômenos de desvio e de encontrar novos domínios de atividade. (BETHENCOURT, 2000, p.295)

No Regimento de 1640, Título III, Parágrafo 12, descrevem-se os tipos e crimes que devem ser perseguidos pelos inquisidores. Julgou-se necessário reproduzi-los a seguir os crimes imputados.

Procederão contra todas as pessoas Eclesiásticas, seculares, e regulares, de qualquer estado, e condição que sejam, que forem culpados, suspeitas, ou infamadas no crime de judaísmo, ou em qualquer outra heresia; contra os que tendo confessado suas culpas, revogam a confissão, que delas tinham feito; contra os que jactam de não haver cometido as culpas, que confessaram; contra os esquemáticos; contra os factores, receptores, e defensores dos hereges; contra os que comunicam com os hereges, ou infiéis, e lhes levam armas, e mantimentos, e sem causa vão à suas terras, e se deixam andar nelas; contra os que comem carne em dias proibidos; contra os que sem ter autoridade para tratar as matérias de fé, se intrometem a disputar delas; contra os blasfemos, e que proferem proposições heréticas. Contra os que fazem irreverência, ao desacato ou santíssimo Sacramento, as imagens de Cristo Senhor nosso, de nossa Senhora, ou dos Santos; ou lhes negam a veneração, que se lhes deve, ou recebem o santíssimo sacramento, não estando em jejum; contra os que usam de arte mágica; contra os feiticeiros, sacrílegos, adivinhadores, astrólogos judiciários, que prognosticam absolutamente de futuro; e contra os que invocam o diabo, e tem pacto com ele. Contra os que casam segunda vez, sendo o primeiro marido, ou mulher vivos; ou maliciosamente são causa dos tais casamentos com efeito se fizerem; contra os Clérigos de ordens sacras, e Religiosos professos, que se ordenarem na forma do sagrado Concil. Trid: contra os que sendo casados se ordenarem de Ordens sacras; contra os que tem, e lêem livros defesos; contra os que dão culto, ou veneração, como a Santos, a pessoas, que não estão canonizadas, ou beatificadas; e contra os que escreverem livros de seus milagres, e revelações, como se diz no Livro 3, Til.20 § 3º Contra os impedintes do ministério do S. Ofício; contra os que

usurpam sua jurisdição, e se fingem ministros da Inquisição; contra os que não cumprem as penitências que lhes impõem o S. Ofício, ou quebram seu cárcere, ou fogem dele; contra os que juram falso na mesa do S. Ofício, ou para que este efeito induzem, ou corrompem testemunhas; contra os culpados no crime de sodomia; contra os ausentes, e defuntos, ou neles se mataram ou endoideceram; contra os que cometem qualquer outro crime, que o edital de Fé declara, ou que por disposição de direito, ou concessão da Sé Apostólica pertence o S. Ofício, ou ao diante pertencer; e em todos estes crimes procederão conforme a direito, e ao que está determinado por bulas, e breves de Sumos Pontífices, e pelo mais que vai disposto neste Regimento. (SIQUEIRA, 1996, p.703-04)

O Tribunal Ibérico persegue inicialmente os crimes de judaísmo e islamismo⁸⁵. Todavia, no Regimento de 1640, observa-se uma ampliação desse rol de crimes, de acordo com as demandas e necessidades que surgiram.

Na vanguarda de perseguição desses crimes, está o cristão-novo, cuja origem remonta ao povo judeu, que ao longo da sua história deslocou-se por todo o mundo, seja por motivos religiosos ou políticos, dando origem às “diásporas”. Os judeus originários da Península Ibérica também eram denominados de *serfadi*,⁸⁶ *marranos*⁸⁷ ou *anussim* (NOVINSKY, 2013). Com o surgimento do grupo étnico dos cristãos-novos, os indivíduos genuinamente católicos, residentes em Portugal, passaram a ser designados de cristãos-velhos. Os cristão-velhos provêm de famílias que não apresentam ligação sanguínea com judeus, mouros ou árabes. “Na América portuguesa, a partir das Ordenações Manuelinas (1514/21), (também) foram incluídos os descendentes de ciganos e de índios,

⁸⁵ Das Ordenações Afonsinas, consta que “Os Mouros e Judeus, que em nossos Reinos andarem com nossa licença, assi livres, como captivos, trarão sinal, per que sejam conhecidos, convém a saber, os Judeos carapuça, ou chapéu amarello, e os Mouros huma lua de panno vermelho de quatro dedos, cosida no hombro direito, na capa e no pelote”. (ORDENAÇÕES AFONSINAS, Livro V, Título XCIV, p.1243).

⁸⁶ Diz-se de ou judeu cuja ascendência remonta às comunidades judaicas ibéricas (Espanha e Portugal) estabelecidas na Idade Média e dispersas por várias regiões (Europa ocidental, Norte da África, Turquia, Bálcãs, Américas) após a expulsão da Espanha em 1492, ou que é membro de comunidade que apresenta influência cultural-religiosa do judaísmo ibérico medieval. (HOUAISS, 2009).

⁸⁷ “A palavra *marrano* é um velho termo em espanhol que data dos primeiros tempos medievais e que designa porco. Aplicado primeiro aos convertidos recentes talvez de modo irônico, com referência à sua aversão pela carne do animal em questão, acabou por se tornar um termo de execração que se espalhou durante o século XVI à maior parte das línguas da Europa Ocidental. A palavra exprime sucinta e correctamente toda a profundidade do ódio e do desprezo que o espanhol comum senti pelos neófitos insinceros, pelos quais estava agora rodeado. Foi a constância que ele e os seus descendentes revelaram que redimiu o termo da sua anterior conotação injuriosa, e a dotou do seu duradouro poder de romance”. (ROTH, 2001, p.37).

enquanto que nas Ordenações Filipinas (1603) estenderam as restrições a negros e mulatos”. (SILVA, 2012, p.12).

O ápice da separação entre cristãos-novos e cristãos-velhos ocorreu em 1540, quando vários cristãos-novos foram queimados no primeiro Auto de Fé⁸⁸, em Lisboa. Considerados hereges, foram acusados de pecarem contra a religião católica. A perseguição incutida a esses indivíduos permitiu que o Brasil tenha funcionado como um refúgio para os cristãos-novos, como descreve Salvador (1976):

[...] a Inquisição lançou para cá [Brasil] inúmeros judeus e outros vieram espontaneamente. Por muito tempo seriam a maioria da população branca. Esses primeiros indivíduos desempenharam papel de suma importância no povoamento e na futura colonização da terra porque, granjeando a confiança dos indígenas, foram admitidos ao seu convívio, aprendendo a língua nativa e aparentando-se com eles através de uniões ou casamentos. (SALVADOR, 1976, p.5)

Os hereges, estes ouviam a sentença durante o auto de fé e, se condenados à fogueira, seguiam em procissão, conforme ilustra na figura 12.

Figura 12 - Auto de fé em Lisboa⁸⁹.

⁸⁸ O auto de fé consistia “em enormes festas populares” (NOVINSKY, 2012, p.78) que poderia ser público ou particular, a depender da estirpe da pessoa que seria julgada. Por serem onerosos, os autos de fé eram realizados anualmente e as execuções demandavam tanto mais tempo quanto maior fosse o número de pessoas condenadas. “À medida que os anos passavam, os autos de fé aumentavam seu caráter festivo e sua ostentação. “Compareciam o rei, os infantes, toda a corte, e quando havia um visitante ilustre na cidade era convidado de honra” (NOVINSKY, 2012, p.78).

⁸⁹ Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal. Representação de um Auto da Fé. – [Lisboa : Typ. Maigrense, 1822]. – 1 gravura : buril e água-forte, p&b ; matriz: 11,8 x 7,6 cm em folha de 14 x 20 cm.

Como não houve instalação de um tribunal na América Portuguesa, os crimes cujas penas eram capitais, ou seja, os suplícios na, além dos demais casos nos quais a Inquisição podia infligir outros castigos, prisão perpétua, ou degredo⁹⁰ para trabalhar nas galés⁹¹, foram consumados na cidade de Lisboa. Quando os castigos aplicados não corrigiam os denunciados, estes eram entregues à justiça secular. Diferentemente do que ocorreu nos Tribunais portugueses, a visitação do Santo Ofício, entre 1591-1592, não apresentou a mesma estrutura de castigos e torturas, consoante ocorreu na metrópole. Kerrigan (2015) expõe sobre as práticas de tortura que

O mais importante desses instrumentos – o mecanismo central do processo inquisitorial, pode-se dizer – era o cavalete. Basicamente uma longa mesa na qual o prisioneiro ficava deitado com seus tornozelos algemados, ela tinha um mecanismo de catraca na outra extremidade que esticava a vítima pelos braços a ponto de quebrar ossos ou muito além. A prática era tipicamente suplementada com a aplicação de uma mordalha de tecido sobre a qual água era despejada para simular afogamento. Alternativamente (ou adicionalmente), um prisioneiro em pé tinha os braços acorrentados por trás das costas e então era içado no ar. Essa posição excruciante deixava o corpo completamente exposto a ataques, ou a uma cruel sucessão de quedas que causavam estiramento muscular e danos nos ossos. (KERRIGAN, 2015, p.99)

Com o intento de ilustrar o que ora é descrito por Kerrigan, apresentam-se a seguir duas figuras relacionadas às torturas cometidas pelo Santo Ofício. A figura 13 expõe um condenado dependurado por uma corda, com o uso de uma polé⁹² e de pesos presos aos tornozelos. Esses suplícios faziam que com a sobrecarga sobre o corpo do indivíduo fosse mais acentuada. À medida que o

⁹⁰ Tavares (2008, p.74) assevera que “Impressionava a presença de “quatrocentos degredados” ao lado dos seiscentos homens de armas no desembarque de Tomé de Souza na Bahia em 1549. Parecia significar que o colono que vinha construir a nova terra era da pior categoria social. Oliveira Lima (*Nova Lusitânia*), R. Simonsen (*História econômica do Brasil*), Gilberto Freire (*Casa-grande & Senzala*) e Francisco Adolpho de Varnhagen (*História geral do Brasil*, v.1) ensinam que a legislação portuguesa da época punia severamente faltas como “cortar árvore de fruto”, comprar “colmeias para matar as abelhas”, e capitulava “culpas muito leves e até simples pecados” em penas de degredo para o Brasil.

⁹¹ Servir às galés, em muitos casos, era pior do que a pena capital, posto que o condenado era obrigado a remar por muitas horas, mal alimentado, ocasionando a morte em cerca de dez anos ou menos, devido aos suplícios sofridos. (Novinsky, 2015).

⁹² Máquina de puxar pesos que consiste ger. em um pau a prumo com um braço munido de roldana ou moitão. (HOUAISS, 2009).

condenado era içado por um mecanismo de catraca, poder-se-ia ocorrer o deslocamento dos membros, e, caso não morresse, tornar-se-ia inválido para o resto da vida. Na figura 14 tem-se a tortura com o uso da roldana, na qual o corpo do condenado era amarrado e enquanto girava, os ossos do indivíduo eram quebrados, provocando, em muitos casos, hemorragia interna.

Figura 13 - Tortura na polé⁹³.

Figura 14 - Tortura aplicada na roldana⁹⁴.

Cabe ressaltar que à família competia arcar com as expensas das torturas efetuadas pelos tribunais, os quais primavam pelos mais cruéis castigos, com exceção do derramamento de sangue, o qual só se sucedia a partir do momento em que o acusado fosse relaxado ao braço secular. O condenado sofria toda

⁹³ Fonte: Kerrigan, 2015, p.12.

⁹⁴ Fonte: Kerrigan, 2015, p.65.

sorte de admoestação. Como informa Novinsky (2012, p.14-5), “os Tribunais Ibéricos foram os mais violentos e desumanos”. A aura que se formou em torno dos tormentos realizados criou uma teia de delações anônimas, visto que, ao ser convocado pelo Tribunal, o indivíduo era amoestado a declarar todas as suas culpas, informando os nomes de todas as pessoas que poderiam ter ligação com a acusação na qual este fora envolvido. Para o cristão-novo, uma das formas desenvolvidas ao longo do tempo para fugir das garras dos inquisidores era “estando instruído confessa[r] logo que é judeu, e que observava a Lei de Moisés; declara também haver-se declarado reciprocamente com Fulano, e Fuão” (SANCHES, 1748, p.6). O cristão-novo, por compor o grupo de indivíduos mais perseguidos, vivenciou as formas de castigos implantadas pelo Tribunal do Santo Ofício.

Com a vinda do cristão-novo para o Brasil, Salvador (1976) afirma que este grupo apresentou-se aberto para o casamento exogâmico e conseguiu adaptar-se mais facilmente à realidade do Brasil. Ressalte-se que “A exogamia, contudo, ia além das uniões legitimadas. Relações extraconjugais eram mais ou menos comuns em todo o Brasil, dando origem a bastardos, quer mamelucos quer mulatos” (SALVADOR, 1976, p.13). O fato de os primeiros indivíduos cristãos-novos terem chegado ao Brasil nos primeiros anos do descobrimento, a exemplo de Fernando de Noronha, entre muitos outros, produziu um ambiente propício para que, na colônia, fossem observadas os tipos de heresias perseguidas pelo Tribunal do Santo Ofício: hábitos tipicamente judeus. Para efeito de condenação das heresias perseguidas aos cristãos-novos, Novinsky (2013, p.20) esclarece:

Dos brasileiros residentes na colônia e dos cristãos natos que foram presos durante os três séculos coloniais, apenas cristãos-novos acusados de judaísmo receberam pena de morte na fogueira. Com exceção do judaísmo, todos os acusados de crimes considerados “menores”, bruxarias, homossexualismo, sodomização, bigamia, proposições heréticas, tiveram sentenças leves.

Os casos das condenações descritas no LRC que estabeleceram relação com o crime de judaísmo foram praticados sobretudo por mulheres entendidas como cristãs-novas. No montante de crimes confessados, apenas 15 das 121 confissões descritas no LRC são identificadas como crime de judaísmo.

O que se propõe em Bethencourt (2000, p.309)⁹⁵ foi adotado para elencar os tipos de crimes perseguido pelo Tribunal do Santo Ofício, a saber: Artes mágicas, Protestantismo, Proposição / Blasfêmia, Heresias diversas, Livros proibidos, Abuso sacramental, Apostasia / Ateísmo, Islamismo, Judaísmo, Bigamia / Concubinato, Solicitação, Atos contra a Inquisição, Falso testemunho.

Além da classificação apresentada em Bethencourt, descreve-se a de Vainfas (2012), pautada na obra *Trópico dos Pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. Segundo o autor, as práticas heréticas, objetos de perseguição e condenação, compõem dois grandes âmbitos de atuação: a fé e a moral. Os crimes de fé são aqueles relacionados a práticas religiosas opostas aos dogmas da Igreja Católica, como judaísmo, protestantismo, islamismo, bruxaria, feitiçaria, blasfêmia, luteranismo, gentilidades (práticas religiosas de caráter pagão, típica daqueles que não são batizados na Igreja Católica). Já os crimes de moral são aqueles relacionados a práticas de relacionamento entre indivíduos, seja do mesmo sexo ou do sexo oposto, os quais se distanciam dos modelos estabelecidos historicamente. Fazem parte desse rol de heresias os crimes de sodomia, bigamia, fornicação e homossexualismo.

A identificação e definição dos crimes arrolados no LRC estão baseadas em algumas obras de referência, a saber: no Monitório de 1536 apud Abreu (1922) os Regimentos do Santo Ofício da Inquisição dos Reinos de Portugal; as Ordenações Filipinas (1585), na qual se apresentou a definição da maioria dos crimes; e no Dicionário de Raphael Bluteau (1728).

Com o objetivo de aclarar as práticas prototípicas dos crimes perseguidos por ocasião da primeira visitaço, recorrer-se-á às confisses do LRC. A seguir, elencam-se os crimes que foram identificados no cdice, a saber: judasimo, blasfmia, sodomia, sodomia feminina, sodomia com animalia, gentilismo, luteranismo, feitiaria, livro proibido, solicitao, fornicao e bruxaria. As confisses ora apresentadas foram organizadas pelo tipo de crime confessado, sem obedecer, portanto, mesma ordem do LRC, que cronolgica. Os crimes confessados foram organizados por grupos e, internamente, a ordem de descrio de cada prtica ser por ordem crescente da data. Desse modo, a

⁹⁵ BETHENCOURT. **Histria das Inquisies**: Portugal, Espanha e Itlia, sculos XV-XIX. Apud E. William Monter e John Tedeschi. Toward a statistical profile of the Italian Inquisitions.

primeira ocorrência do crime de judaísmo refere-se à primeira na ordem de tal crime, consoante se registra no LRC e, assim, sucessivamente.

3.3.1 Judaísmo

O dogma do criptojudaísmo é uma constante, seja em Portugal ou no Brasil. Sua essência está voltada para o indivíduo que continuava a pensar como judeu. Segundo GORESTEIN (2005, p.324), mesmo em outros lugares os cristãos-novos “continuam a essência do seu judaísmo: Deus é um; o Messias não veio, mas está vindo; a crença na lei de Moisés para salvação individual; a observância era necessária além da crença, e o Judaísmo era a religião preferida. Ainda consoante Unterna apud GORESTEIN

Um judeu é definido pela tradição como alguém que tenha nascido de mãe judia ou se convertido ao Judaísmo; o termo “judeu” se referia originalmente aos judaitas, os habitantes do Reino do Sul de Judá, levados ao cativeiro em 586 a.C., e posteriormente atribuído aos seguidores da religião judaica e aos hebreus por etnia, em geral. (UNTERMAN, A. Op. cit., p.140 apud GORESTEIN, 2005, p.394).

As práticas identificadas no LRC como judaicas⁹⁶ são descritas pelos depoentes, em sua grande maioria, mulheres. De modo geral, todos os depoentes que se confessaram por terem cometido tais crimes, destacaram que desconheciam serem práticas judaicas. Apenas com a publicação do Édito de Fé na Catedral da Sé de Salvador tomaram conhecimento sobre o rol de crimes perseguidos.

Na trama de relatos de cristãos-novos acerca do crime de judaísmo destacam-se duas famílias provenientes de Portugal, em virtude do número de depoentes que se apresentaram. A primeira tem como progenitores Branca Rodrigues e Fernão Lopes, cujas filhas e neta apresentaram-se perante a mesa do visitador Heitor Furtado de Mendonça. Além da família Rodrigues Lopes, mais um grupo ganha destaque: os descendentes de Ana Rodrigues e Heitor

⁹⁶ Novinsky (2015, p.50) arrola que “o inquisidor procurava fazer com que o réu especificasse quando, onde e com quem havia realizado as cerimônias judaicas. O réu era interrogado através de questionamentos como: ‘se em algum tempo havia se distanciado da Fé Católica e se passara a crer na Lei de Moisés, buscando nela salvação da alma; se rezava as orações judaicas ou cristãs, sem mencionar Jesus no fim; se guardava os sábados; se seguia a Páscoa dos Judeus; ou se fazia algum jejum judaico’”.

Antunes.⁹⁷ O patriarca da família Rodrigues Antunes era homem de confiança do governador Mem de Sá, na década de 1550, fato que comprova o “entrelaçamento entre cristãos-velhos e cristãos-novos no Brasil nas primeiras décadas da efetiva colonização”. (VAINFAS; SOUZA, 2002, p.27).

As informações ora descritas foram obtidas com base nas confissões do LRC. A depoente Antônia d'Oliveira confessa e denuncia comportamentos privados da família, os quais revelam os costumes da família em questão. Carvalho (2011, p.41) descreve:

Durante séculos, a Igreja portuguesa exerceu uma actividade fiscalizadora do comportamento moral das populações, que se baseava na obtenção de denúncias por partes dos vizinhos. Essa actividade assumiu proporções muito significativas, implicando uma prática continuada e repetida de estímulo à delação de informações sobre comportamentos que, a uma pessoa de nossa época, pareceriam na maior parte dos casos do foro privilegiado.

Os familiares de Branca Rodrigues e Fernão Lopes apresentaram-se durante o período da graça, que foi concedido a todos os moradores da cidade de Salvador e no seu entorno, que distasse até uma légua. A seguir descreve-se a árvore genealógica da família Rodrigues Lopes, cujas informações foram obtidas a partir dos dados de nomes e parentescos, registrados nas confissões do LRC.

⁹⁷ Optou-se pela modernização dos nomes próprios, consoante se observa nas fichas catalográficas. Para tanto, utilizou-se como referência a pesquisa desenvolvida por Vainfas (1997), que se vale da modernização dos antropônimos e topônimos.

Organograma 1 - Árvore genealógica da família Rodrigues Lopes

A depoente Antônia d'Oliveira conseguiu informar durante a confissão o nome de quase todos os parentes, bem como de outras pessoas delatadas, a exemplo de Álvaro Pacheco, Violante Rodrigues, Ana Rodrigues, Diogo Lopes Ilhã e Ana Oliveira, prima de Antônia d'Oliveira, cuja filiação não está descrita no LRC. Miguel Gomes e o moço Mathias que, embora não tenham se apresentado perante a mesa do visitador, também foram citados por Antônia d'Oliveira como responsáveis pelos ensinamentos das práticas judaicas e/ou reprodução de atos similares.

As irmãs Maria Lopes e Catarina Mendes e, em seguida, a sobrinha Antônia d'Oliveira, iniciam o ciclo de confissões⁹⁸ relacionadas ao crime então mais perseguido pelo Tribunal do Santo Ofício: o judaísmo. Maria Lopes era cristã-nova; nascida em Monsaraz, Portugal; com idade entre 65 ou 66 anos; viúva, de Afonso Mendes, cristão-velho, cirurgião do Rei.⁹⁹ Maria Lopes apresenta-se em 3 de agosto de 1591 e confessa ações típicas do judaísmo: degolar galinha e colocar o sangue para escorrer, e retirar a lande¹⁰⁰ (glândula de gordura que se localiza na parte posterior do pescoço) de carneiro e porco, além de esvaziar todos os potes de água quando falecia alguém na casa.

Catarina Mendes, mais jovem, com 51 anos, declara-se cristã-nova, nascida em Lisboa e casada com Antônio Serrão, cristão-velho. A depoente apresenta-se em 18 de agosto de 1591 e revela que, por quatro ou cinco sábados, vestiu camisa lavada e que pôs na cabeça toalha¹⁰¹ limpa para ir à igreja ouvir a missa. Além disso, informou que em sua casa sempre se tira a

⁹⁸ A primeira ocorrência observada no LRC de crime de judaísmo remete à confissão realizada por Nicolau Falleiros de Vasconcelos. Trata-se da segunda confissão em 29 de julho de 1591. O depoente apresenta-se para “denunciar” a mulher, Dona Ana, não para confessar práticas judaicas.

⁹⁹ Em consonância com o período no qual Afonso Mendes pode atuar como cirurgião do Rei, aventa-se que possa ter sido um dos reis relacionados a seguir: D. Sebastião (1557 a 1578) ou D. Henrique (1578-1580) ou ainda D. Filipe I (1581-1598).

¹⁰⁰ Para Vainfas (1997, p.70) “O único significado de landoa que encontramos para a época é fruto do carvalho ou azinheira, que servia para dar de comer aos porcos. Talvez landoa significasse, gordura das carnes. Gordura retirada no preparo das carnes cozidas e assadas”. Em Bluteau (1728, p.37) o vocábulo “landoa” é remetido a “lande”, cuja acepção não descreve a “glândula”. Em Houaiss 2009, o vocábulo “lande” designa “glande, bolota”. Doravante glândula.

¹⁰¹ Vainfas (1997, p. 89) assevera que “Além do significado atual, que também vigia na época, “toalha” era uma peça de linho usada na cabeça pelas mulheres”.

landoa de rês¹⁰² miúda. Cabe ressaltar que as duas irmãs se apresentaram durante o período da graça, iniciado em 29 de julho e que durou trinta dias.

Antônia d'Oliveira se manifesta em 5 de outubro de 1591, fora do período da graça. A depoente é filha de Ana Rodrigues¹⁰³ e Gaspar Dias da Vidigueira, e irmã de Maria Lopes e de Catarina Mendes. Ela se declara cristã-nova, nascida em Porto Seguro, com trinta anos, pouco mais¹⁰⁴ ou menos. Era casada com Pero Fernandes, também cristão-novo e residia em Salvador, na casa da irmã Catarina Gomes e do cunhado Salvador Maia. Cabe ressaltar que a depoente informa que quinze anos antes de se apresentar perante o visitador Heitor Furtado de Mendonça, por volta do ano de 1575, o seu marido, Pero Fernandes, foi para Portugal. Nesse período, recebeu a visita do seu primo, Álvaro Pacheco, filho de Maria Lopes. Em seguida, passou a conviver de modo mais próximo com o primo Álvaro Pacheco. Nesse intervalo, Antônia informa ao visitador, que o primo vendo-a jejuar às quartas e sextas-feiras e aos sábados não comer carne, encomendando-se a Deus, a Nossa Senhora e também para que seu marido ausente voltasse, colocou-se à disposição para ensinar-lhe mais práticas que aprendeu com os avós.

Nessa perspectiva, após o estabelecimento dos primeiros contatos entram em cena os ensinamentos do primo Álvaro Pacheco e da tia-avó Violante Rodrigues. Inicialmente são descritas na confissão as práticas ensinadas pelo primo, o qual ressaltava que, para a salvação, a prima não deveria: comer, nem beber e nem dormir às segundas e quintas, até sair a estrela¹⁰⁵, e depois comer à noite uma galinha assada ou cozida, pois estes jejuns eram realizados pelos antepassados para obter a salvação; guardar os sábados, pois esses eram os verdadeiros domingos, além de vestir camisa lavada e não trabalhar. Domingo, dia dos cristãos, seria dia normal de trabalho. Também ouviu de Álvaro Pacheco que Deus era único, que estava no céu e que se encomendasse apenas a Ele e em Nossa Senhora, e que não cresse em imagens. Antônia d'Oliveira descreve na mesma confissão que, fez os ditos jejuns “sem entender serem judaicos”.

¹⁰² “Qualquer animal quadrúpede que se abate para a alimentação do homem”. (HOUAISS, 2009).

¹⁰³ Filha de Branca Rodrigues e Fernão Lopes.

¹⁰⁴ A expressão “pouco mais ou menos” é recorrente no LRC e indica que não se tem precisão numérica do valor apresentado.

¹⁰⁵ O jejum dura durante o dia e cessa após o crepúsculo, com o aparecimento das primeiras estrelas.

Ademais, informa ainda que durante os ensinamentos do primo Álvaro Pacheco, as irmãs Catarina Gomes e Branca Rodrigues estavam presentes, mas não se atentavam para isso e nem entendiam o significado.

Violante Rodrigues, à época já defunta, era irmã da avó materna de Antônia d'Oliveira, Branca Rodrigues, também falecida, e citada na confissão de Antônia. Atribui-se a Violante Rodrigues o fato de ensinar-lhe que, após jejuar, a depoente deveria conceder a benção, mesma prática reproduzida por Branca Rodrigues e como declara a neta: foi uma santa mulher e morreu uma morte santa. A depoente informa que seu marido e todas as pessoas em Paripe¹⁰⁶ tomaram conhecimento da publicação da Santa Inquisição, e disseram que todos eram obrigados a ir à mesa, manifestar todas as culpas sobre si e sobre quem mais soubesse. Essa informação descrita na confissão parece encorajar Antônia, que aproveita para denunciar inclusive o seu compadre Miguel Gomes.

Este Miguel Gomes era mercador na capitania do Espírito Santo. Seis anos antes havia dito a Antônia que os antepassados defuntos estavam na glória. Nessa ocasião, contou-lhe a história do bezerro de ouro, na qual os filhos de Israel o idolatravam, enquanto Moisés¹⁰⁷ estava no Monte. E com isso queria dizer que os vivos deveriam idolatrar os seus antepassados. O compadre também disse que o sogro de Antônia, pai do seu marido, jejuava e rezava.

Diogo Lopes Ilhôa, cristão-novo, foi casado com sua prima Branca Leão, e a vendo rezar, comentou que a senhora Antonia d'Oliveira é douta, como 'rezadeira' e 'confessadeira'. Todavia, não entendia a intenção do primo com esses comentários.

Ana Rodrigues, mãe de Antônia, também é citada na ocasião em que orienta a filha, havia cerca de um ano e meio, ao ir para Pirabuçu, despedir-se de suas tias Catarina Mendes, mulher de Antônio Serrão e de Lianor Rosa, casada com João Vaz Serrão. Na ocasião a mãe pede-lhe que diga às tias as rezas e devoções que fazia e que não poderia "se ver livre" disso. Caso as tias perguntassem quem pediu para dizer isso, deveria informar que fora a sua mãe, na casa da prima Ana Oliveira.

¹⁰⁶ Pertence ao subdistrito de Salvador, localizado na cidade baixa da cidade.

¹⁰⁷ Trata-se de uma passagem do Antigo Testamento da Bíblia, Livro de Êxodo 32, na qual consta que Arão solicitou que lhe trouxessem todos os brincos de todas as mulheres, os quais foram fundidos e transformados num bezerro de ouro.

Ana Oliveira é o próximo nome de familiar a ser citado por Antônia, que declara que a prima está casada com o segundo marido, Belchior da Costa. Também cita um jovem moço chamado Mathias, que dizem ser irmão da depoente. Segundo declara, trata-se de um moço doente. A confitente descreve Mathias como sendo um moço que fala, anda rezando todo o dia, utilizando contas e que ela, Antônia d'Oliveira, desconhece as intenções dele.

É relevante destacar que Antônia d'Oliveira deu a sua confissão conforme os moldes estabelecidos pelo Tribunal do Santo Ofício, denunciado todos os que também realizavam práticas judaicas. Ademais, a confissão realizada está redigida em quatro fólhos (57r a 60r), diferentemente da média observada no códice, com aproximadamente dois fólhos. Trata-se de uma confissão muito rica em dados sobre a estrutura dessa família, pelo que possibilitou a elaboração da árvore genealógica que consta no Organograma 2.

Na sequência descreve-se a árvore genealógica da família de Ana Rodrigues e Heitor Antunes. A matriarca da família Rodrigues Antunes é descrita como uma octogenária portuguesa, residente no Engenho de Matoim, condenada e remetida aos cárceres de Lisboa.

Organograma 2 - Árvore genealógica da família Rodrigues Antunes.

Os nomes descritos nos quadros com a cor cinza são de depoentes que se apresentaram ao visitador Heitor Furtado de Mendonça. Os quadros com fundo preto pertencem aos dois depoentes que se colocaram perante a mesa do Santo Ofício para realizarem denúncias e também se confessarem.

Dona Custódia, neta de Ana Rodrigues, filha de Bastião de Faria e de Beatriz Antunes, inicia o rol de confissões relacionadas à família da matriarca Ana Rodrigues. O conjunto de familiares que se apresentou perante a mesa do visitador, não o fez antes porque residiam em Matoim, onde se localizava o engenho do patriarca Heitor Antunes, ou seja, a mais de uma légua da cidade de Salvador, que não foi abarcada no primeiro período da graça. Consoante consta dos fols 81r a 84v do LRC, somente no primeiro dia depois da festa de Reis, em janeiro de 1592, foi publicado o Édito da Graça referente ao contorno do Recôncavo¹⁰⁸, sem a inclusão da cidade de Salvador, capitania da Baía de Todos os Santos, e das localidades situadas no entorno de uma légua.

A Confissão n.º 83 foi realizada por Custódia em 31 de janeiro de 1592. A depoente tinha 23 anos de idade, era casada com Bastião de Faria, cristão-velho e nasceu em Matoim e residia no mesmo local. Ela confessa que já estando casada com o seu marido, morreu uma escrava na sua casa. A mãe, Beatriz Antunes, mandou-lhe lançar para fora toda a água que havia dentro de casa. Como premissa de tal atitude, se explicava que, somente por esse procedimento, todos permaneceriam vivos. Dona Custódia ressalta que aprendeu a mesma prática ora descrita, com a avó, Ana Rodrigues, que por sua vez, aprendera o ritual em Portugal, com uma cristã-velha. O visitador Heitor Furtado de Mendonça indaga à depoente sobre as seguintes questões: O que mais a sua mãe lhe ensinou como práticas judaicas? E sua avó? A depoente responde: mais nada.

¹⁰⁸ No fól. 84r descreve-se a lista de igrejas e capelas abarcadas no período da graça, concedido ao recôncavo, compreendido entre 13 de janeiro e 11 de fevereiro de 1592. Seguem a lista de igrejas e capelas, bem como nomes dos curas, vigários e capelães: Pirajá; Paripe (igreja de Nossa Senhora do Ó); Oentum (sic, capela de São Jerônimo), Matoim (igreja de N. S. da Piedade); capela de Santa Catarina, no engenho de Gaspar Dias Barbosa; Jacaranga (capela na fazenda de Cristóvão de Barros), Japasé (igreja da Madre de Deus); Tassuapina (igreja de N.S. do Socorro); capela de N.S. dos Prazeres, na fazenda do Margalho (também em Tassuapina, capelão Jerônimo Brás); Tamaraia (igreja de N.S. do Monte, vigário Pero Gonçalves); Sergipe do Conde (igreja de N.S. da Purificação, cura Antônio Fernandes); Peroaçu (vigário Marcel Rodrigues); Itaparica (igreja de Vera Cruz, vigário José Barbosa); Jaguaripe (capela de São Bento, capelão Lucas de Figueredo); Caipe (igreja de São Lourenço, cura Luís Couto); Sergipe de São Cristóvão, cujo vigário é Baltasar Lopes.

Em seguida, relata que, quando faleceu a sua tia Violante Antunes, havia na casa de Beatriz Antunes uma panela de carne de vaca para o jantar, além de galinha e leitões assados, pois haviam recebido hóspedes. A sua tia faleceu na casa da prima Isabel Antunes e Beatriz Antunes não quis comer nada de carne naquele dia, mas, que por muita insistência, alimentou-se de peixe. O visitador, mais uma vez, solicita a Dona Custódia, “com muita caridade”, que confesse inteiramente toda a verdade, sobre a mãe, avó e demais parentes, pois desse modo alcançará misericórdia. A depoente é alertada de que existe forte presunção de que a sua mãe e avó são judias e vivem afastadas das leis de Cristo e próximas às de Moisés. Em resposta, informa que é boa cristã, crê em Jesus Cristo e nunca teve pretensão de praticar cerimônia judaica, e só tomou conhecimento de que as praticava, após ser publicado o Édito da Santa Inquisição, ocasião em que entendeu realizar práticas judaicas.

Também em 31 de janeiro de 1592 apresenta-se Beatriz Antunes¹⁰⁹, Confissão n.º 84. Declara ser cristã-nova, com 43 anos, casada com Bastião de Faria, cristão-velho. A depoente é natural de Lisboa, veio para o Brasil com 6 anos de idade e residia no Engenho de Matoim. Beatriz Antunes confessa que, por volta dos 13 ou 14 anos, sempre que morria alguém, lançava e mandava jogar toda a água que estivesse dentro de casa. Quando falecia algum parente, filho ou filha, irmão ou irmã e pai, por nojo,¹¹⁰ nos primeiros oito dias, não comia carne. Ademais, confessa que quando necessitava jurar algo muito importante, o fazia em nome da alma do seu pai. Quando morria alguém, mandava amortilhar com lençol inteiro, sem retirar fio de linha, usando atadura para unir uma parte a outra, a fim de que não se costurasse com agulha. Declara que todas essas práticas foram aprendidas com a mãe, Ana Rodrigues, a qual, por sua vez, as aprendeu com a comadre Inês Rodrigues, parteira, cristã-velha. A parteira a ensinou que,

¹⁰⁹ “Presa a mando do visitador e mandada para Lisboa, onde permaneceu encarcerada, respondeu a processo, até 1603. Condenada a sair em auto público celebrado em Lisboa, sexta abjuração em forma (que presume ser grave suspeita na fé), cárcere e hábito perpétuo desenhado com fogos, sem remissão. ANTT, II, proc. 8991”. (VAINFAS, 1997, p.275).

¹¹⁰ “Nojo significa também ‘luto’, neste contexto, de sorte que o luto pela morte de um parente ou morador da casa implicava a repugnância pelo cadáver ou pela morte de um ente querido”. (VAINFAS, 1997, p.71). Para Bluteau (1728, p.365) significa “sentimento que se toma. Tristeza causada da morte, ou desgraça de parente, ou amigo. Estar de nojo”.

quando assasse quarto de carneiro, deveria retirar a glândula. Em duas ocasiões, recebeu do reino um peixe denominado de lampreia¹¹¹ em conserva, mas não o comeu por ojeriza, com a ressalva de que come peixe com escamas, contanto que não seja de água doce. Também não come carne de coelho. Frisa que todas essas práticas foram ensinadas pela mãe. Ao final da confissão, o visitador repete as mesmas perguntas feitas a Dona Custódia, bem como as afirmações de que se tratam de práticas judaicas.

Em 1º de fevereiro de 1592, apresenta-se a octagenária Ana Rodrigues¹¹² à mesa do visitador, Confissão n.º 87. Nascida na Covilhã¹¹³, viúva de Heitor Antunes, era cristã-nova, filha de Diogo Dias e Violante Lopes, ambos cristãos-novos. Destaca-se na confissão da depoente que a informação, no tempo da graça, está grifado, consoante se observa na figura 15:

Figura 15 - O item “tempo da graça” em destaque¹¹⁴.

¹¹¹ Lampreia - “design. comum aos animais vertebrados ágnatos, petromizontiformes, encontrados em águas frias, que possuem a boca circundada por um funil ventral sugador com muitos dentes córneos, com o qual se fixam aos peixes. (HOUAISS, 2009)”.

¹¹² “Presa por Heitor Furtado de Mendoça, em 1593, e mandada para Lisboa. Condenada a ser “relaxada ao braço secular” (morte na fogueira) após anos no cárcere. Morreu na prisão e foi queimada em efígie por sentença de 9 de maio de 1604, a qual amaldiçoa sua memória e ordena que seus ossos sejam desenterrados e feitos em pó. ANTT, II, proc. 11618”. (VAINFAS, 1997, p.282).

¹¹³ Cidade Portuguesa pertencente ao distrito de Castelo Branco. O passado da Covilhã remonta aos tempos da romanização da Península Ibérica, quando foi castro proto-histórico, abrigo de pastores lusitanos e fortaleza romana conhecida por Cava Juliana ou Silia Hermínia. Quem mandou erguer as muralhas do seu primitivo castelo foi D. Sancho I que em 1186 concedeu foral de vila à Covilhã. E, mais tarde, foi D. Dinis que mandou construir as muralhas do admirável bairro medieval das Portas do Sol. (INSTITUTO GEOGRÁFICO PORTUGUÊS, 2013).

¹¹⁴ “confissão de Ana rodrigues cristã noua | Ao primejro dia do mes de feuerejro de mill e quj | nhentos e nouenta e dous annos nesta cidade | dosaluador bahia de todos os Sanctos nas casas da | morada dosenhon ujsitador dosancto offjcjo hejtor fur | tado de mendoça per ante elle pareço sem ser chamada | dentro no tempo da graça Ana rodriguez, e por querer[...]” l. 6313 – 19.

Ana Rodrigues inicia a confissão informando que há cerca de quatro ou cinco anos não come cação¹¹⁵ fresco, pois lhe faz mal ao estômago, mas come salgado e assado. Declara que abençoa os netos dizendo: “a benção de Deus e minha te cubra”. De modo que a mão esteja estendida sobre a cabeça. Por ocasião da morte do seu marido, Heitor Antunes, há pouco mais de quinze anos, ficou sentada detrás da porta. Repete a prática de esvaziar os potes de água quando morre alguém, além de não comer carne, durante oito dias, após o falecimento. Ana Rodrigues atribui à comadre e parteira Inês Rodrigues as práticas realizadas, sem saber que eram judias e que passou os ensinamentos às filhas Dona Leonor e Beatriz Antunes. Sobre o modo de jurar pela alma de parentes falecidos, diz que não se recorda sobre quem lhe forneceu tais ensinamentos.

O visitador admoesta a depoente a fim de que ela confesse sobre quem a ensinou tais práticas. No entanto, Ana Rodrigues afirma que as aprendeu apenas com sua comadre, quando ainda residia em Portugal. Prossegue a confissão informando que, quando alguém morria, era necessário jogar toda a água da casa para fora, porque lavavam a espada de sangue nela. Diz que vivenciou isso com a comadre e não sabia o significado. Heitor Furtado de Mendonça pergunta se o marido de Ana Rodrigues realizava tais práticas. A depoente afirma que não. Sobre a idade em que as aprendeu, informa que na ocasião deveria ter quarenta e cinco anos e a comadre, oitenta anos.

Ana Rodrigues é interrogada acerca do tempo que é judia e deixou a Fé em Jesus Cristo. Respondeu que nunca até o momento foi judia e que sempre teve fé em Jesus Cristo; se reproduziu tais cerimônias, fê-lo inocentemente. Também é perguntada sobre o tempo que as ensina às filhas; respondeu que nunca as ensinou serem judias. Segue-se a confissão com o visitador informando que a depoente deve fazer inteira e verdadeira confissão, já que apresentou em período da graça, a fim de obter perdão. A depoente conclui que nunca realizou as práticas ora descritas, como sendo judaicas, e finaliza pedindo perdão. Sobre a

¹¹⁵ design. comum aos peixes condrictes, elasmobrânquios e eusseláquios, de pequeno e médio porte, corpo fusiforme e fendas branquiais laterais; cação [São predadores, e grande parte das spp. não oferece perigo ao homem; embora de discutida qualidade, sua carne é muito consumida.]. (HOUAISS, 2009).

condenação aplicada em 1593 a Ana Rodrigues, pelo visitador Heitor Furtado de Mendoça, Vainfas e Souza (2002, p.28) relatam:

O pior destino coube à velha senhora Ana Roiz. Levada a ferros para Lisboa, morreu no cárcere, mas seu processo seguiu o curso ordinário. Condenada a morrer na fogueira, sendo já falecida, foi sentenciada a ter seus ossos desenterrados e queimados junto com seu retrato pintado. Queimada, pois, em efígie. Ana Rodrigues foi um caso trágico, pois faleceu no cárcere com cerca de 100 anos segundo confessou na Inquisição de Lisboa. Era, portanto, provavelmente uma das últimas da primeira geração dos cristãos-novos que nasceram judeus e se converteram ao catolicismo por ordens de D. Manuel.

Abreu (1922, p.23), em *Confissões da Bahia*, descreve de modo contrário o que informa Vainfas e Souza (2002). Na visitação realizada por Marcos Teixeira (1618-1620) “lê-se que Anna Roiz fora queimada pela Inquisição. Confessa a matriarcha, *infra* 178, que numa doença chegou a tresvariar e dissera, ao que depois ouviu, desatinos, do que se lembravam”. Nesse quesito, Vainfas (1997, p.281) informa, baseando-se em dados do AN/TT que

Presa por Heitor Furtado, em 1593, e mandada para Lisboa. Condenada a ser “relaxada ao braço secular” (morte na fogueira) após anos de cárcere. Morreu na prisão e foi queimada em efígie por sentença de 9 de maio de 1604, a qual amaldiçoa sua memória e ordena que seus ossos sejam desenterrados e feitos em pó. ANTT, IL, II, proc. 11618.

Cabe um ponto de interrogação nesta questão, posto que não se pode afirmar ao certo se Ana Rodrigues foi de fato queimada ou se morreu nos cárceres da Inquisição de Lisboa, pois Abreu(1922) baseia-se em documentos legais, como o índice da visitação efetuada por Marcos Teixeira.

Dona Leonor,¹¹⁶ filha de Ana Rodrigues e Heitor Antunes, também se apresenta no mesmo dia da mãe e confessa-se a seguir. Na confissão n.º 88, Dona Leonor declara-se cristã-nova, com 32 anos de idade, pouco mais ou menos, casada com Henrique Muniz, cristão-velho. Não declara o local onde nasceu, mas informa que reside em Matoim. Inicia a confissão informando que é casada há mais ou menos dezoito anos e que, desde então, esvazia os potes de

¹¹⁶ “Era uma das filhas de Ana Rodrigues. Foi presa e enviada para Lisboa, encarcerada e processada. Sentenciada, em 1603, a sair no auto público, abjurar em forma e cárcere e hábito com fogos, perpetuamente, sem remissão. ANTT, II, proc. 10716”. (VAINFAS, 1997, p.288).

água por ocasião da morte de alguém. Replica o discurso da mãe sobre ter nojo quando alguém morre, além de não comer lampreia. Acrescenta a informação de que uma escrava degolou uma galinha defronte de sua casa, que mandou jogar serra de madeira para encobrir o sangue, para os porcos não remexerem. Reproduz o discurso de que aprendeu tais práticas com a mãe, que por sua vez obteve os ditos ensinamentos de sua comadre. No restante da confissão, o visitador Heitor de Mendonça faz perguntas como: a) quem a ensinou a lançar água fora do pote por ocasião da morte de algumas pessoas? ; b) quem a ensinou a abster-se de carne por ocasião da morte de alguém? ; c) quem a ensinou a jurar pela morte do pai?¹¹⁷ Em uníssono, todas as perguntas foram respondidas com o nome de Ana Rodrigues. Conforme assevera Novinsky (2015, p.111) “As mulheres eram consideradas pelos inquisidores uma ameaça à continuidade do catolicismo, pois sabiam que eram responsáveis pela religião judaica”.

Isabel Antunes, homônima da tia, era filha de Violante Antunes e Diogo Vaz. Apresentou-se também em 1º de fevereiro, nascida e residente em Matosim, com 18 anos, casada com Henrique Nunes, o qual “dizem ser inteiramente cristão-novo”. Na Confissão n.º 89, a depoente inicia informando que aprendeu de prática de lançar fora a água de casa, por ocasião da morte de alguém, com a mãe Violante Rodrigues. Após confessar somente isso, é admoestada pelo visitador a fazer confissão inteira e verdadeira, visto que, por ser cristã-nova, sabe-se que tais cerimônias são típicas dos judeus. Conclui relatando que nunca fez tal cerimônia como sendo de judeu, mas sim por ver a mãe agir desse modo.

É certo que as mulheres cristãs-novas, das duas famílias, casaram-se com cristãos-velhos. Tal situação, muito comum no século XVI, deve-se a relações de interesse por parte dos cristãos-velhos. Conforme explica Vainfas (1998, p.238), “Por serem brancas, e é provável que ‘bem dotadas’, as mulheres cristãs-novas podiam ser desejadas como esposas pelos fidalgos do Reino, que com elas efetivamente casavam *in facie ecclesiae*, não obstante o sangue judeu (...)”. No caso inverso, quando um cristão-novo se envolvia em matrimônio com uma cristã-velha, este almejava minimizar a sua situação de cristão-novo, conforme confessa um blasfemo no LRC, que afirma ter mentido perante o

¹¹⁷ As perguntas ora elencadas são reproduzidas literalmente, com a ortografia modernizada.

visitador, informando ser cristão-velho, pelo fato de ter casado com uma cristã-nova, de estirpe nobre.

As datas das confissões contribuem para a reflexão de que todas essas mulheres, residentes no engenho de Matoim, tenham viajado por mais de 6 quilômetros, para se confessarem ao visitador Heitor Furtado de Mendonça. Considera-se que à época, as condições de locomoção eram extremamente difíceis, além de se ter uma octogenária dentre os familiares.

A presença do sexo feminino é notável, pois as mulheres são mais próximas das tarefas domésticas, o que permite uma maior convivência com as mães. Essa afirmação se sustenta considerando-se que, do montante de quatorze confissões sobre o crime de judaísmo, onze foram de depoentes do sexo feminino e somente três do sexo masculino. Conforme se observa no gráfico 2, 27% dos crimes confessados pela prática de judaísmo são atribuídos aos homens e 73% às mulheres.

Gráfico 2 – Percentual de depoentes do crime de judaísmo.

Nuno Fernandes, membro da família Rodrigues Antunes, também se apresenta à mesa do visitador em 1.º de fevereiro de 1592. Na Confissão n.º 91, Nuno informa que tem trinta anos, é solteiro, cristão-novo e residente em Matoim. Confessa dois crimes: judaísmo e a leitura de livros proibidos. Neste momento, concentra-se apenas no primeiro crime; o segundo será discutido quando se tratar sobre mais um dos crimes perseguidos pela Santa Inquisição: a leitura de livros

proibidos. Tal qual o fez a sobrinha Custódia de Faria, informa que, por ocasião do falecimento de Violante Antunes, ficou com nojo, ou seja, de luto pelo falecimento da irmã. Não comeu nada durante o dia, não quis comer carne e só comeu peixe à noite. Foi admoestado consoante prática do visitador, mas não teve mais nada sobre o crime de judaísmo para confessar.

Lucas d'Escobar, filho de Violante Antunes e Diogo Rodrigues, é o próximo varão a apresentar-se pelo crime de judaísmo. O depoente informa, na Confissão n.º 105, que tem vinte e um anos, nasceu em Matoim, é meio¹¹⁸ cristão-novo e solteiro. Relata que, por ocasião da morte de escravos, vazou e mandou vazar toda a água armazenada dentro de casa, e que fez isso por três ou quatro vezes, sem saber ser cerimônia judaica. Informa que aprendeu vendo a mãe agir desse modo. Foi admoestado pelo visitador e informou que não tinha mais nada para confessar.

Nuno Fernandes volta a apresentar-se em 9 de fevereiro, oito dias após a primeira confissão. Informa que tem o hábito de jurar “pelo mundo que tem a alma do pai”, e que o fez muitas vezes, mas sem entender ser um juramento judaico. Também informa que tem o hábito de vestir camisa limpa aos sábados, mas que também a veste durante a semana e aos domingos. Manda os seus escravos trabalharem no domingo e dias santos, para cortar embira para atar a cana, carregar barca, nos tempos de necessidade, pois assim o fazem comumente. Foi solicitado a fazer confissão verdadeira e informa que já declarou tudo que sabia.

Além dos dois depoentes citados, mais um homem compareceu perante a mesa do visitador para confessar o crime de judaísmo, trata-se de Fernão Pires. Na Confissão n.º 19, informa que é meio cristão-novo, com quarenta anos, nascido no Porto, solteiro, mas que já estava prometido para casar-se com Luísa de Almeida. O depoente não pertence à família Rodrigues Antunes, todavia, informa que, quando se assava quarto de carneiro em sua casa, mandava tirar a landoa para assar melhor, vestia camisa lavada aos sábados e também o fazia durante a semana. Além de Fernão Pires, apresenta-se Leonor Carvalha, a fim de confessar o crime de judaísmo. Na Confissão n.º 30 a depoente informa que é

¹¹⁸ Observa-se no LRC que o confessante normalmente se intitula meio cristão-novo quando um dos pais é cristão-novo e o outro cristão-velho.

cristã-velha, natural de Arzila¹¹⁹, com sessenta anos pouco mais ou menos, viúva de Lopo de Rebelo. A depoente informa que quando residia em Arzila, ainda com quinze anos, entrou numa esnoga¹²⁰ de judeus, onde não havia cruz nem imagem de Deus, nem de santos.

A segunda “confissão” do LRC foi realizada por Nicolau Faleiro de Vasconcelos, a última, pela esposa dele, Ana Alcoforado¹²¹, neta de Ana Rodrigues. A palavra confissão encontra-se entre aspas porque os dois depoentes apresentam-se à mesa para efetuar denúncias, além de confissões, como se pretendia sê-lo.

Carvalho (2011) traz uma reflexão sobre a significação dos atos de confessar e denunciar, este último equivalente a “devassar”, ao afirmar que:

Confessar’ e ‘devassar’ exprimem assim duas formas de transpor o limite do privado para o público, a primeira do interior para o exterior, e a segunda do exterior para o interior. Essas duas formas estão fortemente marcadas pela sua ligação à ideia de salvação, pecado e culpa. (CARVALHO, 2011, p.57)

Nicolau manifesta-se em 29 de julho de 1591, no primeiro dia do período da graça, a sua mulher, mais de um ano depois, em 11 de fevereiro de 1592, no último dia da graça do Recôncavo. Nicolau Faleiro, cristão-velho, inicia a Confissão n.º 2 com a informação de que havia pouco mais de um ano e meio que, ao falecer um escravo, a sua esposa, “mulher delle denunciante”, disse que era bom jogar fora a água dos cântaros. O depoente diz que repreendeu a mulher dizendo que isso era agouro, que ela não acreditasse. Não se recordava se de fato havia jogado água fora ou não. Após oito meses, faleceu outro escravo e o depoente perguntou a esposa se já havia esvaziado os potes. Ana Alcoforado respondeu positivamente, com o consentimento do marido.

¹¹⁹ “Cidade marroquina conquistada em 1471 e abandonada em 1550, no reinado de D. João III. É possível que a confitente se tenha enganado quanto á idade que tinha ao entrar na sinagoga, pois com quinze anos os portugueses ainda estavam em Arzila e provavelmente não permitiam sinagogas”. (VAINFAS, 1997, p.125).

¹²⁰ “Designa “sinagoga” e, nos clichês inquisitoriais, por vezes aludia às cerimônias judaicas: ‘fazer esnoga’”. (VAINFAS, 1997, p.125).

¹²¹ “Foi presa e enviada com sequestro de bens para Lisboa, onde permaneceu encarcerada até 1605. Escapou da condenação por ter havido perdão geral dos cristãos-novos acusados, autorizado por breve papal contra o donativo de 1 700 000 cruzados à Coroa”. (VAINFAS, 1997, p.358).

Nicolau Faleiro prossegue a confissão informando que é cristão-velho de todas as partes, ou seja, de pai e mãe. Nasceu em Ilhéus e estava com 36 anos. Declara quem é a sua esposa, quem são seus pais e dá especial destaque ao fato de Ana Alcoforado ser neta de Heitor Antunes. Sobre ele, noticia que era mercador e residiu em Matoim, além disso, ouviu dizer que o dito Heitor Antunes possuía um Alvará dos Macabeus¹²². Sobre essa afirmativa de Nicolau, Assis (2012, p.360) afirma:

Durante o tempo em que esteve vivo, o auto-intitulado Macabeu de Matoim assumiu o papel de condutor de seu povo – significado último do nome que herdara do herói judeu. Construiu sinagoga que funcionou ativamente por décadas em seu próprio engenho e atuou com uma espécie de ‘rabi’ ou comandante do templo clandestino, não só por ser dele o proprietário e fundador, mas pela falta de alguém mais preparado que pudesse se responsabilizar por esta função. Preparado ou não para o cargo que exercia, o certo é que possuía enorme influência entre os judaizantes da Bahia.

Dando continuidade à confissão, Heitor Furtado de Mendonça repreende Nicolau Faleiro com a justificativa de que as cerimônias realizadas pela esposa são em atenção à Lei de Moisés, e que ele deveria ter bom entendimento sobre isso. A confissão/delação é concluída com a solicitação do visitador para que ele confesse toda a verdade de suas culpas, pois está em tempo da graça e receberá larga misericórdia. Nicolau informou ter dito a verdade e soube serem cerimônias judaicas somente após a publicação do Édito de Fé. Ressalta que está bem casado e é amigo da mulher. O visitador solicitou que ele retornasse à mesa em agosto de 1592, mas tal solicitação não está confirmada no LRC.

Ana Alcoforado apresenta uma longa “confissão” que preenche cinco fólios. A última depoente a confessar-se no LRC, Confissão n.º 121, informa ter 27 anos, nascida em Matoim, filha de Isabel Antunes e Antônio Alcoforado. Após a fórmula inicial, comum a todas as confissões, o notário Manoel Francisco registra que Ana Alcoforado apresentou-se sem ser chamada, por querer “denunciar” coisas tocantes ao Santo Ofício. A depoente intitula-se meio cristã-nova. Relata que há quatro anos teve um criado na sua casa, Baltasar Dias de Azambujo, cristão-velho, segundo ele natural de Santo Antônio do Tojal, com 30, pouco mais ou

¹²² “Título de um dos livros sagrados dos judeus que conta a história dos sete varões deste nome”. (VAINFAS, 1997, p.53).

menos. Na ocasião Baltasar estava casado com Catarina Codeira e, antes de viver com ela, também viveu com a tia Leonor, mulher de Henrique Muniz Teles. A depoente também expõe que, quando morreu um escravo em sua casa, lançou fora toda água contida na residência, que aprendeu vendo outras pessoas fazerem o mesmo. Delata a avó Ana Rodrigues por esta fazer juramento em nome da alma do falecido marido, Heitor Antunes. Ana Alcoforado diz que também jurou muitas vezes pela alma do pai e da mãe, mas sem má intenção e que só soube serem práticas judaicas após a publicação da Inquisição. O visitador a admoesta para confessar todas as verdades, mas a depoente informa que não tem mais nada a relatar.

Das catorze pessoas que se apresentaram à mesa do Santo Ofício, pela prática do judaísmo, quatro são da família Rodrigues Lopes: Catarina Mendes, Maria Lopes, Diogo Afonso e Antônia d'Oliveira. Oito membros são da família Rodrigues Antunes: Ana Rodrigues, Beatriz Antunes, Cristóvão de Faria, Dona Leonor, Nuno Fernandes, Lucas d'Escobar, Isabel Antunes e Ana Alcoforado.

As matriarcas Branca Rodrigues e Ana Rodrigues são duas personagens clássicas do criptojudaísmo, “a tão temida heresia judaica. Os inquisidores começaram a persegui-la no Brasil no fim do século XVI e só detiveram esta fúria na segunda metade do século XVIII, em meio às reformas do marquês de Pombal” (VAINFAS; SOUZA, 2002, p.29).

Não se pode perder de vista que o conceito de pertencimento ao povo judeu, de acordo com GORESTEIN (2005, p.394-6) remete a uma questão complexa, considerando que “categorias sociológicas convencionais, como religião, nacionalidade e grupo étnico apresentam problemas; embora a religião tenha sido um componente importante da vida judaica, é inadequado descrever os judeus simplesmente como grupo religioso”. Outrossim, o papel de identidade torna-se preponderante face ao sentimento de pertencimento do judeu. Desse modo

A identidade judaica pode ser considerada como um caso de identidade de grupo social ou de referência; foi denominada como um caso especial de identidade étnica que “precisa ser estudada dentro do quadro do estudo de identidade étnica em geral, mas que é peculiarmente diferente de outras identidades étnicas na sua composição de componentes religiosos (tradicionais) e nacionais (relativos ao povo) tão intrinsecamente tecidos que separá-los não somente enfraquece, mas distorce a identidade judaica”. (HERMAN, S. apud LONDON, P.; HIRSCHFELD, A. apud GORESTEIN, 2005, p.395-6)

Em alusão aos aspectos de identidade e pertencimento, é possível observar que uma rede de relações se formou após a chegada dos cristãos-novos ao Brasil. Aqueles que já se encontravam em solo brasileiro e sentindo-se pertencentes à identidade judaica propiciaram uma estrutura para receber os recém-chegados. A exemplo do cristão-novo Heitor Antunes, casado com Ana Rodrigues, também cristã nova, tornou-se respeitado senhor e proprietário do engenho de Matoim¹²³. A seguir, a figura 16 traz uma imagem panorâmica da Baía de Aratu e a figura 17 apresenta vestígios da capela do antigo Engenho de Matoim, que foi parcialmente destruído na ocasião da invasão holandesa, entre 1630 e 1654, ainda hoje resta parte da capela e da casa grande.

Figura 16 - Baía de Aratu¹²⁴.

¹²³ O Engenho Matoim, situado à margem da Baía de Aratu, que por sua vez se abre à Baía de Todos os Santos, hoje no município de Candeias, foi descrito em 1584 por Gabriel Soares como “um engenho de bois de que é senhorio Jorge Antunes o qual está muito apetrechado de edifícios de casas e tem uma igreja de N. S. do Rosário” (BAHIA, 1982, p.30), ligado aos cristãos-novos, com sua história e memória. (RIBEIRO, 2003, p.1).

¹²⁴ Fonte: Jornal Grande Bahia. Disponível em:< <http://www.jornalgrandebahia.com.br/baiaratu>>. Acesso em: 12 março 2015.

Figura 17 - Ruínas da capela do engenho¹²⁵.

Na tabela 3, elaborada a partir da análise do LRC, destacam-se os crimes descritos. Na coluna “Práticas do cotidiano” enumeram-se os crimes relacionados à convivência coletiva.

A coluna “Práticas da fé” lista os ritos judaicos relacionados à crença religiosa, já a coluna Oc. (Ocorrências) quantifica as vezes que as práticas da fé e do cotidiano foram descritas no LRC.

PRÁTICAS DO COTIDIANO		Oc	PRÁTICAS DA FÉ		Oc.
Degolar galinha		2	Deus é único, está no céu e só deve encomendar-se a Ele e a Nossa Senhora		1
Retirar a glândula de carneiros e porcos		4	Não crer em imagens		1
Esvaziar os potes quando alguém morria		10	Abençoar após os jejuns		1
Vestir roupa limpa aos sábados		4	Idolatrar o bezerro de ouro		3
Ficar sem comer, beber e nem dormir até a saída da estrela		1	Jurar pela alma do pai		1
Guardar os sábados		1	Abençoar os netos dizendo a bênção de Deus te cubra		1
Ficar sem comer carne após oito dias da morte de familiar		5			
Amortalhar defunto com lençol inteiro, sem costuras		4			
Abster-se de lampreia		2			
Abster-se de Carne de coelho		1			
Abster-se de cação		1			
Trabalhar aos domingos e dias santos		1			

Tabela 3 - Práticas descritas nas confissões do LRC.

Entre as práticas declaradas, a mais frequente é a de “esvaziar os potes quando alguém morria” (10); segue-se a de “ficar sem comer carne durante oito

¹²⁵ Fonte: Gilmar Oliveira. Disponível em:
< <http://candeiascidadedasluzes.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 30 abril 2015.

dias após a morte de algum familiar” (5); retirar a landoa de carneiro e porco, vestir roupa limpa aos sábados e amortilhar defunto com lençóis inteiro, totalizando 4 ocorrências em cada um; degolar galinha e abster-se de lampreia, 2 ocorrências para cada uma e as demais práticas só foram descritas uma única vez, a saber: comer, beber e nem dormir até a saída da estrela; guardar os sábados, abster-se da carne de coelho e cação e trabalhar aos domingos e dias santos.

Quanto às “práticas da fé”: jurar pela alma do pai ou da mãe apresentam 3 ocorrências; e todas as demais apenas uma, a saber: o juramento de que Deus é único e só deve encomendar-se a Ele e a Nossa Senhora; não crer em imagens; abençoar após os jejuns; idolatrar o bezerro de ouro; abençoar os netos com a benção “Deus te cubra”.

Considerando os dados ora elencados, verifica-se que os crimes relacionados às práticas do cotidiano são muito mais perceptíveis, inclusive quando se tem a necessidade de delatar outrem. A prática de esvaziar todos os vasos com água de dentro de casa, por ocasião da morte de alguém, é notada amplamente. Tanto que esse costume serve de delação para muitas pessoas, em virtude da clareza do ato. Ademais, o fato de vestir o defunto com lençol, sem utilização de linha nem agulha, é algo descrito nas confissões como costumes que foram apreendidos no seio familiar.

A legitimação dos crimes expostos corrobora a listagem descrita no Monitório de 1536, no qual se exemplificam as práticas prototípicas do judaísmo. Elencam-se a seguir os costumes que justificam o judaísmo: 1 - guardar o sábado; 2 - vestir “roupas e joyas de festa”, e limpar a casa dia de sexta-feira; 3 - degolar aves e cobrir o sangue; 4 - não comer toucinho, lebre, coelho, enguia, polvo, arraia, pescado que não tenha escamas; 5 - jejuar no mês de setembro, não comendo durante o dia; 6 - jejuar o jejum da Rainha Esther; comemorar a páscoa dos judeus com pão ázimo; 7 - não comer carne em períodos de luto; banhar o defunto, amortilhando-o com camisa comprida; cortar as unhas do defunto e guardar, colocar uma moeda na boca do defunto para pagar a primeira pousada após ao falecimento; 8 - jogar fora a água que estiver na casa por ocasião da morte de alguém; 9 - abençoar o filho, pondo a mão no rosto, sem

fazer sinal da cruz; 10 - circuncidar os filhos do sexo masculino, logo após o nascimento; 11 - batizar o filho na Igreja Católica e depois retirar o óleo utilizado para benzer. (ABREU, 1922).

Ressalte-se que das onze práticas levantadas, apenas a de circuncidar o filho do sexo masculino e a de batizar o filho na Igreja Católica e depois retirar o óleo, não são descritas nas confissões por ocasião da primeira visitação do Santo Ofício à Bahia.

No tocante ao quantitativo de ocorrências dos crimes relacionados no LRC, o de judaísmo não é o de maior número, todavia, elegeu-se primeiramente tal prática, pelo fato de esta estar no cerne da perseguição inquisitorial. O crime mais confessado no LRC é a blasfêmia, objeto de estudo que será discutido no tópico a seguir

3.3.2 Blasfêmia

O crime mais recorrente nas confissões descritas no LRC é o de blasfêmia. De acordo com as Ordenações afonsinas (Livro V, Título II, p.1149), pratica o delito “Qualquer que arrenegar, descrer, ou pezar de Deos, ou de sua Santa Fé, ou disser blasfemias.” (ORDENAÇÕES AFONSINAS, Livro V, Título II, p.1149). Bluteau (1728, p.130) define o vocábulo blasfêmia como:

Blasfêmia. Derivasse do grego *Blaptein Phimin*, que val o mesmo, que ofender a reputação, ou de *Blasphimein*, que he injuriar, afrontar, etc. He pois blasfemia huma injuria vocal, ou escrita, ou mental, contra a honra de Deos, ou dos Santos. *Blasphemia heretical* he a que s diz com palavras, que são contra a Fè Catholica [...].

Abreu (1922, p.42-3) elenca as seguintes práticas como sendo típicas de um indivíduo blasfemador:

Se sabeis, vistes ou ouvistes que algumas pessoas, ou pessoa, tenham ou ajão tido alguma opinião heretica, dizendo, e affirmando, que não ha ny paraiso nem gloria, para os bõs, nem inferno, nem penas para os maos, ou que não ha hy mais, que nacer, e morrer; não crerem, ou não crem no Sanctissimo Sacramento do Altar, e que aquelle pão material, dittas as palavras da consagração pello Sacerdote, se torna em o verdadeiro corpo de Nosso Senhor, e

Salvador, Jesu Christo, e o vinho em seu verdadeiro, e precioso sangue; não crem os Artigos da Sancta Fê Catholica, e que negarão, ou negão, algus, ou algu delles; os sacrificios, e Missas, que fazem na Sancta Igreja não aproveitão para as almas; se affirmarão, ou affirmão, que o Sancto Padre e, Prelados, não tem poder para ligar, nem dizer a Sacerdote, mas que cada hu se ha de confessar em seu coração; que disserão, ou dizem, que a alma sayda de seu corpo, entra em outro, e que assi ha de andar, até o dia do Juizo; negarão, ou negão a virgindade, e pureza de Nossa Senhora dizendo, qe não foy Virgem antes do parto, no parto e depois do parto. Ou que nosso Senhor Jjesus Christo, não he verdadeiro Deos e homem, e o Messias na ley Prometido.”

Com o aporte das definições elencadas, proceder-se-á à descrição de tais práticas observáveis no LRC. No montante das 121 confissões apresentadas no LRC observam-se 47 ocorrências do crime de blasfêmia, seja a partir da delação do próprio confitente ou através da denúncia efetuada por outra pessoa. Desse montante, foram enumeradas 33 confissões realizadas por depoentes do sexo masculino e 14 por confitentes do sexo feminino. No gráfico 3, observa-se a proporção do número de confissões do crime de blasfêmia, confessados entre homens e mulheres. Em termos percentuais 30% foram confessados por mulheres e 70% por homens.

Gráfico 3 - Registro do crime de blasfêmia conforme o sexo do declarante.

Na relação de ocorrências entre o crime de judaísmo e o de blasfêmia, em relação ao sexo do declarante, observa-se uma proporção inversa. O primeiro crime é praticado mais por mulheres e o segundo por homens. Elegeu-se como

método de descrição de tais crimes a análise das blasfêmias confessadas pelos indivíduos do sexo masculino e, posteriormente, do sexo feminino. Tal divisão visa a verificar por grupo o tipo de crime cometido na relação entre os gêneros.

A Confissão n.º 3 foi fruto do depoimento de Fernão Gomes, realizada em 31 de julho de 1591. O depoente informou que tinha sessenta anos, pouco mais ou menos, cristão-velho, alfaiate, casado com Guiomar Lopes, residente em Salvador, detrás da Sé. O alfaiate informou ao visitador Heitor Furtado de Mendoça que há pouco mais de dois anos estava na Igreja de Nossa Senhora da Ajuda e por não ter comparecido por alguns dias para retirar as esmolas e resolver os serviços da dita igreja, proferiu perante algumas pessoas: “coitada do serviço de Nossa Senhora sem mim”. Segundo o depoente, algumas pessoas lhe disseram que ele falou “coitada de Nossa Senhora”, mas não se recorda de ter proferido tal palavra.

Pero Teixeira apresenta-se à mesa do visitador em 2 de agosto de 1591. Na Confissão n.º 5 informou que tinha dezoito anos, nasceu em Portugal, era cristão-novo, solteiro e mercador. O confitente informou que foi preso pelo Bispo da cidade¹²⁶ e por esse motivo mandou que ele pagasse quatro cruzados de esmola à confraria do Santíssimo Sacramento. Ademais, relatou que havia mais ou menos dois anos disseram que ele viu uma bula pendente numa igreja, com selos pendentes, e falou que parecia carta de édito com chocalhos dependurados. Observa-se na margem esquerda da confissão do LRC a informação de que o depoente já havia sido sentenciado.

No dia seguinte apresentou-se Jorge Martins¹²⁷, com sessenta e cinco anos de idade, nascido em Vila de Guimarães, em Portugal, cavaleiro da casa do rei, residente na vila de São Jorge dos Ilhéus. Na Confissão n.º 7 declarou-se frade da Ordem Franciscana e confessou que quando residia em Portugal, há pouco mais de sessenta anos, tomava aula de gramática com um mestre chamado Frei Álvaro de Monção, que, embora tenha saído da ordem de São Francisco, continuava a vestir-se como tal. Além de aprender gramática com o

¹²⁶ Trata-se do Bispo André Barreiros, que esteve à frente da diocese da Bahia de 1575 a 1600.

¹²⁷ “Processado pelo visitador, apesar de confessar largamente no período da graça. Foi somente repreendido na mesa. ANTT, IL, proc. 2551”. (VAINFAS, 1997, p.67).

dito mestre, recordou-se que também tomou conhecimento sobre a forma de benzer-se do seguinte modo: “Jnnomjne, patris, decendo co a maõ datesta ate | baixo do peito dizendo que aquella diantejra do rosto ate baixo | do peito representaua a pesoa do padre, entaõ et filij pondo | a maõ no ombro derejto dizendo *que* Representaua, ofilho estar | adextra do padre, emtaõ, et spiritus sanctj, pondo a maõ no | ombro esquerdo representaua o espiritu sancto e na boca, pon | do huma cruz *com* os dedos, unus deüs, e alegaua que no credo dize | mos filium ejus, ets qui sedet ad dexteram patris e que dauid | no psalmo diz dixit domjnus domino meo sede adexter<a> meis, e no | simbolo de atanaseo sedet ad dexteram dej patris, e noutros uer | sos da Jgreja qui sedes a dexteram patris miserere nobis” l. 537 - 47. Ora, o frei José Martins apresentou-se para confessar-se porque o modo tradicional de fazer o sinal da cruz é: o pai na testa, o filho abaixo do peito, o Espírito Santo à esquerda e amém à direita. Por esse motivo, julgou ter cometido blasfêmia quanto ao modo de benzer-se. À margem esquerda da confissão consta que o depoente já é sentenciado pelo crime confessado.

Jerônimo de Barros apresentou-se em 4 de agosto de 1591. Declarou que tinha trinta anos, nasceu em Salvador e era cristão-velho. Na Confissão de n.º 9 declara a blasfêmia de que se confessa durante a quaresma, apenas por obrigação da Igreja, mas que nunca entendeu isso como sendo pecado. Lebrun (1997, p.78) afirma que “outra obrigação essencial do católico reside na confissão e na comunhão uma vez por ano, na época da Páscoa”.

Roque Garcia informou na Confissão n.º 17 que há cinco meses, quando estava em Sergipe, com o capitão Tomé da Rocha, cinco negros haviam sido mortos queimados por gentios, dentro de um barco, no rio São Francisco. O capitão refutou esse fato e Roque Garcia disse que acreditava no que os gentios diziam, do mesmo modo que cria no evangelho de São João. Na confissão concedida por Roque Garcia consta a informação de que ele também denunciou no Livro das Denúncias, folhas 97.

Doutor Ambrósio Peixoto de Carvalho também incorre no mesmo tipo de culpa do depoente descrito anteriormente. Na Confissão n.º 18 ele informou que tinha trinta e sete anos, nasceu em Guimarães, cristão-velho, casado com Beatriz de Taíde. Declarou que exercia a profissão de provedor-mor dos defuntos e

ausentes¹²⁸ e que por questões do ofício reuniu-se no colégio da Companhia de Jesus, com Antônio Nunes Reimão, mercador, a fim de fazer acertos de conta. O dito Antônio solicita que Ambrósio desse crédito a assinaturas de mestres e feitores de um engenho de açúcar. Todavia, não concordando com a demanda de Antônio Nunes Reimão, diz: ainda que São João Evangelista lhe dissesse o contrário, ele (Ambrósio) não acreditaria. Proferindo esse pensamento, julgou ter incidido no crime de blasfêmia.

O depoente João Serrão apresentou-se ao visitador para denunciar a si próprio, posto que informou no livro de denúncias que era inteiramente cristão-velho. Na Confissão n.º 20 João Serrão argumentou que fez tal afirmação porque era casado com uma cristã velha (Clara Fernandes), que advinha de família nobre, limpa e abastada. Cabe ressaltar que no código a mulher do confitente é identificada como cristã-nova. Conclui informando que já foi almotacé¹²⁹ e pediu perdão pela culpa e perjúrio que cometeu perante a mesa.

Na Confissão n.º 21 apresentou-se o lisboeta Bartolomeu Frago¹³⁰, com vinte e cinco anos, cristão-velho, velho, solteiro, licenciado em artes, residente em Salvador. O depoente informou que há sete ou oito meses ocorreram disputas de ideias enquanto cursava o curso de artes, e que se desentendeu com o seu mestre acerca da circunferência e do diâmetro Terra. Para o mestre as contas realizadas por Bartolomeu estavam erradas. Por esse motivo, o confitente se irritou e disse as seguintes palavras: “tam certo estou nestas contas *que da | do caso que quaujese cristo e me disese naõ ser assi cujo dhe | naõ darja creditto a mo dizer*”. Por esse motivo o confitente entendeu não ter agido corretamente, que só o fez por cólera e força do momento. À margem esquerda da confissão consta a informação de que Bartolomeu Frago foi sentenciado, consoante se observa na figura 18¹³¹. Ressalte-se que quando o confitente é sentenciado, essa

¹²⁸ “Cargo de provimento real cuja principal atribuição era fazer o inventário de todos os bens móveis e de raiz, escrituras e papéis das pessoas falecidas sem herdeiros na terra, trasladando o inventário para o testamento, caso houvesse”. (VAINFAS, 1997, p 93).

¹²⁹ Inspetor encarregado da exata aplicação dos pesos e medidas e da taxa^{ção} e distribuição dos gêneros alimentícios; almotacel. (HOUAISS, 2009).

¹³⁰ “Foi processado e condenado a sair em público, descalço, desbarretado, cingido com uma corda, vela acesa na mão, e fazer abjuração de leve suspeita de fé após ouvir sentença na igreja. Degredado para todo o sempre da Bahia. ANTT, IL, proc. 10423”. (VAINFAS, 1997, p.97).

¹³¹ Apresenta o teor da blasfêmia proferida pelo depoente.

informação localiza-se de forma recorrente, sempre ao lado esquerdo, no início das confissões.

Figura 18- Sentença descrita à margem esquerda da confissão de Bartolomeu Fragoso.¹³²

Manoel Faleiro apresentou-se em 24 de agosto de 1591. Na Confissão n.º 37 o depoente declarou que nasceu no Barreiro, era cristão-velho, tinha cinquenta anos, pouco mais ou menos, casado com Joana Gonçalves, com o ofício de homem do mar. Manoel confessa perante o visitador que estava trabalhando em um barco da Companhia de Jesus, mas foi obrigado pelas justiças da terra a ir trabalhar nas obras del rei. Por esse motivo, ficou muito incomodado e disse: “agastandosse elle e tomando | collera dixe, que tanto lhe farjam que dj- | rja que deos não era deos”. Ademais, confessou que com paixão e cólera, por não ter comida para dar aos filhos que a pediam, disse que se dava ao diabo. Por essas culpas mostrou-se arrependido e pediu perdão.

Bartolomeu Garcez tinha 40 anos, nasceu em Lisboa, cristão-novo, exercia a profissão de obreiro de alfaiate, apresentou-se perante visitador em 13 de janeiro de 1592, no período da graça concedido ao Recôncavo. O depoente declarou que residia em Itapagipe¹³³, casado com a mameluca Maria Gonçalves. Bartolomeu cometeu o pecado da blasfêmia ao comentar com o dito Antônio de Melo, com muita insatisfação, que “dixe estas pallauras, por clérigos | e frades se a de perder o mundo”. Em seguida, Antônio “lhe foj a mão”, ou seja, brigou com o confitente, dizendo-lhe que ele não falava bem e que se confessasse.

¹³² “confissão do Licenciado em artes Bertolameu fragoso notempo da graça | Aos uinte uĩtas dias do mes de agosto de mill e quinhentos | e nouenta e hum annos nesta cêdade doSaluador capi | tania da bahia de todos os santos nas casas da morada” [...].l. 1196 - 99.

¹³³ A península de Itapagipe está localizada no município de Salvador e atualmente inclui 14 bairros, dentre eles Alagados, praia de Boa viagem, Bomfim, Monte Serrat, Ribeira etc. Um dos principais pontos turísticos da região é a Igreja de Nosso Senhor do Bomfim, construída na metade do século XVIII.

Também em 13 de janeiro de 1592 apresentou-se Gaspar Pacheco. Com sessenta anos, nasceu em Lisboa, cristão velho, solteiro, exerceu o ofício de tesoureiro da alfândega¹³⁴ e residia no seu engenho de Itaparica. O confessante declarou que há seis ou sete anos, em Itaparica, estava muito nervoso com uns homens que haviam matado o seu sobrinho naquele instante. Por esse motivo, com muita fúria, jurou “diliberação Com furja e agastamem | <culpa>to Jurou esta Jura, por estas ba<r>bas, e pellas | barbas de *Christo*”, o qual Juramento, o que o levou a cometer o crime de blasfêmia.

Tomás Ferreira informou que tinha trinta e seis anos, nasceu em Ilhéus, cristão-velho, com a observação na confissão de que era mameluco, pois era fruto do casamento entre um cristão-velho e uma escrava brasileira¹³⁵, ou seja, uma índia. Tomás declarou que comeu carne durante os dias que a igreja não permitia, por desobediência, pois poderia negar, já que tinha outros alimentos para consumir. O depoente foi sentenciado, consoante consta à margem esquerda da confissão, e repreendido na mesa, no ato da confissão.

O lavrador Cristovão de Sá Betancourt¹³⁶, com trinta anos, nasceu em Lisboa, estava casado com Francisca Barbosa e declarou-se cristão-novo. O confessante relatou que há oito ou dez anos, pouco mais ou menos, estava trabalhando em um barco, com seu cunhado Antônio Souza e com Francisco Pires. Na ocasião, estavam discutindo sobre os estado¹³⁷ e disse que o de casado era muito melhor que o de religioso. Por esse motivo foi sentenciado, conforme consta à margem esquerda da confissão.

Francisco Martins declarou que tinha quarenta anos, nasceu em Bucelas, termo de Lisboa. Exercia o ofício de lavrador, era casado com Francisca da Costa, residentes em Peroaçu. O depoente confessou ter cometido blasfêmia pelo

¹³⁴ “Cargo de provimento real cuja atribuição era recolher as rendas aduaneiras del rei”. (VAINFAS, 1997, p.178).

¹³⁵ Se descreve no LRC “escrava brasileira” correspondente à índia brasileira.

¹³⁶ “Processado por não confessar na graça sua descrença na existência do inferno, sendo disso acusado. Repreendido na mesa, fez abjuração de leve suspeita de fé, recebeu penitências e efetuou pagamento de dez cruzados para o Santo Ofício. ANTT, IL, proc. 2913”. (VAINFAS, 1997, p.209-10).

¹³⁷ “A hierarquia dos estados, segundo as normas da Igreja, era neste contexto: em primeiro lugar, o dos religiosos (o celibato casto); em segundo, o dos casados; em terceiro, o dos leigos celibatários (solteiros)”. (VAINFAS, 1997, p. 210).

fato de que, em diversos dias da Quaresma, às sextas e sábados comia carne, podendo negá-la, já que possuía favas, além de poder passar sem carne. Francisco declara que estava na companhia de Domingos Fernandes Tomacaúna, cuja confissão será a penúltima a constar no LRC.

O mameluco Lázaro Ramos¹³⁸ informou ter trinta anos, ser solteiro e ter nascido na capitania do Espírito Santo. O crime confessado pelo depoente é o mesmo cometido por Thomás Ferreira e Francisco Martins, pois incorreu na prática de comer carne em dias proibidos, ademais não se confessou durante a Quaresma porque se encontrava no sertão.

Bento Rodrigues Loureiro, lavrador, nascido em Almeirim, com quarenta e sete anos, declarou-se cristão-velho, casado com Esperança Tourinha e residente na freguesia de Itaparica. O depoente cometeu o crime de blasfêmia porque estava indo à missa com a mulher e os filhos e, discutindo com a mulher por ciúmes, disse: “dixe e pronuncjou com | a boca Iesu de arenego”. O confitente ressaltou que deveria ter dito “Jesus no qual creio”, e por essa falta se arrependeu muito.

Rodrigo de Almeida apresentou-se em 23 de janeiro de 1592, com vinte e seis anos, nascido na Ilha da Palma. Cristão-velho, solteiro, residente em Sergipe do Conde. Informou que almoçou farinha da terra, provavelmente a farinha fabricada com a raiz da mandioca, e em seguida recebeu o sacramento da eucaristia. Como alimentar-se antes da eucaristia é uma falta grave, o depoente cometeu o crime de blasfêmia contra os mandamentos da Igreja.

Antonio de Meira, era lavrador, nasceu na Bahia, era cristão velho, residia no Rio Joane, freguesia de Paripe. Casado com Maria Alvernaz, confessou-se perante o visitador por ter cometido o crime de blasfêmia. O confessante expôs que, durante um sábado, foi convidado para almoçar uma galinha, que foi morta e assada. Nessa ocasião, acompanhou-o Domingos Rebelo, seu cunhado. Também esclareceu que duas negras brasilas que são de sua propriedade, Margarida e Antônia, trabalhavam aos domingos e dias santos, fiando, e que isso não o incomodava. Por tais crimes, consta à margem esquerda da confissão, o

¹³⁸ “Foi processado, apesar de confessar na graça. Recebeu penitências espirituais, além de ser proibido de voltar ao sertão. ANTT, II, proc. 11068”. (VAINFAS, 1997, p.223).

visitador repreendeu e admoestou o confitente, para que não caísse mais em semelhantes culpas. Recebeu penitências espirituais e foi mandado confessar.

Antonio de Meira, era lavrador, nasceu na Bahia, era cristão-velho, residia no Rio Joane, freguesia de Paripe. Era casado com Maria Alvernaz e também se confessou perante o visitador por ter cometido o crime de blasfêmia. O confitente expôs que durante um sábado, foi convidado para almoçar uma galinha, que foi morta e assada. Nessa ocasião, o acompanhou Domingos Rebelo, seu cunhado. Também esclareceu que duas negras brasilas que são de sua propriedade, Margarida e Antônia, trabalhavam aos domingos e dias santos, fiando e que isso não o incomodava. Por tais crimes, consta à margem esquerda da confissão, que o visitador repreendeu e admoestou o confitente, para que não caísse mais em semelhantes culpas, recebeu penitências espirituais e foi mandado confessar.

Domingos Rebelo, citado na confissão anterior, apresentou-se no dia seguinte, em 24 de janeiro de 1592. Com vinte e cinco anos, nasceu na Bahia, declarou-se mestiço, solteiro, também residente no Rio de Joane, freguesia de Paripe. O teor da confissão é o mesmo apresentado pelo cunhado Antonio Meira, sobre o fato de terem matado uma galinha no sábado. Consta à margem esquerda da confissão que o visitador repreendeu o confitente e o mandou confessar, o que foi cumprido por Domingos.

Antônio Gonçalves apresentou-se em 28 de janeiro de 1592. Declarou ter trinta e cinco anos, natural de Darque, termo de Barcelos, cristão-velho, casado com Francisca Pereira, mameluca, exercia a profissão de oleiro. A blasfêmia cometida pelo depoente decorre de ter comido carne de porco assada, fornecida por gentios, em dia de sexta-feira, mesmo podendo negá-la.

Gaspar Rodrigues nasceu na capitania de Ilhéus, tinha vinte e sete anos e declarou não saber se era cristão-novo ou velho. Além disso, informou que era solteiro e mestre de açúcar. Gaspar confessou que, em decorrência de uma doença que lhe provocava muitas dores, blasfemou dizendo que, se Deus não tinha poderes para tirar as suas dores, que o diabo o fizesse. Além de confessar-se, Gaspar Rodrigues também se reconcilia, visto que o notário acrescenta na margem esquerda da confissão, que o depoente “Deu sinais de bom *christão*. E muitas mostras de arrependimento | chorando de joelhos pedindo | misericórdia foj

nesta mesa Remprehendido | e mandado confessar e | troxe escrito do confessor”¹³⁹.

João Gonçalves não soube precisar a idade, mas informou que tinha aproximadamente vinte anos. O depoente expôs que nasceu na capitania de Ilhéus, era cristão-velho, solteiro e exercia a função de alfaiate. O confitente declarou ao visitador que comia carne dia de sexta-feira, mesmo sabendo que era proibido. Por esse motivo assumiu ter cometido o pecado da blasfêmia.

Manoel Antônio apresentou-se em 1º de fevereiro de 1592. Declarou-se cristão-novo, tinha trinta e três anos, residia na vila do Conde e exercia a função de torneiro¹⁴⁰. A culpa confessada referiu-se ao fato de Manoel ter afirmado que estado de casado era melhor que o de religioso. O visitador Heitor Furtado de Mendonça perguntou ao depoente se ele andou com luteranos, se leu livros luteranos. Como resposta, Manoel informa que nunca conversou com luteranos, muito menos leu livros.

O senhor de engenho João Remirão nasceu em Castro Verde, Portugal, atualmente pertencente ao Distrito de Beja. Declarou que tinha trinta e três anos e residia no seu engenho, na freguesia de Passé. As blasfêmias confessadas pelo depoente referem-se ao descumprimento de preceitos estabelecidos pela Igreja Católica. Inicialmente declarou que comeu carne durante a quaresma, o que era proibido pela Igreja. Informou que trabalhou aos domingos, dia que deveria ser reservado para descanso. Na ocasião, João Remirão declarou que “des | pois do sol posto mandou, e consente mandarem um | seus feitores lancar a moer o engenho e carretar | carradas de lenha e canas, e fazer o mais serujço | pertencente a moenda nos dictos domjngos e | sanctos como se foraõ dias de samana”. Ainda informou que em dias de domingos, antes da missa, mandou “carretar carradas | de acuquere ao porto” l. 6821 - 28.

O português Duarte da Costa declarou ter nascido na Torre de Penegate, arcebispado de Braga. Tinha trinta e três anos e residia na Itaparica (i.e., Ilha de Itaparica). A blasfêmia cometida pelo depoente referiu-se ao fato de ter comido

¹³⁹ Nota 167 da edição semidiplomática.

¹⁴⁰ Moraes e Silva (1789, p.787) define como aquele que “lavra obras de pau, marfim ou metal”.

fígado de vaca dia de sábado, juntamente com o seu pai. Escusa-se por ter feito isso sem necessidade e sem licença.

O lisboeta Antônio de Serpa apresentou-se em 7 de fevereiro de 1592. Declarou que tinha 24 anos, pouco mais ou menos, era cristão-velho, solteiro e exercia o ofício de lavrador. Informou que residia em Itapuã, freguesia de Pirajá. Antônio de Serpa cometeu blasfêmia porque, estando no mato com seu pai, em busca de uns negros fugidos, comeu carne. O depoente relatou que a comeu em dia que a Igreja proíbe, mas o fez mesmo sabendo que poderia recusar tal alimento, visto que tinha farinha para passar aquele dia. É notório nesse tipo de prática que o confessante sempre declara que tinha outro alimento para comer, mas, mesmo assim, alimentou-se de carne. No caso de Antônio Serpa, tinha apenas farinha de mandioca.

O castelhano João Biscainho, o primeiro estrangeiro a confessar o crime de blasfêmia, relatou que era castelhano da região de Baeca, pertencente à região de Biscaia. Biscaia é uma província espanhola, cuja capital é Bilbao, localizada no norte da comunidade autônoma do País Basco. O castelhano declarou que tinha 29 anos, era casado e residia no curral de João de Siqueira, no recôncavo baiano. O depoente relatou que blasfemou porque estava irritado com a sua mulher e disse “arenego de Jesu *cristo* a esta blasfemea”. Neste caso o crime cometido foi nomeado na própria confissão.

Lucas Gato nasceu na Ilha Terceira. O açoriano tinha 23 anos, era cristão-velho, solteiro, exercia o ofício de lavrador e residia na Itaparica. A blasfêmia confessada refere-se ao fato de o depoente ter dito que “tambom era o estado do bem casado como | o estado dos religiosos”. Tal afirmação o fez incorrer no crime de blasfêmia, visto que trouxe julgamento de valor ao Sacramento da Ordenação face ao do Matrimônio.

Paulo Adorno, natural da Bahia, declarou-se cristão-novo e tinha trinta e nove anos. O depoente é mais um que incorreu no crime de blasfêmia porque comeu carne por muitas vezes, mesmo podendo escusá-la.

O português Pedro Álvares Aranha nasceu na vila de Ponte de Lima, declarou que tinha 30 anos, era cristão-velho, solteiro, residia em Cotegipe

freguesia de Paripe, e era lavrador. O crime em que incorreu no mesmo de Lucas Gato, visto que Pedro relatou que estava com alguns amigos quando afirmou e sustentou que o estado de solteiro e casado era também como o de religioso. O confitente verificou que cometeu o crime de blasfêmia quando leu o édito de fé e o monitório geral, publicados nas portas da Igreja da freguesia de Paripe. Pedro Álvares relatou que se enganou com tal opinião, após a leitura dos documentos que foram citados. Para a Igreja Católica, não existe um sacramento mais importante do que outro, todos estão no mesmo patamar, portanto, afirmar que um estado é melhor do que o outro incidiu no cometimento da heresia confessada por Pedro Álvares.

Francisco Pires apresentou-se em 9 de fevereiro de 1592. Declarou que nasceu na Vila do Conde (Bahia), tinha 34 anos, era cristão-velho e viúvo, e exercia o ofício de carpinteiro. O depoente blasfemou como Lucas Gato e Pedro Alvares Aranha, pois afirmou que o estado de casado era melhor do que o de solteiro. Consta na confissão do depoente a observação de que já foi sentenciado. “Processado apesar de confessar na graça e não ser denunciado, abjurou de leve suspeita na mesa e recebeu penitências espirituais. ANTT, IL, proc. 17810”. (VAINFAS, 1997, p.344).

Domingo Fernandes Nobre em sua longa confissão declarou ter cometido os crimes de blasfêmia e gentilismo. Tal personagem já foi apresentado no subseção 2.1.2 desta tese, pelo papel que exerceu na busca de metais preciosos e nos aprisionamento de índios, no sertão do Arabó. O depoente declarou que viveu como homem gentio, não rezava nem se encomendava a Deus, nem tinha conhecimento Dele. Além disso, declarou que só se confessava durante a quaresma para cumprir obrigação e que durante o tempo que viveu entre os índios, agia mais como tal do que como cristão. O Tomacaúna relatou que venerou um ídolo dos gentios, para o qual tirou o chapéu, mas que o reverenciou de modo fingido, pois tinha de agradar os índios que o acompanhavam. Revelou que se colocou perante um bode chamado de Papa, o adorou e comeu e bebeu comidas dos gentios. A confissão como obrigação e a adoração de ídolos dos gentios são práticas contrárias aos preceitos estabelecidos pela Igreja Católica, pelo que, ao praticá-los, Domingos Fernandes Nobre incorreu no crime de blasfêmia. Vainfas (1997, p.346) esclarece que o depoente foi “Processado pelo

visitador. Abjurou de leve suspeita na mesa, onde foi “grandemente repreendido”. Recebeu penitências espirituais, pena pecuniária de 5 mil réis e foi proibido de voltar ao sertão. ANTT, IL, proc. 10776”.

Na tabela abaixo constam as blasfêmias confessadas e o quantitativo de ocorrências. A blasfêmia de comer carne em dia proibido foi a heresia mais confessada (11 ocorrências), seguidas por arrenegar a Deus e desacreditar da palavra de Cristo, além da afirmação de que o estado de casado é superior ao de solteiro (3 ocorrências cada um). As demais blasfêmias foram confessadas uma ou duas vezes, consoante se apresenta na tabela 4.

Blasfêmias confessadas por homens	Total de ocorrências
Fazer menção a Nossa Senhora como coitada	1
Comparar uma bula de igreja com um chocalho	1
Benzer-se de modo diferente do preconizado pela Igreja	1
Confessar-se por obrigação, apenas durante a quaresma	2
Crer no evangelho de São João como demérito ao que se diz	2
Declarar-se cristão-velho sem o ser	1
Desacreditar a palavra de Cristo	3
Arrenegar a Deus	3
Solicitar auxílio do Diabo em detrimento de Deus	1
Difamar clérigos e frades	2
Jurar pelas barbas de Cristo	1
Comer carne em dias proibidos	11
Trabalhar aos domingos	1
Comer antes de jejuar	1
Comparar o estado de casado como melhor ao de religioso	3
Comparar o estado de solteiro como melhor ao de religioso	2
Adorar ídolos dos gentios	1

Tabela 4 – Relação das blasfêmias confessadas por homens¹⁴¹.

Após a análise das 37 confissões realizadas pelos indivíduos do sexo masculino, proceder-se-á à caracterização das 16 blasfêmias confessadas por mulheres.

A lisboeta Catarina Mendes é a primeira mulher a confessar o crime de blasfêmia. A depoente declarou que tinha 51 anos, residia em Salvador e era cristã-nova. Catarina Mendes declarou que já casada foi visitar Luísa Correa, viúva de Pero Teixeira e também se encontrou com Paula Serrão, além de uma mourisca que veio degredada para o Brasil, a qual já é defunta e não se recordou

¹⁴¹ A ordem das culpas descritas na tabela obedece a mesma cronologia das confissões.

o nome. Na ocasião a depoente narrou que se gabou muito por conta de um *agnus dei*¹⁴² (cordeiro de Deus) que tinha no pescoço, o qual recebeu como presente de um padre de São Francisco e foi bento pelo papa. Catarina Mendes informou que, por conta da estima que tinha pelo *agnus dei*, afirmou que o venerava tanto quanto à hóstia sagrada. A mourisca a repreendeu por tal afirmação, mas mesmo assim, ela ratificou o que disse. Depois se mostrou arrependida pelas ditas palavras e pediu perdão por ter cometido o pecado de blasfêmia.

A sexagenária Maria Lopes que havia deposto por judaísmo em 3 de agosto, retornou para confessar blasfêmia em 16 de agosto de 1591. Na ocasião confessou que certas pessoas, das quais não se recordava o nome, contaram-lhe que mestre Roque, cristão-novo de Évora, suicidou-se nos cárceres da Inquisição. Por esse motivo, Maria Lopes relatou que disse que tal morte foi mais honrada. Pediu perdão e misericórdia por sua culpa.

A lisboeta Brianda Fernandes informou que tinha cinquenta anos, pouco mais ou menos, era cristã-velha, filha de ciganos, casada e residente em Salvador. Relatou que estando em Salvador, na rua do Barbudo, estava muito agastada e com cólera disse que arrenegou a Deus. Arrependeu-se por tal blasfêmia e foi se confessar no Colégio da Companhia de Jesus, onde recebeu penitências e as cumpriu. Pediu perdão e misericórdia perante o visitador, visto que se confessou dentro do tempo da graça. Prometeu segredo sobre o pecado confessado.

A cigana Maria Fernandes nasceu na Espanha, em São Felices dos Gallegos¹⁴³. Veio degredada para o Brasil por ter cometido o crime de furtar burros. A depoente declarou que, havia alguns meses, com agastamento, ia pelos matos a caminho das fazendas do recôncavo e, ao passar por umas ribeiras de água, se molhou. Por esse motivo, arrenegou a Deus. Relatou que nesse mesmo dia cometeu tal blasfêmia por duas vezes. À margem esquerda da confissão consta que ela já havia sido sentenciada. “Processada pelo visitador e degredada

¹⁴² Significa literalmente “cordeiro de Deus”. Medalhão de cera benzido pelo papa e usado ao pescoço como proteção contra males e perigos. (VAINFAS, 1997, p. 77).

¹⁴³ A vila de São Felices dos Gallegos está localizada na Espanha, província de Salamanca.

para fora da cidade. Como retornou, descumprindo o degredo, teve a pena agravada: açoitada pelas ruas da cidade e degredada com ameaças de piores castigos caso voltasse”. ANTT, IL, proc. 10747”. (VAINFAS, 1997, p.128).

Beatriz Sampaio já havia se apresentado no Livro 2 de Denúncias, pelo que não constam os dados pessoais da depoente, apenas que era casada. A confessante declarou que, havia cinco ou seis anos, mostrara ao seu marido uns relicários de ouro, nos quais estavam guardados alguns *agnus dei*, que fez para as suas filhas. O marido não ficou satisfeito e reclamou, porque ela gastou dinheiro. Ora, com a negativa do marido, a depoente ficou inconformada e com agastamento pegou os relicários furiosamente e os arremessou debaixo de uma cadeira. Um relicário bateu na vidraça e quebrou. Por esse motivo, foi repreendida pelo visitador, pois à relíquia do *agnus dei* se deve muita veneração. Não consta informação se Beatriz foi sentenciada.

A lisboeta Antonia Correa apresentou-se em 24 de janeiro, no período da graça concedido ao recôncavo. Informou que tinha 17 ou 18 anos, era cristã-velha, casada com Noitel Pereira, que também confessou o crime de blasfêmia no mesmo dia da esposa. Antonia confessa os crimes de blasfêmia e solicitação. Durante uma confissão, Antonia recebeu “solicitação” do vigário Antônio Fernandes e, ao chegar em casa, contou o ocorrido ao seu marido. A depoente blasfemou ao dizer que era melhor uma pessoa se confessar a um pão ázimo como senhor, do que aos clérigos e confessores, porque, durante as confissões, eles tentavam seduzir as mulheres. Consta no início da confissão, à margem esquerda, que Antonia já havia falecido.

A portuguesa Maria Rangel tinha 24 anos, nasceu na cidade do Porto, era cristã-velha, casada e residia no recôncavo, em Tassuapina. Além do crime de sodomia feminina, confessou também o de blasfêmia. A depoente declarou que certa feita esteve doente dos olhos e, por esse motivo, fez muitas promessas a Santa Luzia¹⁴⁴. Como não ficou melhor disse, com muito agastamento, que nunca

¹⁴⁴ Santa Luzia é considerada protetora daqueles que apresentam problema de visão. (HISTÓRIA DE SANTA LUZIA). Disponível em: <<http://www.santaluzia.org.br>>. Acesso em: 20 abril 2016.

mais rezaria a Santa Luzia, pois não havia alcançado a graça de ficar sarada pela dita santa *de trampa*, ou seja, enganosa.

A cigana Apolônia Bustamante nasceu em Évora, tinha trinta anos, era casada e residia em Salvador. Veio degredada para o Brasil pelo crime de furto. A confitente informou que, ainda em Portugal, nos caminhos do Alentejo e Andaluzia, sentindo-se agastada, blasfemou por diversas vezes. Em outra ocasião, na sua casa, também com agastamento, pediu ao Diabo que a levasse, pois levava uma má vida com o marido. Ora, já na capitania da Baía de Todos os Santos, caminhando em dia de chuva, com muita lama e enxurradas, mais uma vez irritada diz: “sea el carajo de | mi senhor Iesu cristo que agora mija sobre mj”. O notário Manoel Francisco redigiu essa passagem em castelhano, provavelmente no mesmo dialeto que a depoente narrou. A cigana declarou que cometeu essas blasfêmias por dez ou doze vezes. Sobre as ciganas que se confessaram por ocasião da Primeira Visitação, Mello e Souza (1986, p.100) informa que se portavam “Conferindo ainda atributos humanos a Deus, as ciganas – sempre elas!”. Mello e Souza refere-se ao fato de Apolônia dizer que Deus urinava nela. A depoente recebeu reconciliação, segundo consta na confissão, pelas “mostras de arrependimento”. Foi admoestada com penitências espirituais, jejuns, orações, além de ter recebido proibição de sair da cidade de Salvador. À margem esquerda da confissão, lê-se que Apolônia trouxe comprovação de confissão geral, realizada no Colégio da Companhia de Jesus. O estado de agastamento em relação a Deus é recorrente na confissão das ciganas, tal como se sucedeu com Apolônia Bustamante, Brianda Fernandes e Maria Fernandes.

Maria Varella, tal como Lucas Gato, também nasceu na Ilha Terceira, tinha trinta anos, pouco mais ou menos. Declarou-se cristã-velha, casada e residente no engenho de Pernamirim, freguesia de Tamararia. A depoente relatou que em certa ocasião estava agastada com certa coisa que uma negra sua lhe veio dizer; por isso mandou um recado ao seu mestre de engenho. Pela confiança que tinha na sua negra, blasfemou, dizendo que cria tanto na sua negra como no Evangelho de São João, e por essa culpa pediu perdão.

Luzia Cabelos apresentou-se em 4 de fevereiro de 1592. Nasceu em Salvador, tinha vinte anos, era cristã-velha e solteira. A depoente informou que

blasfemou por ter comungado duas vezes. Na ocasião, disse que, na quaresma, o vigário Miguel Martins, ao verificar que acabara o Santíssimo Sacramento, repôs as partículas e, na continuação da entrega do sacramento, ministrou-a à depoente pela segunda vez. Como viu que outras mulheres não voltaram a comungar, entendeu que agiu de modo errado, pois blasfemou ao omitir para o vigário que já havia comungado.

A portuguesa Maria de Reboredo nasceu em Setúbal, tinha quarenta e seis anos, declarou-se cristã-velha, casada e residente na fazenda de Peroaçu. A depoente relatou que o seu marido, Diogo Muniz Barreto, tinha o hábito de dormir com as escravas moças de sua casa. Tal situação levou Maria de Reboredo a blasfemar, pois afirmou que conversou com Deus e disse a Ele, com muita cólera e agastamento que: “assim como | Saõ thome não creio senaõ uendo as chagas que a | sim ella se naõ uisse uingança do ditto seu ma | rjdo serja como Saõ thome, e naõ crerja en deus”. Afirmou que proferiu tal blasfêmia por muitas vezes e, por esse motivo, pediu perdão ao visitador.

Andresa Rodrigues, natural do rio de Ilhéus, informou que tinha trinta anos, era cristã-velha, casada e residia em Paraguaçu. A blasfêmia confessada pela depoente é idêntica à de Maria Varela, pois informou que dois anos antes, Maria Felipa, sua negra da terra, relatou algumas coisas ruins sobre o seu cunhado, Manuel de Góes. Quando a depoente procurou o cunhado para lhe tirar satisfações, ele negou o que a negra disse. Como consequência dessa atitude Andresa ficou muito irritada e blasfemou, dizendo que “tanta uerdade falaua a dicta sua negra | como o euangelho de sam Joam”.

Guiomar Piçarra nasceu em Moura, Portugal, declarou que tinha trinta anos, era cristã-velha, casada e residia em Itaparica. Na ocasião, a depoente confessou os crimes de sodomia feminina e também blasfêmia. Guiomar Piçarra informou que comeu carne de um tatu, que é caça do mato, em dia de sábado, proibido pela Igreja. Vainfas (1997, p.326) apresentou o processo localizado no ANTT, no qual consta que Guiomar “Foi processada, mas considerando-se que veio na graça, sofreu apenas repreensão na mesa e recebeu penitências espirituais. ANTT, IL, proc. 1275”.

Maria Pinheira nasceu em Salvador, tinha trinta e oito anos, era cristã-velha, casada e residia em Itaparica. A depoente estava com Guiomar Piçarra no sábado que comeram carne de tatu, por esse motivo apresentou-se ao visitador para confessar tal blasfêmia. Vainfas (1997, p.330) descreve que Maria Pinheira “Foi processada [outro crime] por ter omitido que Paula Siqueira lia livro proibido. Saiu em auto público, com vela acesa na mão, e abjurou de leve suspeita na fé. ANTT, IL, proc. 10749”. Na Tabela 5 consta a relação das blasfêmias declaradas pelas mulheres, acompanhado do número de ocorrências. O crime mais confessado foi o de “Arrenegar a Deus” (3 ocorrências), seguido por “crer no evangelho de São João como demérito ao que diz” e também “comer carne em dias proibidos”, com (2 ocorrências) para cada um. Os demais crimes foram confessados apenas uma vez.

Relação das blasfêmias praticadas por mulheres	Total de ocorrências
Venerar um <i>agnus dei</i> mais do que a hóstia sagrada	1
Afirmar que o suicídio é uma morte mais honrada do que morrer nos cárceres da Inquisição	1
Quebrar um <i>agnus dei</i>	1
Venerar mais o <i>agnus dei</i> do que a hóstia	1
Preferir confessar a um pão ázimo do que a um religioso	1
Crer no evangelho de São João em detrimento às palavras de Jesus	2
Receber a hóstia por duas vezes no mesmo dia	1
Arrenegar a Deus	3
Arrenegar a Santa Luzia	1
Comer carne em dias proibidos	2
Solicitar que o diabo a levasse	1

Tabela 5 – Relação das blasfêmias praticadas por mulheres.

3.3.3 Sodomia

A sodomia é definida como um pecado nefando “abominável” e, como tal, foi um dos crimes mais perseguidos pelo Tribunal do Santo Ofício. Nas Ordenações Afonsinas de 1552, consta que

Toda a pessoa, de qualquer qualidade que seja, que peccado de sodomia per qualquer maneira commetter, seja queimado, e feito per fogo em pó, para que nunca de seu corpo e sepultura possa haver memoria, e todos seus bens sejam confiscados para a Corôa de nossos Reinos, postoque tenha descendentes; pelo mesmo caso seus filhos e netos ficarão inhabiles e infames, assim

como os daquelles que commetem crime de Lesa Magestade.” (ORDENAÇÕES AFONSINAS, Livro V, Título III, p.1162).

Como se pode observar trata-se de um crime com punição grave: a pena máxima é a fogueira, além do confisco de bens e infâmia para os descendentes do condenado. Carvalho (2011, p.127), baseando-se no manual de Lagarra, define os tipos de práticas que enquadravam o indivíduo no crime da sodomia. Dividem-se em dois grupos: “seis naturais e quatro contranaturais”. “As [práticas] naturais eram: fornicção simples (entre solteiros de diferente sexo), adultério, estupro, incesto, rapto e sacrilégio (atentado contra o voto de castidade). A sodomia faz parte da “luxúria contra a natureza: masturbação, sodomia, bestialidade e diversa *corporum positio* (relações sexuais em posições anormais) [...]”. O que define o caráter contranatura é o de serem práticas que se afastam do fim reprodutor da sexualidade”. (CARVALHO, 2011, p.128).

Atribui-se a origem do vocábulo sodomia ao “Antigo Testamento, a propósito da destruição divina de Sodoma narrada no Gênesis. A recusa de Lot em oferecer aos moradores da cidade os dois anjos que havia hospedado, e o suposto desejo sexual que a todos animava (...)”. (VAINFAS, 2014, p.195). Eis a compreensão religiosa que se dá à condenação das relações sexuais entre homens. Para que a sodomia se caracterize, pressupõe a existência de coito anal “muito estigmatizada na tradição ocidental por sua associação com sujeira, excrementos, impureza, demônios, e aproximada ao bestialismo por sugerir a semelhança da cópula com animais”. (VAINFAS, 2014, p.196). No LRC foram identificadas dezoito confissões relacionadas ao pecado nefando da sodomia, subdivididos em três grupos: sodomia masculina (10 ocorrências), sodomia feminina (7 ocorrências) e sodomia com animália (1 ocorrência). Em termos percentuais, os crimes cometidos pelos indivíduos do sexo masculino (56%) são muito próximos ao feminino (39%) e sodomia com animália (5%). O gráfico 4 apresenta os dados quantitativos de cada tipo de sodomia.

Gráfico 4 - Número de ocorrências dos tipos de sodomia descritos no LRC.

Carvalho (2011, p.128) descreveu que a sodomia só passou a ser crime para Inquisição portuguesa, a partir de 1555. Nesse sentido afirmou que sempre pairou uma “a dificuldade de provar, junto com todas as questões técnicas relacionadas ou não a emissão de sémen, o problema ou não de controlar a sodomia entre mulheres como recurso a objectos fálicos”. Nas confissões consta ora que houve polução - ejaculação - ora não. No caso das mulheres, em nenhuma das sodomias femininas descreveu-se a utilização de objeto fálico. Cumpre destacar que se procurará utilizar a terminologia empregada na descrição do ato sexual, conforme consta no código.

O Santo Ofício estabeleceu uma idade mínima, quatorze anos, a partir da qual o indivíduo seria capaz de responder sobre os seus atos, inclusive atuando como testemunhas. Sá (2011, p.73) enumerou que a partir dos doze anos para meninas e quatorzes para os rapazes “As fontes eclesásticas, como os manuais de confissão e as constituições sinodais, deixam poucas dúvidas de que, depois dos doze e catorze anos, as raparigas e os rapazes podiam ter vontade própria”. Pressupõe-se que antes de tal idade eles não tinham responsabilidade sobre os atos cometidos, consoante confessaram os irmãos d’Aguiar.

O primeiro sodomita a apresentar-se perante o visitador Heitor Furtado de Mendonça é o vigário da Igreja de Nossa Senhora do Matoim, padre Frutuoso Álvares. A confissão do religioso é a primeira descrita no LRC, das cento e vinte que foram registradas posteriormente. O vigário confessou que, há quinze anos,

antes daquela data (29 de julho de 1591), havia cometido atos torpes e tocamientos desonestos¹⁴⁵ com quarenta e uma pessoas, pouco mais ou menos. O depoente relatou que abraçou-lhes, beijou-lhes e teve “congresso por diante”, ajuntando os “membros desonestos”, mas sem haver “polução”, ou seja, ejaculação - que caracteriza o pecado nefando. Conforme o que descreve até essa parte da confissão, o padre, que se relacionou com mais de quarenta indivíduos, não cometeu o pecado da sodomia, pois as práticas limitaram-se aos tocamientos.

Ainda em Braga, vinte anos antes, por volta de 1571, o padre assumiu que consumou o pecado da sodomia com o estudante Francisco Dias, filho de Aires Dias, serralheiro. Na ocasião o religioso meteu o seu “membro desonesto” no “vaso traseiro”¹⁴⁶ do estudante, com o qual dormiu como homem faz com mulher, pelo “vaso natural”¹⁴⁷. Frutuoso Álvares chegou a ser denunciado pelos crimes cometidos e por isso foi degredado para as galés. Não cumpriu a pena e fugiu para Cabo Verde, onde também cometeu tais atos nefandos “com dois mancebos”. Como na ocasião apresentou uma demissória falsa¹⁴⁸, foi remetido para Lisboa onde foi sentenciado. Veio degredado para o Brasil, onde continuou a efetuar as práticas sodomíticas.

Vigário em Matoim, o depoente informou que cometeu os mesmos atos com um moço a que chamam Jerônimo, o qual deveria ter entre doze ou treze anos, era irmão do cônego Manoel Veigas e na ocasião era estudante na cidade de Salvador. Já em Salvador, foi denunciado pelos atos de tocamientos desonestos que cometeu com Diogo Martins, assim como com Antônio Alvares e

¹⁴⁵ “A palavra desonestidade mantinha, na época, forte conotação de indecência ou sensualidade, de sorte que “tocamentos desonestos” significavam tocamientos sensuais, indecentes. O mesmo vale para a expressão “membro desonesto”, recorrente nas confissões de sodomia, em alusão ao pênis. (VAINFAS, 1997, p.46).

¹⁴⁶ Expressão referente a ânus. Palavra dicionarizada no século XIX, conforme consta na seção 2 desta tese.

¹⁴⁷ Expressão referente a vagina. Palavra dicionarizada no século XIX, conforme consta na seção 2 desta tese.

¹⁴⁸ Refere-se a “carta demissória” documento “que os candidatos a ordens saídos dos claustros monásticos transportavam consigo carta do respectivo abade, prior ou guardião, a carta demissória, também designada como carta de *licentia sui superioris*, garantindo a idoneidade dos mesmos e impetrando a concessão das ordens menores ou sacras pertinentes”. (GOMES, 2002, p.238).

o irmão Manoel Alvares, ambos mestres de açúcar¹⁴⁹. Com alguns moços e mancebos, os quais não cita os nomes, dormiu e realizou penetração pelo vaso traseiro, como agente e paciente, tal como se descreve na seguinte passagem: “sendo elle opaciente lan | candose de barriga pera baixo epondo en cjma de | si os moços e lancando tambem os mocos *com* abarriga para | baixo | pondose elle confitente em cjmadelles come- | tendo *com* seu membro os vasos tra[s]eirós delles”.

O religioso declarou ter sessenta e cinco anos pouco mais ou menos, foi admoestado pelo visitador, que o indagou se ele sabia que tais atos eram condenáveis. Frutuoso Álvares respondeu afirmativamente e reforçou que os jovens com os quais cometia tais atos também tinham consciência, com exceção de alguns que, “por serem muito pequenos”, não o entenderiam. O visitador o admoestou e disse que se afastasse das práticas confessadas e de qualquer outra que pudesse causar dano à sua alma. Caso agisse de modo contrário, seria gravemente castigado. Por isso, mandou que o depoente retornasse à mesa no mês seguinte, tendo o mesmo firmado compromisso com a sua assinatura.

No final da confissão, consta que o visitador alertou muito o inquirido, por ser sacerdote e pastor de almas, com a agravante de já ser velho. Destacou que a prática de atos torpes, como a sodomia, ofendem a “Deus nosso Senhor”. Como o depoente confessou que só havia cessado tais práticas havia pouco mais de um mês, foi-lhe mandado que se afastasse de tais atos e que retornasse à mesa dentro do prazo estabelecido.

O jovem Jerônimo da Parada, próximo a se confessar, tinha dezessete anos. Declarou ter nascido na Bahia, ser cristão-velho e estudante de primeira classe, pelo que sabe assinar o seu nome. O depoente compareceu para denunciar que cometeu o pecado de sodomia com o padre Frutuoso Álvares, homem velho, clérigo de missa, que já tinha a barba branca, consoante descreve Jerônimo da Parada. O clérigo tinha amizade com o seu pai, o que facilitou o contato dele como o jovem moço. O depoente relatou que o religioso começou a apalpá-lo, com a justificativa de que o jovem estava gordo; proferiu palavras

¹⁴⁹ “ ‘Mestre de açúcar’ era um trabalhador especializado, via de regra assalariado, nos engenhos coloniais”. (VAINFAS, 1997, p.50).

meigas e meteu a mão pelos calções¹⁵⁰ e os tirou. Em seguida, deitaram em cima da cama e depois de terem feito por diante, o jovem como paciente e o religioso como agente, e assim se portaram das outras vezes. Pressupõe-se, portanto, que os dois haviam se encontrado mais vezes. Posteriormente, o clérigo deitou-se de “barrigapera baixo edise | aelle comfesante quesepusese em cima delle e asi ofez | e dormio com oditto clerigo carnalmente por detras com | sumando o peccado de sodomia metendo seu membro | desonesto pello uaso trazeiro do clerigo como hum | homem faz com huma mulher pello uaso natural por diante | e este peccado consumou tendo puluçaõ”. l. 976 - 982. Conclui que o pecado foi consumado porque houve “poluição”, ou ejaculação, que caracteriza o crime de sodomia. O depoente foi indagado se sabia que cometera pecado e respondeu afirmativamente, com o acréscimo da informação de que o padre Frutuoso Álvares viera degredado do reino, por ter cometido o crime de sodomia.

A confissão termina com a solicitação por parte do visitador para que Jerônimo da Parada se afastasse do vigário e que não voltasse a cometer tais atos torpes, pois seria gravemente castigado. O visitador mandou-lhe que se confessasse ao padre guardião de São Francisco, e que trouxesse comprovação por escrito. Por fim, o depoente informou que não quis se confessar ao padre Frutuoso Álvares, mas que o fez aos padres da Companhia de Jesus, os quais o absolveram e lhe impuseram penitências.

O sacerdote de missa, Jácome de Queirós, apresentou-se em 20 de agosto de 1591. Informou que era mestiço, nasceu na capitania do Espírito Santo e que tinha quarenta e seis anos. O que mais se destaca na confissão do religioso é o fato de ter cometido o pecado da sodomia, com meninas entre seis ou sete anos. Sobre tal confissão, Vainfas (1998, p.271) assevera que

O mais das vezes são senhores sodomizando molequinhos de tenra idade, mas houve mesmo um padre, Jácome de Queirós, homem de 46 anos, que confessou ao visitador quinhentista ter mantido, em duas ocasiões, relações com meninas de seis ou sete anos, penetrando-as “pelo vaso traseiro” por estar bêbado.

¹⁵⁰ “Calção, palavra que mais se usava no plural, significava, na época, a parte do vestuário masculino “que cobre desde a cintura até os joelhos. Não se usava roupa de baixo”. (VAINFAS, 1997, p.86).

Observe-se que o único crime admitido pelo padre é o de sodomia – e somente esse, no caso, interessava ao visitador ouvir¹⁵¹.

A menina de sete anos que o padre “corrompeu”, consoante consta na confissão, chamava-se Esperança. O religioso relatou que “cuidando que a com rompia pello uaso natural apene | trou tambem, pello trazeiro e sentindo isto se afastou | logo sem puluçaõ e tambem estaua ceado e cheo de ui | nho, e lhe aconteceu isto por desatento a qual escraua | elle despois uendeo a marcal rodriguez”. l. 1348 - 52. O depoente informou que na ocasião da confissão, a escrava Esperança, vendida a Marçal Rodrigues, já estava casada. Aventa-se que tal revelação serviu como forma de o padre eximir-se dos pecados cometidos, porque, apesar de a escrava ter sofrido abusos sexuais na mais tenra idade, casou-se.

Em seguida apresenta-se o jovem Bastião de Aguiar, o qual informou que tinha 16 ou 17 anos, era cristão-velho, solteiro e residia em Salvador. O depoente relatou que cometeu o pecado de sodomia, havia cerca de seis anos, quando tinha por volta dos dez anos, com seu irmão Antônio de Aguiar. Na ocasião, os dois dormiam na mesma cama e ambos tentaram penetrar o vaso traseiro, um do outro, mas sem a efetivação de tal ato. Em seguida, confessou que mais ou menos na mesma ocasião, o mameluco Marcos tentou penetrá-lo no seu vaso traseiro, mas, como o depoente não permitiu, o ato não se efetivou. Em outra ocasião, Bastião informou que em três momentos cometeu o dito Marcos com seu membro desonesto, mas sem poluição “posto que o ditto marcos se | ria então de ydade de alguñs quinze | annos pouco mais ou menos naõ se lem bra elle ora nem se affirma se teue o ditto | marcos polluçaõ de semente alguã das | ditas uezes”. Ademais relatou ao visitador que, quando teve os ajuntamentos torpes com Marcos, o seu irmão estava na mesma cama e os sentia. Em outra ocasião sentiu o irmão Antônio de Aguiar cometer tocamentos com Marcos.

Antônio Lopes, bacharel em artes e natural do Rio de Janeiro, foi dormir algumas vezes na casa de Bastião de Aguiar. Na ocasião da confissão, Antônio Lopes estava em Salvador e queria se ordenar clérigo. Os dois cometeram o pecado da sodomia: o confessante informou que penetrou o vaso traseiro de

¹⁵¹ Vainfas (1997) é um dos autores que estudou e produziu uma edição modernizada do LRC, como se descreve na subseção 2.2 deste estudo.

Antônio, com poluição. E declarou também que Antônio Lopes “teue *com* elle confessante, outras tantas | uezes o ditto ajuntamento nefando da ma | neira sobredita penetrando *com* seu mem | bro deshonesto o uaso trazeiro delle cofessãte | e tendo nelle poluição de semente”. Ao final da confissão foi admoestado pelo visitador para que se afastasse de tais práticas, que fosse confessar no Colégio da Companhia de Jesus e trouxesse à mesa a comprovação, além de cumprir as penitências aplicadas. Registra-se à margem esquerda da confissão que Bastião de Aguiar “he ora Religioso da companhia deJesu”.

O português Mateus Nunes informou que nasceu na cidade do Porto, tinha quarenta e seis anos, era cristão-velho, casado com uma mameluca e como ofício exercia a função de cirurgião¹⁵². O depoente relatou que fugiu da casa do seu pai aos dezesseis anos, quando saiu da cidade do Porto e foi para Ponte de Lima, onde residiu na casa de um tecelão de toalhas, cuja proveniência era desconhecida. O homem que o abrigou era tecelão, velho e apresentava barbas brancas. Informou que teve ajuntamento contranatura e sodomítico com Antônio Nogueira, o qual penetrou com o seu membro viril o vaso traseiro do confessante. Mateus colocou-se de barriga para baixo e Antônio por cima, como se fossem homem com mulher por diante. Tal ato se repetiu por três ou quatro vezes.

Mateus Nunes informou que retornou para a cidade do Porto e passou a morar na casa do cirurgião Domingos Jorge, do qual era discípulo. Na ocasião, conheceu um moço mais novo do que ele e, como ambos dormiam na mesma cama, cometeram o pecado nefando. O depoente penetrou o jovem moço pelo vaso traseiro, por três ou quatro vezes, sempre como agente. O confessante foi admoestado pelo visitador a confessar muitas vezes e que cumprisse as penitências espirituais por tais pecados. Observa-se à margem esquerda da admoestação, escrito posteriormente, que o Mateus Nunes trouxe a comprovação da confissão escrita pelo confessor.

Marcos Barroso nasceu em Portugal, na cidade de Barroso. Relatou na ocasião que tinha quarenta e cinco anos, era cristão-velho, lavrador e morava em

¹⁵² “O que exercia a arte da cirurgia. Cirurgião que faz particular profissão de curar as chagas”. (BLUTEAU, 1728, p.328-29).

Tassuapina. O depoente confessou que havia pouco mais de vinte e oito anos, tinha em torno de dezessete anos, estava no mosteiro de Bustelo, da ordem de São Bento, na cidade do Porto, onde tinha um tio frade, cujo nome era frei Antônio de Rio Douro. Em seguida, o depoente diz que era primo da sua mãe, portanto, enganou-se sobre o grau de parentesco com o religioso, que era prior do mosteiro e responsável por permitir a presença do depoente na casa religiosa. Enquanto residia no Mosteiro de Bustelo, Marcos conheceu Domingos, que era natural de Riba Douro, o qual exercia a função de moço de recados do mosteiro.

Os dois eram companheiros e dormiam na mesma cama, o que culminou com o cometimento do pecado nefando, por duas vezes, em diversas noites, o que invalida a afirmativa anterior. O confessante relatou que sempre foi ativo na relação e “metendo seu membro deshonesto pello uaso | trazeijro do ditto domjngos”. l. 5282 – 83. Ao fim da confissão o visitador deu penitências espirituais, com a admoestação necessária e mandou que o depoente se confessasse e trouxesse a comprovação, escrita pelo confessor. Neste caso, não se observa a informação à margem esquerda, como nas demais confissões, de que o depoente cumpriu com o que foi estabelecido.

O cristão-novo Diogo Afonso declara que nasceu na capitania de Porto Seguro, tinha vinte e sete anos, solteiro, sem ofício, e residia em Salvador. Quando o depoente tinha quinze anos, pouco mais ou menos, ainda em Porto Seguro, cometeu o pecado nefando juntamente com Fernão de Campos, que na ocasião, já estava casado e vivia na capitania do Espírito Santo. Ambos eram vizinhos, moravam na mesma rua e, como tinham muita comunicação, mantiveram contatos torpes. Diogo cumpriu o mesmo ato com Fernando, sendo por vezes agente e paciente, mas sem poluição por parte do depoente, apenas do denunciado. Tal fato ocorreu por diversas vezes, em diversos lugares, ora em casa, ora nos matos, ora na ribeira. Perdurou por cerca de um ano, a cada dois dias da semana, e não soube precisar a quantidade de vezes. Perguntou o inquisidor se sabiam que era pecado e ofensa grande ao Nosso Senhor; o depoente afirmou que ninguém os viu cometer tais atos. O visitador o admoestou para que se apartasse de tais atos e fosse se confessar ao padre Pero Coelho, da Companhia de Jesus.

João Queixada tinha dezessete anos, nasceu em Bobadela, era cristão-velho, solteiro e residia na casa de Francisco de Souza, recente governador geral, que chegou ao Brasil seis meses antes da referida confissão, juntamente com o visitador Heitor Furtado de Mendonça. O depoente confessou que havia pouco mais de um ano, em Lisboa, residiu na casa do deão da sé de Lisboa, Afonso Furtado, que era parente do governador Francisco de Souza. Na ocasião, abrigou-se em uma cama, juntamente com um pajem do dito deão, o qual deveria ter dezessete anos e era mulato. Durante a noite, o confessante relatou que o mulato, chamado Leonardo, tentou penetrar o depoente, mas mudou de ideia e deixou-se penetrar por João Queixada, sem polução. O visitador perguntou se havia mais alguém na casa e o depoente afirmou que havia mais dois pajens, os quais estavam dormindo e não perceberam o ato nefando. O confessante foi admoestado pelo visitador para que não voltasse a cometer tais atos e que mantivesse segredo.

Maria Grega apresentou-se em 31 de janeiro de 1591. Declarou que tinha quinze ou dezesseis anos, nasceu em Itaparica, era mestiça, filha de um grego e de uma índia do Brasil. Na ocasião era casada e morava na Barra de Paraguaçu. A depoente apresentou-se para denunciar o marido Pero Domingos pelo crime de sodomia. Ele nunca a penetrou pelo vaso natural, apenas a deflorou com a mão. Relatou que o marido por muitas vezes andou com a mão em seu vaso natural, a colocou de bruços e meteu o seu membro desonesto pelo vaso traseiro da depoente, e consumou o pecado nefando da sodomia. Ademais, relatou que, ao não consentir tal prática, o marido a ameaçou e disse que cortaria a sua língua com uma faca e que não tratasse com ninguém sobre os pecados praticados, pois a mataria. Maria Grega compartilhou com a sua mãe os fatos ora relatados¹⁵³.

O grego Pero Domingues apresentou-se seis dias após a esposa, a fim de confessar o pecado de sodomia. O depoente tinha vinte e oito anos, nasceu em Lamire, na Grécia, filho de gregos, era alfaiate e residia na Barra de Perabuçu. Maria Grega relatou que tinha quinze ou dezesseis anos, mas o marido informou que ela tinha treze e casara-se com ela havia dois anos, quando tinha onze anos.

¹⁵³ Optou-se inserir a confissão da depoente juntamente com a dos homens que praticaram o pecado da sodomia, visto que tal ato foi praticado pelo marido e não pela depoente, o que descaracterizou o crime de sodomia entre mulheres.

Relatou que um mês após o casamento foi para o sertão de onde retornara havia um mês. Asseverou que, durante os dois meses em que esteve com a mulher, nunca a penetrou pelo vaso natural, visto ser moça “aspera da condicaõ | e o naõ querer consstentir e que huma uez antes de ir | pera osertaõ querendo elle por diante naturalmente | ter copula *com* adita sua molher, resualando seu mem | bro por baixo a penetrou pello uaso | trazejro e nelle | comprio, e *conssumou* o peccado nefando porem *que* quan | do lhe isto aconteço elle estaua cheo de uinho e *que* fora | desta uez nunca mais ate gora pecou *com* a ditta sua mo | lher no ditto nefando [...]”. Ademais confessou que havia três meses que, vindo do sertão, dormira com uma escrava pagã pelo vaso traseiro, mas que isso só cometeu porque o seu membro escorregou do vaso natural da moça. O depoente tentou eximir-se do pecado de sodomia ao relatar que os cometeu em um momento de embriaguez e também quando o seu membro se desviou do vaso natural da escrava. Pero Domingues não foi admoestado pelo visitador nem recebeu penitências.

Antônio de Aguiar, irmão de Bastião de Aguiar, cuja confissão pelo crime de sodomia já foi descrita neste estudo, apresentou-se por ter cometido o mesmo crime, consoante relatou o irmão. O depoente informou que tinha vinte anos, nasceu na Bahia, era cristão-velho, solteiro e residia em Matoim. Relatou que havia seis anos pouco mais ou menos, quando tinha treze ou quatorze anos, ele e seu irmão mais novo, com treze ou doze anos, dormiram na mesma cama com o mameluco Marcos. O confessante descreveu que Marcos deitou-se sobre ele e penetrou o seu vaso traseiro com o membro e que ele fez o mesmo com o dito Marcos, e que ambos cometeram o pecado da sodomia. Informou que isso ocorreu umas quinze vezes, em um espaço de um mês. Em duas ocasiões ele e Marcos entenderam que o irmão Bastião de Aguiar percebeu o que faziam, do mesmo modo que o depoente notou quando o irmão cometeu tais atos com Marcos. Foi perguntado sobre as vezes que o irmão viu e confirmou que foram duas vezes. Na ocasião sabia que era pecado, mas julgou que não era tão grave. Depois ouviu que se tratava de um pecado grave e compreendeu. O visitador perguntou sobre Marcos e o depoente relatou que se tornara ladrão e fugiu da casa deles havia cinco anos. Então foi admoestado para que não cometesse semelhantes torpezas e que se afastasse das ditas conversações. À margem

esquerda da confissão, consta que o irmão Bastião de Aguiar está na Companhia de Jesus, informação que já foi descrita na confissão de Bastião.

3.3.3.1 Sodomia feminina

A sodomia feminina, diferentemente da masculina, consoante assevera Vainfas (2014, p.197-8) não foi muito bem definida pelos teólogos, a exemplo de São Tomás de Aquino, que definiu a masculina. A ausência do membro viril provocava vários transtornos aos juízes, visto que “escusavam-se em examinar a matéria em detalhe (...). Afinal se as mulheres não tinham pênis, como poderiam perpetrar o supremo ato sodomítico uma na outra?”

O primeiro caso de sodomia feminina foi confessado por Paula de Siqueira, já citada neste estudo por ler e escrever “cartas de requebros¹⁵⁴”, além de ter sido processada pela leitura do livro *Diana*. A lisboeta de quarenta anos era casada com Antônio de Faria e residia em Salvador, na Rua de São Francisco. Paula de Siqueira cometeu o crime de sodomia, juntamente com Felipa de Souza, que, embora não tenha se apresentado ao visitador, foi processada e gravemente condenada pelas acusações que sofreu.

Após trocas de declarações que perduraram por cerca de dois anos, Paula teve a certeza de que Felipa tinha interesse em manter encontros amorosos com a depoente. A conjunção carnal foi consumada quando Paula levou Felipa para uma câmara, ou seja, um quarto, onde tiveram encontros amorosos, com a união dos “vasos naturais”, como se fossem homem e mulher. Isso ocorreu pela manhã, antes do almoço, em duas ocasiões. A depoente frisou que não utilizaram instrumento penetrante, visto que, para a Igreja, a consumação do ato de sodomia só seria legitimado com o uso de objetos que representassem o órgão sexual masculino. Nesse sentido, Vainfas (1997, p.106) alude que

Desde o século XIII, no tempo da Escolástica medieval, a Igreja considerava agravante de relações homoeróticas entre mulheres o uso de instrumento de vidro, couro, madeira ou qualquer outra matéria à guisa de falo. Em alguns processos europeus e

¹⁵⁴ “expressão amorosa dos olhos, da voz, do corpo”. (HOUAISS, 2009).

coloniais envolvendo homoerotismo feminino, em diversos tribunais, registrou-se, com efeito, o uso de instrumento de couro, veludo etc. Em meados do século XVII, a Inquisição portuguesa retirou a sodomia feminina de seu foro, motivada pela dúvida, que permaneceu insolúvel, sobre se as mulheres podiam cometer sodomia sendo naturalmente desprovidas de falo.

Dando prosseguimento à confissão, Paula informou que não tinha consciência da gravidade das culpas de pecado contra natura, e que só tomou conhecimento dela durante a confissão. A depoente, cuja longa confissão perfez dez fólhos recto e verso, também relatou práticas de feitiçaria, as quais serão tratadas na subseção 3.4.8. Denuncia outras mulheres, a exemplo da própria Felipa de Souza, que relatou encontros amorosos com Paula Antunes e Maria de Peralta, ambas casadas. Tais atos foram repetidos por Felipa, com muitas outras moças e também dentro de um mosteiro onde esteve. Paula revelou que as atitudes de Felipa já eram conhecidas, pois uma comadre, Isabel de Souza, contou-lhe que Felipa namorava mulheres e tinha damas. Além disso, relatou que, na cidade de Salvador, surgiram muitos comentários sobre a amizade entre Felipa de Siqueira e Paula Antunes. Felipa chegou a sofrer ameaças físicas, pois, conforme relatou Paula de Siqueira, perseguiu uma moça casada com um ferreiro, moradora junto ao Mosteiro de São Bento¹⁵⁵, a qual não correspondeu às investidas de Felipa.

Consta à margem esquerda da confissão de Paula de Siqueira, a informação de que o visitador a mandou confessar e deu penitências espirituais, com representação e admoestação necessária, na mesa e em segredo.

Maria Lourenço nasceu em Viseu, tinha quarenta anos, era casada e residia em Salvador. Tal como Paula de Siqueira, a depoente confessou os ajuntamentos que manteve com Felipa de Souza, a qual lançou-lhe de bruços e arregaçou as fraldas¹⁵⁶. As duas juntaram os vasos traseiros, como se fosse

¹⁵⁵ O Mosteiro de São Bento é o primeiro mosteiro beneditino das Américas e foi fundado em 1582, “no ano de 1584, [o] Mosteiro foi elevado a condição de Abadia com o Título de São Sebastião da Bahia, mas, popularmente, ficou conhecido como Mosteiro de São Bento da Bahia”. Fonte: (Site oficial do Mosteiro de São Bento). Atualmente o mosteiro ainda abriga a Basílica, colégio, faculdade, biblioteca, museu, laboratório etc.

¹⁵⁶ “Fralda, ou falda. é palavra italiana, que (segundo o vocabulário da Crusca) tem vários significados na Itália, porque quer dizer aquela parte do vestuário, que pende da cintura até o joelho, ou do corpo da camisa para baixo, e assim por metáfora dizem os italianos

homem com mulher, mas sem o uso de instrumento penetrante. Em outro episódio Maria Lourenço narrou que Felipa voltou a solicitar-lhe amores “apal | pandoa a, e abraçando a, e beijandoa, e emfim so | bre asua cama se lancou de costas aditta fellipa | desousa e ella confessante se lancou em cima | della de bruços e alleuantadas as fraldas | ambas ajuntaraõ seus uasos dianteiros de | leitandose huma com outra como se fora homem com | molher”. O visitador mandou a depoente confessar-se no Colégio da Companhia de Jesus e também com o padre Abbade do Mosteiro de São Bento e, estabeleceu que trouxesse escrito do confessor. Ademais estabeleceu que Maria jejuasse por dois dias e rezasse nove vezes o rosário de Nossa Senhora. Ao lado do trecho onde constam tais exigências, foi inserida posteriormente a informação “ja troxe”.

Guiomar Pinheira apresentou-se no período da graça concedido ao recôncavo e relatou que tinha trinta e oito anos, nasceu na capitania de Ilhéus, era cristã-velha e mameluca, enviuvou por três vezes e residia em Tamararia. Guiomar relatou que quando tinha dezoito anos, na vila de Ilhéus, saiu para dar um recado de sua tia a Quitéria Seca. Narrou que, em tal ocasião, Quitéria levantou a camisa dela, tirou-lhe as fraldas, ajuntou o seu vaso natural com o da depoente e ambas se deleitaram. Tal reencontro repetiu-se após alguns dias, quando Quitéria deitou Guiomar sobre uma cama e colocou-se a incubo¹⁵⁷ de Guiomar, mas sem uso de instrumento exterior. A depoente concluiu a confissão e informou que já havia se confessado e cumprido as penitências. À margem esquerda da confissão, consta informação inserida posteriormente, na qual descreve-se: “Dei lhe nesta mesa | em segredo peni= | tencias | espirituais | e com a Reprehençã e | amoestacaõ | neces= | saria. É mandei a | confessar”.

Maria Rangel nasceu na cidade do Porto, tinha vinte quatro anos, era cristã-velha, casada e residia em Tassuapina, no recôncavo. Além de confessar o pecado de sodomia, a depoente também cometeu o de blasfêmia, consoante se descreveu na subseção 3.4.2. Relatou que, quando tinha treze anos, era donzela e estando na casa do seu pai, cometeu o pecado nefando com uma vizinha, cujo

(...). Entre nós é camisa da mulher, não inteiriça, mas costurada com o corpo da camisa, da cintura para baixo”. (BLUTEAU, 1728, p.196).

¹⁵⁷ “Que se coloca por cima de alguma coisa e opõe-se a súcubo, aquele que fica por baixo”. (HOUAISS, 2009).

nome parecia que era Francisca e tinha mais ou menos a sua idade. Na ocasião, ambas estavam a sós em casa e tiveram ajuntamento carnal. A depoente relatou que Francisca ficou de costas e a depoente colocou-se por cima, sem o uso de instrumento penetrante. Tal ato perdurou por cerca de quinze minutos e não voltou a repetir-se.

Além desse episódio, a depoente relatou outros. Informou ao visitador que, quando tinha sete ou oito anos, foi à casa de Felipa Dias e lá encontrou uma filha dela, que parecia ter quinze ou dezesseis anos. Tal moça se chamava Isabel e a depoente relatou que a lançou de costas sobre a cama e colocou-se de barriga em cima dela. Ambas se deleitaram, mas, como a depoente era muito pequena, não entendeu que se tratava de pecado. Não houve uso de instrumento penetrante. Outrossim, também no Porto, ajuntou-se com diversas moças pequenas, as quais tinham por volta de doze anos, mas se recordou o nome delas. Na ocasião, segundo relata, juntaram os vasos e se deleitaram. O visitador admoestou a depoente para que se afastasse das ditas práticas, caso contrário, seria gravemente castigada. Mandou ainda que Maria Rangel se confessasse com o padre Quirício Caixa, da Companhia de Jesus, e que trouxesse à mesa. Consta à margem esquerda, logo no início da confissão, a informação de que “Esta confitete mostrou | *muíto* arrependimemto | Reprendi a e amoes= | tei a nesta Mesa | E dei lhe penitencias | spirituais e mandei | a cofessar”.

Guimar Piçarra, que já confessara pelo crime de blasfêmia, também narrou práticas de sodomia. A depoente relatou que, quando vivia no Rio Vermelho¹⁵⁸, na casa de Antônio Rodrigues Belmeche, vivia lá também uma negra de Guiné, ladina, chamada Mércia, a qual era corcova e deveria ter dezoito anos. Por duas ou três vezes, em diferentes dias, ambas, de pé, com as fraldas afastadas, beijaram-se e ajuntaram os vasos dianteiros, como homem faz com mulher.

¹⁵⁸ “O Rio Vermelho tem uma história datada da época anterior à fundação da própria cidade de Salvador. Segundo o historiador baiano Luís Henrique Dias Tavares, o primeiro homem branco que teria chegado nesse local foi Diogo Álvares Correia, que, após um naufrágio ocorrido entre 1509 e 1511, buscou abrigo na Pedra da Concha, um rochedo na praia da Mariquita, sendo descoberto pelos indígenas, que o chamaram de Caramuru, na língua dos índios “peixe que sai do mar”. (SOUZA, 2004, p.85).

Madalena Pimentel nasceu em Pernambuco, tinha quarenta e seis anos, era cristã-velha, viúva e residia da fazenda na Freguesia de Passé. A confitente relatou que teve amizade tola, desde nove até onze anos, com três moças que já estavam casadas: Mícia Lemos, Íria Barbosa e Ana Fernandes. Teve ajuntamento carnal com as três, ora debaixo, ora em cima, como se fosse homem com mulher, mas sem o uso de instrumento penetrante. Informou que pedia perdão pelas ditas culpas e foi perguntada pelo visitador se alguém conhecia tais atos. Respondeu que não, pois não contou às demais. À margem esquerda da confissão consta que Madalena Pimentel “foj Reprehendida | nesta Mesa epose= | raõse lhe penitemcias | espirituais e foi | mandada confessar”.

A última depoente a confessar o crime de sodomia feminina é a mameluca Isabel Marques, a qual informou que tinha trinta e sete anos, nasceu em Salvador, era casada e residia na freguesia de Sergipe do Conde de Linhares. A depoente relatou que, quando tinha dez anos, pouco mais ou menos, em Vila Velha, termo desta cidade, foi à casa do Barão Lourenço, do qual era vizinha, folgar com a sua filha Catarina Baroa, que deveria ter catorze ou quinze anos. Na ocasião da confissão, Catarina já estava casada. Isabel e Catarina mantiveram ajuntamento torpe, no qual a denunciada pôs-se em cima da depoente, levantaram as camisas e juntaram os vasos dianteiros, como homem faz com mulher, sem o uso de instrumento penetrante. Ademais a confessante disse que não sabe se cumpriu e que não sabia se a sobredita cumpriu. O visitador perguntou a Isabel se viu Catarina cometer o mesmo pecado, respondeu afirmativamente, por duas ou três vezes, com moças menores de dez anos, e que ninguém a viu cometer tais pecados. Consta à margem esquerda a sentença de que “Dej na Mesa em | secreto a esta confi | tente penitemcias spirituais com a Re | prehenção necessa- | ria, e mandei a confessar”.

A descrição da sodomia com animália é apresenta separada das demais, em virtude das suas peculiaridades. Como se trata de um único caso, não careceu de trazê-lo em subseção particular. A sodomia com animália¹⁵⁹ era caracterizada como um “pecado nefando sexual. [...] alimaria, i.e., nome generico, que convem a toda a especie de animal irracional.” (ORDENAÇÕES FILIPINAS,

¹⁵⁹ Alimária qualquer animal, esp. quadrúpede. (HOUAISS, 2009).

Livro V, Título III, p.1162). Tal prática também é descrita como bestialidade, consoante apresenta Carvalho (2011, p.127) e também na redação da referida confissão. No LRC observa-se apenas um caso de sodomia com animália o qual foi confessado por Heitor Gonçalves, que tinha trinta e cinco anos. Nasceu na Ilha de Santa Maria, uma das ilhas do arquipélago dos Açores, era casado, lavrador e residia em Toque Toque. O depoente confessou que, desde oito até quatorze anos, foi pastor de gado na ilha onde nasceu. Durante esse intervalo de tempo, dormiu muitas vezes com animália, como ovelhas, burros, vacas, éguas, em cujos vasos naturais meteu o seu membro desonesto. Informou ao visitador que estava arrependido pelas ditas culpas, pediu misericórdia e recebeu instruções para se confessar e retornar à mesa no mês de abril. Na conclusão, disse que lhe parecia que ninguém presenciou tais atos.

3.3.4 Gentilismo

A definição de *gentilismo* para Bluteau (1728, p.57) é “A falsa Religião dos gentios. *Inatum Deorum cultus*, *ûs*. Masc. Lactancio Firminiano lhe chama *Gentililitas*, *tus*. Fem. Entendo que em caso de necessidade se pode imitar o exemplo de tão grave Author. *Vid*. Gentilismo.” O termo deriva de “Gentio – Pagaão. Tem para si Salmasio, que os antigos, idolatras foraão chamados”. (BLUTEAU, 1728, p.57). Na incipiente colônia portuguesa, foram confessadas algumas práticas de gentilismo, as quais narram sobretudo idolatria a divindades pagãs.

No LRC há doze confissões de gentilismo: onze foram realizadas por homens e apenas uma por mulher, Dona Margarida da Costa. O português Fernão Cabral de Ataíde foi um senhor de engenho que nasceu em Silves, Algarve. Quando se apresentou à mesa do Santo Ofício, tinha cinquenta anos. Declarou-se cristão-velho, casado e residente na fazenda de Jaguaripe. Carrazzoni (1980, p. 32) assevera que “Fernão Cabral de Ataíde foi o primeiro colono a penetrar no município de Nazaré, estabelecendo-se no local onde fica

atualmente o bairro da Conceição, onde se construiu o engenho e capela que tomaram o nome de São Bento¹⁶⁰”.

O senhor de engenho confessou-se em 2 de agosto de 1591 e declarou que concedeu guarida a gentios, os quais tinham uma casa na sua propriedade e à qual chamavam de igreja. Nela puseram um ídolo. Vainfas (2014, p.321) destaca que

Fernão Cabral era um herege por conveniência: deixava que os índios cultivassem religiosidades sincréticas em seus domínios, reverenciava-os e estimulava-os para tanto com o único fito de usufruir o trabalho dos nativos. Era um protótipo de senhor colonial, sempre avesso à catequese dos escravos.

Dona Margarida da Costa, casada com Fernão de Ataíde, tinha quarenta anos, era mouro e informou ao visitador que, na ocasião na qual a “abusão¹⁶¹” esteve na sua fazenda, julgou que não era demônio. Tal percepção deveu-se ao fato de a depoente ter percebido que a “abusão”, também denominada de Santidade, só poderia ser alguma coisa santa de Deus, pois trazia cruzeiros, das quais o demônio foge. Além de trazerem contas, similares a um terço, e a nomearem de Santa Maria. Consoante a descrição da depoente, as práticas dos gentios traziam elementos do Catolicismo, o que a permitiu asseverar de que não se tratava de algo ruim.

O mestiço Cristóvão de Bulhões vivenciou práticas de gentilismo, na Fazenda de Cabral de Ataíde. O mameluco era cristão velho e nasceu na capitania de São Vicente. Era filho de um homem branco com uma índia do Brasil. O depoente relatou que participou de cerimônias dos gentios, com a abusão chamada de Santidade, perante a qual se ajoelhou por muitas vezes. Descreveu que o ídolo dos gentios era uma figura de pedra, que não representava homem

¹⁶⁰ “A Capela de Nossa Senhora da Conceição está situada sobre uma colina, à margem do rio Jaguaripe, no bairro a que deu o nome e que foi o primeiro núcleo da cidade. A capela atual data de meados do século XVIII e foi construída no local onde, no último quartel dos seiscentos, Fernão Cabral de Ataíde edificou o Engenho e Capela de São Bento” Fonte:Portal IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_belas.gif&Cod=1073>. Acesso em: 20 fev. 2016.

¹⁶¹ “ABUSAM Abusão. Superstição. Vtd. no seo lugar. [...] chama a Ordenação Abusoens as supertiçoens, dos que abusão, ou usão mal de varias cousas, por sua natureza despropocionadas para o fim, que intentão, como são, benzer com espada que matou homem [...]”. (BLUTEAU, 1728, p.54).

nem mulher, mas quimera¹⁶². Participou das cerimônias dos gentios, do modo que eles faziam e disse que ouviu dos tais gentios que os cristãos deveriam se lavar, pois assim nasceria um fogo novo. Cristóvão foi rebatizado na religião dos gentios e teve o seu nome mudado, mas não se recordou para qual. O confessante relatou que o principal da tribo, provavelmente o “pajé¹⁶³” nomeava-se de Deus e senhor do mundo. Havia também um gentio que se chamava de Jesus, uma gentia de Santa Maria, outro de vigário e outros de ministros. A denominação de ídolos pagãos com nomes de divindades católicas era uma forma de legitimação de tais práticas, consoante ainda se observa atualmente, sobretudo nas religiões afrodescendentes. O depoente atestou que realizou tais práticas na fazenda de Fernão de Ataíde, inclusive com a presença do senhor de engenho, que abaixava a cabeça ao dito ídolo gentio.

Os depoentes Francisco Afonso Capara, Manoel Branco e Gaspar Nunes confessaram basicamente as mesmas práticas gentílicas. Os três revelaram que, enquanto estavam entre os gentios, foram riscados de modo gentio, nas pernas, nos braços. Francisco Capara destacou que permitiu tais atos para parecer valente e temido, visto que os gentios que apresentavam tais características eram respeitados.

Um conjunto de quatro depoentes confessou práticas em comum, voltadas para os costumes gentios. Brás Dias declarou que agia de modo gentio e falava o que eles falavam. Gonçalo Fernandes relatou que fumou durante cerimônias gentias e falou a sua linguagem. Ademais afirmou que cria na santidade dos índios e que também a idolatrava. Concluiu a confissão informando que, quando tomou conhecimento sobre tais práticas, desejou ir para o sertão, a fim de conhecê-las.

O mestiço Lázaro da Cunha informou que viveu por cinco anos entre os índios, não vestiu roupa, além de ter participado de todas as cerimônias e costumes gentios. O francês Simão Luís relatou que, quando desembarcou no

¹⁶² “combinação heterogênea ou incongruente de elementos diversos”. (HOUAISS, 2009).

¹⁶³ nas sociedades tribais ameríndias da família linguística tupi-guarani, indivíduo responsável pela condução do ritualismo mágico, e a quem se atribui a autoridade xamanística de invocar e controlar espíritos, o que confere à sua ação encantatória poderes oraculares, vaticinantes e curativos. (HOUAISS, 2009).

Brasil, na costa do rio São Francisco, fugiu do barco que estava e foi conviver com os gentios e durante o tempo que esteve com eles viveu como tal.

O Tomacaúna já foi tema de discussão neste estudo, na subseção 2.1.3, quando se tratou do registro do mameluco no LRC. Domingos Fernandes Nobre conviveu entre os gentios por quase duas décadas, atuou no aprisionamento de índios, prestou serviços para uma tríade de governadores e, para realizar tal missão, Hemming (2007, p.239) afirma que

A expedição de Tomacaúna foi financiada por um rico senhor de engenho chamado Fernão Cabral de Ataíde. Muitos membros da Santidade fugiram ante a aproximação de Tomacaúna, mas ele deparou com um grupo que carregava a imagem de Maria. Tirou o chapéu, num ato de respeito, para enganá-los e os convenceu a se estabelecerem no engenho de Cabral de Ataíde. O senhor de engenho e sua esposa permitiram que a seita florescesse em suas terras e eles mesmos reverenciaram o ídolo e lhe fizeram oferendas de peixes.

Face às práticas pagãs, Fernão Cabral de Ataíde exerceu papel similar ao das matriarcas Branca Rodrigues e Ana Rodrigues, atuando como intermediador das práticas religiosas dos gentios em suas terras. Consoante afirmou Vainfas (2014), a postura do senhor de engenho tinha um propósito: obter mão de obra indígena. Em diversas confissões, observou-se que os depoentes relataram que se portavam como gentios, a fim de conquistar a confiança deles.

Em quatro das confissões consta à margem esquerda que os depoentes foram sentenciados: Gonçalves Fernandes, Francisco Afonso Capara, Gaspar Nunes e Cristóvão Bulhões. Na confissão da mulher de Fernão Cabral, realizada quase três meses após a do marido, declara-se que o “ditto seu marido | *que ora esta preso no carçere dosanto officio*”. Sobre o senhor de engenho, Vainfas (1997, p.63), após consultar o processo do condenado, descreveu que Fernão foi

Preso e processado pelo visitador na própria Bahia. Consideradas gravíssimas suas culpas, atenuadas porém pelo seu foro nobre, bom sangue, condição de fidalgo e presunção de que seus erros eram exteriores, não implicando desvio de fé. Abjurou de leve suspeita na fé na mesa da visitaçāo, ouviu sua sentença de público na igreja, recebeu penitências espirituais, pagou mil cruzados para o Santo Ofício e foi degredado por dois anos para fora da Bahia. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT),

Inquisição de Lisboa (IL), proc. 17065. A pena pecuniária foi elevada, equivalendo ao preço de vinte escravos africanos na época.

No gráfico 5 descreve-se a relação entre grupo étnico e no gráfico 6 as etnias dos depoentes que confessaram as práticas dos gentios. As variáveis relacionadas a grupo étnico referem-se às declarações dos indivíduos sobre o fato de se considerarem cristão-novo ou cristão-velho, ao passo que a variável etnia refere-se ao fato do indivíduo manifestar-se mameluco. Observa-se no LRC, nas confissões de gentilismo, a remissão ao fato de o indivíduo ser mestiço, ou seja, mameluco, já o branco não é identificado pela cor, tal fato só é observado nas confissões dos mestiços. Ora, descreve-se no gráfico que a relação entre cristão-velho e mameluco é diretamente proporcional, dos 11 indivíduos que se autodenominaram de cristãos-velhos, 10 são mameucos e 2 são brancos. Desse modo, aventa-se que o mameluco mostrou-se mais atuante nas práticas de gentilismo.

Gráfico 5 - Relação entre grupo étnico¹⁶⁴ dos indivíduos que confessaram as práticas de gentilismo.

¹⁶⁴ Adotam-se neste estudo as definições apresentadas em Cashmore (2000, p.202) “ (1) etnia é o termo usado para abranger vários tipos de respostas de diferentes grupos; (2) o grupo étnico baseia-se nas apreensões subjetivas comuns, seja das origens, interesse ou futuro (ou ainda uma combinação destes); (3) a privação material é a condição mais fértil para o crescimento da etnia; (4) o grupo étnico não tem de ser uma “raça” no sentido de ser visto pelos outros como algo inferior, apesar de haver uma forte supersposição desses dois conceitos, e muitos grupos que se organizam etnicamente serem frequentemente designados por outros como “raça”; (5) a etnia pode ser usada para vários propósitos diferentes – algumas vezes, como um manifesto, instrumento político,

Gráfico 6 - Relação das etnias dos indivíduos que confessaram as práticas de gentilismo.

O único depoente que não soube afirmar se era cristão-novo, também era mameluco, filho de um branco e de uma índia do Brasil. Os dois brancos, Fernão Cabral e a mulher, declaram-se cristãos-velhos.

3.3.5 Luteranismo

As práticas luteranas caracterizam a apostasia, ou abandono da fé católica para pertencer a outra religião. Martinho Lutero, um dos responsáveis pelas reformas protestantes que ocorreram no final da idade média, é o idealizador do luteranismo¹⁶⁵.

No Monitório de 1536 não se esclarece o que são práticas luteranas. A única menção consta no trecho que se reproduz: “E se virão, ou ouvirão, ou sabem algumas pessoas, que aprovarão, ou aprovão, seguirão ou seguem erros lutheranos, que agora em algumas partes ha [...]. *apud* (ABREU, 1922, p.40). No

outras como simples estratégia de defesa da adversidade; (6) a etnia pode vir a ser uma linha divisória cada vez mais importante na sociedade, embora nunca esteja inteiramente desconectada dos fatores de classe”.

¹⁶⁵ Martinho Lutero foi um monge agostiniano que realizou a tradução do Novo Testamento do latim para o alemão (1552), com o objetivo de que seus paroquianos pudessem ler e estar a par dos escritos sagrados. Antes da versão traduzida por Lutero, a Bíblia só era disponibilizada em latim. Precedeu ao feito da tradução de Lutero, a de São Jerônimo (séculos IV – V), o qual produziu a Vulgata do Novo Testamento diretamente do hebraico para o latim e que por muitos séculos foi a única versão da Bíblia. (ARNS, 2007).

Regimento da Santa Inquisição de 1640 faz-se alusão àquele que se afasta dos preceitos da Igreja, a exemplo dos judeus, mas sem identificar as demais religiões. Nesse sentido, o Título I de tal Regimento “Dos hereges, e apóstatas da santa fé católica apresentado” descreve

Posto que todas as pessoas de qualquer estado, e condição que sejam, pelo crime de heresia, e apostasia, ou por palavras, com contumácia, de nossa santa fé católica, conforme o direito, encoram nas sobreditas penas de excomunhão maior, irregularidade, infâmia privação de honras, ofícios e benefícios, confiscação de bens, e relaxação na justiça secular: com tudo se vierem apresentar se na mesa do Santo Ofício, assim dentro do tempo da graça, como fora dela, e confessarem nela culpas de judaísmo, ou de qualquer outra heresia, ou apostasia, e declararem os cúmplices, com que cometerão [...]. *apud* (Siqueira, 1996, p.329).

No LRC descrevem-se nove confissões relacionadas ao crime de luteranismo. Cabe destacar que em alguns casos os depoentes não confessaram tal prática, apenas a presenciaram. Mesmo assim, foram enquadrados em tal pecado, com a identificação de apenas um sentenciado. Vainfas (1997, p.155) esclarece que “Os inquisidores usavam o termo genérico *luteranos*, por metonímia, para aludir aos estrangeiros protestantes, fossem eles puritanos ou anglicanos ingleses, calvinistas holandeses, huguenotes franceses etc”. O primeiro depoente a ser incorrido na apostasia de luteranismo foi Antônio Guedes, o qual se declarou cristão-velho. Natural de Tarouca, Portugal, tinha trinta anos pouco mais ou menos e era casado. Contou que, no ano anterior, em 1592, viajava de Lisboa para o Brasil e teve o navio invadido por luteranos ingleses, nas Berlengas, perto de Lisboa. Ficou na companhia deles ficou dez ou doze dias. Descreveu que os luteranos rezavam e cantavam ao seu modo, uma ou duas vezes ao dia. As orações eram proferidas em língua inglesa, sem terem retábulo¹⁶⁶ de Deus ou de Nossa Senhora. Por medo dos ingleses, disse que algumas vezes durante as rezas, ajoelhou-se e tirou o chapéu da cabeça. Numa ocasião em que não quis tirar o chapéu, foi interrogado pelos luteranos se era papista e afirmou que sim, além de que cria na fé católica. O visitador perguntou-lhe se esteve em terra de luteranos ou se andou mais vezes com eles. O

¹⁶⁶ “Peça de madeira, mármore ou de outro material, que fica por de trás do altar, nas igrejas católicas, contendo um ou mais painéis pintados ou em baixo-relevo com motivos religiosos”. (VAINFAS, 1997, p.115).

depoente respondeu que não. Ademais, pediu para que citasse o nome dos companheiros que estavam com o depoente. No entanto, relatou que já o tinha feito quando denunciou no LD1.

Outro caso de barco tomado por luteranos foi o relatado pelo francês Nicolau Luís Francês. O depoente informou que nasceu em Diepe¹⁶⁷ na França, era casado, residia em Sergipe e já estava o Brasil há vinte e dois anos. Relatou que havia vinte e quatro anos, antes de chegar ao Brasil, estava numa nau, indo de Bordéus para Dyepe e a nau foi tomada por luteranos franceses. Tal qual Antônio Guedes, expôs que os luteranos costumavam fazer as suas salvas pela manhã e à tarde. Por um mês e meio fez as salvas luteranas, mas nunca as aprovou no coração. Justificou ao final da confissão que era bom cristão e pediu perdão e misericórdia. Confessou-se no último dia da graça e foi admoestado pelo visitador para que não voltasse a cometer tais práticas.

Pero de Vila Nova também era francês, nasceu na cidade de Provins¹⁶⁸, tinha cinquenta e cinco anos, cristão-velho, casado. Narrou que, em 1557 veio numa frota da França composta por três naus. O monsenhor era Debuela Conte (sic) “Bois le Compte”¹⁶⁹, e havia outros monsenhores franceses. Todos aportaram no Rio de Janeiro, onde não havia nenhum português. Como os luteranos eram mais numerosos do que os católicos no local, [...] “come | caraõ aespilhar seus Liuros Luteranos e sa | mear sua doutrjna Luterana fazendo es | colas pubrijcas de sua sejta Luterana cons | trangendo e forçando com a coutes atos dos | os mocos e mançebos de pouca ydade [...]”. Mancebos, moços foram todos forçados e constrangidos com açoites para que frequentassem as escolas luteranas. Na ocasião, Pero de vila Nova relatou que tinha dezoito ou dezenove anos e que frequentou as escolas, por cerca de dez dias, onde os mestres luteranos liam e ensinavam a seita luterana. Após onze anos fugiu com cristãos portugueses e foi viver com negros gentios, por cerca de dez meses. Depois foi para São Vicente, capitania que já era povoada por cristãos portugueses. O

¹⁶⁷ Comuna francesa localizada na Alta Normandia, no departamento do Sena Marítimo.

¹⁶⁸ Cidade medieval localizada nas proximidades de Paris.

¹⁶⁹ “Trata-se de Bois le Comte, sobrinho de Villegaignon, a que este incumbiu, em 1559, de substituí-lo no governo da “França Antártica”, no Rio de Janeiro. Os luteranos a que faz menção o confitente são calvinistas franceses, ou huguenotes”. (VAINFAS, 1997, p. 191).

visitador perguntou sobre os erros dos luteranos, contra a Santa Fé Católica, e Pero os enumerou: 1- Os luteranos ensinavam e diziam que Deus não fez a missa, que quem a fez foram os homens; 2- A hóstia sagrada da missa não continha o corpo de Cristo. O verdadeiro sacramento era receber um pão em comemoração do corpo de Cristo; 3- Negavam a veneração da cruz, imagens e não criam em Nossa Senhora; 4- Não deveriam se confessar a homens pecadores e não tinham sacerdotes nem confessores. O visitador o admoestou que fizesse confissão verdadeira e o depoente afirmou que o fez. Foi “processado pelo visitador, sendo sentenciados a abjurar de leve na mesa e não contar a ninguém como eram os “costumes luteranos”. ANTT, IL, proc. 2526”. (VAINFAS, 1997, p.191).

Baltasar Barbosa foi outro depoente estrangeiro que confessou práticas do luteranismo. Tinha quarenta e cinco anos, nasceu em Arcos, próximo à cidade de Braga. Declarou-se cristão-velho, casado e residente em Sergipe. Relatou que havia cinco anos se perdera na costa de Sergipe, o novo, que no momento da confissão já era batizada de São Cristóvão. O depoente e os seus companheiros tiveram os barcos tomados por luteranos franceses. Certa feita, estava com um luterano e que lhe perguntou se, quando fosse a Roma, o papa poderia perdoar as culpas de luteranos. Um seu companheiro, Antônio Gonçalves, respondeu que sim. Baltasar Barbosa relatou que contradisse o seu companheiro e negou que o papa pudesse perdoar o pecado de luteranismo. Após tal afirmação o luterano blasfemou contra o papa.

O português Baltasar André nasceu no Porto, era cristão-velho, tinha vinte e três anos e era casado. Também relatou que o seu navio foi tomado por luteranos ingleses, quando ia em direção ao Porto. Na ocasião, foram levados para a cidade de Antona¹⁷⁰ e, por dois meses e meio, ficaram no mar, na companhia dos luteranos. Relatou que os luteranos sempre faziam as suas orações em inglês, pela manhã e à noite, assentados e desbarretados. Essas práticas também eram reproduzidas pelo depoente e também pelos seus companheiros. Relatou que em Antona foram por seis ou sete vezes às

¹⁷⁰ Vainfas (1997, p. 296) afirma que trata-se de Southampton, cidade portuária localizada no sul do Reino Unido.

mesquitas¹⁷¹ e igrejas dos luteranos, onde estavam e faziam as suas pregações. Descreveu que no interior da igreja não havia retábulo, nem imagem de Deus, nem de Santo. No meio do templo havia um pau com uma ave, como corvo, feito de metal, além de um púlpito onde pregam os luteranos com o uso de um livro. Ademais existiam bancos cobertos por panos finos, roxos e azuis, nos quais os luteranos comungavam ao seu modo - comiam fatias de pão e bebiam cerveja. Frequentou o templo por algumas vezes e nessas ocasiões agiu como se fosse luterano.

Mais um francês se apresentou ao visitador. Trata-se de Simão Luís, filho de luterano, nasceu em Rabra Nova, tinha trinta e cinco anos e era viúvo. Informou que, quando tinha dez anos, ainda em sua terra, fugia da religião católica da mãe e seguia a religião luterana do pai. Veio para o Brasil em busca de pau brasil. Quando estava no rio São Francisco, fugiu e foi morar como os negros gentios do Brasil. Viveu como gentio por dois anos, na época tinha doze anos e não teve a lei de Jesus. Em seguida, fugiu dos gentios e foi para Salvador. Em Vila Velha, confessou-se com o cura e os padres da Companhia de Jesus, os quais o doutrinaram na religião católica e desde então não agiu de modo diferente. Todavia, em seu coração, sempre achou que não era necessário rezar aos santos, honrá-los, nem rogar-lhes nada. Somente deveria fazer tais súplicas a Deus, Jesus Cristo e Nossa Senhora. O visitador impôs-lhe que fosse todas as manhãs ao Colégio de Jesus instruir-se com o padre Pero Coelho, até que tivesse o verdadeiro conhecimento da fé católica. Ao final da confissão, foi admoestado de que deveria fazer confissão geral e trazê-la por escrito à mesa, como comprovação de que o fez.

Pero Gonçalves nasceu em Guimarães, tinha vinte e sete anos, declarou-se cristão-velho e era viúvo. Como os demais depoentes, também teve o navio invadido quando ia para São Vicente. Desta feita foram luteranos ingleses, com os quais ficou por dois meses e presenciou as práticas luteranas, a saber, leituras e orações, conforme descrito nas confissões anteriores. Com medo de represálias, também agia como luterano, embora no seu coração tivesse fé em Cristo. O visitador perguntou-lhe quem eram os seus companheiros. Ele forneceu

¹⁷¹ O depoente ou o notário provavelmente se enganaram, visto que se denomina de mesquita uma igreja luterana.

uma grande lista de nomes, informou onde residiam e os ofícios exercidos. O visitador mandou ter segredo e instruiu ao depoente que retornasse à mesa no mês de março de 1592.

Francisco Pires nasceu em Portugal, no Porto de Miragaia. Tinha trinta anos, era casado e exercia a função de mestre de uma nau que veio do porto de Nossa Senhora do Castelo, em 14 de janeiro de 1592, menos de um mês da data de confissão do depoente, que ocorreu em 7 de fevereiro do mesmo ano. Consoante os elementos descritos por Francisco Pires, observou-se que ele estava no mesmo barco de Baltazar André, na ocasião em que iam para o Porto, e foram capturados por navios ingleses. Tal como o primeiro depoente, foram levados para a cidade de Antona (Southampton), onde entraram na igreja de luteranos, com as mesmas descrições que foram apresentadas na confissão de Baltazar André. Acrescentou que presenciou o batismo de uma criança luterana. Concluiu a confissão pedindo perdão e enumerou os companheiros que estavam com ele na ocasião, dentre os quais Baltazar André.

Francisco de Azevedo também era português, nasceu na Quinta do Telhado, comarca da cidade do Porto, tinha vinte e seis anos, era cristão-velho, solteiro e residia em Matoim, no engenho de Jorge de Magalhães. Narrou que, em 1585, vinha para o Brasil, em um galeão chamado *Nossa Senhora d'Ajuda*, o qual foi capturado por franceses luteranos, com os quais ficaram por três meses. Relatou que teve de comer carne nos dias em que a igreja a proíbe, pois não teve como negar. Quando os luteranos fizeram as orações, acompanhou-os e se colocou desbarretado como eles. Forneceu o nome de todos os companheiros que foram pegos com ele e foi admoestado pelo visitador sobre a proibição de comer carne em dias defesos. Embora o depoente relate fatos relacionados à blasfêmia, optou-se por inserir tal confissão como prática de luteranismo, em consonância com os relatos descritos nas demais confissões.

Faz-se mister destacar que todos os nove depoentes, os quais confessaram práticas de luteranismo são estrangeiros portugueses ou franceses. Em sete ocorrências, foram tomados por navios de luteranos - 4 ingleses e 3 franceses – e tiveram acesso às práticas luteranas. Ademais, Pero de Vila Nova, cujo navio não foi capturado, mas teve acesso ao luteranismo quando aportou no

Rio de Janeiro. O único depoente que afirmou que seguia o luteranismo, por herança do pai, foi o francês Simão Luís, que seguiu o luteranismo até dez anos de idade. Todos os outros oito depoentes declaram-se cristãos-velhos e só realizaram práticas luteranas, a exemplo de orações, por serem prisioneiros.

Dentre os depoentes que praticaram o luteranismo, conforme a tabela 7 observa-se que três franceses e dois portugueses encontravam-se em navios capturados por luteranos franceses (3) ou ingleses (4).

	Nacionalidade do depoente	Nacionalidade do navio luterano
Francês	3	3
Português	6	0
Inglês	0	4

Tabela 6 - Nacionalidade do depoente X Nacionalidade do navio luterano.

Dos nove depoentes, dois residiam em Sergipe, dois em Salvador, um em Jaguaripe, um em Perabucu, um em Matoim e um não declarou o local de residência, pois havia poucos dias que chegara ao porto de Salvador.

3.3.6 Livro proibido

A leitura de livros foi uma prática perseguida pela Santa Inquisição, mesmo antes da criação do Tribunal do Santo Ofício em Portugal, consoante já se descreveu na subseção 2.1.5 desta tese. Em apenas três confissões do LRC, refere-se a leitura de livros interditados pelo Tribunal do Santo Ofício. Abreu (1922, p.43) definiu tal prática típica de “alguas pessoas, ou pessoa, [que] tem livros, e escrituras, para fazer os dittos cercos, e invenções dos diabos, como ditto he, ou outros alguns livros, ou livro, reprovados pela Sant Madre Igreja.” (ABREU, 1922, p.43).

A depoente Paula de Siqueira, que foi condenada pelo crime de sodomia, também leu o livro *Diana*¹⁷², conforme descreveu Vainfas, embora tal informação não conste no corpo da confissão da depoente.

Bethencourt (2000) descreve em seus estudos que a perseguição à leitura de livros proibidos não se limitou aos leitores, mas estendeu-se também aos livreiros, tipografias e livrarias. O autor ressalta que foram nomeados numerosos agentes do Conselho do Santo Ofício para inspecionar as livrarias: “trata-se de comissário, inquisidores e qualificadores investidos de poderes para levar a cabo os inquéritos necessários”. (BETHENCOURT, 2000, p.198). Frequentemente os livreiros eram convocados pelos inquisidores portugueses, a exemplo do frei Jerônimo de Azambuja, para que apresentassem a lista de todos os livros que possuíam, a fim de aferir se algum pertencia ao rol de obras proibidas. A visita às tipografias eram realizadas anualmente, “justificada pela informação de existir uma prática regular de impressão de livros sem autorização, com o recurso à falsificação de marcas de tipógrafos e à indicação de falsos locais de edição”. (BETHENCOURT, 2000, p.198). Bethencourt declara que, no rol de livros confiscados em Portugal, no século XVI, constavam, sobretudo, “romances de cavalaria, livros de prognósticos ou de segredos da natureza, textos de Cervantes (o Quijote) ou de Lope de Vega, a *Celestina*, o *Orlando furioso*, o *Cancioneiro geral*, o *Cortegiano* e um livro de comentários de Erasmo, entre outros”.

A interdição da leitura de livros proibidos, consoante se observa no LRC, limita-se no Brasil à proibição de leitura, visto que não existiam livrarias, muito menos tipografias no Brasil. Nos depoimentos descritos no códice, os confessados não relatam como adquiriram as obras que leram, muito menos de onde eram provenientes. Hallewell (2005, p.80) descreve que

Nesse primeiro século e meio de colônia, a administração do Brasil era tão rudimentar e a população tão pequena e espalhada por uma área tão vasta que a indústria da impressão não era administrativamente necessária nem economicamente possível.

Pressupõe-se, portanto, que o lisboeta Bartolomeu Fragoso possa ter lido *Diana* ainda em Portugal. Em contrapartida, Nuno Fernandes e Domingos Gomes Pimentel nasceram na Bahia e tiveram acesso à leitura de livros defesos, os quais

¹⁷² Na subseção 2.1.5 descrevem-se informações específicas sobre a obra.

não foram produzidos no Brasil, mas estavam disponíveis a uma ínfima parte da população. Em termos percentuais, apenas 4 % das confissões foram relacionadas à prática da leitura de livros proibidos. Cabe ressaltar que Paula de Siqueira foi processada pela leitura de *Diana*, conforme apresentou Vainfas (1997). Todavia, tal informação não foi descrita no LRC, mas no ANTT, IL, processo 3307.

3.3.7 Bigamia

No Monitório de 1536, afixado por ocasião da primeira Visitação, *apud* Abreu (1922, p.43) faz-se breve questionamento que caracteriza o crime de bigamia: “Item, se sabeis, vistes, ou ouvistes, que alguas pessoas se casassem duas vezes, sendo o primeiro marido, ou a primeira molher, vivos, sentindo mal o Sacramento do matrimonio”. Enquanto que no Regimento do Santo Ofício de 1772 declara-se que a prática da bigamia resulta

Pela Denúncia, que houver de alguma Pessoa por casar duas vezes, se não procederá sem primeiro se verificarem ambos os Matrimonios, e constar que foram contrahidos na fôrma do Sagrado Concilio de Trento; e que no tempo, em que se celebrou o segundo, era ainda viva a primeira Mulher, ou o primeiro Marido; o que de tal fôrma deve constar, que para Prova de ambos os Matrimonios não bastará a confissão dos Réos sem Certidões dos Livros dos Casamentos, ou Testemunhas, que a elles assistissem; nem tambem para mostrar-se, que era viva a primeira Mulher, ou o primeiro Marido ao tempo, em que se celebrou o segundo Matrimonio, sem ditto haver Informação Judicial: Salvo se a Prova se houver de fazer em partes tão remotas, que seja necessaria grande dilação porque nesse caso se verá sua confissão em Meza, e se tomará nella o Assento, que parecer, e com elle subirá ao Conselho Geral. (SANTO OFÍCIO, 1772, p.45).

No LRC são enumeradas quatro confissões relacionadas à prática da bigamia. O primeiro depoente a confessar-se foi Baltazar Martins de Florença, nascido em Florença, na Ilha da Madeira. Tinha quarenta e dois anos, era casado, mestre de açúcar e residia em Cotegipe. Relatou que havia vinte e seis anos, em 1565, contraíra núpcias no Funchal, Ilha da Madeira, com Isabel Nunes de Gados. Destacou que o casamento foi celebrado por um cura, conforme manda a Santa

Madre Igreja. Sobre tal questão Vainfas (2014, p. 105) destaca que a Igreja Tridentina buscou “uniformizar os ritos matrimoniais de impor as regras do sacramento sobre os costumes sociais ou as decisões individuais. Subordinar o casamento à autoridade eclesiástica implicava zelar pelos impedimentos oficiais [...]”. O casal conviveu maritalmente por seis meses e após esse período recebeu a informação de que Isabel Nunes já era casada, de acordo com os preceitos da Igreja, em Tânger, com Bento da Veiga. Já no Brasil, Baltazar casou-se com Susana Borges Pereira, na Igreja de Vila Velha, cuja celebração foi realizada pelo vigário Marçal Rodrigues.

Isabel Nunes soube na Ilha da Madeira que Baltazar casara-se novamente e, por isso, enviou a Salvador um precatório do bispo, o qual culminou com o degredo do depoente para as galés. O depoente informou que cumpriu o degredo por dois anos e, quando retornou para o Brasil, soube que a primeira esposa havia falecido. Voltou o mesmo a conviver maritalmente com Susana, com a qual contraiu novas núpcias na Igreja de Calpe. Baltazar voltou a ser condenado, porque foi denunciado pelo vigário geral, visto que, quando se casou pela primeira vez com Susana, ainda era casado com Isabel. Consta à margem esquerda da confissão que “Ja he sentemceado pello Bispo e degradado”.

A castelhana Catarina Morena tinha vinte e nove anos, pouco mais ou menos, era natural de uma aldeia a duas léguas de Toledo, chamada Nave-del-Moras (sic), e foi criada em Taverna de la Reina, arcebispado de Toledo. Catarina confessou que, quando tinha dezoito anos, casou-se com Francisco Durán, na cidade de Málaga, bispado de Granada. Contraiu matrimônio de acordo com os preceitos da Santa Madre Igreja, na Igreja de São João e conviveram maritalmente por seis meses. Após esse tempo, relatou que passou a sofrer maus tratos do marido e decidiu fugir para o Brasil, acompanhada pelo castelhano Francisco de Burgos. Os dois conviveram no Brasil por seis anos, depois se separaram e ela foi para a capitania de Pernambuco. Na ocasião, por ser muito pobre, redigiu uma carta falsa, na qual fez constar que o seu marido Francisco Durán estava morto. Após esse fato casou-se pela segunda vez, com Antônio Jorge, o qual confiou no documento apresentado e contraiu matrimônio com a depoente, na Igreja matriz de Pernambuco: “e se reçebeo com | o ditto Antonio Jorge per pallau[r]as de pre | sente dizendo que recebia aelle antonio Jorge | por

seu marido como manda asanta ma | dre Igreja e outrossim dizendo o ditto | Antonio Jorge que recebia aella confessante | per sua molher como manda a santa madre | Igreja como he notorio e sabido na dita | uilla de pernaõbuco e depois de assim | serem reçebedos estiueraõ de humas por | tas a dento como marido e molher [...].

Após um ano e meio de matrimônio com Antônio Jorge, Catarina Morena confessou o pecado a um padre da Companhia de Jesus. Este negociou secretamente com o vigário da Vara de Pernambuco, que informou a Antônio que se afastasse da mulher, pois o casamento era ilegítimo. Por esse motivo, a confessada havia cinco anos que estava morando na Bahia e apresentou-se ao visitador para confessar a culpa de que contraiu segundo casamento com o primeiro marido ainda vivo. Consta à margem esquerda da confissão a informação de que já era sentenciada.

A septuagenária Antônia de Barros declarou que nasceu em Benavente, Portugal, era cristã-velha e viúva. Informou que, em 1559, veio degredada para o Brasil pelas justiças seculares, por um período de cinco anos, visto que o marido acusou-a de adultério. Ainda em Portugal, manteve relacionamento conjugal com Henrique Barbas. Veio com ele para o Brasil, onde aportaram na capitania de Porto Seguro. Alguns dias após a chegada, os dois se casaram, mesmo sabendo ambos que o marido da confessada, Álvaro Chaveiro, estava vivo em Portugal. Antônia relatou que Henrique Barbas negociou com testemunhas falsas, para afirmarem junto ao padre que a candidata a esposa era viúva e que ele era solteiro.

Após quinze anos de casada, na capitania de Porto Seguro, passou a sofrer açoites e pancadas do marido, pediu abrigo na igreja da localidade onde confessou que já era casada anteriormente e que o seu marido legítimo ainda estava vivo. Informou, na ocasião da confissão, que Henrique Barbas estava na capitania do Espírito Santo. O visitador inquiriu ainda a depoente sobre o local onde se casara no Brasil e em Portugal e solicitou-lhe que informasse os nomes de todos os envolvidos, do padre às testemunhas. Descreve-se à margem esquerda da confissão que a depoente foi sentenciada. Vainfas (1997, p. 146) explica que Antônia de Barros foi “Processada pelo visitador, mas desagravada

por ter confessado na graça: abjuração na mesa e penitências espirituais. ANTT, IL, proc. 1279”.

3.3.8 Feitiçaria

A feitiçaria foi uma prática descrita em quatro confissões, as quais foram realizadas por três mulheres e um homem. No Monitório de 1536 constam as características de uma pessoa que efetua práticas de feitiçaria, desse modo:

Se sabeis, vistes ou ouvistes, qeu [sic] algumas pessoas, ou pessoa, fezerão ou fazem certas invocações dos diabos, andando como bruxas de noite em companhia dos demonios, como os maleficos, feiticeiros, maleficas, feiticeiras, costumão fazer, e fazem encommendandose a Belzebut, e a Sathanas, e renegando a nossa sancta Fé Catholica, offerecendo ao diabo a alma, ou algum membro, ou membos do seus corpo, e crendo em elle, e adorando, e chmando o, para que lhes diga cousas que estão por vir, cujo saber, a sô Deos todo poderoso pertence. (ABREU, 1922, p.43).

Paula de Siqueira, mulher que lia e escrevia cartas, já foi citada na subseção 2.1.4 por ter sido acusada e condenada pela leitura de livros proibidos, também confessou práticas de feitiçaria. Conseguiu uma pedra d'ara¹⁷³ com um moço de que não se recordava o nome. A encomenda era para o marido da depoente. Ela moeu a pedra até transformá-la em pó, colocou tudo em um copo de vinho e ofereceu-o ao seu marido, Antônio de Faria. Quando o marido bebeu o pó, a depoente proferiu palavras de que não se recordava. A mulher que ensinou tais práticas chamava-se Isabel Rodrigues, cuja alcunha era Isabel, a boca torta. Sobre a dita Isabel e outras feiticeiras, Abreu (1922, p.23) observou que

Com a sexualidade andaram sempre em estreito amplexo as feiticeiras, capazes de produzirem impotencia ou esterelidade. Nem uma compareceu perante o visitador: tres citam-se com maior inisistencia. Isabel Rodrigues, de acunha Bocca torta, Antonia Fernandes, de alcunha Nobrega, Maria Gonçalves, de alcunha Arde-lhe-o-rabo. Bocca torta, a mais modesta, apenas fornecia pós mirificos e ensinava orações fortes. A Nobrega, proxerenta de gostos torpes

¹⁷³ Ara ou Pedra d'Ara, a pedra sobre o altar na qual se colocam as relíquias dos Santos. (Fonte: Site Liturgia Católica. Disponível em: <<http://www.salvemaliturgia.com/p/vocabulario-de-alfaias-e-objetos.html>> Acesso em: 24 jun. 2016).

e sacrilegos, impava de pacto com o diabo; possuía num vidro certa cousa que falava e respondia quando lhe perguntavam, cousa amiga de cebolas e vinagres, que gostava lhe desse uma vez por semana. Arde-lhe o rabo dez annos antes, degredada por feiticeira, desembarcara de Pernambuco, aonde estivera de carocha á porta de igreja. A alguém que se queixava de pouca efficacia de suas feitiçarias, respondeu segundo uma denunciante: “por muito que ella me dê, muito mais lhe mereço, po que eu ponho me a meia noite no meu quintal com a cabeça ao ar e com a porta aberta para o mar e enterro e desenterro uma botijas e estou nua da cinta para cima e com os cabellos e falo com o diabos e os chamo e estou com elles em muito perigo”.

Catarina Fróes tinha cinquenta anos, nasceu em Lisboa e era casada. A denunciante delatou Arde-lhe o rabo pelos motivos já descritos por Abreu. Catarina descreveu que Maria Gonçalves, ou Arde-lhe o rabo, era mulher vagabunda e solteira. A relação entre ambas decorre da solicitação, por parte de Catarina, para que Maria fizesse uns feitiços para amansar o genro, Gaspar Martins, ou para que morresse ou o matassem na guerra de Ceregipe. O pedido do feitiço foi justificado na confissão pela sogra, que declarou que o genro não dava boa vida à filha. O pagamento pelos feitiços foi feito em dinheiro, mas, antes de Maria fazê-los, a depoente desistiu. Em outra ocasião, cerca de dois anos antes da confissão, a depoente encomendara um feitiço para o marido de outra filha, Catarina de Souza, com o intuito de o genro Antônio Dias fazer tudo o que a mulher quisesse. Como feitiço, Maria deu-lhe um botão e um retalho de capa do genro, além de uns pós, os quais deveriam ser colocados debaixo dos pés, quando a filha quisesse. Catarina Fróes informou ao visitador que tudo o que fez foi a pedido da filha Catarina de Souza, que não utilizou os feitiços feitos por Maria Gonçalves.

A lisboeta Guiomar de Oliveira tinha trinta e sete anos, era casada e residia em Salvador. Iniciou a confissão com o relato de que conheceu Antônia Fernandes ainda em Lisboa, já citada por Abreu (1922) como a *Nobre*, a qual veio degredada para o Brasil por ter alcovitado a filha, Joana Nóbrega. Como ambas já se conheciam em Lisboa, voltaram a ter amizade no Brasil e, na ocasião, a depoente e o seu marido acolheram e agasalharam a tal Nobre, que dormiu e comeu muitas vezes na casa de Guiomar. Com o estreitamento da amizade entre as duas, Antônia Fernandes contou que era mal casada e na ocasião descobriu que tinha poderes de falar com o diabo, o qual a obedecia e fazia o que ela

quisesse. A Nobre narrou que uma vez mandou o diabo matar um homem e ele o matou. Em outra ocasião, recebeu escritos do diabo, feitos com o sangue do seu dedo, no qual ensinou-lhe feitiços.

Certa feita ensinou a Guiomar que “tomase tres auelañs ou em lugar de auellañs | tres pinhois dos que nesta terra há que servem de purgas | furados com hum alfenete tirado do miolo fora entaõ re | cheados de cabellos de todo seu corpo della confessante e de | unhas de seus pes e mãos e de rapaduras das solas dos | seus pes e assi mais com huma unha do dedo pequeno do pe | da mesma antonia fernandez, e que assi | recheados os dittos pi | nhois desse o que tudo ella confessante [...]” Tal poção foi dada a João de Aguiar, para amansá-lo e também para que não cobrasse a dívida de aluguel contraída pela depoente e pelo marido. Em outra ocasião, recebeu da Nobre uns pós feito com osso de finado, ou seja, de morto, os quais pos dentro do vinho e deu ao seu marido para beber, a fim de que fossem bem casados. Além disso, a Nobre aprendeu com o diabo que a semente do homem¹⁷⁴ fazia muito bem quando era dada para beber à pessoa a que se queria bem. Para obtê-la, após o ajuntamento carnal, a mulher deveria tirar a semente do vaso¹⁷⁵ e depois dar ao marido juntamente com vinho. Para ficar bem com o marido, Guiomar realizou o feitiço aprendido.

O visitador perguntou se a depoente fez pacto com o demônio e ela afirmou que não. Também interrogou sobre mais feitiços aprendidos e a depoente apresentou uma longa lista. Certa feita, a Nobre disse-lhe que ensinaria e daria mais feitiços quando fosse para Portugal, onde ela tinha uma “coisa” que falava e respondia quando queriam saber e que não podia deixar cebola e vinagre próximos da “coisa”, pois poderia comê-los. Levou Guiomar a conversar com um clérigo da Sé de Salvador, com o objetivo de conseguir óleos do batismo. Pretendia dar tal óleo ao diabo, além de untar os lábios para conquistar quem quisesse, pelo beijo. A depoente informou que não levou a cabo sua pretensão. Também ensinou que em um ato carnal desonesto dissesse na boca da outra

¹⁷⁴ Significa “esperma”, “sêmen”. Bluteau (1728, p.273) define ‘esperma’ como “Termo Mmedico. Substancia seminaria, da qual he gerado o animal. Todas as partes espermaticas (segundo Hippocrates) se formão no mesmo tempo, & no dia do settio apparecem no feto, & acabam de se aperfeiçoar, no dia trigesimo nos homens, nas femeas no quadragesimo [...]”.

¹⁷⁵ Significa vagina, conforme se descreve na seção 2.

pessoa cinco palavras da consagração, em latim: *hoc est enim corpus meum*¹⁷⁶. Com isso, a pessoa a quem quisesse bem endoideceria de amor. Relatou que a Nobre ensinou-lhe mais palavras, as quais encantariam a qualquer pessoa: “foam eu te enquanto e reen | quanto com o lenho da uera cruz, e com os anjos philoso | phos que são trinta e seis e com o mouro encantador | que tu te não apartes de mĩ e me digas quanto soube | res e me des quanto tiueres, e me ames mais que todas | as mulheres”.

A Nobre relatou que o diabo que a guardava chamava-se Antonim, o qual ela recebeu de Lucifer. Em outra ocasião, relatou que cortou a mão de um negro que morreu enforcado, provavelmente para utilizá-la em feitiços. Expôs que a sua filha, Joana Nóbrega, que estava no Reino, também era feiticeira diabólica, tinha um familiar¹⁷⁷ no anel que trazia no dedo, o qual se chamava Baul¹⁷⁸. Ademais confessou que a filha cometia pecados somitígios¹⁷⁹ e nefandos, pois dormia com estrangeiros por detrás, pois lhe pagavam bem.

Ao final da confissão, Guiomar informou que a Nobre não estava mais no Brasil, mas em Portugal. Foi indagada pelo visitador sobre os resultados obtidos com os feitiços aprendidos e informou que obteve sucesso com João de Aguiar, ao qual devia aluguéis. Após o feitiço João deixou de cobrá-los e disse-lhes que pagassem o aluguel quando pudessem, e também passou a namorá-la, com uma feição de amor e carinho. Ademais relatou que o seu marido melhorou com os pós que ela deu, um deles feito com cinzas de defunto. Foi admoestada pelo visitador para que não acreditasse em feitiços, nem em seres diabólicos. Por fim, enumerou o nome das pessoas que poderiam denunciar mais informações sobre Antônia Fernandes, a Nobre. Dos indivíduos citados, nenhum se confessou no

¹⁷⁶ Significa “Isto é o meu corpo” e representa parte da oração que é utilizada pelo padre na Consagração da hóstia. MISSALE ROMANUM. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/apost_constitutions/documents/hf_p-vi_apc_19690403_missale-romanum.htm>. Acesso em: 10 dez. 2014.

¹⁷⁷ “Diabretes domésticas enviadas pelo diabo para servir às feiticeiras, segundo larga tradição medieval”. (VAINFAS, 1997, p.138).

¹⁷⁸ “Provavelmente corruptela de Baal, deus-sol dos cananitas que, no Antigo Testamento, aparece como o mais terrível dos deuses pagãos. Foi depois “demonizado” pela Igreja”. (VAINFAS, 1997, p.138).

¹⁷⁹ “Sodomita e somitígio eram sinônimos, sendo a segunda palavra mais vulgarizada. Sua etimologia é duvidosa, podendo derivar de *semita* e, neste caso, indica associação popular entre *judeus* (cristãos-novos judaizantes) e *sodomitas*, uns e outros estigmatizados e queimados em autos-de-fé”. (VAINFAS, 1997, p.139).

LRC. A confissão ocupou quatro fólhos, o dobro do que se observou na média das demais confissões, por conter riqueza de detalhes.

João Rodrigues, sexagenário, nasceu na Vila de Moura, era casado e residia na freguesia de Nossa Senhora da Piedade, no engenho de Bernardo Pimentel¹⁸⁰. João Rodrigues declarou que tinha o poder de fazer “cair” bicho do gado. Certa feita informou que, ainda em Portugal, onde nasceu, agiu para curar o gado de um homem, cujo nome não se recordava. Para tanto, relatou que tomou nove pedras no chão e disse as seguintes palavras: “encanto bj | zandos com o diabo major, e com o menor, e com | os outros todos, que aos tres dias cajamtodos, | e estas palauras dezia noue uezes, e cada uez | que as acabaua dedizer, lancaua huma das dittas | pedras pera encontra o lugar onde andaua o gado.” Além disso, interrogou se o depoente deixara de crer na fé de Jesus Cristo antes e depois do encantamento; respondeu que não. João Rodrigues recebeu ordens do visitador, sob pena de ser gravemente castigado, que não usasse mais tais práticas e que retornasse no mês de março de 1592. Descreve-se à margem esquerda da confissão que “Reprehendi a este | *confitemte* e dei lhe pe= | nitenças espirituais. E mandej o confessar | e troxe escrito do con= | fessor”. Diferentemente das mulheres que declaram crimes de feitiçaria, as quais aprenderam os encomendaram os ditos feitiços, Bernardo aparentemente foi o autor das próprias práticas, visto que afirmou não saber quem o ensinou. Concluem-se as denúncias de feitiçaria.

3.3.9 Solicitação

O vigário Antônio Fernandes foi o único religioso denunciado pela prática de solicitação, caracterizada como “tentativa de um sacerdote seduzir uma mulher no ato da confissão. (CARVALHO, 2011, p.54).” A vítima é Antônia Correa, com idade entre dezessete e dezoito anos. Nasceu em Lisboa e era casada com Noitel Pereira. A depoente informou ao visitador que, na quaresma passada, quando ainda morava na freguesia de Sergipe do Conde, confessara-se com o vigário Antônio Fernandes, mas que o fez em decorrência da obrigação imposta pela

¹⁸⁰ Bernardo Pimentel era casado com Dona Custódia, neta de Ana Rodrigues.

Igreja, por blasfêmia.¹⁸¹ Ainda dentro do confessional, após absolver-lhe, afirmou que o vigário disse-lhe: “mal empregada era ella em seu marjdo, e que | se ella fora sua molher delle, uigajro que doutra | maneira com uestidos de seda aouuera detrazer | e que se ella | qujsese alguã cousa que lha pedisse que | elle farja tudo.”¹⁸² Antônia compartilhou o ocorrido com o marido, que blasfemou ao dizer que era melhor confessar-se a um pão do que a um clérigo, pois eles acometiam as mulheres.

3.3.10 Fornicação

Buscou-se analisar o enquadramento de cada heresia, com a máxima acuidade na identificação dos crimes confessados, a fim de não se incorrer em erro. Mesmo assim, não se conseguiu classificar com segurança o caso de Antônia Fogaça. Das heresias relacionadas à esfera do relacionamento entre homem e mulher, concluiu-se que a fornicção seria a mais próxima dos fatos narrados na confissão de Antônia Fogaça, que inclusive recebeu pena de excomunhão *ipso facto incurrenda*¹⁸³, do bispo Antônio Barreiros. A depoente recebeu uma pena relacionada a pecados muitos graves, a qual proibia terminantemente que o pecado praticado voltasse a ser reproduzido. O bispo impediu que Antônia Fogaça voltasse a falar com o cunhado Fernando Ribeiro de Souza, fosse pessoalmente ou através de cartas.

Antônia Fogaça nasceu em Salvador, tinha vinte e oito anos, era filha de Diogo Zorrilla, procurador de índios¹⁸⁴. A depoente na ocasião já era viúva, mas foi casada com Antônio Dias Adorno, famoso por ter atuado na busca de metais

¹⁸¹ Conforme consta na subseção 3.4.2.

¹⁸² A respeito da solicitação, Carvalho (2011, p.111) explica que “a generalidade da prática permitiu a derivação de um tipo de delito especial que correspondia à tentativa de sedução de uma mulher no acto da confissão: a chamada ‘solicitação’ que foi equiparada a heresia e caiu na jurisdição da Inquisição”.

¹⁸³ Refere-se a excomunhão maior na qual se proíbe que a pessoa volte a cometer os mesmos erros que a levou à excomunhão. Alexandre (2013, p.123) afirma que “Mais precisamente, a autoridade de uma decretal de Gregório IX estabelece a distinção entre excomunhão menor, ou penitencial, que separa dos sacramentos, e a excomunhão maior, que separa da comunidade dos fiéis”.

¹⁸⁴ Responsável pela fiscalização do casamento entre índios, a fim de verificar se já eram casados em concordância com os preceitos da Igreja Católica. (ANCHIETA e VIOTTI, 1989, p.155).

preciosos e no aprisionamento de índios, consoante se descreveu na seção 2.1.3 desta tese. Antônio Dias Adorno era neto de Caramuru¹⁸⁵ e de Catarina Paraguaçu¹⁸⁶, filho de Paulo Dias Adorno.

Antônia Fogaça iniciou a confissão tratando da sentença que havia recebido do bispo Antônio Barreiros, na qual constou que não poderia manter contato com o cunhado Fernão Ribeiro de Souza¹⁸⁷, até “cessarem certos escândalos”. O bispo estabeleceu que a depoente só dialogasse com o cunhado para tratar sobre o dote referente ao casamento com a sua irmã. Todavia, mesmo com “a dita pena posta”, voltou a escrever recados e escritos sobre tal dívida, além de outra carta que mandou no Natal de 1590, na qual o repreendeu e aconselhou com palavras de escândalo. Por sua vez, “o ditto fernaõ Ribeiro lhe mandou | mais aella dous escriptos cada hum per sua | uez em djas diferentes nos quais lhe fallaua | tambem a cerca das ditas contas, eJunta | mente nelles usaua de pallauras afejcoa | das e amorosas que he a materja sobre que lhe foj | posta a ditta prohibiçaõ pello Bispo sob a | djcta pena.” Após receber os escritos do cunhado, Antônia informou ao menino que as trouxe, que ela não responderia, pois havia recebido pena. Em outra ocasião o cunhado mandou-lhe recado que

¹⁸⁵ “Diogo Álvares, cognominado Caramuru, é o exemplo mais repetido da capacidade de aclimação e mobilidade do português na Bahia. É certo que há muita coisa obscura a respeito de sua origem. Na versão mais conhecida, ele aparece originário do norte de Portugal, talvez até da Galícia, motivo para o donatário Pero de Campo Tourinho o denominar “galego”. Teria sido um naufrago de embarcação francesa que os tupinambás aceitaram temeroso do tiro que disparou com arma de fogo, que desconheciam. Essa versão o coloca na Bahia em 1510, todavia data de muitos anos depois da sua morte”. (TAVARES, 2008, p.69).

¹⁸⁶ “Diogo Álvares teria se ligado a diversas mulheres tupinambás. Em 1527 ou 1528 foi levado à França por comerciantes franceses aos quais ele entregava toros de pau-brasil na praia. Nessa ocasião fez-se acompanhar por uma dessas índias, a futura Catarina de Paraguaçu, que sobreviveu e se tornou personagem histórico conhecida por causa da certidão do seu batismo em uma igreja suíça na cidade de Saint Malo 1528 – origem do seu nome Catarina, que está escrito na certidão com K – e do documento de doação que fez aos padres beneditinos de um pedaço de sesmaria que Diogo Álvares recebeu de Francisco Pereira Coutinho, donatário da Capitania da Bahia”. (TAVARES, 2008, p.69-70).

¹⁸⁷ A historiografia demonstra que Fernão Ribeiro de Souza foi um rico senhor de engenho, cujas propriedades iam “Da boca do rio Una a huma legoa se mete no mar outro rio, que se diz Tarairy, pelo qual entra a maré duas legoas, e outros, onde Fernão Ribeiro Rodrigues fez huma populosa fazenda com um engenho mui bem acabado, e aperfeiçoado com as officinas acostumadas, e huma igreja de nossa Senhora do Rosario muito bem concertada, onde tem muitos homens de soldo para se defenderem da praga dos Aimores, que lhe fizerão já muito. (ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS, 1825, p.129)

queria falar com a cunhada, mas não tratou sobre o tema. Por fim, apesar da afirmativa ao recado que falaria com o cunhado, não chegaram a fazê-lo.

As informações acerca dos pecados cometidos não estão claras. Algumas expressões suscitam curiosidade, a exemplo de “certos escândalos e presunções”, o uso de palavras “afeiçoadas e carinhosas pelo cunhado”. Tais elementos permitem inferir que deva ter ocorrido algum envolvimento amoroso entre os cunhados.

As confissões ora apresentadas foram organizadas por tipo de crime sem obedecer, portanto, à mesma ordem do LRC. Em cada grupo, as confissões estão organizadas cronologicamente, ou seja, a primeira descrição de bigamia é a primeira na ordem de tal crime, consoante se registra no LRC.

3.4 Fichas catalográficas

As fichas catalográficas ora descritas têm a função de trazer as principais informações sobre cada confissão. Tais fichas foram elaboradas conforme o modelo do Projeto Resgate e também se utilizou informações do Regimento do Santo Ofício, com algumas adaptações, quando se julgou necessário. Evitou-se o uso de termos anacrônicos e, para tanto, consultou-se a documentação inquisitorial de período coevo. Cada confissão está organizada na ordem cronológica, de acordo com a ordem do LRC, seguida do fólio que inicia e termina o depoimento. Em seguida são descritos três blocos conceituais, a saber: 1- Documento; 2- Confitente e 3- Culpa. Desse modo, as fichas são compostas por três eixos norteadores, os quais são subdivididos internamente por informações precisas. A seguir descrevem-se a composição interna de cada bloco:

- 1- Documento – a) - Data cronológica** (local onde a confissão foi redigida)
b) - Data tópica (data de apresentação do depoente).
- 2- Confitente - a) Nome** - Frutuoso Alvares (frutuoso aluarez) ; **b) Idade** –65 anos mais ou menos; **c) Local de nascimento** –Vila Real (uilla real) ; **d)**

Grupo étnico¹⁸⁸ - cristão-novo ou cristão-velho; **e) Filiação** - Lançarote Gomes (Lancarote guomez) Leonor Dias (Lianor diaz). **g) Estado civil** - casado com Guiomar Lopes (guiomar Lopez); **h) Profissão** – Alfaiate. Nos que não existe tal informação, descreve-se com “não declara”; **i) Residência** - Cotegipe (quotolgipe desta capetania); Fazenda de Jaguaripe; Bairro do Rio Vermelho em Salvador etc; **j) Assinatura | sinal** - fernao cabral dataide, Sinal, Não assina.

- 3- Culpa - a) Heresia | apostasia** - consta o tipo de crime confessado pelo depoente, exemplos: Sodomia, bigamia, blasfêmia etc; **b) Sentença** - “Dej na Mesa em | secreto a esta confi | temte penitemcias spirituais com a Re | prehemçaõ necessa- | ria, e mãdei a confessar”; **c) Culpa no LRC** - [...] estando agastado pellejando *com* sua molher blas <culpa>femou dizendo arenego de Jesu *crispto* a esta blasfemea [...]; Aferida: [...] confessou mais que | no ditto tempo que aditta abusaõ esteue na | dita sua fazenda que poderia ser dous me | ses pouco mais ou menos ella tinha perasi, e | dizia *que* não podia ser aquillo demonio, se não | alguã cousa santa de deos pois teaziam cruces. **d) Obs.:** - consta nos casos que cabem apresentar alguma informação relevante, que não foi contemplada nos itens supracitados, exemplos: “denuncjar cousas tocantes | digo confessar suas culpas”. A seguir descrevem-se 121 fichas catalográficas.

¹⁸⁸ SALVADOR (1976) estabelece tal identificação.

Confissão 1 – fól. 2v a 3v

1 - Documento

Data cronológica 1591, Julho, 29.

Data tónica Salvador

2 - Confitente

Nome Frutuoso Alvares (frutuoso alvarez)

Idade Não declara

Local de nascimento Não declara

Grupo étnico Cristão-velho

Filiação Não declara

Estado civil Solteiro (dedução)

Profissão Vigário

Residência Matoim

Assinatura | sinal frutoso Alurez

3 - Culpa

Crime Sodomia

Sentença Não consta

Culpa no LRC [...]cometeo atorpezados| **tocamentos desonestos** con algumas quarenta pessoas pouco| mais ou menos, abracando, beijando *scilicet* com cristouaõ da | gujar Mançebo de dezoito annos[...]teue **congreso pordiante** alu| ntando os **membros des honestos hum** com outro semauer pulucaõ com hum mançebo castelhano [...] [...] l. 98-101; 110-113.
[...]que na dicta cidade de braga a vinte e tantos| annos **cometeo elle e conssumou opeccado desodomia huma|uez com hum francisco diaz sarralheiro me|tendo| [[tendo]] seu membro deshonesto pelo seu uas[o] trasejro dormjndo|com elle por detras, como hum homem dorme pordiante com huma|molher pello vaso natural[...]** l. 158-165.

Confissão 2 – fól. 4v a 5r

1 - Documento

Data cronológica 1591, Julho, 29.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome Nicolau Faleiro de Vasconcelos
(Niculao falleiro de uasco goncellos)

Idade 36 anos

Local de nascimento Ilhéus

Grupo étnico Cristão-velho

Filiação Não declara

Estado civil Casado com Dona Ana - dona ana *cristã noua* [...]filha de antonio|
alcoforado defunto cristaõ uelho segundo o dizem e filha | de Isabel
antunez, defunta cristaã noua a qual Isa|bel antunez foi filha de
heitor antunes mercador e mor|rador *quefoi* em Mathoim [...]

Profissão Não declara

Residência Matoim

Assinatura | sinal Niculao fal|eiro de uascogoncellos

3 - Culpa

Crime Judaísmo (denuncia a mulher por práticas judaicas)

Sentença Não consta

Culpa no LRC [...]elle com fesante nesta segunda uez| consentio e aprouou o
dittoderramamento da aguoa aos can | taros porem que elle **naõ**
em tendeo ser isto ceremonial|dos judeus nem oconsentio com
essatencaõ[...] l. 213-216.

Confissão 3 – fól. 5v a 6r

1 - Documento

Data cronológica 1591, Julho, 29.

Data tónica Salvador

2 - Confitente

Nome Fernão Gomes (fernaõ gomez dal cunha deos o guarde)

Idade 60 anos pouco mais ou menos

Local de nascimento Vila Real (uilla real)

Grupo étnico Cristão-novo

Filiação Lançarote Gomes (Lancarote guomez)
Leonor Dias (Lianor diaz)

Estado civil Casado com Guiomar Lopez (gujomar Lopez)

Profissão Alfaiate

Residência Salvador (morador nesta cidade detras da se)

Assinatura | sinal fernaõ guomez

3 - Culpa

Crime Blasfêmia

Sentença Não consta

Culpa no LRC [...]elle confesante dise perante algumas|pesoas que lhe não lembraõ, estas palauras, **cojitado do seruiço|de nosa senhora se eu não fose**[...] l.283-284.

Confissão 4 – fól. 6r a 7v

1 - Documento

Data cronológica 1591, Julho, 31.

Data tónica Salvador

2 - Confitente

Nome Baltazar Martins Florença (baltezar *martinz* florença)

Idade 42 anos

Local de nascimento Florenças, termo de vila da Calheta na Ilha da Madeira (florencas, termo da uilla da calheta na ilha da madeira)

Grupo étnico Cristão-velho

Filiação Gaspar Muniz Preto (gaspar *martinz* preto)
Violante de Florença de Abreu (uiolante de florença dabreu)

Estado civil Casado

Profissão Mestre de açúcar (Mestre de acuqueres)

Residência Cotegipe (quotolgipe desta capetania)

Assinatura | sinal bathezar *martins* florença

3 - Culpa

Crime Bigamia

Sentença Ja he sentenceado pello Bispo e degradado

Culpa no LRC [...]elle confesante [...] deixou aditta sua mulher Jsabel nunez, e despois[...] [...]sabendo elle bem que **ella estaua ujua elle se casou nes|ta ujlla uelha diguo em ujlla uelha desta Capitania com susana|borges pireira**[...] l.356-357;359-361.

Confissão 5 – fól. 8r

1 - Documento

Data cronológica 1591, agosto, 2

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome Pero Teixeira (Pero texeira)

Idade 18 anos pouco mais ou menos

Local de nascimento Touguia em Portugal (touguia em portugual)

Grupo étnico Cristão-novo

Filiação Jorge Rodríguez Nouaro (Jorge Rodrigues Navarro)
Catarina aRana (Catarina Arana)

Estado civil Solteiro

Profissão Mercador

Residência Não declara

Assinatura | sinal Pero Teixeira

3 - Culpa

Crime Blasfêmia

Sentença Ja he sentenceado

Culpa no LRC [...] que al| [...] gumas testemunhas diseraõ que **elle confesante tinha dito auia dous|outres anos que huma bula que estaua em huma Igreja com os| sellos pendentes parecia carta de edittos com chocalhos| pendurados [...]** l. 422-425.

Confissão 6 – fól. 8r a 9v

1 - Documento

Data cronológica 1591, agosto, 2.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome Fernão Cabral de Taíde (fernaõ cabral detaide)

Idade 50 anos

Local de nascimento Silves reino do Algarve (siluisno Reino do algarue)

Grupo étnico Cristão-velho

Filiação Diogo Fernandes Cabral (diogo fernandez cabral)
Ana d'Almada (ana dalmada)

Estado civil Casado com Margarida da Costa

Profissão Senhor de engenho

Residência Fazenda de Jaguaripe

Assinatura | sinal fernao cabral dataide

3 - Culpa

Crime Gentilismo

Sentença Não consta

Culpa no LRC [...]elle comfesante consentio que oditto gentio seja pou sentasse em huma sua aldea dentro naditta sua fazenda| [...]onde he morador e nella se **apousentou ogentio e fez casa| a que chamauaõ Igreja onde puseraõ o idolo[...]** l. 460-463.

Obs. Na confissão de número 42, realizada por Margarida da Costa, mulher do confitente, consta que ele “ora esta preso no carcere dosanto officio”

Confissão 7 – fól 9v a 10v

1 - Documento

Data cronológica 1591, agosto, 3.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome Jorge Martins (jorje *martinz*)

Idade 65 anos

Local de nascimento Vila de Guimarães em Portugal (uilla de guimarais em portugual)

Grupo étnico Cristão-velho

Filiação Baltasar Muniz (balthezar *muniz*)
Leonor Vaz (Lianor uaz)

Estado civil Frade da ordem de São Francisco (afastado)

Profissão Cavaleiro da casa do Rei (caualeiro da casa del Reino)

Residência vila de São Jorge capitania de Ilhéus
(uilla de samjorge capitania dos ilheos)

Assinatura | sinal Jorge *martinz*

3 - Culpa

Crime Blasfêmia

Sentença Ja he sentençado

Culpa no LRC [...]elle comfesante sempre usou do ditto **modo debenzer nomeando o filho no ombro dereito**, ate auera quatro ou cinco annos| segundo sua lembrança [...] l.556-557.

Confissão 8- fól. 10v. a 12r	
1 - Documento	
Data cronológica	1591, agosto, 3.
Data tónica	Salvador
2 - Confitente	
Nome	Maria Lopes (maria lopez)
Idade	65 ou 66 anos
Local de nascimento	Monsaraz em Portugal (monxaraz termo deuora em portugual)
Grupo étnico	Cristã-nova
Filiação	Fernão Lopes alfaiate do Duque de Bragança (fernaõ lopez alfaiate do duque de bargança) Branca Rodrigues (brãca Roiz)
Estado civil	Viúva de Afonso Mendes cirurgião del Rei (afons[o] mendez corgiam del Rei)
Profissão	Não declara
Residência	Salvador
Assinatura sinal	<u>Maria Lopes</u>
3 - Culpa	
Heresia apostasia	Judaísmo
Sentença	Não consta
Culpa no LRC	[...]comfesandose dise que emtodo o tempo queteue casa ate guora quando mandaua matar alguma gallinha pera rechiar, oupe <culpas>ra mandar de presente a mandaua degolar e degolada pendurar aescorer osangue por ficar mais fermosa e emxuta do sangue e quesempre quando ensua casa secozinha digo se asa quarto tra zeiro de carneiro ou porco lhe manda tirar a landoa por queseasa melhor e fica mais tenro, e não se lhe ajunta na landoa osangue em cru[di]do [...] l. 593-597

Confissão 9 - fól. 12r a 13r	
1 - Documento	
Data cronológica	1591, agosto, 4.
Data tópica	Salvador
2 - Confitente	
Nome	Jerônimo de Barros (Jeronimo debairos)
Idade	30 anos
Local de nascimento	Salvador
Grupo étnico	Cristão-velho
Filiação	Gaspar de Barros (gaspar debairos) Catarina Loba (caterina Loba)
Estado civil	Não declara
Profissão	Não declara
Residência	Salvador (inferido)
Assinatura sinal	<u>Jeronimo de barros</u>
3 - Culpa	
Heresia apostasia	Gentilismo
Sentença	Não consta
Culpa no LRC	[...]elle contodos os sobredittos poseraõ ofogo nas dittas tarefas delenha e arancaraõ e des truirãõ toda aditta Lauora edespois disto feito o ditto ma noel ferrejra tirou huma carta de excumunhaõ, [...] [...]e nas comfisonis que elle comfesante fez pella obrigacaõ dalgreja nunca confesou este pecaddo deter feito o dito dano e o calou sempe emtendendo muito bem e remordendo lhe [...] l.; 702-705, 708-711.

Confissão 10 – fól. 12r a 13v

1 - Documento

Data cronológica 1591, agosto, 5.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome Catarina Mendes (*Caterina mendez*)

Idade 51 anos

Local de nascimento Lisboa (Lixboa)

Grupo étnico Cristã-nova

Filiação Fernão Lopes alfaiate do Duque de Bragança
(fernaõ lopez alfaiate do duque de bargança)
Branca Rodrigues (brãca Roiz)

Estado civil Casada com Antônio Serrão (amtonio serram)

Profissão Não declara

Residência Salvador

Assinatura | sinal Não assina

3 - Culpa

Heresia | apostasia Blasfêmia

Sentença Não consta

Culpa no LRC [...]ella comfesante perante ell[e]s dise *quehum agnus dei quetinha* ao pe[s]coço gabando lho mujto[...], equerendoo, ella comfesante em careçer a| muita estima em que *otinha dise que ho tinha em tanta* [...]uene[ra]caõ como a *huma ostia* ao que lhe replicou *huma morisca* sobreditta *que* naõ dezia <bem>, e contudo ella comfesante, tornou| a retificar oseu dito e nelle ficou, e que disera as ditas| paLauras e as retificara simplex mente[...] l. 741-742; 747-750.

Confissão 11 – fól. 13v a 14v

1 - Documento

Data cronológica 1591, agosto, 9.

Data tónica Salvador

2 - Confitente

Nome Catarina Fernandes (*Caterina Fernandez*)

Idade 30 anos

Local de nascimento Estremoz

Grupo étnico Cristã-velha

Filiação Pero Fernandes almocreve (*pero Fernandez almocreue*)
Maria Lopes (*maria lopez*)

Estado civil Casada com Gaspar Rodrigues (*gaspar rodriguez*)

Profissão Não declara

Residência Salvador

Assinatura | sinal Não assina

3 - Culpa

Heresia | apostasia Blasfêmia

Sentença Não consta

Culpa no LRC [...]ellaantes de[...]ir para algreja tinha comido, huma talhada de anannas, e ella| uemdo tambem as cascas no chaõ lhe lembrou emtam que| **tinha comido uma talha[da] de ananas antes de ir Comungar**| emtaõ teue grande arenpedimento e se tornou a comfesar| a hum padre da companhia[...] l. 783-787.

Obs.: Catarina Fernandes veio degredada para o Brasil, por cinco anos, acusada pela morte de um homem que assassinou o pai de sua filha.

Confissão 12 – fól. 14v a 15v

1 - Documento

Data cronológica 1591, agosto, 12.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome Fernão Ribeiro índio do Brasil (fernao Ribeiro Indio do Brazil)

Idade

Local de nascimento 50 anos

Grupo étnico Índio

Filiação Filho de gentios pagãos

Estado civil Não declara

Profissão Não declara

Residência Aldeia de São João

Assinatura | sinal francisco delemos (padre da Comaphia de Jesus)

3 - Culpa

Heresia | apostasia Blafêmia

Sentença Não consta

Culpa no LRC [...] elle Comfesante respondeo ao[...]dittoSimaõ que naquelle sacramento da comunhaõ] estaua a morte, e que [[que]] comungaua reçebia a morte[...] l. 838-840.

Obs.: O confitente necessitou da presença de um intérprete, representado pelo Padre Francisco de Lemos, da Companhia de Jesus, o qual assina a confissão.

Confissão 13 – fól. 15v a 16r

1 - Documento

Data cronológica 1591, agosto, 14.

Data tónica Salvador

2 - Confitente

Nome Clara Fernandes (Clara fernandez)

Idade 40 anos

Local de nascimento Castelo Branco em Portugal

Grupo étnico Meio cristã-nova

Filiação Antonio Rodrigues Paneiro - Cristão-novo
(antonio rodriguez paneiro cristaõ nouo)
Gracia Dias – cristã velha
(gracia diaz era cristã uelha)

Estado civil Viúva de Manoel Fernandes - carcereiro - cristão-velho
(manuel fernandez carçereiro)

Profissão Estalajadeira - da de comer em sua casa

Residência Salvador

Assinatura | sinal Não assina

3 - Culpa

Heresia | apostasia Judaísmo

Sentença Não consta

Culpa no LRC [...]comfesandose dentro neste tempo da graça dise que ella| ueste
alguñs sabados Camisa Lauada quando tem a do| corpo çuja
por respeito do çeruiço de estaLajadeira eassi| aueste| [...] Laua
da todos os mais dias dasomana em que se lhe ofere| çe tella, por
Limpeza do ditto officio [...] I. 875-879.

Obs.: A confitente denuncia Isabel Rodrigues por dever-lhe dinheiro e
também por acusar-lhe de judia: [...] e dise que Isabel roiz
abocatorta| lhe deue mull e oito centos rês que lhe emprestou
sobre hum| conhecimento que lhe fez, eora lhe nega adiuida, e
tazem de| manda e he sua enemiga et lhe alleuanta falsos
testemunhos, Infama| ndo a dizendo que ella he huma judia e
que ajunta as panellas| de toda a somana e as quebra aosabado e
que tem um cruci| fixo eo acouta, e tudo isto ella comfesante nega e
diz se| rem falsidades que lhe aleuanta aditta sua enemiga[...]

Confissão 14 – fól. 16r a 16v

1 - Documento

Data cronológica 1591, agosto, 16.

Data tónica Salvador

2 - Confitente

Nome Maria Lopes (*maria lopez*)

Idade 65 ou 66 anos

Local de nascimento Monsaraz em Portugal (*monxaraz termo deuora em portugual*)

Grupo étnico Cristã-nova

Filiação Fernão Lopes alfaiate do Duque de Bragança
(*fernaõ lopez alfaiate do duque de bargança*)
Branca Rodrigues (*brãca Roiz*)

Estado civil Viúva de Afonso Mendes cirurgião del Rei
(*afons[o] mendez corgiam del Rei*)

Profissão Não declara

Residência Salvador

Assinatura | sinal Maria Lopes

3 - Culpa

Heresia | apostasia Blasfêmia

Sentença Não consta

Culpa no LRC [...] certas peSoas quelhe naõ lembra[õ] huma dellas ueo a fa| lar em mestre roque cristaõ nouo deuora que estando| preso na Inquisiçam se degolou, ou matou per sua maõ e a| isto **respondeo ella comfesante quelhe parecia que a que| [...] lla morte fora pera elle mais honrada** e que da culpa *que|* nisto tem em dizer esta palaura simplex mentepede| perdão e misiricordia [...] l. 913-919.

Confissão 15 – fól. 16v a 18r

1 - Documento

Data cronológica 1591, agosto, 17.

Data tónica Salvador

2 - Confitente

Nome Jerônimo Parada (Jeronimo deparada)

Idade 17 anos

Local de nascimento Bahia

Grupo étnico Cristão-velho

Filiação Domingos Lopes – carpinteiro da Ribeira
(domingos Lopez carpinteiro da ribeira)
Leonor Veigas
(Lianor ueigas)

Estado civil Solteiro (inferência)

Profissão (estudante de primeira classe)
studante da primeira clase

Residência Morador nesta cidade (Salvador)

Assinatura | sinal Jeronimo da parada

3 - Culpa

Heresia | apostasia Sodomia

Sentença Não consta

Culpa no LRC [...]ambos tira| raõ os calcois e se deitaraõ em cima da cama e des|
[...]pois de terem feito por diante como das outras uezes| o ditto
clerigo sedeitou com a barrigapera baixo edise| aelle
comfesante quesepusese em cima delle e asi ofez| e dor<mio>
com oditto clerigo carnalmente por detras com| sumando o
peccado de sodomia metendo seu membro| desonesto pello
uaso trazeiro do clerigo como hum| homem faz com huma
molher pello uaso natural por diante| e este peccado consumou
tendo puluçaõ como ditto tem[...] l. 973-981.

Confissão 16 – fól. 18r a 19r

1 - Documento

Data cronológica 1591, agosto, 18.

Data tónica Salvador

2 - Confitente

Nome Catarina Mendes
(*Caterina mendez*)

Idade Não declara

Local de nascimento Lisboa (Lixboa)

Grupo étnico Cristã-nova

Filiação Fernão Lopes alfaiate do Duque de Bragança
(*fernaõ lopez alfaiate do duque de bargança*)
Branca Rodrigues (*brãca Rodrigues*)

Estado civil Casada com Antônio Serrão
(*amtonio serram*)

Profissão Não declara

Residência Salvador

Assinatura | sinal Não assina

3 - Culpa

Heresia | apostasia Judaísmo

Sentença Não consta

Culpa no LRC [...]quatro ou cinco sabados uestio camisa lauada, e beatos| lauados epos na cabeça toalhas lauadas pera ir a Igre| ja ouuir misapor por quanto o ditto uigairo naõ dezia| missa se naõ de quinze em quinze dias aos sabados| e outro si confessando se dise que todas as uezes que| **em sua casa ate guora se asauaõ quartos trazeiros**| da res meuda lhe mandaua tirar a landoa [...] l. 1023-1029.

Confissão 17 – fól 18r a 19v

1 - Documento

Data cronológica 1591, agosto, 19.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome Roque Garçia

Idade Não declara

Local de nascimento Não declara

Grupo étnico Não declara

Filiação Não declara

Estado civil Não declara

Profissão Não declara

Residência Não declara

Assinatura | sinal Roque oraera

3 - Culpa

Heresia | apostasia Blasfêmia

Sentença Não consta

Culpa no LRC [...]respondeo elle confitente que **tanto cria elle| no que deziã** **aquelles negros como no euangelho de saõ|**[...] joam [...] l. 1069-1071.

Obs.: [...]Roque| gracia que tambem denunciou no Liuro das denun| ciaçois folhas. 97- e Recebeo juramento dos santos| euangelhos[...]

Confissão 18 – fól. 19v a 20r

1 - Documento

Data cronológica 1591, agosto, 20.

Data tónica Salvador

2 - Confitente

Nome Doutor Ambrósio Peixoto de Carvalho
(doutor Ambrozio peixoto de Carualho)

Idade 37 anos

Local de nascimento Guimarães (guimaraes)

Grupo étnico Cristão-velho

Filiação Doutor Gonçalo Vaz Peixoto – desembargador da casa do cível
(Doutor Gonçalo uaz peixoto - des embargador dacasa docíuel)
Madalena de Carvalho
(madalena decarualho)

Estado civil Casado com Beatriz de Taíde
(beatriz detaide)

Profissão Provedor mor dos defuntos e ausentes
(prouedor mor dos defuntos e ausentes)

Residência Salvador (inferência)

Assinatura | sinal [Ambrozio] peixoto de Carualho

3 - Culpa

Heresia | apostasia Blasfêmia

Sentença Não consta

Culpa no LRC [...]inda que **Saõ Joam Euangelista** lhe disese o contrajro| do que se comtinha no ditto caderno lho não creia[...] l. 1108-1109.

Confissão 19 – fól. 20r a 20v

1 - Documento

Data cronológica 1591, agosto, 20.

Data tónica Salvador

2 - Confitente

Nome Fernão Pires (fernaõ pirez)

Idade 40 anos

Local de nascimento Porto

Grupo étnico cristã uelhõ da parte de seu pai etem ouuido se he cristaõ nouo| da parte de sua mai

Filiação Salvador Pires (Saluador pirez)
Ana Rodrigues (ana Rodrigues)

Estado civil solteiro (esta ora jurado pera casar com Luisa dalmeida)

Profissão Não delcara

Residência Salvador

Assinatura | sinal fernaõ pirez

3 - Culpa

Heresia | apostasia Judaísmo

Sentença Não consta

Culpa no LRC [...]algumas uezes **asandose em suacasa quartos de carneiro| lhetirou a landoa pera se asar melhor e algũs sabados| vestio camisa lauada por limpeza somente como costuma|** vestir quasi todos os dias dasomana, eas dittas cousas sem| nenhuma maa tencaõ[...] l. 1134-1138.

Confissão 20 – fól. 20v a 21v

1 - Documento

Data cronológica 1591, agosto, 22.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome João Serrão (Joaõ Serraõ)

Idade Não declara

Local de nascimento Não declara

Grupo étnico Cristão-novo

Filiação Francisco de Chaves – Cristão-novo - alfaiate
(francisco, de chaues cristaõ nouo alfaiate)
Clara Serrão cristã nova
(clara Seram Cristam noua)

Estado civil Casado

Profissão Não declara

Residência Não declara

Assinatura | sinal Joaõ Serraõ

3 - Culpa

Heresia | apostasia Blasfêmia

Sentença Não consta

Culpa no LRC [...]elle he cristão| nouo [...] elle confessante falsamente **respondeo que era| cristaõ uelho de todas as partes** e assi se escruera e isto| fizera por elle estar casado nesta [c]idade com huma mulher| cristaã uelha de gente nobre limpa eabastada[...] l. 1165-1166, 1173-1176.

Obs.: [...]elle ueo hum dos dias pasados aestamesa a denunciar cuja| denunciacaõ esta no primeiro Liuro das denunciacois <folha .13. >desta uisistacaõ e sendo perguntado per elle *senhor uisitador*| sob cargo do **juramento que tinha recebido se era cristaõ uelho**[...]

Confissão 21 – fól. 21r a 21v

1 - Documento

Data cronológica 1591, agosto, 20.

Data tónica Salvador

2 - Confitente

Nome Bartolomeu Fragoso (Bertolameu fragososo)

Idade 25 anos

Local de nascimento Lisboa (Lixboa)

Grupo étnico Cristão-velho

Filiação Amador Fernandes – alfaiate (amador fernandez alfaiate)
Vitória Fragosa (uictoria fragosa)

Estado civil Solteiro

Profissão Licenciado em artes (*Licenciado em artes*)

Residência Salvador

Assinatura | sinal Bertmeu fragoso

3 - Culpa

Heresia | apostasia Blasfêmia e Livro proibido

Sentença Ja he setenciado

Culpa no LRC [...]dise, estas palauras, **tam certo estou nestas contas que da| do caso que quauiese *christo* e me disese não ser assi cuido lhe| não daria *creditto* a mo dizer[...]**mais confessou que **lendo elle por huma diana de monte | [...]** major **lhe diseraõ que era prohibido aquele liuro e sen| embargo diso elle o acabou de ler despois de ouujr que| era prohibido,[...]** l. 1220-1222, 1231-1234.

Confissão 22 - fól. 22v a 22v

1 - Documento

Data cronológica 1951, agosto, 20.

Data tónica Salvador

2 - Confitente

Nome Brianda Fernandes (brianda fernandez)

Idade 50 anos (pouco mais ou menos)

Local de nascimento Lisboa (Lixboa)

Grupo étnico cristã-velha

Filiação Francisco Álvares cigano (*francisco alurez*)
Maria Fernandes cigana (*maria fernandez*)

Estado civil Casada com Rodrigo Solis cigano
(rodrigo solix cigano)

Profissão Dona de casa (inferência)

Residência Salvador

Assinatura | sinal Não assina

3 - Culpa

Heresia | apostasia Blasfêmia

Sentença Não consta

Culpa no LRC [...]com muita[...] collera que a **renegaua de deos da qual blasfe|
mea logo se arrependeo** e foi confessar ao co| lejo de jesu e
comprio a penitencia *que* lhe foi dada[...] l. 1263-1266.

Confissão 23 – fol. 23r a 23v

1 - Documento

Data cronológica 1591, agosto, 20.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome Álvaro Sanches (Aluaro sanches)

Idade 40 anos (pouco mais ou menos)

Local de nascimento Viana, digo, d'Oliveira
(uiana digo do Liuença)

Grupo étnico Cristão-novo

Filiação Bento Henriques (bento anriquez)
Leonor Sanches (lianor sanches)

Estado civil Casado com Maria da Costa

Profissão Mercador de loja

Residência Salvador

Assinatura | sinal Aluaro sanches

3 - Culpa

Heresia | apostasia Blasfêmia

Sentença Não consta

Culpa no LRC [...]elle confessante tomou hum flox sanctoriũm| [...] e com hum alfinejte picou huma figura que estaua| debuxada no ditto flox sanctor| de nosa senhorã e| lhe picou a coroa e parte da cabeça de nosa senhorã| e picaua| [...] a ditta imagem pera atirar em debuxo e lhe ser| molde pera por elle tirar outros debuxos semelhantes| e isto fez com esta tencaõ boa semter temcaõ nel nhuma roim nem pensamento della[...] l. 1293-1301.

Confissão 24 – fol. 23v a 24v

1 - Documento

Data cronológica 1591, agosto, 20.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome Jácome de Queiróz (Conego jacome de queiros mistiço)

Idade 40 anos (pouco mais ou menos)

Local de nascimento Capitania do Espírito Santo
(capitania do spiritu sancto deste brasil)

Grupo étnico Cristão-velho (mameluco)

Filiação Manoel Ramalho
Antônia Paes

Estado civil Solteiro

Profissão Sacerdote de missa

Residência Não declara

Assinatura | sinal Jacomedede queiros

3 - Culpa

Heresia | apostasia Sodomia

Sentença Não consta

Culpa no LRC

[...]leuou a sua casa huma moça mamaluca que| então serja de idade de seis ou sete annos que an| daua de noite uendendo peixe pella rua escraua| captiua de anna carneira molher do mundo mo| radora nesta cidade na rua de bastiam de fa| ria a a qual moça naõ dabe o nome, e depois de| elle çear e se encher de uinho cuidando que com|[...] **rompia a ditta moça pello uaso natural, a pene| trou pello uaso trazejro e nelle teue pen<e>tracão sem| pulução e tanto que sentio que era pelo trazejro| se afastou e tirou della e isto lhe aconçeço huma| uez [...] por seu des atento como dito tem, comfessou mais que| [...] auera tambem sete ou ojto annos que querendo com|[...] romper outra moça per nome esperançasua escraua| de idade de sete annos pouco mais ou menos no ditto tempo| cujdando que a comrompia pello uaso natural apene| trou tambem, pello trazejro e sentindo isto se afastou| logo sem pulução e tambem estaua ceado e cheo de u| nho, e lhe aconçeço isto por desatento a qual escraua| elle despois uendeo a marcal rodriguez[...]. l. 1333-1351.**

Obs.: e por dizer ter que denu digo confessar nesta mesa lhe foi dado juramento dos sanctos euangelhos

Confissão 25 – fol. 24v a 29v

1 - Documento

Data cronológica 1591, agosto, 20.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome Paula de Siqueira (Paula desequeira)

Idade 40 anos

Local de nascimento Lisboa (Lixboa)

Grupo étnico Cristã-velha

Filiação Manoel Pires (Manoel pirez ouriñez deprata meo
framengo)
Mécia Rodrigues (mecia rodigueiz)

Estado civil Casada com Antônio de Faria (contador dafa| zenda del rei)

Profissão Não declara

Residência

Assinatura | sinal paula de siqueira

3 - Culpa

Heresia | apostasia Sodomia feminina, feitiçaria

Sentença A esta confitente | mandei cofessar e | dei penitencias espi- | rituais,
com a Repre- | zançaõ e amoestaçaõ
necessaria na | mesa em segredo

Culpa no LRC

[[...]tinha entendido e por certo *que* atençaõ| da dicta phelipa de
sousa erachegar ater com ella| ajuntamento carnal, a recolheo com
sigo pera den| tro de huma suacamara e sse fechou por dentro e lhe|
disse per paLauras claras *que* fizessem o *que* della| [...]pretendia
entaõ **ambas tiueraõ ajuntamento| carnal huma com a outra Por
diante aJuntando| seus uasos naturais hum com o outro tendo
de|lejtacaõ e consumando com effejto o comprj| mento natural
de ambas as partes como| se propria mente foram homem com
molher [...]** l. 1395-1405.

[...]lhe ensinou que disesse ella as Palauras| da com sagraçaõ da
mjsa com *que* consagraõ a ostia na| boca do ditto seu marjdo
quando elle dormjsse| e que elle amansaja, e porja toda asua
afeiçaõ| nella, e pera isto o ditto clerjgo lhe deu em hum| [...] papel
scriptas as ditas Palauras, e **ella comfe| ssante disse as dittas
palauras na boca algumas ue| zes, ao ditto seu marido dormjndo
[...]** 1461-1467.

Confissão 26 – fol. 29v a 30v

1 - Documento

Data cronológica 1591, agosto, 20.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome Antônio Guedes (Antonio geded)

Idade 30 anos (pouco mais ou menos)

Local de nascimento Tarouca

Grupo étnico Cristão-velho

Filiação Rodrigues Guedes (roi guedez)
Ana de Lisboa (anna de lisboa)

Estado civil Casado com Maria Pires (maria pirez)

Profissão Tabelião do público judicial

Residência Salvador (inferido)

Assinatura | sinal Antonio guedez

3 - Culpa

Heresia | apostasia Luteranismo

Sentença Não consta

Culpa no LRC [...] e as | oracois que rezauão eraõ na lingoã Jngresa | e elle confessante com medo dos dittos Jngreses | algumas quatro ou cijnquo uezes achandose pre[...]sente as dittas suas saLuas e rezas se aJoelhou | tambem etirou o chapeo da cabeça ehuma uez | por elle não querer tirar o chapeo lhe pergun | taraõ os dittos Luteranos se era papista e | elle sim confessou que era [...].l. 1614-1621.

Confissão 27 – fol. 31r a 32r

1 - Documento

Data cronológica 1591, agosto, 20.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome Antônio Gomes (*antonio gomez*)

Idade 30 anos

Local de nascimento Lisboa (Lixboa)

Grupo étnico Cristão-velho

Filiação Roque Gonçalves (*Roque Gonçallvez*)
Maria Gomes (*maria guomez*)

Estado civil Casado com Antônio de Pina (*antonia de pinna*)

Profissão Agente das causas dos padres da companhia de Jesus

Residência Salvador (inferência)

Assinatura | sinal Antonio gomez

3 - Culpa

Heresia | apostasia Blasfêmia

Sentença Não consta

Culpa no LRC [...]auto de culpas do dito gaspar Rodriguez foj | [...] scriuaõ belchior da costa delle desmaque foj | nesta cidade scriuaõ do ecclesiastico e ujn | [...] do des pois ter as dittas culpas a maõ delle | Confessante as quejmou epor isso lhiDeraõ | dez cruzados [...] l. 1672-1677.

Confissão 28 – fol. 32r a 33v

1 - Documento

Data cronológica 1591, agosto, 20.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome Catarina Fróes (*Catarina frois*)

Idade 50 anos (mais ou menos)

Local de nascimento Lisboa (*Lixboa*)

Grupo étnico Meio cristã-nova

Filiação Simão Rodrigues Fróes (*ssimaõ rodrigues frois cristaõ uelho*)
Mécia Rodrigues (*Mecia rodrigues cristaã noua*)

Estado civil Casada com Francisco de Moraes

Profissão Não declara

Residência Salvador

Assinatura | sinal Não assina

3 - Culpa

Heresia | apostasia Feitiçaria

Sentença Já he setenciada

Culpa no LRC [...] confessando disse *que auera hum anno que nesta c|* dade cometeo e acabou com marja *gonçallvez dalcunha arde |* lhe orabo mulher não casada uaga bunda ora ausente | **que lhe fizesse huñs feitiços pera que hum seu genro gaspar | martinz** Laura dor morador emtasuapina oumorresse ou o | matassem ou não tornase da guerra de ceregipe sertoã ||[...] l. 1717-1721.

Confissão 29 – fol. 33v a 35r

1 - Documento

Data cronológica 1591, agosto, 22.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome Cônego Bartolomeu de Vasconcelos
(Conego Bertolameu de uascogõcellos)

Idade 32 anos

Local de nascimento Salvador

Grupo étnico Cristão-velho inteiro

Filiação Antônio d'Oliveira do Carvalhal
(antonio do liueira do carualhal)
Luiza de Melo (Luzia de mello)

Estado civil Solteiro

Profissão Cônego prebendado na Sé da cidade de Salvador

Residência Salvador

Assinatura | sinal Bartolameu deuascogonçellos

3 - Culpa

Heresia | apostasia Blasfêmia

Sentença Não consta

Culpa no LRC [...] elle confessante a rrogo e instancja do ditto gas | [...]par
rodriguez negoçeu e acabou com o ditto escriuaõ | antonio
guomez que quejmasse asdictas culpas do | ditto gaspar
rodriguez por dez cruzados que por parte | do ditto culpado deu
ao ditto scriuaõ hum pero | de uilla noua de naçaõ estrangeiro que
tem huma | maõ menos morador em çerecipe desta capi | tanja [...] l. 1826-1832.

Confissão 30 – fol. 35v a 36v

1 - Documento

Data cronológica 1591, agosto, 20.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome Leonor Carvalha (Lianor Carualha)

Idade 60 anos (pouco mais ou menos)

Local de nascimento Arzila (arzilla)

Grupo étnico Cristã-velha

Filiação Francisco Carvalho (francisco carualho)
Mor Lopes (Mor Lopez)

Estado civil Viúva de Lopo de Rebelo (Lopo de rebello)

Profissão Não declara

Residência Salvador

Assinatura | sinal Não assina

3 - Culpa

Heresia | apostasia Judaísmo

Sentença Não consta

Culpa no LRC [...] acusandose dixe que sendo ella moça | de qujnze annos em arzilla entrou em huma esnoga | de judeus na qualnaõ auja cruz nem imagem de | deos nem de sanctos senaõ huma cantarejra com hum fron | tal de pano da Jndia pintado naõ qual cantarejra | estauaõ hũns roLos que deziã serem de prega | minhos em fronthados em hũns sacos de Pano de| [...] ljnho[...] l. 1873-1879.

Confissão 31 – fol. 37r a 38r

1 - Documento

Data cronológica 1591, agosto, 20.

Data tónica Salvador

2 - Confitente

Nome Maria Fernandes, aliás, Violante
(*maria fernandez atias uiolate*)

Idade 40 anos (pouco mais ou menos)

Local de nascimento São Filições (sic) dos Gallegos (sic)
(*sam filições dos galegos*)

Grupo étnico Cigana

Filiação Francisco (*Francisco*, escudeiro português - cristão uelho)
Maria Violante (*maria uiolante* - cigana)

Estado civil Viúva de Francisco Fernandes
(*Francisco fernandez* - ferreiro)

Profissão Não declara

Residência Salvador

Assinatura | sinal Não assina

3 - Culpa

Heresia | apostasia Blasfêmia

Sentença Ja he setenciada

Culpa no LRC [...] dixe que auera dous meses *que com* agastamento| Jndo pelos matos camjnho das fazendas des | tes reconcauos Por seuer em trabalhos de Passar | humas | [...] Ribejras de agoa e see molhar **dixe *que a* renegaua | de deos e esta blasfemea dixe duas ueçes naquela | mesma ora etempo** [...] l. 1949-1956.

Obs.: [...] ueo de gradada do reino por furto de buros [...]

Confissão 32 – fol. 38r a 38v

1 - Documento

Data cronológica 1591, agosto, 20.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome Domingos de Paiva (*domingos depaiua*)

Idade 20 anos

Local de nascimento Salvador

Grupo étnico Cristão-velho

Filiação Pedro de Paiva (*Pedro de paiua*)
Leonor Chaves (*Lianor de chaues*)

Estado civil Solteiro

Profissão Estudante da primeira

Residência Bairro do Rio Vermelho em Salvador

Assinatura | sinal Domingos depaiua

3 - Culpa

Heresia | apostasia Blasfêmia

Sentença He jdo ao çertão

Culpa no LRC [...]dixe era uer dade *que dormir hum homem <culpa> com mulher não era Peccado assim o teue Per assim por| espaço de alguñs dias eestando neste erro isto mes| mo dixee a alguñs Pessoas ate que o ditto capellaõ gaspar| fernandez em mendou aelle confessante deste erro em que| estaua et lhe declarou como fazer osobre ditto era pecc| ado, ede antaõ Por diante entendeo elle ser, osobre ditto peccado et nunca mais dixee a njnguem *que* o naõ| era, como dantes tinha ditto e que desta sua culpa pe| de perdaõ [...] l. 2008-2017.*

Confissão 33 – fol. 39v a 42r

1 - Documento

Data cronológica 1591, agosto, 21.

Data tónica Salvador

2 - Confitente

Nome Guiomar d'Oliveira (guimar doliueira)

Idade 37 anos (pouco mais ou menos)

Local de nascimento Lisboa (Lixboa)

Grupo étnico Cristã-velha

Filiação Isabel Jorge
Cristóvão d'Oliveira (cristouão doLiueira)

Estado civil Casada com Francisco Fernandez

Profissão Não declara

Residência Salvador

Assinatura | sinal Não assina

3 - Culpa

Heresia | apostasia Feitiçaria

Sentença Não consta

Culpa no LRC

[...] que se ella confitente quisesse lhe faria e | **insinaria com feiticos com que fosse bem casada com seu | marido e ella confessante consentio** nisto então lhe em | sinou *que* tomase tres auelañs ou em lugar de auellañs | tres pinhois dos que nesta terra há que *servem* de purgas | furados *com* hum alfenete tirado do miolo fora então re | cheados de cabellos de todo seu corpo della confitente e de | unhas de seus pes e mãos e de rapaduras das solas dos | seus pes e assi mais *com* huma unha do deddo pequeno do pe [...] l. 2065 – 2074.

[...] di | xe mais **quesabia** humas paluras **com** as quais encon | taua qualquer pessoa dizendo lhas na frontera as qua | is palauras eraõ, foam eu te enquanto e reen |quanto *com* o tenho da uera cruz, e *com* o anjos philoso |phos *que* são trinta e seis e *com* o mouro encantador *que* tu te não apartes de mĩ e me digas quanto soube |res e me des quanto tiueres, e me ames mais *que* todas | as mulheres e **ella confitente dixe estas palauras | muitas uezes pella menhaã e as noite defronte | de seu marido [...]** l. 2144 – 2153.

Confissão 34 – fol. 42r a 44v

1 - Documento

Data cronológica 1591, agosto 21.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome Catarina Morena

Idade 29 anos (pouco mais ou menos)

Local de nascimento Natural de uma aldeia duas léguas de Toledo, que se diz Nave-del-Moras (sic), e criada em Taverna de la Reina, arcebispado de Toledo (natural de sua aldeia duas | legoas de tolledo que se diz Naue dela maras | e criada em tallauera della reina, Ar= | çobispado de tolledo)

Grupo étnico Cristã-velha (castelhana)

Filiação Francisco Moreno
Joana de Sarria

Estado civil Casada

Profissão Estalajadeira - da de comer em sua casa

Residência Não declara

Assinatura | sinal Não assina

3 - Culpa

Heresia | apostasia Bigamia

Sentença Ja he setenciada

Culpa no LRC

Obs.: A culpa não é destacada na confissão. Deduz-se a seguir as passagens relacionadas à culpa da confitente: [...]francisco duram, e foi mais presente ao | ditto recebimento outra muita gente e com o ditto | seu legitimo **marido ella esteue fazendo uida | marital de humas portas a dentro a huma cama** | e mesa como casados que eraõ espaco de seis | meses pouco mais ou menos [...] l. 2241 – 46.

[...]se ueo fugida | com hum homem castellano chamado **francisco** de | burgos que a trouxe consigo aeste brasil l. 2253 - 55 [...]

Confissão 35 – fol. 44v a 46r

1 - Documento

Data cronológica 1591, agosto, 23.

Data tónica Salvador

2 - Confitente

Nome Luisa Barbosa

Idade 37 anos (pouco mais ou menos)

Local de nascimento Bahia

Grupo étnico Cristã-velha

Filiação Álvaro Gonçalves (Alvaro gonçallvez)
Maria Barbosa

Estado civil Casada com

Profissão Belchior Dias Porcalho (belchior diaz porcalho)

Residência Salvador

Assinatura | sinal Não assina

3 - Culpa

Heresia | apostasia Gentilidade

Sentença Não consta

Culpa no LRC

[...] ditto a djtta erronia ecreendo na ditta santi | dade parecendo
lhe ser cousa çerta e uerda | dadeira, epraricando ella con os
seguidores da | ditta erronia consentia com elles e lhe manifes |
taua creer nella, e tella por boa, e despois de | os ditto
seguidores da dicta[a] busaõ serem ex | tinguidos e castigados
aquella uez, entendeo | ella ser tudo a quillo falso erroneo [...] l. 2376
– 83.

Confissão 36 – fol. 46r a 48r

1 - Documento

Data cronológica 1591, agosto, 23.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome Antônia de Barros (Antonia de Bairos)

Idade 70 anos (pouco mais ou menos)

Local de nascimento Benavente (benaudente)

Grupo étnico Cristã-velha

Filiação Diogo Rodrigues Perdigaõ (diogo rodrigues perdigaõ)
Maria de Barros (Maria de bairos)

Estado civil Viúva de Álvaro Chaveiro (Alvaro claueirõ)

Profissão Não declara

Residência Bahia

Assinatura | sinal Não assina

3 - Culpa

Heresia | apostasia Bigamia

Sentença Já he sentençada

Culpa no LRC

Obs.: [...] bajrros e por | querer denunciar digo confessar suas | culpas [...].
2410-11.

A culpa de Antônia de Barros não é identificada na confissão, todavia, observa-se consoante se reproduz a seguir, que a depoente cometeu crime de adultério, casando-se na Igreja pela segunda vez, quando veio degredada para o Brasil: [...]ella ueo do Reyno degradada pellas justiças | seculares por cinco annos pera este brasil | por adulterio de que há cusou o ditto seu Marid[o] | e laa e,portugual se amigou ella com hum ho | mem Cristaõ uelho chamado Anrique barbas | filho de Uasco barbas dagente principal de | uilla franca, e com elle se ueo pera este brasil | e aportaraõ na Capitania de porto seguro [...] l. 2410 – 32.

Confissão 37 – fol. 48r a 49r

1 - Documento

Data cronológica 1591, agosto, 24.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome Manuel Faleiro (*Manoel falleiro*)

Idade 50 anos (pouco mais ou menos)

Local de nascimento Barreiro

Grupo étnico Cristão-velho

Filiação Manuel Faleiro (*Manoel falleiro*)
Beatriz Rodrigues (*breatriz rodrigues*)

Estado civil Casado com Joana Gonçalves (*Joana gonçallves*)

Profissão Homem do mar

Residência Não declara

Assinatura | sinal Sinal

3 - Culpa

Heresia | apostasia Blasfêmia

Sentença Não consta

Culpa no LRC [...] agastandosse elle e tomando | collera dixe, **que tanto lhe fariam que di- | ria que deos não era deos**, das quais palla | uras não lhe lembra se alguém o reprehem | deo [...] l. 2541 – 45.

[...] elle em sua casacom collera epaj | xão de **naõ terque darde comeraseus filhos | que lhe pedjam de comer dixe quesedaua | a os diabos**, [...] l. 2551-54.

Confissão 38 – fol. 49v a 51r

1 - Documento

Data cronológica 1591, agosto, 26.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome Bastião d'Aguiar (Bastiaõ daguiar)

Idade 17 ou 16 anos

Local de nascimento Não declara

Grupo étnico Cristão-velho

Filiação Pero d'Aguiar (pero daguiar)
Custodia de Faria

Estado civil Solteiro

Profissão Não declara

Residência Salvador

Assinatura | sinal Sobastião daguiar

3 - Culpa

Heresia | apostasia Sodomia

Sentença Não consta

Culpa no LRC

[...] teue accessos nefandos, a elle com | fessante com seu membro ueril deshonesto | o uaso trazeiro delle confessante, tendo nelle | cognatos pera penetrar sem penetrar | mais que huma soo uez que cômecou já com e | feito | feito [pe]netrar epor elle confitente o não | consentir não proçedeo apenetrção, e | elle confitente tambem outras tres uezes | pouco mais, ou menos, cometeo com seu mem | bro desonesto ao dito marcos no seu uaso | trazeiro tendo nelle os dittos accesos e cog | natos, nefandos e torpes, e de todos estas | uezes nunca elle confitente teue polução | de semente, elnda então não tinha ydade | pera isso, e posto que o ditto marcos sem | ria então de ydade de alguñs quinze | annos pouco mais ou menos não se lem | bra elle ora nem se affirma se teue o ditto | marcos pollução de semente alguma das | ditas uezes [...] l. 2613 – 33.

[...] confessante teue ajuntamento nefado com | o ditto Antonio Lopez metendo elle confessante | seu membro desonesto pello uaso trazeiro | do ditto Antonio Lopez, penetrando inda que | não perfeitamente e tendo no dito seu | uaso uaso trazeiro polução de semente por detras | como se fora homem com molher por diante, e o ditto | Antonio Lopez teue com elle confessante, outras tantas | uezes o ditto ajuntamento nefando da ma | neira sobredita penetrando com seu mem | bro deshonesto o uaso trazeiro delle cofessäte | e tendo nelle polução de semente [...] l. 2661 – 2678.

Obs.:

he ora Religioso da companhia deJesu

Confissão 39 – fol. 51r a 52v

1 - Documento

Data cronológica 1591, agosto, 27.

Data tónica Salvador

2 - Confitente

Nome Nicolau Luís Fracês (Niculao Luis françes)

Idade 40 anos (pouco mais ou menos)

Local de nascimento Francês de nação, natural de Diepe

Grupo étnico Não declara

Filiação Roberto de Cluçe (Ruberto e cLuçe)
E de sua mulher

Estado civil Casado com Luísa Fernandes (com Luisa fernandez)

Profissão Não declara

Residência Sergipe (ceregipe)

Assinatura | sinal Nicolau Luis

3 - Culpa

Heresia | apostasia Luteranismo

Sentença Não consta

Culpa no LRC [...] em que não hia nenhum portugues se não todos | franceses foraõ tomados no mar pello^s françe | ses Luteranos, os quais costumauaõ fazer- | suas saluas pella menhaã eatarde, luter^a | nas na não e espaço de mês e meo *que com* | elles andou constrangido com medo delles | elle confessante se ajoelhaua e desbarretou a | e estaua *com* elles dittos Luteranos quã elles | faziam as dittas saluas Luteranas[...]^b. 2717 – 25.

Obs.: Confissão realizada no “deradeiro dia | dagraça”.
Fim dos trinta= | ta dias da graça *con*= | çedida a Cidade do Sal= | uador & a huma Llegoa a | o redor della: l. 2248 – 56.

Confissão 40 – fol. 54v a 56v

1 - Documento

Data cronológica 1591, agosto, 28.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome *Maria Lourenço*

Idade 40 anos

Local de nascimento Termo de Viseu (termo de uiseu)

Grupo étnico Cristã-velha

Filiação Antônio Pires (*antonio piriz*)
Maria Francisca

Estado civil Casada com Antônio Gonçalves (*Antonio gonçallvez*)

Profissão Não declara

Residência Salvador

Assinatura | sinal Não assina

3 - Culpa

Heresia | apostasia Sodomia feminina

Sentença

traga aesta mesa escripto do confessor e assim | lhe não dou mais
que cumpra apenitencia espiritu | al seguinte *que* jejue dous dias, e
que reze noue uezes
o rosario de nossa *sehora* <já troxe>

Culpa no LRC

[...] ella confitente lancada de costas aditta | felipadesousa se deitou
sobre elladebruços | *com* as fraldas dellas sambas aregaçados e |
assim *com* os seus **uasos dianteiros ajuntados** | **se estiuerão**
ambas deleitando ate que aditta | fellipa de sousa que de cima
estaua comprio | eassim fizerao huma com outra como se fora
hum | homem com molher porem não ouue nem hum instro |
mento exterior penetrante entre ellas mais | que somente seus
uasos naturais dianteiros [...] l. 2823 – 32.

[...] se tornaraõ asa | char na camara della *confessante* e a ditta
fellipa | de sousa a tornou a requestrar de amores **apal | pandoa a, e**
abraçando a, e beijandoa, e emfim so | bre asua cama se lancou
de costas aditta fellipa | desousa e ella confessante se lancou
em cima | della de bruços e alleuantadas as fraldas | ambas
ajuntaraõ seus uasos dianteiros de | leitandose huma com outra
como se fora homem com | molher ate que aditta fellipa de
sousa comprio | e que estas duas uezes dez o dito peccado
nefando | com a ditta fellipa de sousa [...] l. 2848 – 59.

Confissão 41 – fol. 57r a 60r

1 - Documento

Data cronológica 1591, outubro, 5.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome Antônia d'Oliveira (Antonia doLueira)

Idade 30 anos (pouco mais ou menos)

Local de nascimento Porto Seguro

Grupo étnico Cristã-nova

Filiação Gaspar Dias da Vidigueira (guaspar diaz da uidigueira cristaõ nouo)
Ana Rodrigues (Anna Rodrigues cristaã noua)

Estado civil Casada com Pero Fernades (pero fernandez)

Profissão Não declara

Residência Salvador

Assinatura | sinal Não assina

3 - Culpa

Heresia | apostasia Judaísmo

Sentença Não consta

Culpa no LRC

[...]e uem | do ella <confessante>estas cousas que o ditto seu primo lhe dizia | cuidando serem boas naõ entendendo entaõ que | eraõ judias mas parecendo lhe que assim | merecia mais com deos nosso senhor ella jeiuou ho | ditto jejum, naõ comendo, nem bebendo, nem re | zando, nem dormindo ate sair aestrella a noite e | despois das estrellas jaydas, ceou e comei o que | achou em casa, e este jejum fez duas uezes so | mente [...] l. 2992 – 3001.

Obs.:

[...] e disse ella confessante que | fez os dittos dous jeiuns parecendo lhe que nelles fa | zia huma grande deuação a nosso senhor sem entender | serem juadaicos e que a gora despois dese publicar nes | ta cidade a sancta Inquisiçam contando lhe seu ma | rido emparipe como todas as pessoas, uihaõ e | eraõ obrigadas uir a esta mesa, a manifestar | todas as culpas que desi e de quais quer outras | pessoas soubese fez ella entaõ escrupullo | dosobre ditto e o começou a contar a o ditto seu | marido [...] l. 3014 – 24.

Confissão 42 – fol. 60r a 61v

1 - Documento

Data cronológica 1591, outubro, 30.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome Dona Margarida da Costa

Idade 40 anos

Local de nascimento Moura

Grupo étnico Cristã-velha

Filiação Manoel da Costa
Beatriz Lopes de Gouveia (breatiz Lopez degouea)

Estado civil Casada com Fernão Cabral de Taíde (fernaõ cabral de thayde)

Profissão Não declara

Residência Engenho de Jaguaripe

Assinatura | sinal Não assina

3 - Culpa

Heresia | apostasia Gentilismo

Sentença

Culpa no LRC [...] confessou mais que | no ditto tempo que aditta abusoẽ esteue na | dita sua fazenda que poderia ser dous me | ses pouco mais ou menos ella tinha perasi, e | dizia que não podia ser aquillo demonio, se não | alguã cousa santa de deos pois teaziam cruces | de que o demonio foje, e pois faziam, grãdes | reuerencias as cruces, e traziam contas, e no | meuaõ santa maria [...] l. 3150 – 58.

Confissão 43 – fol. 85r a 86r

1 - Documento

Data cronológica 1592, janeiro, 13.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome Bartolomeu Garcez (bertolameu garces)

Idade 40 anos (pouco mais ou menos)

Local de nascimento Lisboa (Llixboa)

Grupo étnico Cristão-novo

Filiação Bastião Pires (bastiam pirez cristaõ nouo)
Guiomar Fernandes (gujomar *fernadez* cristaã noua)

Estado civil Casado com Maria Gonçalves
(marja *gonçalles* mamaluca)

Profissão Obreiro de alfaiate (obreiro de alfajate)

Residência Itapagipe (tapagipe)

Assinatura | sinal Bertolomeu garces

3 - Culpa

Heresia | apostasia Blasfêmia

Sentença Não consta

Culpa no LRC Culpa por inferência, não está localizada no LRC. [...] com agosta |
mento dixe estas pallauras, **por clérjgos | e frades se a de perder o**
mundo, e llogo o dito | Antonio de melo lhe foi a mão dizen lhe
que não falla | ua bem e elle confitente lhe respondeo que | não
cujdou *que* naquellas pallauras dezia taõ | to mal [...] . 3373 – 79.

Confissão 44 – fol. 86r a 87v

1 - Documento

Data cronológica 1592, janeiro, 13.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome Gaspar Pacheco (gaspar pacheqo)

Idade 60 anos

Local de nascimento Lisboa (Lixboa)

Grupo étnico Cristão-velho

Filiação Gomes Pacheco (gomez pachequo)
Joana Rodrigues (Joana rodriguez)

Estado civil Solteiro

Profissão Não declara

Residência No seu engenho de Itaparica (no seu engenho em taparjca nesta Capitania)

Assinatura | sinal Gaspar Pacheco

3 - Culpa

Heresia | apostasia Blasfêmia

Sentença Não consta

Culpa no LRC [...] Jurou esta Jura, por estas ba<r>bas, e pellas barbas de *Cristo* [...] l. 3428.

Obs.: denuncjar cousas tocantes | digo confessar suas culpas

Confissão 45 – fol. 88r a 90r

1 - Documento

Data cronológica 1592, janeiro, 13.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome Gonçalo Fernandes (*Goncalo Fernandez*)

Idade 25 anos pouco mais ou menos

Local de nascimento Desta capitania

Grupo étnico Cristão-velho -mameluco

Filiação Fernão Gonçalves (fernaõ *gonçalvez*)
Antonia Basila (*antonia* brasilla escraua)

Estado civil Casado com Inocência Nunes (*Inçensa nunez*)

Profissão Lavrador

Residência Paripe

Assinatura | sinal *Goncalo Fernandez*

3 - Culpa

Heresia | apostasia Gentilismo

Sentença ja he setençeadó

Culpa no LRC [...] elle denunciante se ajuntou lepor espaco de dous meses pouco mais ou me | nos fez com elles as fita cerjmonias tomando | os ditos fumos e falando oseu Lingoagem e | crendo que era uerdade oque elles deziã e que | ujnha oseu deus e tendo fee na dita ydolatria | e abusaõ assim como os ditos mantedores de | la pareçendo lhe ser certo ebom opor elles dito | daquela sua sanctidade e que estando elle confe | sante nesta creença e engana do nesta falsa | fee desejou muito de hir a o dito sertoã ajuntarse | com os princjpais mantedores da dita ydolatrja | que estaua no dito lugar chamado forro grande pera | con seus olhos ueer a dicta chamada sanctidade [...] l. 3559 – 72.

Confissão 46 – fol. 90v a 92v

1 - Documento

Data cronológica 1592, janeiro, 14.

Data tónica Salvador

2 - Confitente

Nome Miguel de Roxa Moralles (miguel de Roxas moralles castelhano)

Idade 28 anos

Local de nascimento Loxa do Reino de Granada (Loxa do Reyno de gra<na>da)

Grupo étnico Cristão-velho

Filiação António de Morales
Maria de Roxas (marja de Roxas)

Estado civil Casado com Violante Morgade (ujolamte mor gade)

Profissão Lavrador

Residência Freguesia de Passé

Assinatura | sinal migel de rozas morales

3 - Culpa

Heresia | apostasia Islamismo

Sentença

Culpa no LRC [...] a modo dezombarja falar com elle *confe* | sante **desdanhado dos Castelhanos desta sor | te dixei mais estas, antes mouro que catelha** | no, no e que entaõ elle *confessante* parecendo lhe | mas as ditas pallauras o reprehendeo dizem | do lhe que olhase como falaua [...] l. 3677 – 83.

Obs.: 1592, janeiro, 14.

Confissão 47 – fol. 92v a 93v

1 - Documento

Data cronológica 1592, janeiro, 17.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome Pero da Vila Nova (Pero de uilla noua françes)

Idade 55 anos (pouco mais ou menos)

Local de nascimento Provins (proujñs)

Grupo étnico Cristão-velho / francês

Filiação Nicolao de Colheni- francês
Nicola Simonheta (Njcola Simonheta) - frencês

Estado civil Casado com Leonor Marques de Mendonça
(Lianor Marquez de mendoça)

Profissão Não declara

Residência Ceregipe do Conde

Assinatura | sinal pero de billa noua

3 - Culpa

Heresia | apostasia Luteranismo

Sentença ja he setençado

Culpa no LRC Não consta especificação na confissão, aferido: [...] come | caraõ
aespilhar seus Liuros Luteranos e sa | mear sua doutrjna
Luterana fazendo es | colas pubrcas de sua sejta Luterana cons
| trangendo e forcando com a coutes atos dos | os mo | que elle
tem confessadoa uerdade e que não lhe | lembra mais, saluo
que alguãs uezes praticando | com pessoas que lhe
perguntauaõ pello que faziam | os dittos Luteranos elle
confitente lhes contaui | e referja estes dittos erros Luteranos
que oraaca | bou [...] l. 3794 – 85.

Confissão 48 – fol. 95r a 96r

1 - Documento

Data cronológica 1592, janeiro, 17.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome Rodrigo Martins (*Rodrigo Martinz*)

Idade 38 anos

Local de nascimento Capitania de Porto Seguro (capitanja de porto seguro)

Grupo étnico Cristão-velho / Mameluco de Tamararia
(mamalugode tamararia)
francisco muniz

Filiação Isabel escrava negra deste Brasil (índia) (*francisco muniz homem branco, e de huma sua escrava negra deste brasil*)

Estado civil Casado com Isabel Rodrigues (*Isabel rodriguez*)

Profissão Não declara

Residência Freguesia de Tamararia, em Pernamirim (freguesia de tamararja em pernaõ merjm)

Assinatura | sinal *Rodrigo Martins*

3 - Culpa

Heresia | apostasia Blasfêmia

Sentença Ja he *sentençado*

Culpa no LRC [...] no | qual tempo la esteue huma quaresma e nella e nos mais | dias en que aligreja defende carne elle sen ter Liçen | ça do ordinarjo e estando Sam e Sem neçessida | de comeo carne podendo escusala porque tinha | outros mantimentos [...]. 3905 – 09.

[...]ficou elle soo entre osgentios em | conuersação com elles, e **reçebiadelles os seus fumos da | erua que chamaõ eruasancta** que he suaceremo | nja gentillica e outrossim confessou *que* entaõ deu | aos djttos gentios huma espingarda, [...] l. 3914-3918.

Confissão 49 – fol. 96r

1 - Documento

Data cronológica 1592, janeiro, 17.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome Guiomar Pinheira

Idade 38 anos

Local de nascimento Capitania dos Ilhéus (Capitanja dos Ilheos)

Grupo étnico Cristã-velha / Mameluca (mamaluca)

Filiação Antônio Vaz Falcato (Antonio uaz falcato homem branco)
Vitória Brasil (ujctorja brasilla sua escraua [pai])

Estado civil Enviuvou por três vezes, último marido Pero Fernandez

Profissão Não declara

Residência Tamararia (tamararja)

Assinatura | sinal Não assina

3 - Culpa

Heresia | apostasia Sodomia feminina

Sentença [...] Dei lhe nesta mesa| em segredo peni= | tencias | espirituais | e com a Reprehençaõ e | amoestacaõ |neces= |saria. É mandei a |confessar [...]

Culpa no LRC Fato o corrido quando Guiomar Pinheira tinha 18 anos de idade [...] a djcta qujterea |sequa tomou a ella confessanteque hia em ca | mjssa segundo (o costumedeeste brasil) nosbra | ços e lançou em cjma dasuacama de costas | [...] e lhe **aleuantou a camjsa, e a regacando assi | as suas fraldas se pos em cjma a della confessan | te e | juntando seu uaso natural, com o uaso | natural della confitente fez com ella, como | se fora homem cõmo lhe tendo delejtaçaõ [...]** l. 3986 – 90.

Confissão 50 – fol. 97r a 98v

1 - Documento

Data cronológica 1592, janeiro, 17.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome Manoel Branco (*Manoel braço*)

Idade 24 anos

Local de nascimento Desta Bahia

Grupo étnico Cristão-velho (segundo lhe parece)

Filiação Estevão Branco (*Esteuaõ branco homem frances*)
Bárbara Branca (*barbora branca negra brasilla*)

Estado civil Solteiro

Profissão Não tem ofício

Residência Pirajá (*pirajahia*)

Assinatura | sinal Manoel branquo

3 - Culpa

Heresia | apostasia Gentilismo

Sentença

Culpa no LRC [...]esteuella huma quaresma | enella enos mais djas em que algreja de | fende carne **comeo carne e assim comeo to | a companhia estando saõ e sem Liçen | ça do ordjnarjo poreu con necessidade | <culpa gentilica>**por que não tinha outra cousa que comer | e outrossim no djto sertoã se riscou e maõ | dou riscar per hum negro segundo o costu | me dos gentios deste brasil os quais se costu | maõ riscar com louores pello corpo [...] l. 4036 – 45.

Confissão 51 – fol. 98v a 99v

1 - Documento

Data cronológica 1592, janeiro, 18.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome Tomás Ferreira (thomas ferreira)

Idade 36 anos

Local de nascimento Ilhéus (Ilheos)

Grupo étnico Cristão-velho / mameluco

Filiação Marçal Ferreira (homem branco)
Ilena (Ilena sua [pai] escraua brasilla)

Estado civil Solteiro

Profissão Não declara

Residência Não declara

Assinatura | sinal thomas ferreira

3 - Culpa

Heresia | apostasia Blasfêmia

Sentença ja he senteçado

Culpa no LRC [...]ueo do serto daserrade[R]aRipe onde andou | anno emeo no qualtempo teue laa huma quares | ma e em mujtos dias dellaeem outrosmaiem | [...] que algreja d[e]fende carneelle a comeo estando | sam e sem licença do ordjnarjo e sem necessida | de podendo mujto bem escusardeacomerporque | tinha outros mantimentos con que nos djttos dias | se podja manter [...] l. 4097 – 4104.

Confissão 52 – fol. 100r a 100v

1 - Documento

Data cronológica 1592, setembro, 18.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome Francisco Afonso Capara (*francisco afonso Capára*)

Idade 40 anos

Local de nascimento Pernambuco (pernaõbuco)

Grupo étnico Cristão-velho

Filiação Diogo Corredeira (djogo de corredejra homembranco)
Felipa Brasila (escraua [de seu pai] phe lipa brasilla)

Estado civil Casado com Maria Pires (marja pirez)

Profissão Lavrador

Residência Pirasahia de Itaparica (pirajahia de taparjca mamaluca)

Assinatura | sinal Francisco afonso

3 - Culpa

Heresia | apostasia Gentilismo

Sentença <ja he setençado>

Culpa no LRC [...]uñdose elle recolhendo | dosertaõ desta bahia trazendo consigo decen | do gentios duzentas almas, temendo elle que | <culpa gentilica>**se aleuanta sem com elle os dittos gentios se mão | dou riscar no braco derejto perate elles pera | se mostrar ser ualente e o temerem** por quanto | he çeremonja dos gentios riscarenses con hũñs | louores pello corpo ao modo defferretes [...] l. 4162 – 69.

Confissão 53 – fol. 100v a 101v

1 - Documento

Data cronológica 1592, janeiro, 18.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome Domingos Gomes Pimentel (*domingos gomez pimentel*)

Idade 24 para 25 anos

Local de nascimento Bahia

Grupo étnico Cristão-velho

Filiação Simão Gomes Varella (*simaõ gomez varella*)
Madelá Pimentel (*Ma[da]lena pimentel*)

Estado civil Solteiro

Profissão Não declara

Residência Passé (*passé*)

Assinatura | sinal Domingos gomes pimentel (Observa-se a acima da assinatura o símbolo de uma cruz com um ponto em cada vértice.

3 - Culpa

Heresia | apostasia Livro proibido

Sentença ja he *sentençado*

Culpa no LRC [...] con tudo **leo mujtas uezes pello djtto liuro | de djanna [...]. l.**
4209-10.

Confissão 54 – fol. 101v a 102v

1 - Documento

Data cronológica 1592, janeiro, 18.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome Gaspar Nunes Barreto

Idade 40 anos pouco mais ou menos

Local de nascimento Bahia

Grupo étnico Duvida se é cristão-novo

Filiação Francisco Nunes (*francísco nunez - cristaõ uelho*)
Joana Barreto (*elle naõ sabe se era | cristaã uelha se cristaã noua*)

Estado civil Casado com Ana Alveloa (*Anna alueloa*)

Profissão Lavrador que tem uma casa de mele (laurador, que tem huma cassa de melles)

Residência Morador na freguesia de Itaparica, na terra firme de Paraguaçu (morador na | freguesia de taparjca na terra firme de pera | gasu)

Assinatura | sinal Gazpar nunez barreto

3 - Culpa

Heresia | apostasia Gentilismo

Sentença ja he setençado

Culpa no LRC [...] estando em taparjca se mandou riscar per hum | <culpa gentilica> negro da terra na perna esquerda da banda de | fora da cjntura ate mea coxa, o qual riscado | elle consentio e mandou fazer em ssi sem nem huma | ma tenção gentilica mas simplexmente como | moco ignorante [...] l.4253 – 58.

Confissão 55 – fol. 102v a

1 - Documento

Data cronológica 1592, janeiro, 19.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome Cristovão de Sá Betancourt
(*crispouaõ de Saa betanqor*)

Idade 30 anos

Local de nascimento Lisboa (Lixboa)

Grupo étnico Cristão-velho

Filiação (Francisco Ferreira de Betancourt)
francisco ferreira de betancor
Isabel Correia d'Almeida (*Jsabel Correa dalmeida*)

Estado civil Casado com Francisca Barbosa (*francisca barbossa*)

Profissão Lavrador

Residência Não declara

Assinatura | sinal Cristouaõ desaa betancor (seguem-se arabescos)

3 - Culpa

Heresia | apostasia Blasfêmia

Sentença ja he *sentençado*

Culpa no LRC [...]e[ll]e *confe[ss]*ante, disse | [...] quelhe | parecja que o **estado do casado** era mjlhor | [...] que o do religioso, [...] l. 4299 – 4301.

Confissão 56 – fol. 103v a 104v

1 - Documento

Data cronológica 1592, janeiro, 19.

Data tónica Salvador

2 - Confitente

Nome Antonia Fogaça (*Antonia fogaça*)

Idade 28 anos (pouco mais ou menos)

Local de nascimento Natural desta cidade (Salvador)

Grupo étnico Cristã-velha

Filiação Diogo Zorilla (*djogo zorilha*)
Catarina Rios (*Caterjna do rios*)

Estado civil Viúva de Antônio Dias Adorno (*Antonio diaz adorno*)

Profissão Não declara

Residência Fazenda de Paraguaçu (*fazenda de peragasu*)

Assinatura | sinal Antonia fagaça

3 - Culpa

Heresia | apostasia Fornicação

Sentença Já é sentenciada pelo Bispo

Culpa no LRC [...]e confessando disse *que* | pello Bispo deste estado dom Antonio barreiros | lhe foj posta pena deexcomunhão ipso facto Incurenda, que ella não fallasse *nem* tiue | se cõmonjcação pessoal *nem* por escriptos | *nem* por recados *nem* por In terpostapessoa | comfernaõ Rjbeiro de Sousa cunhado della [...] [...] l. 4338 – 44.

[...]o ditto fernaõ Ribeiro Ihemandou [...] | mais aella dous escriptos cada hum persua | uez em djas diferentes nos quais lhe fallaua | tambem acerca das ditas contas, elunta | mente nelles usaua de pallauras afejcoa | das e amorodosas *que* he a materjasobrequelhefoj | posta a ditta prohibiçaõ pello Bispo sob a | djcta pena [...] l. 4362. 69.

Confissão 57 – fol. 104v a 106v

1 - Documento

Data cronológica 1592, janeiro, 19.

Data tónica Salvador

2 - Confitente

Nome Mateus Nunes

Idade 46 seis mais ou menos

Local de nascimento Cidade do Porto (cjdade do porto)

Grupo étnico Cristão-velho

Filiação Andre Nunez
Catarina Rodrigues (caterjna rodrigues)

Estado civil Casado com Catarina Coelho, mamelucas (caterjna coelho mamaluca)

Profissão Cirurgião (celorgiam)

Residência Na freguesia de Tassuapina do recôcavo desta Bahia (freguesia detauapina do | reconcauo desta bahia)

Assinatura | sinal mateus nunes

3 - Culpa

Heresia | apostasia Sodomia

Sentença [...] Consta no corpo da confissão: confesse mujtas uezes e lhemaõdou | que se fosse logo | confesar e que cumpra | aspe<nj>tencia spijtual que seu confessor | lhe der nouamente por estes peccados <troxe escrito do/ confessor.> [...]

Culpa no LRC A culpa não está identificada no LRC, aqui foi aferida: [...] o ditto joam nogueira | (pareçelle quese chamaua Antonio nogueira) | teue com elle confessante o aJuntamento | contra natura sodomjtico penetran | do com seu membro ueril o uaso tra | zejro delle confessante lançandose | elle confessante com a barrigapera | baixo epondosse o djtto joam nogueira | em cjma delle fazendo como se fora | homem com molher por djante, e consu | mando por detras com elle o djtto pec | cado da sodomja e isto tres ou quatro | vezes em nojtes djferentes sendo sem- | pre elle confessante pacjente, [...] l. 4424 – 37.
[...]que elle confessante teue com ho | djtto moço outro tal aluntamento nefan | do penetrando com seu membro ouaso | trazejro do djtto moço e consumando | nelle opeccado de sodomja tres ou qua | tro uezes em djuersas n[o]jtes sendo elle | confessante sempre Incubo agente[...]. 4453 – 61.

Confissão 58 – fol. 107r a 107v

1 - Documento

Data cronológica 1592, janeiro, 20.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome *Francisco Martins*

Idade 40 anos

Local de nascimento Bucelas, termo de Lisboa (boçellos termo de Lixboa)

Grupo étnico Cristão-velho

Filiação Pedro Gomez
Joana Batalha

Estado civil Casado com Francisca da Costa

Profissão Lavrador

Residência Peroaçu (perabusu)

Assinatura | sinal francisco muniz

3 - Culpa

Heresia | apostasia Blasfêmia

Sentença Não consta

Culpa no LRC [...] per mujtas uezes em diuersos dias | de quaresma e sesta feyras esabados elle e acom | <culpa>panhia | omjam cerne podendo escusar de a co | mer por terem fauos e outra cousas con que se podiam manter sem comer carne e as pessoas [...]. 4503 – 05.

Confissão 59 – fol. 107v a 108r

1 - Documento

Data cronológica 1592, janeiro, 20.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome João Gonçalves (joão gonzalez)

Idade 22 anos

Local de nascimento Outeiro João de Chaves (sic) (outeiro loam de chaues)

Grupo étnico Cristão-velho

Filiação Diogo Viegas (diogo uiegas)
Beatriz Pires (breatiz Pires)

Estado civil Solteiro

Profissão Trabalhador

Residência Sergipe de Conde de Linhares (ceregipe do conde de linhares)

Assinatura | sinal Assina com sinal da cruz

3 - Culpa

Heresia | apostasia Blafêmia

Sentença Não consta

Culpa no LRC [...]e entodo esse tempo nos dias | da quaresma e de sextas feiras e sabados, comeraõ | <culpa> carne por falta de mantimentos porem mujtos dos | dittos dias elle confitente o comeo podendo escusar | de a comer tendo outro mantimento con que se podia mã | ter sem carne [...]. l. 4542 – 47.

Obs.: ueo degradado por uadio pera obrasil

Confissão 60 – fol. 108v a 111r

1 - Documento

Data cronológica 1592, janeiro, 20.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome Cristovão de Bulhões, mestiço (*Cristouaõ de bulhois mestico*)

Idade 25 anos

Local de nascimento Capitania de São Vicente (capitanja de São Uicente)

Grupo étnico Cristão-velho / mameluco

Filiação Inácio de Bulhões (Ignacjo de bulhois)
Francisca, Índia da terra (*francisca, India desta terra*)

Estado civil Solteiro

Profissão Trabalhador

Residência Jaguaripe (jaguarjpe)

Assinatura | sinal Cristouaõ de bulhois

3 - Culpa

Heresia | apostasia Gentilismo

Sentença ja he *sentençado*

Culpa no LRC

[...] as **ceremonias dos gentios assim como elles fa <culpa>ziam** na as **ceremonias dos gentios assim como elles fa [...]** ziam na sua **abusaõ chamada sanctidade**, e elle *con | fessante se aJoelhou* permujtas uezes em diuersos | dias no ditto sertão djante do idolo dos gentios | *que era huma figura depedra que não representaua | homem nem molher mas qujmera*, e fez tambemas | **ceremonias delles fazendo como elles faziam**, e | dizendo os gentios aelles **cristaõs que se fossem la | uar**, por **que auja denaçoer hum fogo nouo entre | elles**, e elles se foraõ lauar, e assim ujeraõ ate *que | chegaraõ afazenda de fernaõ cabral* onde os di | *tto* gentios estiuerã algum *tempo com a dicta sua | chamadasanctidade* e no ditto sertão anda | *raõ* fazendo as dittas ceremonjas,e adoracois [...]. 4582 – 95.

Confissão 61 – fol. 111v a 114r

1 - Documento

Data cronológica 1592, janeiro, 21.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome Lázaro da Cunha

Idade 30 anos

Local de nascimento Capitania do Espírito Santo (capitanja do spirjtu Sancto)

Grupo étnico Cristão-velho / mestiço

Filiação Tristão da Cunha (tristaõ da Cunha) – homem branco
Isabel Pais (Isabel paiz) - mameluca

Estado civil Solteiro

Profissão Não declara

Residência Não nomeia local específico

Assinatura | sinal Lazaro da cunha

3 - Culpa

Heresia | apostasia Gentilismo / blasfêmia

Sentença Não consta

Culpa no LRC

[...]se deixou ficar emcompanhia dos | ~~saneto~~ topinabases que são gentios e antre | [...] elles elles **andou ujuendo cinco annos pouco mais [...]** oumenos sempre ao modo gentilico despido, | **e tingido, e fazendo, e usando, todas as | ceremonjas**, usos, rijtos, estilos, e costumes, | dos dittos gentios fazendo tudo assim eda | maneja como se elle fora gentio e tratando | *com os feticejros* como elles fazem [...]. 4721-4728.

[...]neste tempo nos | dias | [...]da quaresma e sextas feyras e sabados e mais | [...] dias **prohebidos** **comeo carne ssem neçessidade** naõ | se confessou na quaresmapassada que esteue no ditto sertão, [...]. 4789-4784.

Confissão 62 – fol. 114r a 115r

1 - Documento

Data cronológica 1592, janeiro, 22.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome Bento Rodrigues Loureiro (*Bento rodíques loureiro*)

Idade 47 anos (pouco mais ou menos)

Local de nascimento d'Almerim (merjm)

Grupo étnico Cristão-velho

Filiação André Rodrigues Loureiro (*andre rodíques Loureiro*)
Catarina Luiz Loureiro (*caterjna Luis Loureiro*)

Estado civil Casado com Esperança Tourinha (*esperança tourjnha*)

Profissão Lavrador

Residência Freguesia detaparjca (Itaparica)

Assinatura | sinal Sinal

3 - Culpa

Heresia | apostasia Blasfêmia

Sentença Não consta

Culpa no LRC [...]querendo dizer nome | de lesu em quem creio, **dixe e pronuncjou com** | [...] **a boca lesu de que arenego**, porem dixeu | a dicta blasfemea subita edes atinada | mente sen ser sua tenção dizella [...]l.4859- 63.

Confissão 63 – fol. 115r a 115v

1 - Documento

Data cronológica 1592, janeiro, 23.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome Rodrigo de Almeida (*Rodrigo dalmeida*)

Idade 26 anos

Local de nascimento Ilha da Palma

Grupo étnico Cristão-velho

Filiação Estevão Rodrigues (*esteuaõ Rodrigues*)
felipa Uellosa (*Felipa Velosa*)

Estado civil Casado com Margarida Pereira (*margarjda perejra*)

Profissão Não declara

Residência Sergipe do Conde (*ceregipe do conde*)

Assinatura | sinal Rodrigo dalmeida

3 - Culpa

Heresia | apostasia Blasfêmia

Sentença Não consta

Culpa no LRC [...]hum dia despois de elle ter | almoça | [...] do huma pouca de farjnha datterra foj | receber o sanctissimo sacramento da eucharjs | tia lembrandose mujto bem que tinha na | quella menhaã almorçado a dicta farjnha [...].4899 – 903.

Confissão 64 – fol. 115v a 117r

1 - Documento

Data cronológica 1592, janeiro, 23.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome Afonso Luis

Idade

Local de nascimento Vila d'Alvito (Uilla dal ujtto)

Grupo étnico Cristão-velho

Filiação Manoel Luís (manoeL Luis)
Inês Rodrigues (Jnn[e]srodrigues)

Estado civil Casado com Isabel Luís (Jsabel Luis)

Profissão Não declara

Residência Ilha dos Frades da Freguesia de Tamararia (ilha dos frades da freguesia de tamararja)

Assinatura | sinal Não Assina

3 - Culpa

Heresia | apostasia Blasfêmia

Sentença Ja he setenceado | deixou aqui de confes= | sar outras culpas/graues, foi a | publico

Culpa no LRC [...]per muj | tas uezes em diuerssos dias e lugares are | [...] negou de deos, e dos sanctos do paraisso, as | quais blasfemeas heréticas dixe per grande | numero deuezes en todo o ditto tempo peran | [...] te a dicta sua molher e perante os dittos sua filha | e filho e per ante outras pessoas [...].4959 – 63.

Obs.: Declara-se cego.

Confissão 65 – fol. 117r a 118r

1 - Documento

Data cronológica 1592, janeiro, 23.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome Beatriz de Sampaio (Breatis de Sapajo)

Idade Não declara

Local de nascimento Não declara

Grupo étnico Cristã-velha

Filiação Não declara

Estado civil Casada com Jorge de Magalhães (Jorge de magalhais)

Profissão Não declara

Residência Não declara

Assinatura | sinal Não assina

3 - Culpa

Heresia | apostasia Blasfêmia

Sentença Não consta

Culpa no LRC [...]ella agas | *tada com collera e agastamento* tomou os re | [...] llicajros e *com furja* os arremessou per huma ca | dejra abajxo, onde os relicajros saltando | pello chaõ hum delles quebrou na ujdraça [...]. 5017 – 20.

Obs.: [...]denuncjou nesta mesa no segundo | Liuro das denunciacois folhas .29. on | de estaõ assuasmais *confrontacois* [...]. 5004 - 06.

Confissão 66 – fol. 118r a 119v

1 - Documento

Data cronológica 1592, janeiro, 23.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome Antonio Correa

Idade 25 anos pouco mais ou menos

Local de nascimento Moimenta termo da cidade de Lamego (moimenta termo da cidade dellamego)

Grupo étnico Cristão-velho

Filiação Domingos Pires (domjngos Pires)
Isabel Duarte

Estado civil Solteiro

Profissão Frade

Residência Itapuã (tapuam)

Assinatura | sinal Antonio Corea

3 - Culpa

Heresia | apostasia Blasfêmia

Sentença Não consta

Culpa no LRC [...] e por elle confessante cudar que aquella | <culpa>era auerdade usou do ditto modo de benzer ca | ssim se benzeo [...]. 5084 – 86.

O citado modo de benzer refere-se ao fato de benzer nomeando o filho abaixo dos peitos, na barriga.

Obs.: 1592, janeiro, 23.

Confissão 67 – fol. 120r a 121r

1 - Documento

Data cronológica 1592, janeiro, 23.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome Baltasar Barbosa (balthesar barbosa)

Idade 45 anos pouco mais ou menos

Local de nascimento Arcos, cinco léguas de Braga (arcos cinco llegeas de braga)

Grupo étnico Cristão-velho

Filiação Gaspar Barbosa
Violante Gonçalves (ujolante gonçalves)

Estado civil Casado com Catarina Álvares (caterjna alurêz)

Profissão Lavrador

Residência Sergipe do Conde (ceregipe do conde)

Assinatura | sinal balltasar barbosa

3 - Culpa

Heresia | apostasia Luteranismo

Sentença Não consta

Culpa no LRC [...] [...] se indo elle aRoma ao Papa pedir | lhe perdão se lhe poderja o [P]apa perdoar | as culpas de Luterano pera que elle tornasse a | ujuer catholicamente e hum seu companheiro | per nome antonio gonçalves lhe respondeo que ssim que | [...] podia perdoar o Papa [...]l. 5147 – 51.

Confissão 68 – fol. 121v a 122r

1 - Documento

Data cronológica 1592, janeiro, 23.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome Belchior da Costa

Idade 35 anos

Local de nascimento Vila das Guimarães (ujlla de gujmarais)

Grupo étnico Cristão-velho

Filiação Jorge Gonçalves (lorge gonçaves)
Senhorinha da Costa (senhorjinha da costa)

Estado civil Casado com Beatriz Piçarra (breatiz pisçarra)

Profissão Não declara

Residência Sergipe do Conde (ceregipe do conde)

Assinatura | sinal Belchior da Costa

3 - Culpa

Heresia | apostasia Sodomia

Sentença [...] <ja he sentençeado | Este cofessante fez muitas| mostras de arrependi | mento. Dei lhe nesta| mesa em segredo pe= | nitencias espirituais| com a amoestação ne=| cessaria e mandei o| cofessar e troxe es= | crito do confessor [rubrica] [...]

Culpa no LRC [...] [c]he[[gou]] a dormir com elle carnalmente Metendo seu mem | bro adormir com elle carnalmente Metendo seu mem | bro deshonesto pello uaso trazejro delle confessante e | comprjndo nelle assim como se ofizera com molher por | diante e conssumou o peccado desodomja [...] l. 5020 – 23.

[...]estando elle dejtado em huma rede, ueo aj ter hum | moço de idade de noue ou dez annos filho de hum carpin | teiro das ilhas morador ora em paripe com sua maj ueuua o qual | se dejtou com elle na rede e elle confessante dormjo com elle | carnalmente penetrando com seu membro desones | to o uaso trazejro do ditto moço cujo nomelhe não | lembra, e comprjo com elle como seo fizera com molher | por diante e conssumou o peccado de sodomja [...] l. 5230 – 37.

Confissão 69 – fol. 122v a 123r

1 - Documento

Data cronológica 1592, janeiro, 23.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome Marcos Barroso

Idade 45 anos pouco mais ou menos

Local de nascimento Barroso

Grupo étnico Cristão-velho

Filiação Bastião Pires (bastiam pires)
Inês Martins (Ines martinz)

Estado civil Casado com Catarina Colaça (caterjna colaça)

Profissão Lavrador

Residência Morador em Tassuapina, no engenho de Matim Carvalho (morador |
entasuapina no engenho de martim carualho)

Assinatura | sinal Marcos barroso

3 - Culpa

Heresia | apostasia Sodomia

Sentença [...] Dei a este confitente | em segredo nesta | mesa poenitencias|
spirituais com a a= | moestaçaõ necessa= | ria e mandei o | cofessar
e troxe | escrito do confesor [...]

Culpa no LRC [...]humlr | [...] maõ frade per nome frej antonio noguejra e sen | do
elle confessante com o ditto domingos companhejros | que dormjam
em huma cama chegaraõ ater amjzade | [...] deshonesto, de
manejra que peccaraõ no peccado | nefando de sodomja duas
outras uezes em di | uersas nojtes sendo elle confessante
sempre o a | gente dormjndo com o ditto domjngos carnal |
mente metendo seu membro deshonesto pello uaso | trazejro do
ditto domjngos, e comprjndo com elle | por detras, como faz
hum homem com huma molher por di | ante, con ssumando o
peccado da sodomja [...].5275 – 85.

Confissão 70 – fol.123v a 124v

1 - Documento

Data cronológica 1592,

Data tópica Salvador, janeiro, 23.

2 - Confitente

Nome Antonio de Meira

Idade Não declara

Local de nascimento Bahia

Grupo étnico Cristão-velho

Filiação Francisco de Meira (*francisco de mejra homem branco*)
Ilena de Meira (*Jllena de mejra, negra desta terra brasilla*)Estado civil Casado com Maria Alvernaz (*maria aluernaz mamaluca*)

Profissão Lavrador

Residência Rio de Joane, feguesia de Paripe (*Rio eJoane freguesia de parjpe*)Assinatura | sinal Antonio de meira

3 - Culpa

Heresia | apostasia Blasfêmia

Sentença [...] Reprehendi e moes | tei a este *confitente* que nã | caja em semelhantes | culpas, e dei lhe peni | tencias espirituais | e mandei o confessar [...]Culpa no LRC [...] [...] elle confessante **matou** | [...] **huma galhjnha e a assou e elles a almocaraõ e | Juntamente com elles comeraõ della tambem elle | com fessante e mais domingos de rebello ma | maluco seu cunhado morador na mesma fazen | da delle comfessante**, e outro ssim *confesou* que asne | gras de sua casa cristaãs margarjda e *antonia* bra | ssillas alguñs domjngos e dias sanctos trabalhaõ | fiando e fazendo anastros [...].5332 – 43.

Confissão 71 – fol. 124v a 125r

1 - Documento

Data cronológica 1592, janeiro, 24.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome Domingos Rebelo (*domingos rebello*)

Idade 27 anos

Local de nascimento Bahia

Grupo étnico Mestiço (*mistiço*)

Filiação Miguem Muniz (*mjguel muniz homem branco*)
Leonor, brasila (*lianor brasilla*)

Estado civil Solteiro

Profissão Não declara

Residência Rio de Joane, freguesia de Paripe (*rjo de Joane freguesia de paripe*)

Assinatura | sinal domygos Reblo

3 - Culpa

Heresia | apostasia Blasfêmia

Sentença Reprehendi a este | e mǎdei *confessar* | etrouxe escrito do *confessor*

Culpa no LRC [...] estando em casa de seu cunhado *antonio* de mejra com | [...] .pero teixeira/ .luis doliueira/ .antonio de meira> quem elle he morador, Pedro teixera, e Luis doliuejra | carpinteiro moradores em toque toque que tinhaõ | dormjdo aquella nojte ay en casa querendo separ | tir pera a sua por naõ terem que **almoçar dixe o ditto seu cunhado que lhes matarja huma galj | nha e elles dixeraõ que ssim querjam, entaõ | se assou, huma gallinha e todos comeraõ della | scilicet** Pero teixeira defunto, e Luis doliuejra, e elle | com fessante, e seu cunhado [...].5376 – 85.

Obs.: Domingos Rebello foi citado na confissão de Antônio Meira: [...]com elles comeraõ della tambem elle |*confessante* e mais domingos de rebello ma <Referente domingos de rebello >maluco seu cunhado morador na mesma fazen | da delle *comfessante* [...]

Confissão 72 – fol. 125v a 126r

1 - Documento

Data cronológica 1592, janeiro, 24.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome Noitel Pereira

Idade 27 anos

Local de nascimento D'Alvito (dalujto)

Grupo étnico Cristão-velho

Filiação Afonso Luis
Isabel Luis

Estado civil Casado com Antonia Correa

Profissão Carpinteiro e lavrador

Residência Ilha dos Frandes, freguesia de Tamararia (ilha dos frades freguesia de tamararja)

Assinatura | sinal Sinal

3 - Culpa

Heresia | apostasia Blasfêmia

Sentença <Este *confessante* he *homem* | simples deu *muitas* mostras | de arrependimento, e| de não dizer *com* maa | *tenção* as pallauras deque | aqui se accusa, mandej | *que* se fosse confessar, e | Reprehendo. E troxe | escrito do confessor.>

Culpa no LRC [...] ujndo elle com fessante estas cousas **dixe quea | gente soo a deos se auja de com fessar, e não aos | homeñs** [...].5422-24.

Confissão 73 – fol. 126v

1 - Documento

Data cronológica 1592, janeiro, 24.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome Antonia Correa

Idade 17 ou 18 anos

Local de nascimento Lisboa (Lixboa)

Grupo étnico Cristã-velha

Filiação Diogo Quadrado (diogo coadrado)
Maria Fernandes (marja fernandez)

Estado civil Casada com Noitel Pereira (Nojtel pirejra)

Profissão Não declara

Residência Ilha dos Frades, freguesia de Tamararia (ilha dos frades freguesia de tamararja)

Assinatura | sinal Não assina

3 - Culpa

Heresia | apostasia Blasfêmia / solicitação

Sentença ja falleçeo esta | Antonia Correa

Culpa no LRC

[...] dixee que não na quaresma passada se | não na outra atras sendo ella moradora | na freguesia de çerecipe do conde se *confessou* | ao uigajro dadicta freguesia Antonio fernandez pello o | brjgação da Igreja e estando dentro do *confissi* | <Referente antonio fernandez uigajro/ ja he fallecido> | onajro acabando de a absoluer lhe dixee llogo que | mal empregada era ella em seu marjdo, e que | se ella fora sua mulher delle, uigajro que doutra | maneja com uestidos de seda aouuera detrazer | e que se ella | qujsese alguã cousa que lha pedisse que | elle farja tudo e estas cousas com palauras brandas | e de maneja que claramente ella entende o serem | com tenção des onesta pello que se aleuantou | logo mujto em uergonhada e sse foj [...].5458 – 72.

[...] marjdo contou o que lhe a | <culpa>conteção, **dizendo que era bõ confessarsse huma pessoa | ao pe de hum pao aso senhor que não aos clérjgos e | aos confessores pois eles eraõ tais que na confissão | cometiam as mulheres [...].5473 – 77.**

Confissão 74 – fol. 127v a 128v

1 - Documento

Data cronológica 1592, janeiro, 24.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome João Rodrigues Palha

Idade 62 anos

Local de nascimento Vila de Moura

Grupo étnico Cristão-velho

Filiação Mateus Rodrigues
Leonor Rodrigues (Lianor Rodrigues)

Estado civil Casado com Mécia Lemos (mecja de llemos)

Profissão Lavrador

Residência Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, no engenho de Bernardo Pimentel (freguessja de nosa senhora da piedade no engenho de bernaldo pimentell)

Assinatura | sinal loam rodrigues

3 - Culpa

Heresia | apostasia Feitiçaria

Sentença <Reprehendi a este | confitente e dei lhe pe= | nitenças espirituais. E mandej o confessar | e troxe escrito do con=| fessor.>

Culpa no LRC [...] em portu | gall no termo de moura huma ou duas uezes | encantou | os bichos deçertogado cujo dono lhe naõ lem | <culpa>bra o qual **emcantamento, era, pera os bichos carrem | ao gado, de maneja segujnte, tomava noue pedras | do chm e dezia as palauaras segujntes, encanto bj | zandos com o diabo major, e com o menor, e com | os outros todos, que aos tres dias cajamtodos, | e estas palauras dezia noue uezes, e cada uez | que as acabaua dedizer, lancaua huma das dittas | pedras pera encontra o lugar onde andaua o gado [...]**.5514 – 24.

Confissão 75 – fol. 128v a 130r

1 - Documento

Data cronológica 1592, janeiro, 25.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome Bras Dias

Idade 50 anos

Local de nascimento Do termo desta cidade

Grupo étnico Cristão-velho / mameluco

Filiação Antônio Dias (*antonio diaz homem branco*)
Isabel Dias (*Isabel diaz brasilla*)

Estado civil Casado com Antônia Luis (*Antonja Luis mamaluca*)

Profissão Lavrador

Residência Freguesia de Jaguaripe (*freguesja de jaquarjpe*)

Assinatura | sinal Bras dias

3 - Culpa

Heresia | apostasia Gentilismo

Sentença Este confitente fez | *muítas* mostras de arre pendimento

Culpa no LRC [...] <culpa> com os dittos **gentios todas as | cerjmonias e abusos | e idoatrias assim como elles mesmos faziam de maneja que fez e exerçitou todos os exterj | ores dos dittos gentios da dicta abusam**, e isso mes | mo fizeraõ da mesma maneja [...] l. 5568 – 72.
[...] <culpa> e sendo perguntado dixe que **elle os sobre dittos | faziam e deziã os dittos deprepositos assim | como os dittos gentios [...]** l. 5608 – 10.

Confissão 76 – fol. 130r a 130v

1 - Documento

Data cronológica 1592, janeiro, 28.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome Antônio Gonçalves

Idade 35 anos

Local de nascimento Darque, termo de Barcelos (darque termo de bracellos)

Grupo étnico Cristão-velho

Filiação João Pires (Joam pires oleiro)
Maria Pires (marja pires)

Estado civil Casado com Francisca Pereira (*francisca pirejra mamaluca*)

Profissão Oleiro

Residência Tassuapina (tasuapina)

Assinatura | sinal Antonio gonçalves

3 - Culpa

Heresia | apostasia Blasfêmia

Sentença Não consta

Culpa no LRC [...] quatro algumas cjnco ou seis legoas | pello sertoã apos os dittos negros fugidos os qua | is logo acharaõ euoltando com elles no mesmo | **dia que era sesta feira acharaõ huñs gentios | a montarja os quais lhes deraõ hum pedaço de | carne de porco asada e elles todos quatro a | comeraõ na dista sesta feira podendo escusar de | a comer [...]**.5651 – 57.

Confissão 77 – fol. 131r a 132v

1 - Documento

Data cronológica 1592, janeiro, 24.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome Maria Rangel

Idade 24 anos

Local de nascimento Cidade do Porto (cjdade do porto)

Grupo étnico Cristã-velha

Filiação Miguel Ribeiro (mijuel ribeiro)
Marta Vilela (Marta ujlella)

Estado civil Casada com Rafael Teles (casada com rafael telex)

Profissão Não declara

Residência Tassuapina (tasuapina)

Assinatura | sinal Não assina

3 - Culpa

Heresia | apostasia Sodomia feminina / Blasfêmia

Sentença [...] Esta confitete mostrou | *muíto* arrependimento| Reprendi a e amoos= | tei a nesta Mesa | E dei lhe penitencias | spirituais e mãdei | a cofessar [...]

Culpa no LRC [...] estando assim ambas soos | em casa fecharaõ a porta por dentro e se dejtaraõ | <culpa>sobre huma cama, e tiueraõ ambas, o nefando | ajuntamento carnal, deitansodesea ditta frã | <Referente frãcisca>,cisqa de costas e ella confessante de barriga em | cjma della e ajuntando seus uasos, sem auer outro nenhum instrumento penetrante mais | que somente seus uasos, hum com outro assim se estiueraõ delejtando por espaco de hum quarto | de ora, eo dito peccado fizeraõ ambas aquella | uez somente [...].5768 – 708.

[...] estando ella doente dos olhos por ter fej | <culpa>to mujtas deuacois a Sancta Luzia, e não melho | rar, nos olhos dixe agastada sem considerar o que dizia que nunca mais auja derezar a Sancta Luzia |pois não saraua, e que era Sancta Luzia de tram |pa [...].5738 – 43.

Confissão 78 – fol. 132v a 133v

1 - Documento

Data cronológica 1592, janeiro, 29.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome Gaspar Rodrigues

Idade 27 anos pouco mais ou menos

Local de nascimento Capitania dos Ilhéus (capitanja dos ilheos)

Grupo étnico Não sabe se é cristão-novo ou velho

Filiação Gaspar Rodrigues
Ana Vieira (anna ujeira)

Estado civil Solteiro

Profissão Mestre de Açúcar (mestre de acuqueres)

Residência Ilha dos Frades, freguesia de Tamararia

Assinatura | sinal guaspar rodrigues

3 - Culpa

Heresia | apostasia Blasfêmia

Sentença [...] Deu sinais de bom *cristão*. E | muitas mostras de arrependimento | chorando de joelhos pedindo | misiricordia foj | nesta mesa Rêphendido | e mandado *confessar* e | troxe escrito do *confessor* [...]

Culpa no LRC [...] *que* estando elle doente | de corrjmentos curandose em casa de sua irmã | caterjna *rodrigues* que então moraua em mare hum dia | <culpa>com as mujtas dores **dixe queja que deos não | tinha poder pera lhe tirar as dores, uiessem os | diabos e lleuassem** [...] 5783 - 88

Obs.: [...] e por querer denun | ciar digo confessar sua culpa [...]

Confissão 79 – fol. 133v a 134v

1 - Documento

Data cronológica 1592, janeiro, 30.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome João Gonçalves (joão gonçalves)

Idade Acha ter 20 anos

Local de nascimento Capitania dos Ilhéus (capitanja dos ilheos costa deste brasil)

Grupo étnico Cristão-velho

Filiação Tomé Fernandes (tome fernandez)
Isabel Gonçalves (Isabel gonçalves)

Estado civil Solteiro

Profissão Alfaiate

Residência Sergipe do Conde (ceregipe do conde deste Reconcauo)

Assinatura | sinal loam gonçalvez

3 - Culpa

Heresia | apostasia Blasfêmia

Sentença Não consta

Culpa no LRC [...]nos saba | [...] dos e sextas feyras e dias que naõ eraõ de carne
elle | confitente comeo ssempre carne [...] l. 5834 – 35.

Confissão 80 – fol. 134v a 135v

1 - Documento

Data cronológica 1592, janeiro, 30.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome Apolônia de Bustamante (apolonia de bustamãte)

Idade 30 anos pouco mais ou menos

Local de nascimento Évora (deuora)

Grupo étnico Cigana

Filiação Francisco de Mendonça (*francisco de mendoca cigano*)
Maria de Bustamante (*marja de fustamente cigana*)

Estado civil Casada com Alonso de la Paz (*alonso della paz castellano*)

Profissão Não declara

Residência Salvador

Assinatura | sinal Não assina

3 - Culpa

Heresia | apostasia Blasfêmia

fez esta confitente nesta | Mesa *muitas* mostras de arre= |
pendimento, foi nella muito re= | *penhendida* e amoestada *que*| não
caja mais nestas cul= | pas e se *confesse* *muitas* uezes | e jpus lhe
penitencias | espirituais de jejuns| e oraçois

Sentença [...] e foj | lhe mandado ter segredo e que se *confesse* de |
confissão geral de toda sua uida no collejo da *com* | panhia de Iesus
e traga escripto aesta mesa e *que* | <troxe escrito de *confissão*/ geral
no Collegio de/ Jesus> | não se saja desta cidade pera outra parte
sem | primejro se apresentar nesta mesa, e *confessou* | mais que
em portugual e castella [...]

Culpa no LRC [...] por elle lhe dar muyto maujda ella com ira e agasta mento
arenegaua de d[e]os, **dizendo arenego de deus a qual blasfemea**
lhe parece que dixe algumas qua rentas uezes pouco mais ou
menos, e pellos camjnhos de alentejo, | eandaLuzia por onde
naquelle tempo andauaõ mujtas uezes blasfemando ella a dicta
blasfemea era reprimida [...] l. 5895-5901.

[...]com agastamento de sua casa se da ao diabo | **dizendo o diabo**
me leue [...] l. 5905-5906.

[...] nesta capjtania camjnhando ella | por chuuas, e [borrão] lamas e
emxuradas, **ella com agas | <culpa>tamento atrabalhos dixe**
ben[d]ito sea el carajo de | mi señor Iesu cristo que agora mija
sobre mj e esta | blasfemea dixe dez ou doze uezes, pouco mais,
ou | menos [...] l. 5935-5940.

Obs.: [...] nesta cidade que ueo degradada por furto [...]

Confissão 81 – fol. 136r a 137r

1 - Documento

Data cronológica 1592, janeiro, 30.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome Diogo Afonso

Idade 27 anos

Local de nascimento Capitania de Porto Seguro

Grupo étnico Cristão-novo

Filiação Gaspar Dias da Vidigueira (guaspar diaz da uidigueira cristaõ nouo)
Ana Rodrigues (Anna roiz cristaã noua)

Estado civil Solteiro

Profissão Sem ofício

Residência Salvador

Assinatura | sinal diogo aluaro doliueira

3 - Culpa

Heresia | apostasia Sodomia

Sentença Não consta

Culpa no LRC

[...] *pedro* frutado de porto seguro que entaõ era solteiro e ora | esta casado com huma filha de Luis gomez na capita | nja do spirito sancto, e por serem ambos uezinhos | da mesma Rua tinhaõ mujta cõmunjcaçaõ e che | <culpas>garaõ a **peccar o peccado nefando de sodomia me | tendo o ditto fernaõ do campo seu membro des | honesto pello uaso trazeiro delle confitente com | prindo nesse, e conssuando com elle por detras co | haz hum homem com huma mulher por diante e isso mes | mo fez elle confessante tambem com o mesmo fer | naõ do campo de maneira que alternadamente ambos | fizeraõ o ditto peccado sendo humas uezes agentes, e | outras pacjentes, e lnda que lhe lembra e se afirma | que o ditto fernaõ do campo compria com elle compu | laçaõ comtudo naõ se a firma dessi proprio se | tambem elle confessante tinha poluaçaõ e o ditto | peccado assim | alternadamente mujtas uezes em | diuersos tempos e diferentes lugares, ora em casa | ora nos matos, ora em ribejas [...]**

l. 5963-5982.

Confissão 82 – fol. 137r a 138r

1 - Documento

Data cronológica 1592, janeiro, 30.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome João Queixada

Idade 17 anos pouco mais ou menos

Local de nascimento Bobadela (bobadella)

Grupo étnico Cristão-velho

Filiação Gaspar Queixada (gaspar queixada)
Maria Figueira (marja figuejra)

Estado civil Solteiro

Profissão Pajem

Residência Morador na casa do Governador Dom Francisco de Souza (morador em casa do governador dom francisco desousa)

Assinatura | sinal Joao queixada fragoso

3 - Culpa

Heresia | apostasia Sodomia

Sentença Não consta

Culpa no LRC [...] cometeo pello seu trazejro do ditto mulato | e assim esteue elle confessante breue espaco com a <culpa>cudelejcaõ de penetrar como de feyto penetrou com seu membro deshonesto pello uaso do ditto mulato e não se affirma, antes se afirma | bem que nem dentro nem fora do uasso não te | ue polução [...] l. 6036-6042.

Confissão 83 – fol. 138r a 139v

1 - Documento

Data cronológica 1592, janeiro, 31.

Data tónica Salvador

2 - Confitente

Nome Dona Custódia

Idade 23 anos

Local de nascimento Matoim

Grupo étnico Meia Cristã-nova

Filiação Bastião de Faria (bastiam de farja cristaõ uelho)
Beatriz Antunes (breatiz antunez cristaã noua)Estado civil Casada com Bernardo Pimentel de Almeida
(bernardo pimentel dalmeida)

Profissão Não declara

Residência Engenho de Matoim (emgenho de matoim)

Assinatura | sinal dona custodia defaria

3 - Culpa

Heresia | apostasia Judaísmo

Sentença Não consta

Culpa no LRC

[...] lhe morreo em casa hum escrauo seu e nesse dia uejo fez aj sua maj breatiz antunez e lhe ensinou | **que lançasse a agoa fora que auja em casa | orque | ra bom pera os parentes do morto que ficauaõ uj | uos** [...] l. 6074-6078.

[...] sua auoo [d]ella confessante lhe insinara tambem isto | <Referente sua auó Ana Rodrigues cristã noua> a qual sendo moca aprendera isto no rejno de huma <culpa.>cristã uelha e que **ella confessante lançou aquella | uez e mandou lancar fora toda agoa de casa sim | plexmente sem emtemder que era ceremenja deju | deus** e sem ma tencaõ [...] l. 6079-6084.

[...] maj breatiz antunez naõ | quis comer nada da carne aquelle dia ao jantar | *nem* quis comer nada senaõ somente quando que | rja por se assi a fizeraõ comer e comeo [...] l. 6118-6121.

Obs.:

perguntada quanto tempo ha que | sua maj lhe começou **ainsinar a lej de moyses, e asçere | monjas della** respondeo que sua maj, naõ lhe nome | ou lej de Moyses [...] l. 6087-6090.

[...] foj amoestada pello *senhor* ujsitador *com* mujta carjdade que ella faça confissaõ Inteira e uer | dadejra de todas suas culpas declarando tudo | o que souber da dicta sua mãj e auo, e mais parentes | *porque* com isso alcançara *misericordia* *porque* estas cousas que | ella diz dam muj forte presumçaõ *que* ella e sua maj e Auó saõ todas Judias e *ujuem* afastadas da lej de | lesu *cristo* etem a lej de moyses, *que* portanto declare | sua tençaõ e peça *misericordia*, e respondeo *que* ella boa cris | taã e naõ *tem* a lej de moises e nunca ateue e somente cree na lei lesu *cristo* e nunca no *que* ditto tem teue ten | caõ na lej de lesu *cristo* e nunca no *que* ditto tem teue ten | caõ de cerimonia judajca *nem* fallem temdeo | *nems* os pejtou ser e *que* somente agora despois *que* ouujo | pubrcar [sic] | o edicto da sancta Imquiscam emten | deo *que* isto era cerimonia judajca epor isso se | uem acusar do ditto exterior [...] l. 6121-6138.

Confissão 84 – fol. 139v a 141r

1 - Documento

Data cronológica 1592, janeiro, 31.

Data tónica Salvador

2 - Confitente

Nome Beatriz Antunes (Breatis antunes)

Idade 43 anos

Local de nascimento Lisboa na freguesia de São Gião
(lixboa na freguesia de sam giam)

Grupo étnico Cristã-nova

Filiação Heitor Antunes (heitor antunez)
Ana Rodrigues (anna rodrigues)

Estado civil Casada com Bastião de Faria
(bastiam defarja cristaõ uelho)

Profissão Não declara

Residência Egenho de Matoim (emgenho de mathoim)

Assinatura | sinal Não assina

3 - Culpa

eresia | apostasia Judaísmo

Sentença Não consta

Culpa no LRC

[...] en casa lhe morrja *alguem* lancaua e mandaua lancar | fora toda agoa de casa [...] l. 6166-6167,
[...] quando lhe morrja | parente, ou parenta, como filho, ou filha, Irmaõ, ou Irmaã | ou paj, por nojo, nos primejros ojto dias naõ comja car | ne [...] l. 6168-6171.
[...]quãdo | manda amortilhar os mortos de [...] sua casa, os manda amor | talhar em lancol jnteiro sem lhetirar Ramo *nem* pedaço | *algun* por grande *que* o lancol seja e a talos | amortilhados | somente *com* ataduras, mandando *que* os naõ cosam com | agulha [...] l. 6175-6180.

Obs.:

O visitador afirma que são judias e seguem a lei de Moisés:
Intiriormente e foi llog[o] amoestada | pello *senhor* ujsitador com mujta caridade *que* todas | estas cous[borrão]as saõ mostras mujto manjfestas, de ella e sua maj serem judias e ujuerem afastadas d lej | de Jesu *cristo* uerdadejro mexias e de terem a lej de mojses [...] l. 6205-6210.

Confissão 85 – fol. 141r a 141v

1 - Documento

Data cronológica 1592, janeiro, 31.

Data tónica Salvador

2 - Confitente

Nome Maria Grega

Idade 15 ou 16 anos pouco mais ou menos

Local de nascimento Itaparica (taparjca)

Grupo étnico Mestiça

Filiação João Grego (Joam grego)
Constança Grega (costanca grega India deste brasil)

Estado civil Casada com Pero Domingues (pero dominguez)

Profissão Não declara

Residência Barra de Paraguaçu (barra de peragasu)

Assinatura | sinal Não assina

3 - Culpa

Heresia | apostasia Sodomia feminina

Sentença Não consta

Culpa no LRC

conffe | <culpa>sando dixe que despois que casou com o ditto seu | marjdo com o qual he moradora na barra de peragasu | nunca ategora o ditto seu marjdo dormjo com ella pel | lo seu uaso natural e com a maõ a corrompeo e a | deflorou com maõ, e mujtas uezes com a maõ lhe anda por dentro do ditto uaso natural e a dejta | de costas e por cima da barrjga lhe alleuanta os peis della ate os ombros e assim se pom em cima della | e lhe mete o seu membro deshonesto por baixo pello | seu uaso trazejro della confessante e dorme daquella maneja com ella efetuando e consumando o pec | cado nefando da sodomja pello seu uaso trazej | ro, como se fizera pello diantejro natura [...]. 6245-6258.

[...] por ella naõ querer consentir elle lhe diz [...] que calle a | boca e que lhe cortara a lingoa com huma faca, e que | naõ diga isto anjmguem e que isto que naõ he peccado | <culpa>e que a ha de matar [...]. 6263-6267.

Confissão 86 – fol. 141v a 142v

1 - Documento

Data cronológica 1592, fevereiro, 1º.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome Manoel Antônio

Idade 32 ou 33 anos

Local de nascimento Vila do Conde (ujlla de conde)

Grupo étnico Cristão-novo

Filiação Diogo Rodrigues
Ana Rodrigues

Estado civil Casado com Inês de Brito

Profissão Torneiro (toneiro)

Residência Paripe

Assinatura | sinal Manoel Antonio

3 - Culpa

Heresia | apostasia Blasfêmia

Sentença Não consta

Culpa no LRC [...] dixe, que auera quatro annos em *que* em parjpe <culpas>dixe que melhor estado he a do bom casado *que* as | outras ordeñs dos Religiosos [...].6293-6295.

Obs.: [...] e foi pergunta | do, se andou alguãs uezes entre Luteranos e se | leo por Liuros Luteranos e quem lhe Insinou, ou on | de eo a dicta heresja respondeo *que* nunca comuer | sou Luteranos nem sajo de portugal senaõ pera | este brasil nem leo Liuros de herejes [...]. 6301-6308.

Confissão 87 – fol. 142v a 145r

1 - Documento

Data cronológica 1592, fevereiro, 1º.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome Ana Rodrigues

Idade 80 anos

Local de nascimento Covilhã (coujlhaã e criou se na sertam)

Grupo étnico Cristã-nova

Filiação Diogo Dias (diogo diaz)

Estado civil Violante Lopes (ujllante Lopes)

Profissão Viúva de Heitor Antunes (hejtor antunez)

Residência Matoim

Assinatura | sinal Não assina

3 - Culpa

Heresia | apostasia Judaísmo

Sentença Não consta

Culpa no LRC [...] naõ | <culpas.>começaõ fresco, por que lhe faz mal ao estomago | mas *que* come salgado [...]. 6339-6341.

[...]Lanca a bençaõ a seus netos dizendo a ben | çaõ de deus e mjnha te cubra lhes poem a maõ estem | dida sobre a cabeça depois que lhe acaba de lancar a be nçaõ[...]. 6344-6347.

[...]auera qujnze | annos pouco mais ou menos que morreo o ditto seu | marjdp hejtor antunez e que no tempo do nojo da | sua morte ella esteue asentada detras da porta, | tambem por desastre po[r] acontecer ficar a lim | assim a gejto seu asento[...]. 6397-6352

[...]confessou mais que quando amortalhauaõ algum | finado, naõ era bom das agulha pera o coserem na | mortalha nem era bom tirar ramo nem pe | daço[...]. 6455-6458.

Obs.: [...]respondeo que ella nunca | ensinou a suas filhas que fossem judias, nem a lej de | Moyses nem ella teue nunca essa lej[...]. 6417-6419.

Confissão 88 – fol. 145r a 147v

1 - Documento

Data cronológica 1592, fevereiro, 1º.

Data tónica Salvador

2 - Confitente

Nome Dona Leonor (Dona Lianor)

Idade 32 anos pouco mais ou menos

Local de nascimento Não declara

Grupo étnico Cristã-nova

Filiação Heitor Antunes (hejtor antunez)
Ana Rodrigues (anna *rodrigues*)

Estado civil Casada com Henrique Muniz (Anrique monis cristaõ uelho)

Profissão Não declara

Residência Rio de Matoim (Rio de mathoim)

Assinatura | sinal dona lianor

3 - Culpa

Heresia | apostasia Judaísmo

Sentença Não consta

Culpa no LRC

[...] acon | <culpas>teçeo mujtas uezes, lancar e mandar lancar fora | de casa toda aque dos potes e uasos *que* auja em casa | das portas a dentro quando *alguem* lhe morrja como | filho ou filha u escrauos[...]. 6484-6488.

[...]huma sua filha e estando em | <culpas>nojo por ella, não comeo ojto duas *carnem* | tirar as landoas aos quatis trazejros das reses meudas | todas as uezes que em sua casa se as asuaõ quartos se | melhantes[...]. 6489-6494.

[...]ecraua degolou | *huma* sua galljnha defronte dasua porta e *que* ella | lhe mandou lancar em cjma dosangue *que* estaua | derramado no chaõ hum pouco de poo de sara | dura de madejra que se auja serrado[...]. 6500-6504.

[...]ella *confessante* | quando quer afirmar alguã cousa tinha por cos | tome ordjnarjo jurar pello mundo que tem aal | ma de seu paj e desta jura usaua pella ouujr ju | rar a sua maj *anna rodrigues* [...]. 6508-6512.

Obs.:

[...]fez sem nenhuma maa tençaõ, e sem saber | nem emtender *que* eraõ ceremonjas dos judeus | e *que* tanto que ouujo dizer que na pubrijcação da | Sa<n>cta inquisição se declarou no edicto da fee | *que* estas cousas eraõ çeremonhas dos judeus [...]. 6514-6518.

Confissão 89 – fol. 147v 148r

1 - Documento

Data cronológica 1592, fevereiro, 1º.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome Isabel Antunes

Idade 18 anos

Local de nascimento Matoim

Grupo étnico Meia cristã-nova

Filiação Diogo Vaz (djogo uaz)
Violante Antunes (ujolante antunez)

Estado civil Casada com Henrique Nunes (anrique nunez)

Profissão Não declara

Residência Matoim

Assinatura | sinal Não Assina

3 - Culpa

Heresia | apostasia Judaísmo

Sentença Não consta

Culpa no LRC [...]sua fazenda lhe morreo hum escauo | menjno e ella mandou a maj do ditto escauo | que lancase fora toda a agoa da casa [...].
6639-6641.

Confissão 90 – fol. 149r a 150r

1 - Documento

Data cronológica 1592, fevereito, 1º.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome Baltasar André (Baltezar andre)

Idade 23 anos

Local de nascimento Porto

Grupo étnico Cristão-velho

Filiação Cristovão Fernandes (cristouaõ fernandez)
Maria André (marja andre)

Estado civil Casado com Maria dos Reis (marja dos Reis)

Profissão Mercador estante (mercador stante)

Residência Jaguaripe (Jaguaripe)

Assinatura | sinal balltezar ädre

3 - Culpa

Heresia | apostasia Luteranismo

Sentença Não consta

Culpa no LRC

[...] s dittos lu | teranos sempre pella menhã e a nojte, fajam suas | oraçõis luteranas e sentados desbarretados em lin | <culpa>goa ingresa, e elle confessante, com os mais seus compa | nhejros sempre quando elles faziam as dittas ora | çõis luteranas se punhaõ tambem desbarretados | assim como os dittos luteranos e isto faziam pare | cendo lhes que lhes contetariam porque os luterã | nos obrigauaõ a fazer isso e despois de estarem na | cidade de Antona elle e seus companhejros e seus companhejros por seis ou | sete uezes foraõ as mezquijtas e igreja dos luterã | nos nas quais os dittos luteranos estauaõ as suas | pregaçois luteranas nas quais igrejas naõ ha reta | bolo nem imagem de deus e nem de sancto nem cruz e so | mente nellas esta nomeo no chaõ sobre hum pao huma | aue como coruo feita de metal e esta mais nel | las hum pulpeto donde pregaõ os luteranos per hum liuro | e estaõ mais huñs bancos cubertos de panos finos | roxos, e azujs nos quais os luteranos commungaõ | ao seu uso luterano que he comerem humas fateas | de paõ e beberem a sua cerveja, nas quais tambem | estaõ mujtos cabiculos ao modo de confessionajros | dentro nos quais, casa hum com sua molher e sua | famjlia se fecha, e nestas igrejas luteranas [...]l. 6706-6730.

Confissão 91 – fol. 150r a 151r

1 - Documento

Data cronológica 1592, fevereiro, 1º.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome Nuno Fernandes (Nuno *fernandez*)

Idade 30 anos

Local de nascimento Bahia

Grupo étnico Cristão-novo

Filiação Heitor Antunes (*hejtor antunez*)
Ana Rodrigues (*anna rodrigues*)

Estado civil Solteiro

Profissão Não declara

Residência Matoim

Assinatura | sinal Nuno *fernandez*

3 - Culpa

Heresia | apostasia Judaísmo / livro proibido

Sentença Não consta

Culpa no LRC [...] sua irmã ujolante | <culpa>antunez morreo e *que* no dia que ella morreo elle | *com* nojo não comeo nada todo o dia, e sendo do | mjngo o ditto dia não quis comer carne e so | mente a nojte comeo peixe [...]. 6778- 6782.

sabendo | <culpa>elle que o **ljuro | chamado diana** era defesso, elle | comtudo leo por elle mujtas uezes não lhe le | bra quantas , eoutro ssim confessou *que* tem ouj | dio de **metamaforgis em limgoagem** não sabem | do ser defesso, confessou mais, *que* sabem do que | **euruforsina** he defesso leo por elle huma uez, e sen | do perguntado pellos liuros dixe *que* somente | tinha ora o ditto **oujdio** [...]. 6790-6794.

Confissão 92 – fol. 152v a 152r

1 - Documento

Data cronológica 1592, fevereiro, 2.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome João Remirão

Idade 33 anos

Local de nascimento Castro Verde, no Campo do Ourique (crasto uerde no campo de ourjque)

Grupo étnico Cristão-velho (lhe parece)

Filiação Álvaro Martins (alvaro martinz)
Catarina Gonçalves (caterjna gonçalvez)

Estado civil Casado com Esperança Batista (esperança bautista)

Profissão Senhor de engenho (aferido)

Residência No seu engenho na freguesia de Passé (noseu engenho na freguesia de japasse)

Assinatura | sinal joão remirão

3 - Culpa

Heresia | apostasia Blasfêmia

Sentença Não consta

Culpa no LRC [...] nas quaresmas | como nos mais días que aigreja defende carne | elle comeo sempre carne podendo escussar de a | comer [...]. 6827-6830.

[...] auera seis annos *que* reside | e gouerna o dito seu engenho e sempre entodos | os domjngos, e sanctos moendo o engenho des | pois do sol posto mandou, e consente manda um | seus feitores lancar a moer o engenho e carretar | carradas de lenha e canas, e fazer o mais seruiço | pertencente a moenda nos dictos domjngos e | sanctos como se foraõ dias de samana, e *tambem* | nos dittos dojmngos e sanctos ainda pellas menhaãs ante missa manda carretar carradas | de acuquere a<o> porto, e isto mesmo de mor e | carretar nos dittos dias [...]. 6831-6843.

Confissão 93 – fol. 152r

1 - Documento

Data cronológica 1592, fevereiro, 2.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome Baltasar Camelo (Baltezar camello)

Idade Não consta

Local de nascimento Não consta

Grupo étnico Não consta

Filiação Não consta

Estado civil Não consta

Profissão Não consta

Residência Não consta

Assinatura | sinal Não consta

3 - Culpa

Heresia | apostasia Não consta

Sentença Não consta

Culpa no LRC Não consta

Obs.: O notário informou que o denunciante já prestou depoimento no livro de denúncias: e fez confissão de | suas culpas a qual uaj scrjpta no segundo liuro | das denunciacois folha .70. e pera declaração | fiz aqui esta por mandado do ditto *senhor* ujsitador

Confissão 94 – fol. 152r a 152v

1 - Documento

Data cronológica 1592, fevereiro, 2.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome André Dias (Andre dias mistiço)

Idade 30 anos pouco mais ou menos

Local de nascimento Pernambuco (pernaõbuco)

Grupo étnico Cristão-velho

Filiação João Dias (Joam diaz homem)
Leonor (Lianor india deste brasill sua escraua)

Estado civil Solteiro

Profissão Lavrador

Residência Perabuçu (perabusu)

Assinatura | sinal andre dya

3 - Culpa

Heresia | apostasia Gentilismo

Sentença Não consta

Culpa no LRC [...] e *con f* ssando dixे que auera dous meses *que* ueo do sertoõ | <culpa.>de larjpe onde deu *hum* espada a *hum* gentio infiefl | e ujo que aos dittos gentios deraõ tambem armas | >as pessoas segujntes, diogo da fonsequa mama | luco *morador* em casa de gaspar rebello em tasuapina deu | *hum* pistolete, e *domingos fernandez* tomacauna *hum* espingarda [...]. 6891-6897.

Confissão 95 – fol. 153r a 153v

1 - Documento

Data cronológica 1592, fevereiro, 2.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome Simão Luís (Simaõ Luis frances)

Idade 35 anos

Local de nascimento Rabra Nova (rabra noua)

Grupo étnico Filho de luterano

Filiação Roberto Luís (roberto luis luterano)
Margarida Grisel (margarjda grisel catholica)

Estado civil Viúvo

Profissão Não declara

Residência Perabuçu (perabasu)

Assinatura | sinal Sinal

3 - Culpa

Heresia | apostasia Luteranismo e gentilismo

Sentença Não consta

Culpa no LRC

[...] e confessandosse dixe que sendo elle moco de dez de annos| na sua terra fogia da doutrjna desua maj catolica | e seguia a sejta luterana que o ditto seu paj, luterano lhe | ansinaua, e sendo da ditta condicao e idade se ueo | em hum naujo da sua terra, o qual naujo era tambem | de luteranos e com elles ujnha elle guardando a sua sej | ta, e desenbarquando na costa deste brasill a bus | car pao elle quando foy o tempo da partida no rjo de saõ francisco | fugio ese ficou emterra, com os negros gentios deste bra | sil no serto e com os dittos gentios esteue dous annos | usando todas as gentilidades como os dittos gentios [...].6928-6938.

Obs.: Consta na margem esquerda: <culpas de luterano/ e de gentjo>

Confissão 96 – fol. 153v a 155r

1 - Documento

Data cronológica 1592, fevereiro, 2.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome Pero Gonçalves

Idade 27 anos pouco mais ou menos

Local de nascimento Guimarães (gujmarãis)

Grupo étnico Cristão-velho

Filiação Manoel Gonçalves da Silva
(*manuel gonçaves dasillua*)
Senhorinha Pires (*senhorjnha pires*)

Estado civil Viúvo de Cezilha Gomes (*cezillja gomez*)

Profissão Criado do Bispo deste estado

Residência Salvador (inferido)

Assinatura | sinal pedro gonçaves

3 - Culpa

Heresia | apostasia Luteranismo

Sentença Não consta

Culpa no LRC [...] os dittos luteranos entodas as menhãs | etardes faziam suas oracoïs e saluos luteranos | nasua ljngoa, lendo por seus liuros en<al>ta s uezes | asentados e desbarretados sem terem imagem | <culpa>nem cruz e elle *confessante* achou sempre *presem* | *tem* com os dittos luteranos nas dittas suas sauas e | oracois luteranas a sentandosse e desbarretan | dosse como elles e que ist[o] fazia por *constrangimento* | dos luteranos [...]. 6991-6999.

Confissão 97 – fol. 155r a 156r

1 - Documento

Data cronológica 1592, fevereiro, 4.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome Duarte da Costa

Idade 33 anos pouco mais ou menos

Local de nascimento Torre de Penegate, arcebispado de Braga
(torre de penegate arcobis pado debraga)

Grupo étnico Cristão-velho

Filiação João Eanes da Costa (Joam eanes da costa)
Antônia Rodrigues

Estado civil Solteiro

Profissão Não declara

Residência Itaparica (taparjca na roça deseupaj)

Assinatura | sinal Duarte dacosta

3 - Culpa

Heresia | apostasia Blasfêmia

Sentença Não consta

Culpa no LRC [...] dous outros saba | <culpa> dos comeo figado de uaqua e assim o comeo seu paj | e isto sem | necessidade e sem licença [...]. 7065-7067.

Confissão 98 – fol. 156r a 156v

1 - Documento

Data cronológica 1592, fevereiro, 4.

Data tónica Salvador

2 - Confitente

Nome Maria Varella (*maria uarella*)

Idade 30 anos pouco mais ou menos

Local de nascimento Ilha Terceira (*ilha tercejra*)

Grupo étnico Cristã-velha

Filiação Pero Durazeo
Ilana Teixeira (*Ilana teixera*)

Estado civil Casada com Simão da Fonseca (*simaõ da fonsequa*)

Profissão Não declara

Residência Engenho de Pernamirim, freguesia de Tamararia (*engenho de pernaõ merjm freguesia de tamararja*)

Assinatura | sinal Não assina

3 - Culpa

Heresia | apostasia Blasfêmia

Sentença Não consta

Culpa no LRC [...] com agastamento sobre certa coussa que huma | sua negra lhe ueo mandando a com hum | recado aoseu mestre do emgenho sem ella *conside* | <culpa>rar o que dezia dixe que cria tanto a sua negra | como o euangelho de saõ joam [...]. 7112-7116.

Confissão 99 – fol. 156v a 157v

1 - Documento

Data cronológica 1592, fevereiro, 4.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome Luzia Cabelos

Idade 20 anos

Local de nascimento Salvador

Grupo étnico Cristã-velha

Filiação Luís de Góes (Luis de gois)
Maria Gonçalves (marja gonçalves)

Estado civil Solteira

Profissão Não declara

Residência Paripe deste recôncavo (paripe deste reconcauo)

Assinatura | sinal Não assina

3 - Culpa

Heresia | apostasia Blasfêmia

Sentença Não consta

Culpa no LRC [...] tornou a continuar a dicta mesa começando della e lhe tornou a dar o sanctissio | <culpa>sacramento o lauatorjo e continuando o ditto uigajro | com algumas molheres [...]. 7166-7170.

Confissão 100 – fol. 158r a 158v

1 - Documento

Data cronológica 1592, fevereiro, 4.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome Pero Domingues (pero domingez grego)

Idade 28 anos

Local de nascimento Lesmirine, cidade da Grécia (lesmjnirne cjdade de grecja)

Grupo étnico Grego

Filiação Domingos Grego
Ines de flor gregos

Estado civil Casado com Maria Grega

Profissão Alfaiate

Residência Barra de Perabuçu (bara deperabusu)

Assinatura | sinal Sinal

3 - Culpa

Heresia | apostasia Sodomia

Sentença Não consta

Culpa no LRC [...] querendo elle por diante naturalmente | ter copula *com* adita sua mulher, resualando seu mem | bro por baixo a penetrou pello uaso trazejro e nelle | <culpa>comprio, e *conssumou* o peccado nefando [...]. 7225-7228.

Confissão 101 – fol. 158v a 159v

1 - Documento

Data cronológica 1592, fevereiro, 5.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome Antônio d'Aguiar (Antonio daquiar)

Idade 23 anos

Local de nascimento Bahia

Grupo étnico Cristão-velho

Filiação Pero d'Aguiar d'Altero (pero dagujar daltero)
Custódia de Faria (custodia de farja)

Estado civil Solteiro

Profissão Não declara

Residência Matoim

Assinatura | sinal Antonio daqiar

3 - Culpa

Heresia | apostasia Sodomia

Sentença Não consta

Culpa no LRC

[...] deitaua antre elles irmãos e chegauaõ acontecer | <culpa>lhes
que elle marcos elle confessante peccaraõ ho pec | cado nefando
dejtandose elle confessante de brucos | e sobre elle se deitaua o
ditto marcos metendo seu | membro deshonesto pello uaso trazeiro
delle *confes* | sante e comprjndo nelle por detras como *homem com* |
mulher por diante consumando e efectuando | o peccado de sodomja
epello semelhante modo | fazia elle confessante lancandose tambem
de | barjga o ditto marcos elle confessante pondo | sse em cjma delle
por detras dormjndo *com* elle | carnalmente como *homem com*
mulher penetrando | *com* seu membro o uaso trazeiro do ditto
marcos | e *comprjndo* dentro em seu uaso trazeiro efectuando | o
dicto peccado dosedomja [...]. 7264-7278.

Confissão 102 – fol. 160r a 160v

1 - Documento

Data cronológica 1592, fevereiro, 5.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome Maria de Reboredo

Idade 46 anos

Local de nascimento Setúbal (setuuel)

Grupo étnico Cristã-velha

Filiação Henrique Lobo (Anrique Lobo)
Isabel de Reboredo (Isabell de roboredo)

Estado civil Casada com Diogo Muniz Barretos (diogo monis barreto)

Profissão Não declara

Residência Fazenda de Peroaçu (fazenda de peroabsu)

Assinatura | sinal Não assina

3 - Culpa

Heresia | apostasia Blasfêmia

Sentença Não consta

Culpa no LRC [...] seu marjdo lhe fazer sem rezois e dormir *com* as escrauas moças de casa e lhe dar mujtas ocasiõis | de se enojar e gastar ella confessante mujtas uezes | em diuersos tempos, com colera e agastamento <culpas>se pos a falar soo *com* deos dizendo, *que* assim como | *Saõ* thome não creio senaõ uendo as chagas *que* a | sim ella se não uisse uingança do ditto seu marjdo seja como *Saõ* thome, e não crerja en deus | e *que* esta blasfemia, dixe mujtas uezes [...] l. 7332-7341.

Confissão 103 – fol. 160v a 161r

1 - Documento

Data cronológica 1592, fevereiro, 5.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome Heitor Gonçalves

Idade 35 anos pouco mais ou menos

Local de nascimento Ilha de Santa Maria (ilha de sãta marja)

Grupo étnico Cristão-velho

Filiação Belchior Luís (belchior Luis)
Margarida Gonçalves (margarjda gonçaves)

Estado civil Casado com Catarina de Góes (caterjna de gois)

Profissão Lavrador

Residência Toque Toque

Assinatura | sinal heitor gonçaves

3 - Culpa

Heresia | apostasia Sodomia com animalia

Sentença Não consta

Culpa no LRC [...] dixe *que* sendo elle | <tempo>moço de idade de ojto ate quatorze annos pouco | mais ou menos, foj pastor de gados na proprja | culpas>Ilha, e nesse tempo dormjo carnalmente per *muitas* | uezes em diuersos tempos e lugares *com* mujtas alj | marjas, ouelha, buros, uaquas, egoas, metendeu seu | membro deshonesto pellos uasos das dittas aljmarj | as naturais dellas como se elle fora animal bru | to semelhante especje e mujtas uezes comprjo | dentro nos dittos uasos das dittas alinarjas *com* seu | mando o peccado contra a natura de besteadjdade [...].7380-7389.

Confissão 104 – fol. 161v a 162r

1 - Documento

Data cronológica 1592, fevereiro, 6.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome Andresa Rodrigues

Idade 30 anos

Local de nascimento Rio dos Ilhéus (rjo dos ilheos)

Grupo étnico Cristã-velha

Filiação Simão Rodrigues
Vitória Jorge (ujctorja jorge)

Estado civil Casada com Antônio de Góes (antonio de gois)

Profissão Não declara

Residência Paraguaçu (peragasu)

Assinatura | sinal Não assina

3 - Culpa

Heresia | apostasia Blasfêmia

Sentença

[...] lhe mandado ter segredo e *que* torne a esta mesa no mes | de
maio prmeiro, e declarou *que* o ditto seu cunha are | predeo
dizendo *que* era caso do sancta Imquisicam e ella | se não desdixe
mas a reprendeose e prometeo de *com* | pir o que lhe he
mandado[...]. l. 7431-7435.

Culpa no LRC

[...] dixe *que* tanta uerdade falaua a dicta sua negra | como o
euangelho de sam Joam [...] l.7420-7421.

Confissão 105 – fol. 162r a 162v

1 - Documento

Data cronológica 1592, fevereiro, 6.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome Lucas d'Escobar (Lucas descouar)

Idade 21 anos pouco mais ou menos

Local de nascimento Matoim

Grupo étnico Meio cristão-novo

Filiação Diogo Rodrigues Vaz Escobar (diogo *rodrigues* uaz escobar cristaõ uelho)
Violante Antunes (ujolante antunez cristaã noua)

Estado civil Solteiro

Profissão Não declara

Residência Matoim (mathoim)

Assinatura | sinal Lucasdes couar

3 - Culpa

Heresia | apostasia Judaísmo

Sentença Não consta

Culpa no LRC [...] morrendo lhe escrauos em sua casa elle<culpas>uazou e maõdou uazar fora toda agoa dos potes *que* auja em casa e *que* isto fez tres ou quatro uezes nas mortes de tres ou quatro escrauos semsaber que era cerjmonja judajca [...] l. 7459-7464.

Confissão 106 – fol. 163r

1 - Documento

Data cronológica 1592, fevereiro, 6.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome Luisa Rodrigues

Idade 21 anos

Local de nascimento Recôcavo

Grupo étnico Mameluca (mamaluca)

Filiação Francisco Rodrigues
Isabel Rodrigues (India deste brasil)

Estado civil Casada com Antônio Pires (antonio pirez)

Profissão Não declara

Residência Tassuapina

Assinatura | sinal Não assina

3 - Culpa

Heresia | apostasia Gentilidade

Sentença Não consta

Culpa no LRC [...] se lleuantou a | busaõ da sanctidade antre os Indios gentios e | cristaõs desta capitania *que* ella como ignoram | <culpa>te creo na ditta eronja por espaco de dez ou doze | dias, crendo *que* auja de tornar nosa senhora e no | so *senhor* a andar qua no mundo, e outros despropo | sitos *que* os segujdores da ditta abusaõ gentijlica | diziam [...]. 7502-7508.

Confissão 107 – fol. 163r a 164v

1 - Documento

Data cronológica 1592, fevereiro, 6.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome Guiomar Piçarra (guiomar piçara)

Idade 30 anos

Local de nascimento Moura em Portugal (moura em português)

Grupo étnico Cristã-velha

Filiação Belchior Piçarra (belchior picara)
Maria Rodrigues

Estado civil Casada com Manuel Lopes (manuel López)

Profissão Não declara

Residência Itaparica (taparica)

Assinatura | sinal Não assina

3 - Culpa

Heresia | apostasia Sodomia feminina / blasfêmia

Sentença Não consta

Culpa no LRC

[...] <Micia negra>huma negra da gujne ladina per nome mecja | alcorbada *que* entaõ serja de idade de dezoito | <culpas>annos e chegaraõ ambas atam deshonestas a | mizade *que* duas outres uezes em diferentes | dias se ajuntarao ambas em pee huma *com* aoutra | *com* as fraldas afastadas abraçandosse e *com* | binando eajuntando suas naturas euasos | dianteiros hum com outro e assim se delejta | uaõ como *homem com* mulher poreu naõ se a- | lembra | *nem* se afirma se ella *confessante* comprjo | alguã das dittas uezes como costuma cumprir a mo | lher *com* o *homem* *nem* sabe se a dicta mecja comprjo [...]. 7535-7547.

[...] ana alueloa | mulher do ditto gaspar nunez todas amigas | <culpa>moradoras, euezinhas, em taparica sendo saba | do a dicta ana dalueloa mandou uir a merenda | *hum* tatu *que* he caça de mato de carne cozido eto | das ellas quatro comeraõ a dicta carne no ditto | sabado a merenda sabendo ser sabado [...]. 7552- 7558.

Confissão 108 – fol. 164v a 165r

1 - Documento

Data cronológica 1592, fevereiro, 6.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome Madalena Pimentel (Madelena pimentel)

Idade 46 anos pouco mais ou menos

Local de nascimento Pernambuco (pernaõbuco)

Grupo étnico Cristã-velha

Filiação Pero Pais
Beatriz da Silva (breatiz da silua)

Estado civil Viúva de Simão Gomes (ssimaõ gomez)

Profissão Não declara

Residência Fazenda na freguesia de Passé (fazenda na freguesia depasse)

Assinatura | sinal Não assina

3 - Culpa

Heresia | apostasia Sodomia feminina

Sentença foj Reprehendida | nesta Mesa epose= | raõse lhe penitencias | espirituais e foi | mandada *comfessar*

Culpa no LRC teue aJuntamento carnal a | juntando seus uasos alternatiuamente ora huma dê baj | xo, ora de cjma, fazendo como se fora *homem* co mo | lher per mujtas uezes em diuersos tempos *que* não lhe | lembra o numero, poreu nunca causaraõ de nenhum | instromento penetrante mais *que* somente com seus cor | pos [...]. 7610-7614.

Confissão 109 – fol. 165r a 165v

1 - Documento

Data cronológica 1592, fevereiro, 6.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome Maria Pinheiro

Idade 38 anos

Local de nascimento Salvador (desta cidade)

Grupo étnico Cristã-velha

Filiação João Pinheiro (Joam pinheiro)
Isabel Dias (Isabel diaz)

Estado civil João de Aguiar (Joam dagujar)

Profissão Não declara

Residência Itaparica (entaparjca)

Assinatura | sinal Não assina

3 - Culpa

Heresia | apostasia Blasfêmia

Sentença Não consta

Culpa no LRC [...] mão | dou ujr pera merendar a dicta anna alueloa hum tatu | que he huma caça do mato asado de moque sendo sabado ou | <culpa>sesta fejr e todas quatro o comeraõ sem terem neçe | sidade de comer carne saluo a dicta ana alueloa que | estaua parjda esangrada, e ouujo dizer que a dicta ue | uua marja nunez estaua prenhe secretamente [...]. 7647-7653.

Confissão 110 – fol. 166r a 166v

1 - Documento

Data cronológica 1592, fevereiro, 7.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome Isabel Marques (isabel marquez)

Idade 37 anos

Local de nascimento Salvador (natural desta cidade)

Grupo étnico Mameluca

Filiação Diogo Marques (conego que foy desta see)
Isabel india

Estado civil Casada com Antônio Machado

Profissão Não declara

Residência Freguesia de Sergipe do Conde Linhares (freguesja de cerecipe do conde de lnhares)

Assinatura | sinal Não assina

3 - Culpa

Heresia | apostasia Sodomia feminina

Sentença <Dej na Mesa em | secreto a esta *confi* | *temte* penitencias spirituais com a Re | *prehenção* necessa- | ria, e mãdei a confessar>

Culpa no LRC [...] chegaraõ ambas atam torpe ajunta | *mento* que a dicta caterjna baroa sepos em cjma delle le | uantados as camjsas dellas e assim juntaraõ seu sua | sos diantejros como se fora *homem com* molher, e isto per huma uez per hum pequeno de espaço sem auer entre ellas ins | trumento penetrante mais que seus corpos e dixe que | *lhe parece que* ella *confessante* não comprjo e *que* não sabe | se a sobre ditta comprjo [...]. 7682-7688.

Confissão 111 – fol. 166v a 167r

1 - Documento

Data cronológica 1592, fevereiro, 7.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome Francisco Pires (*francisco pirez*)

Idade 30 anos

Local de nascimento Porto de Miragaia (*porto demjragaja*)

Grupo étnico Cristão-velho

Filiação Domingos Pires (*domingos pirez*)
Violante Gonçalves (*ujolante gonçalves*)

Estado civil Casado Felipa Gonçalves

Profissão Mestre de uma nao que veio do porto, Nossa Senhora do Castelo
(mestre de huma nao que ueo do porto per nome nosa *senhora* do castello)

Residência Não declara

Assinatura | sinal *francisco pirez*

3 - Culpa

Heresia | apostasia Luteranismo

Sentença Não consta

Culpa no LRC [...] foraõ tomados na altura das Ilhas pelloos ingreses luteranos os quais os leuaraõ a cjdade de Antona <culpa>onde aelle *confessante* e a seus *companejros* a *comte* | ceo *que* duas uezes em diferentes dias entraraõ na | Igreja dos luteranos onde naõ auja retabollo *nem magem* | Imagem, *nem* cruz, mais que somente nomeo della sobre hum pao | huma aguea de metal, e entraraõ desbarretados e huma das ditas | uezes estiueraõ presentes a hum bautismo de huma crjança que os luteranos na mesma Igreja bautizauão e sempre desbarreta | dos, e outra tercejra uez chegaraõ aporta da ditta Igreja | e estiueraõ hum pouco ouuindo o pregador luterano *que* estaua | pregando [...] l.7717-7729.

Confissão 112 – fol. 167r a 167v

1 - Documento

Data cronológica 1592, fevereiro, 7.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome Antônio de Serpa

Idade 24 anos pouco mais ou menos

Local de nascimento Lisboa (Lixboa)

Grupo étnico Cristão-velho

Filiação Duarte Góes de Mendonça (duarte de gois de mendoça)
Francisca de Carvalho (francisca decarualho)

Estado civil Solteiro

Profissão Lavrador

Residência Itapoã freguesia de Pirajá (tapuam freguesia de piraja)

Assinatura | sinal Antonio deserpa

3 - Culpa

Heresia | apostasia Blasfêmia

Sentença Não consta

Culpa no LRC [...] elle *confessante* pello mato em | busca de huñs negros *que* fugiraõ a seupaj tambem | <culpa>sendo dia que algreja defende carne, comeo car | ne de uaqua asada tambem podendo escusala | sem desculpa por que tinha farjnha pera poder pa | sar aquelle dia [...] l. 7767-7772.

Confissão 113 – fol. 168r a 168v

1 - Documento

Data cronológica 1592, fevereiro, 7.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome Francisco de Azevedo (*francisco dazeuedo*)

Idade 26 anos

Local de nascimento Quinta do Telhado, comarca da cidade do Porto (quinta do telhado comarca da cidade do porto)

Grupo étnico Cristão-velho

Filiação Cristovão Gonçalves (*cristouaõ gonçalvez*)
Maria de Azevedo (*marja dazeuedo*)

Estado civil Solteiro

Profissão Não declara

Residência Matoim, casa de Jorge de Magalhães (*matoim em casa de Jorge de magalhais*)

Assinatura | sinal *francisco dazeuedo*

3 - Culpa

Heresia | apostasia Luteranismo

Sentença Não consta

Culpa no LRC [...] hum galiam chamado de | nosa senhora dajuda chegando a hum grao da banda do | norte foraõ tomados de franceses luteranos em cuja | companhia andaraõ alguñs tres meses no qual tempo <culpas>todo nos dias que algreja defende carne comeo elle | sempre carne sem desculpa porque a podia escusar emuitas | uezes quando elles faziam suas oraois luteranas | elle se hia por desbarretado com elles sen ser constrangi | do [...]. 7797- 7804.

Confissão 114 – fol. 168v a 169r

1 - Documento

Data cronológica 1592, fevereiro, 7.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome João Biscainho (Joao biscainho)

Idade 29 anos

Local de nascimento Baeca (castellano natural de baeça)

Grupo étnico Castelhana

Filiação Francisco Biscainho (*francisco uezcainho*)
Elvira Barrimão (*erujra de barrjmaõ*)

Estado civil Casado com Branca Mendes (*branca mendez*)

Profissão Não declara

Residência Pitanga, no curral de João de Siqueira (*pitanga no cural de Joam de sequejra*)

Assinatura | sinal Sinal

3 - Culpa

Heresia | apostasia Blasfêmia

Sentença Não consta

Culpa no LRC [...] estando agastado pellejando *com* sua mulher blas<culpa>femou dizendo arenego de Jesu *crispto* a esta blasfemea [...] l. 7848-7849.

Confissão 115 – fol. 169r a 169v

1 - Documento

Data cronológica 1592, fevereiro, 7.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome Lucas Gato

Idade 23 anos

Local de nascimento Ilha Terceira (ilha tercejra)

Grupo étnico Cristão-velho

Filiação Gerônimo Pereira (gironjmo pirejra)
Joana Gata

Estado civil Solteiro

Profissão Lavrador

Residência Itaparica (tomararja)

Assinatura | sinal Sinal

3 - Culpa

Heresia | apostasia Blasfêmia

Sentença Não consta

Culpa no LRC [...] <culpa>diziam que tambom era o estado do bem casado como | o estado dos religiosos [...] l. 7876-7877.

Confissão 116 – fol. 169v a 170r

1 - Documento

Data cronológica 1592, fevereiro, 8.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome Paulo Adorno (Paulo adorno mistiço)

Idade 39 anos

Local de nascimento Desta Bahia

Grupo étnico Cristão-novo

Filiação Francisco Rodrigues

Estado civil Catarina Dias Adorno (caterjna dñaz adorno)

Profissão Não declara

Residência Matoim

Assinatura | sinal Paulo Adorno

3 - Culpa

Heresia | apostasia Blasfêmia

Sentença Não consta

Culpa no LRC [...] elle comeo carne per mujtas uezes *em* | todo o *tempo que* ellas duraraõ *que* a prmejra da *companhia* do | adorno durou noue meses e a outra durou tres meses | e sem terem necessidade epodendo escusar carne [...] l. 7913-7916.

Confissão 117 – fol. 170v a	
1 - Documento	
Data cronológica	1592, fevereiro, 9.
Data tónica	Salvador
2 - Confitente	
Nome	Pedro Alvares Aranha (<i>pedro alurez aranha</i>)
Idade	30 anos
Local de nascimento	Ponte de Lima
Grupo étnico	Cristão-velho
Filiação	Fernão Pires da Costa (<i>fernaõ pirez da costa</i>) Marta Dias
Estado civil	Solteiro
Profissão	Lavrador
Residência	Cotegipe, freguesia de Paripe
Assinatura sinal	<u>Pedro allurez aranja</u>
3 - Culpa	
Heresia apostasia	Blasfêmia
Sentença	Não consta
Culpa no LRC	[...] dous amigos seus os quais ora lhe não lembraõ quem foraõ, se ueo a mouer questaõ <culpa>entre elles açerqua dos estados e elle confessante teue, afirmou, e sustentou, que o estados dos soltej ros e casados, era tambe, como dos rellegiosos e nesta opinjam ficou engan<a>do ate gor <i>que</i> leo o e dicto da fee e monjtorjo geral pregado nas por tas da sua freguesia [...]. 7951-7958.

Confissão 118 – fol. 171r

1 - Documento

Data cronológica 1592, fevereiro, 9.

Data tónica Salvador

2 - Confitente

Nome Nuno Fernandes (Nuno *fernandez*)

Idade 30 anos

Local de nascimento Bahia

Grupo étnico Cristão-novo

Filiação Heitor Antunes (*hejtor antunez*)
Ana Rodrigues (*anna rodrigues*)

Estado civil Solteiro

Profissão Não declara

Residência Matoim

Assinatura | sinal Nuno *fernandez*

3 - Culpa

Heresia | apostasia Judaísmo

Sentença Não consta

Culpa no LRC

[...] lembra mais *que* usa mujtas uezes deste juramento, | pello mundo *que* tem a alma de meupaj, e o dito jura | mento jurou mujtas, sem nunca saber nem entender | *que* era juramento judajco e outro ssim dixe *que* he costu | mado a uestir todos os sabados camissa lauada po | rem *que* a ueste tambem todos os mais dias dasomana | e domingos, de *maneira que* cada dia a ueste por limpeza, | e *que* manda tambem nos domingos, esantos trava | lhar aos seus a cortar embira pera atar a cana | e a carregar a barca nos *tempos da* necessidade de *porque* | uer *que* assim o costumaõ fazer geralmente nesta | terra [...]. 7975-7986.

Confissão 119 – fol. 171r a 172r

1 - Documento

Data cronológica 1592, fevereiro, 9.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome Francisco Pires (*francisco pirez*)

Idade 34 anos

Local de nascimento Vila do Conde (*uilla de conde*)

Grupo étnico Crsitão-velho

Filiação João Pires (*joam pirez*)
Felipa Dias

Estado civil Viúvo

Profissão Carpinteiro

Residência Sergipe do Conde (*çerecipe do conde*)

Assinatura | sinal *francisco pires*

3 - Culpa

Heresia | apostasia Blasfêmia

Sentença ja he setençado

Culpa no LRC [...] dixe esostentou *que* o es | <culpas>tado dos casados era mjlhor *que* os outros estados dos relegiossos, pois deus ofizera [...]. 8003-8008.

Confissão 120– fol. 172r a 178r	
1 - Documento	
Data cronológica	1592, fevereiro, 11.
Data tópica	Salvador
2 - Confitente	
Nome	Domingos Fernandes Nobre, de alcunha Tomacaúna (domingos fernandez nobre dalcunha tomacauna)
Idade	46 anos
Local de nascimento	Pernambuco (pernaõbuco)
Grupo étnico	Cristão-velho / mameluco
Filiação	Miguel Fernandes (mijuel fernandez) Joana negra do gentio deste Brasil (joana negra do gentio deste brasil)
Estado civil	Casado com Isabel Beliaga
Profissão	Não tem ofício
Residência	Salvador (Nesta cidade)
Assinatura sinal	<u>Domingos Fernandes nnobre</u>
3 - Culpa	
Heresia apostasia	Gentilismo / blasfêmia
Sentença	<ja he sentençado>
Culpa no LRC	<p>[...] uiueo como homen <culpas de gentio>gentio naõ rezando <i>nem</i> se encomendando a deos cuidando <i>que</i> naõ auja de morrer, nem tendo co nhecjmento de deus, como uerdadejro cristaõ e posto que se confessaua pellas quaresmas era por cumprir com a obrjgaçaõ, e sua uida no ditto tempo foj mais de gentio <i>que</i> de cristaõ [...] l. 8052-8058.</p> <p>[...] por mandado do ditto gouernador Luis de brjto por capitaõ doutra capitanja a fazer deçer gentios pera, o pouoado na qual jorna da gastou alguñs seis meses, e no ditto sertoõ lhe derão tambem os gentios suas filhas gen tias por molheres como qualquel gentio e bebja com elles oseu fumo, que he ofumo de huma erua que emportugual chamaõ erua sancta, e bebja com elles os seus uinhos e boj laua, e frangia, e cantaua, <i>com</i> elles, ao seu mo do gentilico, e andaua nu[u] com elles e choraua, e lamentaua proprjamente como elles ao seu uso gentilico [...] l. 8116-8129.</p>

Confissão 121 – fol. 178r a 180r

1 - Documento

Data cronológica 1592, fevereiro, 11.

Data tópica Salvador

2 - Confitente

Nome Ana Alcoforado

Idade 27 anos

Local de nascimento Matoim

Grupo étnico Meio cristã-nova e meio cristã velha

Filiação Antônio Alcoforado
Isabel Antunes (Isabel antunez)

Estado civil Casada com Nicolau Faleiro de Vasconcelos
(Nicolau falleiro de uasco goncellos)

Profissão Não declara

Residência Fazenda de Matoim

Assinatura | sinal Dona ana

3 - Culpa

Heresia | apostasia Judaísmo

Sentença Não consta

Culpa no LRC [...] mandou entornar e lancar fora a agoa que <culpa> auja en casae dallj por diante lhe aconteço | morrerem lhe em diuersos tempos sete ou ojto | escrauos e quando lhe morrjam mandou a | lancar fora sempre e derramar agoa que | em casa auja [...] mujtas uezes do | ditto modo de juramento e quando quer a | afirmar alguã cousa diz pello mundo que | tem a a alma de meupaj e de mjnha maj e | perguntada qual he este mundo que tem | a alma de seupaj e de sua maj respondeo |que ella naõ entende nem sabe declarar o | dito luramento que quejra dizer [...] l. 8307-8312.

4 O CÓDICE: materialidade e escrita

O código em apreço representa um dos nove livros que foram produzidos durante a primeira visitaço do Santo Ofcio, realizada s capitanias da Bahia e Pernambuco, entre 1591-1595. objetivo deste captulo identificar quem so os autores intelectuais e materiais do cdice¹⁸⁹, proceder descrio material e a codicolgica do LRC, anlise paleogrfica, identificar os punhos que escrevem o texto a partir dos seus caracteres grficos, apresentar a anlise diplomtica e, por fim, a estrutura formal das confisses.

4.1 Autores intelectuais e materiais

A identificao dos autores intelectuais e materiais do LRC uma condio *sine qua non* para que se procure caracterizar os protagonistas na elaborao do cdice. A leitura integral do cdice esclarece que foi redigido por um mesmo punho, o do notrio Manoel Francisco. H interveno de outros punhos apenas nas assinaturas, ao final de cada confisso.

A leitura atenta de todo o cdice permite dividir os protagonistas do texto em dois grupos: 1. Quem contribui com a elaborao do contedo do texto e 2. Quem redige o texto.

Cabe asseverar que todos os protagonistas do 1 grupo contribuem com a elaborao do contedo, portanto, podem ser classificados como autores intelectuais do texto, quer assinem ou no. O visitador Heitor Furtado de Mendona colabora de modo substancial no que tange ao teor das informaes indagadas aos depoentes e posteriormente redigidas pelo notrio. Todas as confisses so iniciadas pela informao de que se trata de uma "Confisso", seguidas pelo nome completo do depoente e a descrio da profisso, conforme se observa na figura 19 a seguir:

¹⁸⁹ Neste trabalho, entende-se como autor intelectual quem concebe o texto, mas no necessariamente o redige. E entende-se por autor material quem redige o texto. A concepo e a redao do texto podem ser praticadas por uma mesma pessoa ou por pessoas diferentes. O autor material tambm intervm no texto, porque, em ltima instncia, o texto reproduz ou filtrado por seu dialeto.

Figura 19 - Confissão do vigário Frutuoso aluarez¹⁹⁰.

Na figura 20, registra-se o nome do depoente seguida pela classificação do grupo étnico e a identificação de que foi uma confissão realizada “no tempo da graça”.

Figura 20 - Confissão com a identificação do grupo étnico e do tempo da graça¹⁹¹.

Quando se trata de uma confissão que foi realizada fora do período da graça, apresenta-se somente o nome do depoente, seguido do grupo étnico, como se observa na figura 21¹⁹².

Figura 21 - Texto introdutório da confissão realizada fora do tempo da graça¹⁹³.

É recorrente nas confissões apresentar-se o depoente, fornecer-se a data cronológica e o local onde foi realizada a confissão. Neste caso, a referência é sempre às casas da morada do senhor visitador Heitor Furtado de Mendonça. A figura 22 ilustra o registro do protocolo de uma confissão.

Figura 22 - Protocolo da Confissão n.º 41.¹⁹⁴

¹⁹⁰ “Confissão de frutuoso aluarez | uigairo de Matuim, no | tempo da graça”. I.88 - 90.

¹⁹¹ “confissão de fernao gomez cristaõ nouo no tempo da graça”. I.265.

¹⁹² Cabe destacar que o período da graça teve início em 29 de julho e perdurou até 27 de agosto de 1591. Apenas duas confissões foram realizadas fora do tempo da graça, respectivamente as de número 41 e 42.

¹⁹³ “Confissão de Antonia doliueira cristã noua”. I. 2920.

A fórmula acerca da confissão na qual consta que o depoente “pareceu perante elle [Heitor Furtado de Mendonça] sem ser chamado” é mencionada em todas as confissões e por ela infere-se que o confitente apresenta-se espontaneamente. Carvalho (2011, p. 57) afirma que à época da inquisição

O verbo “confessar” mantém um significado fortemente ligado à passagem da esfera da privacidade para a esfera pública. “Confessar” e “devassar” exprimem assim duas formas de transpor o limite do privado para o público, a primeira do interior para o exterior, e a segunda do exterior para o interior. Essas duas formas estão fortemente marcadas pela sua ligação à ideia de salvação, de pecado e de culpa.

Em todas as confissões destaca-se a informação de que o confitente apareceu sem ser chamado, visto se tratar de um limite do privado, conforme esclarece Carvalho (2011, p.57). Tais confissões diferem das cotidianas porque se trata de uma visitaçāo do Tribunal do Santo Ofício, cujo objetivo precípua é identificar e documentar as heresias praticadas na capitania da Baía de Todos os Santos, no recôncavo e em Salvador, cidade sede onde se instalou o visitador Heitor Furtado de Mendonça e sua comitiva. São confissões ordinárias, que não pertencem às práticas do cotidiano, quando em muitos casos o indivíduo só se confessava em épocas que exigiam obrigatoriedade, a exemplo da quaresma.

Na sequência da confissão declara-se o nome completo do depoente, com a informação de que se apresentou para “confessar a sua culpa, recebeu juramento dos santos evangelhos em que pos a sua mão direita sob o cargo do qual prometeu dizer verdade”. Neste trecho nota-se mais uma fórmula fixa redigida pelo notário Manoel Francisco, a qual se repete ao longo de todas as confissões. Descreve-se neste momento a ação do visitador com a imposição do juramento dos Santos Evangelhos e a promessa por parte do depoente que promete dizer apenas a verdade. Na figura 23 reproduz-se trecho ora descrito na confissão.

¹⁹⁴ “Aos cijnquo djas do mes de ojtubro de mjl e quij | n[h]entos e nouenta e hum | annos nesta cidade | dosaluador Capitanja da bahia de todos os sãtos | nas cas[as] da morada dosenhora ujsitador hejtor furta [...]”.I. 2921 – 24.

Figura 23 - Juramento do depoente¹⁹⁵.

O depoente é interrogado pelo visitador para que informe os seguintes dados: grupo étnico ao qual pertence, cidade de nascimento, filiação, idade, estado civil, com especificação do nome do cônjuge, local onde reside. Nota-se neste trecho da confissão que o depoente contribui diretamente com a elaboração do conteúdo do texto, visto que as informações ora descritas são de cunho pessoal e só podem ser fornecidas pelo próprio depoente, o que não impede a intervenção do inquisidor nem do notário na sua redação. Na figura 24 reproduz-se trecho de uma confissão na qual a depoente descreveu os dados de cunho pessoal que foram verbalizados e posteriormente redigidos pelo notário Manoel Francisco.

Figura 24 - Informações sobre o depoente¹⁹⁶.

Na continuação da confissão, procede-se à descrição pormenorizada das culpas cometidas pelo depoente. O verbo “dizer” é repetido pelo notário com sistematicidade, pois ele registra, em diversas passagens, que o depoente “disse” tal coisa, dando a entender que escreve o que foi dito pelo confitente.

¹⁹⁵ “[...] da marja Lourenço e por querer confessar sua | culpa recebeo Juramento | dos sanctos euaõge | lhos em, que pos sua maõ derejta sob cargo do qual | prometeo djzer uerdade e djxe ser cristãã [...]”. l. 2798 – 81.

¹⁹⁶ “[...] e djxe ser cristãã | velha natural do termo de ujseu filha de antonio piriz | caderejro e de sua molher marja francisca, de ydade | de quarenta annos casada com Antonio gonçallvez cal | dereiro morador nesta cjdade [...]”. l. 2801 – 2805.

Em algumas confissões o notário reproduz a ação do visitador perante o depoente. Por exemplo, na Confissão n.º 25, feita por Paula de Siqueira, o notário descreve que o visitador a repreendeu e admoestou com palavras de muita caridade. O visitador também aconselha que o depoente se afaste das práticas pelas quais foi admoestado. Na figura 25 reproduz-se trecho da confissão de Paula de Siqueira, com a descrição das informações mencionadas.

Figura 25 - Repreensão e admoestação do inquisidor a Paula de Siqueira¹⁹⁷.

Nos casos de culpas mais graves, a exemplo do pecado de sodomia, confessado por Paula de Siqueira, o visitador informa à depoente que ela corre o risco de ser castigada muito severamente, porque o “pecado de sodomia e contra a natura”, tal como se sucedeu e já foi descrito na subseção 3.4.3.1. Reproduz-se na figura 26 trecho da confissão com a atuação do visitador da redação do texto.

Figura 26 - O visitador apresenta a gravidade do crime cometido pela depoente¹⁹⁸.

As confissões são concluídas com as penitências aplicadas pelo visitador Heitor Furtado de Mendonça, na maioria dos casos. Desse modo, o visitador pede

¹⁹⁷ [...] mais que confessar osenhor visitador a reprendeo e a | moestou com pallauras de muita caridade que | se affaste de semelhantes culpas e das ocaçiojs [...]. I.2896 - 98.

¹⁹⁸ “[...] sajba certo que se outra uez cay en semelhante cul | pa de se castigada muj rigoussamente com<o> | este peccado de sodomja e contra natura a mereçe [...]”. I.2904 - 06.

assinatura por sinal, feita pelo depoente; c) assinatura feita a rogo, pelo notário; d) assinatura alfabética, feita por terceiro.

Assinam de próprio punho 77 depoentes. Em tais casos, o notário finaliza a confissão informando que “asinej com o senhor ujsitador Manoel francisco notario | do sancto offcio nesta ujsitação o escreuj ”. O notário escreve em primeira pessoa, ao informar que o depoente assina ou que ele o fez em seu lugar. Na figura 29 reproduz-se exemplo de confissão que foi assinada pelo depoente. Observam-se três assinaturas, a do notário, do visitador e a do depoente.

Figura 29 - O depoente conclui a confissão com assinatura²⁰¹.

As assinaturas por sinal do depoente somam 7 ocorrências. Na figura 30 reproduz-se um exemplo de confissão assinada com sinal. O notário conclui do mesmo modo que fez com a assinatura alfabética, registra a informação de que o depoente assinou com o senhor visitador e com ele notário.

Figura 30 - Depoente que assina por sinal²⁰².

Na figura 31, apresenta-se exemplo de depoente que não assina ao final da confissão. Dentre as 121 confissões do LRC, 36 foram feitas por depoentes

²⁰¹ “[...] pello Juramento que regebeo e asinou c[õ] | o senhor visitador aquj Manoel francisco notario dosanto | offcio nesta ujsitação o escreuj | Heitor furtado de mendoça Sebastião daquiuar[...]”. I.2690 – 93.

²⁰² “[...]sitador Manoel francisco Notario dosanto officio nesta ujsitação | o escreuj Heitor furtado de mendoça [assinatura por sinal] [...]”. I.2564 – 66.

que não assinaram. Em tais casos, o notário coloca-se em 1ª pessoa e informa que “por naõ saber asignar eu notario a seu | rogo asinej com o senhor ujsitador Manoel francisco notario | do sancto officio nesta ujsitação o escreuj”, ou seja, o notário relata que assinou mediante solicitação do depoente. Cabe frisar, que ao final de todas as confissões, o notário registrou que “o escreuj”. Constam também as assinaturas do visitador Heitor Furtado de Mendonça e do notário Manoel Francisco.

Figura 31 - O notário assina pelo depoente²⁰³.

A única confissão assinada por terceiro é a do índio Fernão Ribeiro, que foi assinada pelo seu intérprete, o padre Francisco de Lemos. Neste caso o notário descreveu que “o ditto padre seu interprete que declarou | sua lingoa <asinou> com o senhor ujsitador Manoel francisco notarjo do santo | officio”. Na figura 32, reproduz-se excerto da parte final da confissão, isto é, o escatocolo, na qual consta assinatura do padre Francisco de Lemos.

Figura 32 - Assinatura do padre e intérprete Francisco de Lemos²⁰⁴.

No 2.º grupo propõe-se identificar quem é o autor material do texto, ou seja, quem o redigiu. O notário Manoel Francisco foi o responsável por filtrar e reelaborar o que ouviu dos depoentes, desse modo, o dialeto representado no

²⁰³ “[...] do e por naõ saber asignar eu notario a seu rogo asinej com | o senhor ujsitador Manoel francisco Notario dosanto officio nesta ujsitacao | o escreuj | Heitor furtado de mendonça Manoel francisco [...]”. l. 7668 – 70.

²⁰⁴ “[...] [[gredo]] e asinou por elle o ditto padre seu interprete que declarou | sua lingoa <asinou> com o senhor ujsitador Manoel francisco notarjo do santo | officio nesta ujsitação | o escreuej |concentrelinhãque diz asinou | Heitor furtado de mendonça francisco delemos [...]”. l. 858 – 61.

texto é exclusivamente o do escriba. Todavia, observou-se nas passagens de algumas confissões, que o notário buscou reproduzir o dialeto do depoente, a exemplo do que ocorreu com a cigana Apolônia Bustamante. A confitente declarou que nasceu em Évora, portanto portuguesa, mas era casada com o castelhano Alonso de la Paz e, talvez, por influência da convivência com o marido, Apolônia transitasse entre os dois idiomas. O notário Manoel Francisco reproduziu um trecho da confissão em castelhano: “ben[d]ito **sea el carajo de | mi señor** lesu christo que agora mija sobre **mj.**” Na figura 33, reproduz-se trecho da confissão redigida em castelhano:

Figura 33 - Trecho de confissão em castelhano²⁰⁵.

Outros trechos de confissões são reproduzidos em latim, o que indica os conhecimentos linguísticos do escrivão Manoel Francisco. Conforme afirma Souza (2009, p.90)

Os Notários, responsáveis pelo registro rigoroso dos depoimentos, deviam ser clérigos e portadores de boa imagem, postura, consciência e costume. A função desse agente era uma das mais criteriosas do Santo Ofício. Devido à importância do cargo, as investigações procedentes para habilitação costumavam ser mais severas que em outros casos, fazendo diligências em seu lugar de origem e de seus progenitores.

Lembre-se que o latim era o idioma oficial da Igreja Católica e, portanto, de domínio obrigatório para os clérigos. Araújo (1991, p.14) descreve que

[O notário Manooel Francisco] muito mais preparado do que o seu superior, acumulara uma vasta biblioteca longe de decorativa e era versado nas ciências da natureza e na filosofia de S. Tomás de Aquino. De notário nunca passou, segundo informa o Padre Luís de Eanes, quem sabe se por força de certas vozes de discordância que lhe segredavam na consciência, ou fruto de uma doentia timidez que lhe atravessou a vida. Mais correto será pender para a primeira hipótese.

²⁰⁵ “[...] tamento atraballos dixe ben[d]ito sea el carajo de | mi señor lesu *christo* que agora mija sobre mj e esta [...]”. I.5295 – 96.

O notário, portanto, deveria ser um indivíduo de formação intelectual ilibada. Ao longo das confissões observam-se expressões em latim, sobretudo relacionadas a termos religiosos ou insígnias religiosas.

A exemplo da excomunhão *ipso facto icurrenda*, sofrida por Antônia Fogaça; o *agnus dei* quebrado por Beatriz Sampaio em um momento de fúria. Por fim, o trecho em latim que se reproduz na figura 37, na confissão realizada por Jorge Martins. O depoente confessa a culpa de blasfêmia por ter feito o sinal da cruz de modo contrário e explica, em latim, como deveria ser proferido o credo: “*filium ejus, ets qui sedet ad dexteram patris e que dauid | no psalmo diz dixit domjnus domino meo sede adexter[is] meis, e no | simbolo de atanaseo sedet ad dexteram dej patris, e noutros uer | sos da Igreja qui sedes a dexteram patris miserere nobis*. l.544 - 47 . O excerto em latim reproduz-se na figura 34.

Figura 34 - Trecho explicando o credo em latim.

O fato de haver apenas um notário na redação das confissões propicia uma maior acuidade na identificação do autor material.

4.2 Análise diplomática

O documento diplomático é aquele que tem como característica fundamental o “registro legitimado do ato administrativo ou jurídico, consequência, por sua vez, do fato administrativo ou jurídico” (BELLOTTO, 2002, p.17). Nessa perspectiva, o LRC se enquadra como um documento decorrente de duas instituições que emanam ato administrativo ou jurídico, visto que o Tribunal do Santo Ofício atuou sob o jugo de reis e da Igreja Católica, no julgamento dos crimes perseguidos pelo Santo Ofício. As confissões decorrentes da visitação efetuada à capitania da Bahia de Todos os Santos buscaram legitimar a atuação de tal Tribunal, a partir da documentação que foi produzida. Em decorrência disso, Bellotto (2002, p.18) afirma que todo documento diplomático “terá sua construção semântica obrigatória, na qual cabem dados fixos, que ocorrerão em todos os documentos e os dados variáveis, próprios de cada documento-indivíduo da mesma espécie documental”.

No cerne da diplomática²⁰⁶, está o estudo da estrutura formal do documento, a elaboração e os modos de transmissão, a organização, auxílio no julgamento da legitimidade e credibilidade de documentos (BERWANGER; LEAL, 2015).

A Espécie Documental está estruturada por um conjunto de espécies e no seu bojo identifica-se o depoimento como “conjunto de afirmações produzidas que servem como testemunho de algum acontecimento” (FARIA; PERICÃO, 2008, p. 227). Na subseção 4.5 descreve-se que os depoimentos apresentados no LRC são fruto de confissões realizadas ao visitador Heitor Furtado de Mendonça e, como tal, representam dados atinentes à Diplomática, definida por Faria e Pericão (2008, p.244) como “ciência que estuda a tradição, a forma e elaboração dos atos escritos. Tem como objetivo fazer a sua crítica, julgar a sua sinceridade, apreciar a qualidade do texto e extrair das fórmulas todos os elementos de conteúdos [...]”.

²⁰⁶ A Diplomática está atrelada à Tipologia Documental a qual visa a estudar o documento “como integrante da mesma série documental, advinda da junção de documentos correspondentes à mesma atividade” (BELLOTTO, 2002, p.19). Ora, dados arquivísticos atinentes à origem/ proveniência do documento, funções da entidade acumuladora, associação entre a espécie em causa e o tipo documental, conteúdo e datação pertencem ao âmbito de atuação da Tipologia Documental, conforme assevera Bellotto (2002).

Na sequência descreve-se a estrutura formal das confissões do LRC, em consonância com os paradigmas estabelecidos pela Diplomática.

4.3 Estrutura formal das confissões

As confissões elencadas no LRC obedecem a um modelo padrão de apresentação. Não se observa, do ponto de vista estrutural, alteração de um depoimento para outro. As partes fixas que compõem os textos são constituídas pelas fórmulas empregadas pelo notário ou tabelião.

A origem remete à função de “tabelião funcionário que em dada circunscrição está encarregado de formalizar os documentos ou pelo menos de registrá-los e apresenta-los à jurisdição que o manda selar. Deste modo produzem-se processos-verbais autênticos” (FARIA; PERICÃO, 2008, p.688). As autoras remetem o vocábulo “tabelião” ao de “notário” o qual “era, na Idade Média, um dos notários da chancelaria que a tinha a seu cargo na ausência do chanceler ou do arquichanceler e que normalmente reconhecia os documentos em seu nome” (FARIA; PERICÃO, 2008, p.519).

Manoel Francisco caracteriza-se como “notário de chancelaria, funcionário geralmente clérigo, que na chancelaria estava encarregado da redação e da escrita dos documentos ou tinha apenas uma destas funções”. (FARIA; PERICÃO, 2008, p.519).

O LRC compõe-se de confissões, formadas estruturalmente por “Protocolo inicial, Texto e Protocolo final”, conforme asseveram Berwanger e Leal (2015, p. 30). Em uma perspectiva diplomática, Bellotto (2002, p.38) atesta que

O texto do discurso diplomático, na realidade, é a união entre partes distintas: o protocolo inicial, o texto propriamente dito e o protocolo final. Nessas três partes evidenciam-se as coordenadas (representadas pelas fórmulas diplomáticas obrigatórias, próprias da espécie documental determinada pelo ato jurídico e seu objetivo) e as variantes (teor pontual e circunstancial relativo às especificidades do ato aplicado a um fato, pessoa ou assunto)”.

O LRC apresenta confissões no formato de depoimentos. O depoente apresenta-se perante uma autoridade eclesiástica a fim de confessar as culpas

cometidas. Corrobora essa afirmação a definição de Bellotto (2002, p. 64): “DEPOIMENTO - documento, diplomático ou não, testemunhal de assentamento”.

O protocolo inicial, de uma forma geral, apresenta dados específicos da confissão, como data, local, fórmula religiosa e dados do depoente. Bellotto (2002, p. 39) divide o protocolo inicial em quatro partes:

- 1) invocação (*invocatio*) que, em geral, só ocorre nos atos dispositivos mais antigos (a expressão “Em nome de Deus” é um exemplo de invocação);
- 2) titulação (*intitulatio*), formada pelo nome próprio da autoridade (soberana ou delegada) de que emana o ato e poder seus títulos;
- 3) direção ou endereço (*inscriptio*), parte que nomeia a quem o ato se dirige, seja um destinatário individual ou coletivo e
- 4) saudação (*salutatio*), parte final do protocolo.

No LRC, o protocolo inicial contém as seguintes partes:

1. Protocolo inicial ou protocolo
 - 1.1. Identificação do depoente – **“Confissão de Baltazar Muniz de Florença, cristão velho²⁰⁷”. Confissão n.º4.**
 - 1.2. Data cronológica – **“Ao derradeiro dia do mês de julho de mil e quinhentos e noventa e um anos”**
 - 1.3. Data tópica – **“nesta cidade do Brasil, nas casas da morada do senhor visitador Heitor Furtado de Mendonça”**
 - 1.4. Fórmula religiosa – **“por querer confessar coisa tocante ao Santo Ofício, lhe foi dado juramento dos Santos Evangelhos, em que pôs sua mão e prometeu em tudo dizer verdade”.**
 - 1.5. Dados pessoais do depoente – **“Baltazar Muniz disse ser cristão velho, natural de Florenças, termo da vila da Calheta, na Ilha da Madeira, filho de Gaspar Muniz Preto e de Violante de Florença de Abreu, defuntos. Morador em**

²⁰⁷ Optou-se pela transcrição modernizada, conforme descrito na seção 1.

Cotegipe desta capitania, mestre de açúcar, com vinte e seis anos²⁰⁸”.

Verifica-se, poranto, que o protocolo inicial das confissões do LRC apresenta particularidades em relação à fórmula mais geral proposta por Bellotto ou por Berwanger e Leal (2015, p.31). Mesmo assim, o protocolo das confissões apresenta uma estrutura fixa e limita-se a dados específicos de cada confissão, que se repetem em todos os depoimentos.

A seguir ao protocolo inicial, há o denominado “texto” do depoimento. Traz um relato pormenorizado das culpas ou delitos confessados. Berwanger e Leal (2015, p. 30) propõem para o texto a mesma estrutura exposta por Bellotto (2002). As partes dessa estrutura servem de guia, no que cabem, para a análise dos depoimentos:

- a) preâmbulo: tido mais como um ornamento, de aspecto literário, para chamar a atenção sobre a utilidade do documento, também, denominado “arenga” (conversa fiada);
- b) notificação: dá conhecimento a uma ou várias pessoas;
- c) exposição ou *narratio*: mostra as causas que tornaram necessário o ato;
- d) dispositivo: parte mais importante, a essência do documento, expressa a vontade do autor;
- e) sanção: cláusulas finais expressando uma punição, pode apresentar-se sob as seguintes formas: cominatória ou de sanção, explicitando a pena em que se vai incorrer (espiritual ou penal, uma maldição);
- f) corroboração: expressa o empenho de bens em garantia. Também pode ter o sentido de renúncia a determinadas coisas ou de corroboração, quando a pessoa que recebe o documento é obrigada a divulgá-lo.

Nos depoimentos, esse modelo concretiza-se por meio das seguintes fórmulas:

2. Texto

2.1. Preâmbulo – **“e confessando disse”**.

2.2. Notificação – **trecho no qual se descreve o conteúdo global do depoimento.**

²⁰⁸ Obs.: quando o depoente é casado tal informação consta neste item.

- 2.3. **Exposição – nos depoimentos, descrevem-se e identificam-se as culpas cometidas pelo depoente. Nos casos de judaísmo, observa-se de modo recorrente que o depoente cita “o fez sem saber serem práticas judaicas”.**
- 2.4. **Dispositivo – parte na qual o visitador admoesta o depoente a dizer a verdade e reconhecer as culpas confessadas.**
- 2.5. **Sanção – em algumas confissões, consta que o visitador “concede perdão e misericórdia ao depoente pelas culpas confessadas, a fim de se arrepender dos atos cometidos”.**
Também observa-se o registro de sentenças, se o indivíduo foi sentenciado ou degredado, como se observa nas confissões
- 2.6. **Corroboração – parte da confissão na qual o visitador solicita ao depoente que se afaste das culpas confessadas.**

Na sequência ao texto do depoimento, vem o protocolo final ou escatocolo. Reproduz-se a seguir a estrutura proposta por Bellotto (2002) para essa parte do documento:

- 1) subscrição/assinatura (*subscriptio*), isto é, a assinatura do emissor/autor do documento ou quem o faça por sua ordem;
- 2) datação (*datatio*). É preciso distinguir a data tópica da data cronológica, ou o elemento topográfico do elemento cronológico. A primeira é referente à forma como está designado no documento o local onde ele foi assinado. Aí cabe, muitas vezes, não o nome de uma cidade, e sim a denominação de um palácio, de uma sala ou de um logradouro. Isto deve ser obedecido, sem que se acrescente a cidade na qual estejam situados. A segunda corresponde ao dia, mês e ano;
- 3) precação (*apprecatio*), onde, por meio de dois elementos (assinatura de testemunhas e sinais de validação, como carimbos e selos), reitera-se a legalidade do documento. Nos atos normativos mais freqüentes, as testemunhas incluem os ministros ou secretários das pastas com as quais têm a ver os assuntos tratados (BELLOTTO, 2002, p.40-41).

O elemento descrito como subscrição / assinatura realiza-se pelas assinaturas apresentadas ao final de cada confissão, conforme se apresentou na seção 4.1 deste estudo. A datação das confissões registra-se no início de cada depoimento, diferentemente do que propõe Bellotto. Por fim, a precação é dada por meio das assinaturas do notário e do visitador.

4.4 Descrição material do códice

A codicologia é uma ciência afim à filologia que “estuda manuscritos antigos vulgarmente designados códices, não tanto enquanto suportes de um texto, mas como possuidores de uma vida própria” (FARIA e PERICAO, 2008, p.171). Spaggiari e Perugi (2004, p.15) afirmam que “chama-se de Codicologa a disciplina que estuda os manuscritos, ou códices, no seu aspecto material: qual é o suporte empregado, as dimensões do objeto, a sua formação, o seu conteúdo, a(s) mão(s) que transcrevera(m) o(s) texto(s), a sua datação, etc.”. O códice em apreço está disponibilizado integralmente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), que abriga um conjunto documental de grande monta, referente ao Tribunal do Santo Ofício.

A definição de códice remonta ao século XVI, como descreve Cunha (2010, p.159) “forma característica do manuscrito em pergaminho ‘registro ou compilação de manuscritos, documentos históricos ou leis’”. Na perspectiva de definir tal vocábulo, Bluteau (1728) afirma que é “palavra da universidade. Depois de respondente dar as conclusões, & provas, o Presidente, ou Prior faz o códice das inapugnações, & respostas, & o dá ao Respondente para estudar os argumentos & respostas [...]” (BLUTEAU, 1728, p.164). Na contemporaneidade, Códice é considerado sinônimo de “Codex ou mesmo de Livro, em especial para determinadas atividades profissionais, como na tipografia” (VILLARRUEL-SILVA e MOTA, 2015, p.93).

A análise ora apresentada condiz com as características acessíveis através das imagens digitalizadas, bem como de algumas informações que constam online, no ANTT.

O códice objeto deste estudo foi redigido entre 1591-1592, com a premissa de registrar as confissões e reconciliações, resultantes da primeira visitação do Santo Ofício ao Brasil. O material da capa do códice é confeccionado em pergaminho, produzido

a partir de pele de animais: cabra, ovelha, carneiro, burro, etc. Para tal trabalhavam do seguinte modo: escolhiam animais saudáveis, eliminavam os músculos e em seguida lavavam as

peles em água corrente durante um dia e uma noite, fazendo cair o pêlo batendo a pele na pedra ou madeira, mergulhando-a numa solução de cal e água de três a dez dias agitando as tinas várias vezes por dia com uma vara de madeira. Finalmente o pêlo caía com o auxílio de uma faca curva e em seguida eram esticadas em um bastidor sem curtimento, mas tratado através de cal e enzimas, uma vez eliminados o pêlo, os músculos, etc. e seco, raspado e polido. A qualidade variava consoante o animal e a idade deste. O seu nome deriva do fato de, segundo se conta, ter sido em Pérgamo, onde reinava o rei Eumenes II, que começou a prepara-se como suporte da escrita [...]. (FARIA e PERICÃO, 2008, p.570).

Na sequência se reproduz capa do LRC, conforme se ilustra na figura 35.

Figura 35 - Capa do LRC.

O papel que serve de suporte para a escrita é confeccionado com trapo de linho. O códice apresenta uma monta de 192 fólhos, sendo que, efetivamente, 173 fólhos estão manuscritos, com 19 fólhos em branco. Cambraia (2005, p.67) afirma que o papel com trapo de linho é resultado

de um processo do maceramento de elemento vegetal, colocado em água até a obtenção de uma pasta fina, à qual podem ser acrescentadas substâncias aglutinantes e branqueadoras. Uma porção dessa pasta era colocada sobre uma tela formada de modura de madeira com trançado de fios de metal mais grosso e distantes uns dos outros na direção vertical (ou pontuais) e de outro mais finos e próximos entre si na direção horizontal (as vergaturas). Escorrida a água, a lâmina de pasta que se formava era posta sobre um feltro para secar: uma pilha de lâminas sobre o feltro poderia ser colocada em uma prensa para serem analisadas.

O tipo de tinta empregada é a ferrogálica. O fabricante do papel, entre outras informações, são lacunas constatadas neste estudo, haja vista a inacessibilidade à documentação original.

A consulta ao original do LRC é fundamental para analisar a distância entre filigranas e vergaturas, entre as pontuais, composição do fólio e dimensão da mancha escrita. Com referência aos aspectos apresentados, os únicos que podem ser aferidos através das imagens digitalizadas são o número de linhas. Procedeu-se à consulta *in loco* do LRC, sendo possível aferir apenas as informações descritas na sequência²⁰⁹.

²⁰⁹ O LRC é um códice que se encontra integralmente digitalizado no site do ANTT. Após o depósito da tese, as Dr.^a Carla Lobo – Técnica de conservação e restauro do ANTT e Dr.^a Anabela Ribeiro – Chefe de Divisão do Gabinete de Conservação e Restauro do ANTT- permitiram o acesso ao LRC, quando se procedeu à medida dos dois fólhos ora descritos, bem como à mancha escrita do texto.

Margem superior 3,5 cm

Fólio 23,0 cm

Margem esquerda 5,0 cm

Mancha de texto 29,0 cm

Fólio 32,5 cm

Margem inferior 2,6 cm

Mancha de texto 17,0 cm

Ao códice em apreço também se emprega a terminologia de livro manuscrito. Conforme assevera Nascimento

O livro manuscrito aparece-nos hoje, na verdade, como um produto relacionado com um projecto e esse projecto vinculado a um processo de elaboração e de uso. E o que nos propomos é precisamente tornar em elementos falantes as marcas que daí resultam, interpretando-as como dados relacionáveis e operativos na determinação de comportamentos culturais. (NASCIMENTO, 1988, p.234).

É com base nos aspectos materiais do livro manuscrito, que se pode entender a sua gênese, todo o seu processo de elaboração e confecção, os quais possibilitam compreender os aspectos de sua produção. O LRC apresenta poucas rasuras, algumas manchas, provavelmente provocados por derramamento de líquido, conforme se reproduz nas figuras 36 e 37.

Figura 36 - Manchas.

Figura 37 - Manchas.

No canto superior esquerdo do fôlio retro e no canto direito verso, observam-se partes corroídas por papirófagos, como se atesta nas figuras 38 e 39.

Figura 38 - Corrosão por papirófagos.

Figura 39 - Corrosão por papirófagos.

Observam-se inserções tardias com o carimbo do ANTT, normalmente, localizados ao final das confissões:

Em alguns fôlios a tinta do verso passou para o retro, o que, em momento algum, dificultou a leitura dos textos, como se exemplifica na figura 40.

Figura 40 - A tinta do verso no retro.

Os borrões são identificados em poucas ocorrências, em tais casos, sinalizou-se com a intervenção do editor. A partir do exame atento do códice, verificam-se traços de que as confissões foram diretamente manuscritas, sem um rascunho prévio. Atesta-se tal informação nas situações em que o notário redigiu:

no tempo da graça bento rodriguez Loureiro e por | querer denunciar cousas tocantes ao Sancto | digo confessar cousas tocantes ao sancto officio. l. 4837 – 39. Neste excerto, aventa-se que o notário redigia diretamente as confissões, ao menos, na circunstância descrita, é possível entrever tal raciocínio.

4.5 Punhos que escrevem o texto

Nesta subsecção procura-se identificar e descrever os punhos que redigiram o LRC. Nessa perspectiva, a Paleografia²¹⁰ é a disciplina que fornecerá as bases necessárias para tal análise.

O tipo de letra empregado ao longo de todo o códice é a bastarda, variedade da humanística cursiva. A referência mais importante dessa modalidade de humanística é o manual de Giovanni Francesco Cresci, *Essempiare di piu sorti lettere*, publicado em 1578, conforme fac-símile que se reproduz na figura 41:

Figura 41 - Manual de Giovanni Francesco Cresci. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k58909h/f2.item.zoom>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

²¹⁰ Acioli (1994, p.5) define a Paleografia como ciência que estuda a escrita antiga: “Sua designação é grega e significa: *palaio* = antigo e *graphien* = escrita.

O punho que redige todo o corpo do texto do LRC é o do notário Manoel Francisco. À margem esquerda das confissões observam-se anotações, cuja hipótese que se aventa é a de que pertence ao visitador Heitor Furtado de Mendonça, conforme se exemplifica no fólio 96r. Elegueu-se, neste estudo, apenas descrever apenas o punho do notário.

Jean Mallon (1952) *apud* Megale e Toledo Neto (2005, p.115) asseveram que são sete os elementos que devem ser observados na análise da escrita manuscrita: 1 – a forma que se escreve, como aspecto exterior das letras com que o manuscrito se apresenta; 2 – o ângulo gerado pelo instrumento da escrita, em relação à linha do suporte que escreve; 3 – o *ductus*, traçado do momento em que a pena toca o suporte e prossegue em seus traços; 4 – o módulo, definido pela relação entre a altura e a largura do traçado; 5 – o peso da escrita, que se reconhece pelo uso de instrumento de escrita que dá ao traçado a sua espessura; 6 – a matéria subjetiva, ou suporte material da escrita e 7 – os caracteres internos, que são o conteúdo, o teor diplomático e a procedência.

A tabela 7 organiza alfabeticamente os caracteres do principal punho do texto, o notário Manuel Francisco. Distribuem-se os exemplos recolhidos por ordem de ocorrência na palavra: inicial, medial e final.

Alfabeto do punho do notário Manoel Francisco

Letra A
Letra B
Letra C
Letra D
Letra E
Letra F
Letra G
Letra H
Letra I
Letra J
Letra L
Letra M
Letra N
Letra O
Letra P			
Letra Q			

Letra R
Letra S
Letra T
Letra U
Letra V
Letra X
Letra Y
Letra Z

Tabela 7 - Caracteres empregados pelo notário Manoel Francisco.

Os caracteres ou letras são próximos ao modelo desse tipo de escrita, o que permite uma leitura sem maiores dificuldades.

4.5.1 Abreviaturas do LRC

A identificação das abreviaturas descritas no LRC realiza-se com base no que se estabelece em Flexor (2008, p.14) e Nunes (1981). A autora propõe que as abreviaturas sejam estruturadas em dois grupos: 1 – **abreviaturas por sinais gerais**: suspensão ou apócope, contração ou síncope e letras sobrescritas; e 2 – **abreviaturas por sinais especiais**: sinais de significado fixo e sinais de significado relativo. Apresentam-se a seguir exemplos de abreviaturas de cada um dos grupos e suas subcategorias, previamente definidas.

Abreviaturas por sinais gerais:

Suspensão ou apócope – supressão de letras no final da palavra.

Referido (a, os, as)

christão/ chirstã

referido (a, os, as)

folha

Contração ou síncope – supressão de letras no meio da palavra. As abreviaturas por contração ou síncope são indicadas por um sinal geral, ou de significado relativo.

Bispo

Senhor

tempo

Fernandes

Pires

misericórdia

Rodrigues

Gonçalves

Letras sobrepostas – As abreviaturas por letras sobrepostas em posição medial ou final ocorrem associadas à contração ou síncope de outras letras da palavra.

Santo

maria

Francisco

solteiro

nossa

Inteira

Pero

Magestade

Licenciado

testemunhas

Francisco

padeira

Notario

officio

Moradora

antonio

Abreviaturas por sinais especiais:

Sinais de significado fixo – independentemente do lugar em que estiverem colocados. Por exemplo: - ou ~ (hífen ou til) colocados em cima de uma letra podem indicar M ou N, ou ainda contração de *cõ* = com; *hũ* = hum

com

algum

hum		homem
nem		pellas
huns		

Sinais de significado relativo – quando dependem da letra em que se encontram ou da direção em que são colocados.

que
que
quem

Sinais de significação especial – podem ser de origem taquigráfica.

christão/ christã
confissão
Item
Item
Item

e
chrispouã
scilicet
christo
domjns
	domjnus

4.6 Principais alógrafos na escrita do notário

Alógrafos²¹¹ são variantes gráficas de um mesmo caractere, ou grafema, as quais podem ser empregadas conforme o gosto do escriba ou condicionadas pela posição na palavra.

No LRC, encontraram-se alógrafos de algumas letras minúsculas. A variação encontrada não oferece surpresas, mas corresponde ao modelo caligráfico seguido à época, conforme o que consta no manual de Cresci, por exemplo.

Os alógrafos do grafema <s> são os seguintes: . o dígrafo <ss> é sempre representado pelo <s> longo seguido de <s> curto. Os alógrafos do <e> como conjunção apresentam as seguintes formas: .

²¹¹ A definição de Houaiss é mais ampla; alógrafo, para ele, é “cada letra ou conjunto de letras que representa um mesmo fonema” (HOUAISS, 2009). Para Faria e Pericão (2008, p. 46) designa “nome dado aos signos diferentes que servem para representar uma mesma letra”

o. O grafema <r> também apresenta alógrafos: , . Os alógrafos do grafema <p> são: , . Na sequência, reproduz-se os alógrafos do grafema <t> : , .

4.7 As letras ramistas no LRC

A variação alográfica na representação dos fonemas /i/ e /u/, /ɜ/ e /v/ é prática usual no período. Dentre os alógrafos empregados, <j> e <v> são denominados de *letras ramistas* e convivem com <i>, <u> e <y>. Para Araujo (2007, p. 17), “a oscilação entre caracteres remete à própria formação do alfabeto latino, na medida que <j> e <v> passam de variantes caligráficas a letras distintas de <i> e <u>”. A distinção entre tais grafemas é atribuída a Pierre de la Ramée, humanista francês que nasceu no século XVI, autor de obras diversas, dentre as quais a *Grammaire Française* (1572), na qual se apresentam as particularidades entre o <i> e o <j> e entre o <u> vocálico e o <v> consonantal (ARAUJO, 2007).

Na representação de /v/ e de /u/, empregam-se as duas variantes caligráficas <u> e <v>. Conforme se exemplifica a seguir:

uaso		uezes
hauer		uelho
visitador		salvador
visitação		

O grafema <j> tem uso muito recorrente ao longo de todo o texto, seja para representar /i/, seja para representar /ɜ/. Seguem exemplos:

bajxo

trazejro

cjma

sodomja

foj

O uso do grafema <y> é utilizado para representar o /i/ conforme se observa na sequência:

yulho

foy

cydade

A ocorrência de tais alógrafos se observa de em maior número com os grafemas <u> e <j> e, em menor número, os grafemas <y> e <v>.